

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**UMA UTOPIA GEOGRÁFICA? - UM NOVO HOMEM PARA UMA
NOVA SOCIEDADE**

Dissertação apresentada à Universidade de São Paulo F.F.L.C.H - Departamento de Geografia, a ser submetida a banca examinadora para obtenção do grau de doutorado em geografia humana - Dois Tomos.

Por

Carlos Eugenio Mottana

ORIENTADOR: Profa. Dra. Maria Cecilia França

Março de 1991

BANCA EXAMINADORA

- Prof. Dr. Manuel Correia de Andrade - Geógrafo

Professor Titular aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco e atualmente pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco - Recife (PE).

- Prof. Dr. Miguel Cezar Sanchez - Geógrafo

Professor do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geografia e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual de São Paulo - Rio Claro (SP).

- Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva - Sociólogo

Professor Livre Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (F.F.L.C.H.) da Universidade de São Paulo.

- Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Geógrafo

Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (F.F.L.C.H.) da Universidade de São Paulo.

- Profa. Dra. Maria Cecília Franca - Geógrafa e Socióloga

Professora Assistente aposentada do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (F.F.L.C.H.) da Universidade de São Paulo.

ORIENTADORA

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Este trabalho passou por momentos importantes da história mundial, de alento e de ceticismo. Viveu a distensão, as mudanças políticas do Leste europeu e a contradição da guerra. Parece então que nada mudou, os altos e baixos repetem-se em nosso país, a luz que passa a brilhar e depois se esvai. Aos momentos não se consegue continuidade.

Embora tenha vivido e sofrido estas alternâncias creio ter mantido a coerência e pertinência, ao tentar passar esta lógica dialética, que embora ancorada na utopia permeia o real, o abstrato e o surrealista, ao discutir as contradições de seu tempo, as marcas da construção desigual.

Procurando sair de dentro de nosso pequeno mundo, que não vive o real das maiorias, e as conhece por saber que existem, este trabalho é o agradecimento e o reconhecimento do que estas realizaram, sem saber bem porque, esperando que contribua, breve ou algum dia, para a construção da justiça social.

Agradeço aos que me ouviram, que foram poucos, tendo em vista que a construção intelectual aberta é hermética face ao real das condicionantes de toda ordem.

À minha orientadora Maria Cecília França, que por sua formação e seu humanismo concreto, foi sensível ao rumo tomado, interagindo na aglutinação do corpo teórico. A ela minha sincera gratidão pelo estímulo de sua confiança irrestrita, e pela autonomia responsável que impõe aos seus orientandos, essencial à sua auto-evolução.

À banca examinadora da qualificação deste trabalho, na pessoa dos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Iraci Gomes Vasconcelos Palheta, a oportunidade de expor a

minha visão da complexa problemática humana. Suas críticas pertinentes encaminharam ao reforço teórico necessário, pela ampliação das leituras no intuito de assegurar maior rigor aos objetivos, esperando ter podido conduzir a algo mais sólido, embora sujeito às limitações de minha subjetividade.

À Universidade de São Paulo e à Pós-Graduação em Geografia, nas figuras dos membros de sua Comissão, que em 1987 concedeu-me bolsa de estudos do CNPq, e facilitou a frequência aos cursos de Pós-Graduação, a participação em congressos, os trabalhos de campo e o acesso ao instrumental de leituras e ao material de apoio.

O apoio financeiro do CNPq viabilizou, sobretudo, a realização dos trabalhos de campo no Nordeste, região que conhecemos em 1974 - quando formávamos uma equipe para realizar entrevistas, e aplicar questionários para nossos colegas do Mestrado. Salvador foi nossa moradia nos anos oitenta. A bolsa concedida ampliou o conhecimento desta região, revisitada em três oportunidades nos anos de 1987 e 1988.

À Universidade Federal de Santa Catarina, e à Coordenadoria de Pós-Graduação em Geografia em particular, deve-se, a oportunidade de assistir um elevado número de palestras, cursos, seminários... através do intercâmbio inter-universidades. Esta dinâmica foi extremamente benéfica ao aprimoramento e ampliação do espectro do trabalho. Aos meus colegas da Geografia da UFSC a oportunidade de ter podido apresentar e discutir o andamento da pesquisa.

Agradeço a atenção dispensada pelas instituições do Nordeste: SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco (pela cessão

e aquisição de material bibliográfico); da parte dos colegas geógrafos nordestinos e da Universidade Federal de Sergipe pela convivência e pela bibliografia fornecida por ocasião do 8º Encontro Nacional de Geografia Agrária. O agradecimento se estende aos órgãos públicos do Estado da Bahia: Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e da CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, em Salvador, Senhor do Bonfim e Uauá; ao agrônomo responsável pelo projeto de irrigação em Pau dos Ferros - RN, por facilitar o acesso à área; ao responsável pelo açude ITANS em Caicó - RN, pelas informações prestadas.

Meu agradecimento ao IBGE - Santa Catarina, em especial às suas bibliotecárias pela solicitude e pelas providências tomadas no intuito de remessa de mapas e material bibliográfico.

À Secretária de Pós-Graduação em Geografia da USP, Fumiko Ono a atenção dispensada, e a todos certamente, que se acresce à sua capacidade profissional. A Valmir Volpato, que digitou este trabalho, mais do que isso foi além de suas atribuições específicas demonstrando capacidade e amizade. Aos alunos, a quem transmiti tudo o que sei, e o que vinha no dia a dia apreendendo, refletindo, e lhes repassando. Estes, ao ouvir e discutir certamente contribuíram e muito.

A todos que, desanimados ou conformados, esperam um mundo menos desigual, aos inconformados que lutam por esse ideal.

RESUMO

Esta dissertação discute a construção humana do ser e sobretudo suas contradições históricas, incompreensivelmente cristalizadas no presente. Busca pois desmaterializar a estreiteza das noções econômicas, dos sectarismos nacionais e de grupos de dominação que manipulam expectativas, pela evolução linear, remetendo ao futuro as mais simples aspirações das maiorias. Trata das limitações estruturais dos modelos miméticos que valorizam as aquisições e o "progresso" escamoteando as prioridades sociais que possam conduzir à liberdade da autonomia e à igualdade teórica dos possíveis desiguais. Intenta de reduzir a complexidade e complicação da aparelhagem ideológica e remete a uma nova construção sócio-espacial harmônica sob o tripé do pacto conciliatório da compensação-democracia-ecologia. Insere pois a participação política plena da comunidade no dia a dia desta construção.

Abre proposições - até pretensiosas mas paradoxalmente simples - para a discussão social ampla, interagindo o utópico ao concreto, cabendo à sociedade sua qualificação. À reforma social e econômica insere-se a reforma agrária considerada mais como simbólica face às limitações de modelo, salientando ao mesmo tempo aquilo que pode conter além de sua especificidade, dentro do tratamento da totalidade dialética. Contribui, pela metodologia e técnica geográficas, nas avaliações e para síntese do momento sob as questões postas como relevantes. Enfatiza a participação científica e da interdisciplinaridade nas ações políticas e pragmáticas para a elaboração de um novo espaço, por um novo homem para uma nova sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia social - Economia social - Geografia social -
Crítica social - Política econômica - Reformas sociais,
político-institucionais e econômicas - Planificação social
científica e interdisciplinar - Reorganização da
sócio-economia espacial.

ÍNDICE GERAL

1º TOMO

	Página
Banca Examinadora	ii
Apresentação e Agradecimentos	iii
Resumo	vi
Introdução	1
Nota	12

PRIMEIRA PARTE

As bases da filosofia e economia sociais e da ação política no corpo do encaminhamento teórico-metodológico - do geral ao específico

1. As premissas básicas	13
Passado, presente e futuro: as utopias possíveis ..	13
O caminho da dialética plena	24
Estrutura e articulação: os elos e questões essen- ciais	31
Notas	44
2. O sistema social: uma nova lei do valor, a liberda- de e participação conscientes	54
A busca da universalidade: premissa básica	54
A dualidade real e seus níveis	58
A condução do processo social	61
As interpretações do andamento	65
Esferas independentes	67
A questão do Estado e o social	68
Pragmatismo social	72
Notas	75
3. O sistema econômico	80
A respeito de superestimação	80
A esfera da necessidade	86
Os papéis do Estado: a importância negligenciada ou atravessada	94
Novos métodos de socialização	102
Notas	152

4. O sistema integral: uma busca fácil e difícil	162
A atualidade do passado filosófico	162
Unidade ou dualidade: multiplicidade facélica	167
O universal e o circunstancial: a universalidade parcelar	171
O espaço como fator para a nova sociedade e a nova economia	176
Notas	182
5. A busca de resoluções e conciliações possíveis: a sociedade aberta e corresponsável	188
A aglutinação no espaço	188
A heterogeneidade cultural: em busca da bilaterali- dade das relações sócio-econômicas	192
Quadro: Espaços hierárquicos de vivência e alterna- tivas	198
A planificação social e a intelligensia para a in- tegração: o novo homem e a nova sociedade	201
O difícil caminho do ecletismo	210
A questão do trabalho e a mobilidade vertical : a isonomia como meta	222
As articulações e as esferas de competência: da co- munidade ao Estado Nacional	233
Notas	238
6. Quadros ideais de síntese	245
I - Organograma de integração funcional-espacial das necessidades básicas da população	246
II - Faixas de remuneração do trabalho heterônomo	247
III - Distribuição social do trabalho heterônomo .	248
IV - Pressuposto ético-vital de socialização in- tegral e viabilização... ..	249
V - Esquema conceitual de integração sócio-eco- nômica eclética... ..	250
VI - Situação atual da organização sócio-políti- co econômica-eclética	251
VII - Situação utópica de organização sócio-polí- ca e econômica	252
VIII - Esferas e limites da abordagem interdis- ciplinar	253
IX - Encaminhamento teórico-metodológico da pes- quisa	254

2º TOMO

SEGUNDA PARTE

Reforma agrária, sociedade e espaço: contribuições à questão agrária brasileira

	Página
7. A Reforma da questão agrária	255
A gestão das minorias	255
A problemática do subdesenvolvimento no Brasil	270
A morte lenta da auto-suficiência?	279
Permanência da Pequena Produção Agrária em áreas com capitalismo desenvolvido e em áreas periféricas	283
Notas	310
Tabelas	313
8. A reforma agrária no contexto social pressuposto ..	322
Uma discussão teórico-metodológica necessária	322
A lei da compensação	335
A via democrática	339
A abordagem ecológica	341
A tentativa de um modelo	344
A proposta com revisão constitucional	349
A discriminação da proposta científico-interdisci- plinar	363
Notas	384
Quadro X - Cartograma: Proposta de territorializa- ção da Reforma Agrária	389
Quadro XI - Sugestão de tabela progressiva de ces- são de áreas para Reforma Agrária	390
9. A necessidade de estudo integrado - Tentativa de método de trabalho para avaliação gabinete-campo das relações entre uso atual e uso potencial da terra em municípios e microbacias do Nordeste do Brasil	392
Questões fundamentais	392
Quadros: A Inter-faces da Geografia: o projeto in- tegral	393
Encadeamento sistemático de técnicas geo- gráficas empregadas	396

A experiência venezuelana na revalorização do espaço	397
Um manual para o trabalho de campo	398
Quadro: Classificação de capacidade de uso da terra	400
Sugestão para mapas e relatório de capacidade de uso dos recursos naturais renováveis do Projeto RADAMBRASIL	401
Fotos de formas de uso da terra	402
Quadro: Maximização econômica e Conservação das fontes de produção da terra	418
Método para obtenção de índices de uso potencial agrário no Nordeste do Brasil	420
Quadro A - Classificação Tentativa de Capacidade de Uso Potencial da Terra para o Nordeste do Brasil	425
B - Combinações de Usos e Formas de Preservação para Mapeamento Potencial	426
- Ficha preliminar de Avaliação Solo-Revo	427-428
- Ficha preliminar de Avaliação Sócio-Econômica	429-430
Notas	431
10. Bibliografia	433
Teórica básica genérica	433
Teórica econômica, genérica, específica e Brasil ..	436
Teórica básica geográfica	438
Teórica questão agrária; Brasil; Nordeste	441
Reforma Agrária	447
Operacional. Alternativa. Outros	449
11. Apêndice	451
Análise geográfica do setor agrário do município de Fraia Grande, SC - Questões e propostas	1 a 52
índice próprio.	

PRIMEIRA PARTE

**As bases da filosofia e economia sociais e da
ação política no corpo do encaminhamento
teórico-metodológico - do geral ao específico**

INTRODUÇÃO

"De Platão a Hegel e Marx todos os grandes sistemas filosóficos propõem ontogenias ao mesmo tempo explicativas e normativas".

JACQUES MONOD (Op. cit: 187)

"A alienação na vida real está também refletida na consciência da sociedade, na sua ideologia".

KARL MARX (Apud Avineri: 199)

"A ajuda ao Terceiro Mundo teve como resultado principal, salvo raras exceções, modernizar e consolidar as sociedades fundamentadas no privilégio, ocidentalizar as elites, impulsionar o crescimento na desigualdade..."

IGNACY SACHS (Op. cit: 53)

Ao se empreender um trabalho geográfico, como contribuição à denominada questão agrária brasileira e à Reforma Agrária, sabia-se de antemão do cipoal de articulações necessárias a qualquer proposição com sentido para tais reconstruções sociais, tendo em vista o esgotamento do assunto, alvo da atenção dos milhares de estudiosos da problemática agrária.

Para fugir de tal emaranhado - discutido, rediscutido, refletido constantemente - a saída foi encontrada mais uma vez a nível teórico, como tantos e tantos que nos antecederam na busca utópica que nos libertasse das injunções sócio-econômicas frustrantes.

Às articulações da complexidade das questões do mundo atual se acrescentavam outras de caráter prático apreendidas no cotidiano real, fora do encastelamento teórico. Amplia-se desta forma o fardo do escopo por mais

formulações e idéias encaixantes cuja amarração mostrar-se-ia como uma síntese dificultosa.

A premissa pois conduziu a ampliar ainda mais o referencial teórico como uma procura insana de novas interações para apaziguar as angústias e se tal esforço aparecia em nossa mente como vão em outros momentos efetivamente amenizava esta saciedade do impossível.

Ao leitor passo as próprias contradições internas do encadeamento, a pretensão de contribuir de forma construtiva, o sentir-se socialmente útil tendo em vista o conservadorismo das resoluções cruciais do nosso tempo. Outras vezes o pensamento nos conduzia a até aceitar as formulações deste caos organizado, e de compreender a lógica interna das construções abstratas do coletivo. Ainda seríamos perpassados pela decepção do contexto como fruto destas mesmas reflexões que infletiam para o relativismo das construções universais. A alternativa conduziu ao afastamento do real concreto em direção ao real-imaginário, a uma utopia não deglutível (certamente) face à materialidade das relações sociais.

Afinal pergunta-se existe evolução? Por que consertar algo que constitui um processo a contento dentro do relativismo do processo.

Será que um trabalho específico impõe o conteúdo filosófico da reflexão do ser, obriga à ontologia, exige tais elocubrações passíveis de passarem uma ilusão de discurso e de retórica, contrariamente daquilo que se pretende. Estaremos caindo na própria armadilha?! As conexões e a amplitude extremas são necessárias ou não passam de sofisticacões da teoria, do método, da sistematização, da síntese, da totalidade... Afinal o que são estes termos. São resultados ou são limites?

Porque tal esforço telúrico de penetrar na essência. Porque se afundar na multiplicidade filosófica. Porque retornar a vinte e cinco séculos de cosmologia se isto implicaria em negligenciar a resolução. Porque não caminhar para o reducionismo confortável da análise conjuntural e da resolução compatível ao momento. Porque retroceder, e apreender todo um encaminhamento tortuoso e contraditório entre o ser e o ter, entre o ser e o não-ser, entre o mutável e o imutável. Talvez por deficiência da compreensão deste integral pensado e não realizado, nem realizável talvez.

Foi tentada esta regressão da forma mais plural, porém adequada ao circunstancial subjetivo. Se o homem já há muito tempo refletiu sobre si e seu meio porque não houve a considerável difusão dessa reflexão em função desta precocidade no tempo. Porque tantas contradições; ou talvez estas não existam, mas concepções de mundo não confluentes e desiguais como premissa. Porque o camponês foi sempre subalterno? Porque a massa continua massa ignara. Barrabás! Afinal andamos ou estamos patinando sem sair do lugar. O homem é criador de objetos mas será que tem pensado adequadamente sobre a busca da felicidade. Embora o pensamento não ocupe lugar no espaço influencia muita matéria e com isso obriga a se pensar mais. Séculos de dialética ainda não conseguiram ampliar a questão da posição no espaço e sobre a integração social no espaço. Estamos longe da classe (ou da não-classe) universal. Refletir a respeito da desigualdade implica em refletir sobre desequilíbrio. Porém a questão mais ampla seria talvez a retirada pura e simples da analogia, a desconsideração destes termos e substituí-los por outros pertinentes, tais como a concepção da direção do mundo, equidade, solidariedade, ... Assim como eliminar o mimetismo por ele

próprio, e o encaminhamento de uma nova construção dialética.

Assim, a regressão à evolução não obriga à linearidade das etapas sendo possível uma criação conjunta de novos valores integrais, assim como uma constituição dialética permanente, porém não sufocante, mas democraticamente transparente, aberta, integrante, que embora conciliadora, seja, ao mesmo tempo, radical.

Desta forma pretendeu-se chegar à raiz da construção, seus porquês, acertos e erros e a respeito de correções da contemporaneidade. Não sabemos se o caminho foi suficiente, pertinente e discutível ao menos. Fica a angústia de já ter visto este filme muitas vezes, porém, tal como no cinema, não transportável à realidade.

A análise exigiu a separação estanque - a dicotomia conflitante e paradoxalmente "rica". Talvez a busca a leve a ser cruamente lógica ou possivelmente totalitária no anarquismo da corresponsabilidade radical. Permanece mais na afirmação da negação do que na negação da negação. A resolução, parece-me, encaminhar muito menos ao formal e sim ao mais espontâneo. Uma construção suave de todos com todos sem holocaustos ou mártires. Porém a busca da consciência e a da autoconsciência, embora relativas, constituem a essência de tal construção, que seria quase uma escatologia possivelmente até monótona. Este ponto talvez seja o calcanhar de Aquiles.

A busca integral faz dela sem dúvida uma utopia. Afinal a lógica é a arte de pensar - o estudo dos pensamentos com sentido e valor implícitos - ou a ciência das leis ideais do pensamento e a arte de aplicá-los na procura e na demonstração da verdade (razão e experiência), salientando a crítica, que relaciona os estados de espírito à verdade. A lógica seria suficiente para penetrar o conceito relativo de

verdade. Esta é absoluta ou ontológica (a própria natureza) ou enquanto verdade lógica é subjetiva ao nosso conhecimento e conforme ao conhecido.

O homem poderá ser conhecido ou compreendido fora de seu contexto histórico ou o "novo" causa pânico e reação por não ser histórico embora faça parte da história⁴. Será o sistema político vivenciado como um todo pela sociedade, sendo portanto a fiel projeção de seus valores e destes quais seus pesos relativos?

A impressão inicial configura a falta de perspectivas e mesmo de saídas gradativas à maioria em uma diretriz integrante e solidária. Haveria a possibilidade de um projeto que quebre esta dependência estrutural e sobretudo que permita opções ou alternâncias entre a rotina alienante e a escolha fora da linha crua da necessidade e da sobrevivência.

Ao longo do trabalho discute-se a desintegração entre Estado e Sociedade Civil, e a impotência acentuada da resolução de questões até simples. Aparecem estrangulamentos de várias ordens, fatos que impõem sua discussão em contexto, formulações tendo por base estas contradições e caminhos para o equacionamento em conjunto. Sem dúvida, a problemática tem se acumulado, e dirige-se para um ponto de ruptura. A medida em que este se aproxima do estado de alerta receberá uma amenização somente a título de afrouxamento, sem contudo conduzir à ampla reestruturação exigida.

Desta forma encaminhou-se a pesquisa para a reflexão das superestruturas e infra-estruturas dos sistemas desintegrados na unidade precária da sobrevivência dependente. Esta em lugar de voltada para a cidadania parcelar, a vislumbraríamos em uma situação mais plural de concatenação responsável entre as esferas da individualidade

e da coletividade, unidas condicionalmente, em busca de um projeto harmônico paradoxalmente difícil e fácil. A este estado integral (mais não obrigatoriamente integrante), embora saibamos que não será uma panacéia - que denominaríamos ainda com a terminologia de sistema - visto que não implica em liberalização mas ainda construção consensual, aberta e refletida de forma exaustiva.

Efetivamente abordam-se algumas das questões de um universo interdisciplinar extremamente mais rico e até exorbita-se em algumas proposições para o encaminhamento de uma socialização coerente à nossa concepção de mundo, porém referendada pela bibliografia de pensadores de muito maior competência.

Sem dúvida as soluções estruturais se fazem sumamente necessárias mas, para tanto exigem o afloramento da autoconsciência e sobretudo despojamento. Se não forem possíveis à realidade, ainda conflituosa e contraditória, ao menos devem ser encaminhadas como metas futuras, visto que a socialização historicamente vem sendo construída ainda que a duras penas e de forma desorganizada.

Portanto a discussão epistemológica da ciência social e de sua desarticulação tem também responsabilidade por tal estado de fluidez ao retardar a consecução sequer do mínimo das necessidades das maiorias excluídas.

A separação do social e do econômico, as grandes bases da política e dos projetos de caráter universal (e das alternativas impostas) mostra um Estado subdesenvolvido e ao mesmo tempo abstrato à construção com e pelos direitos e deveres gerais. Não se quer preconizar o Estado do Bem-Estar - e as razões são expostas no decorrer do trabalho - mas o Poder Público no poder de forma impessoal, uma organização de todos por todos.

Desta forma, o projeto inicial que visava trabalhar um assunto específico, a Reforma Agrária, mesmo que de forma espacializada, sem o conteúdo cosmológico pareceria um conserto, enquanto poderia conter muito mais do que sua fugaz especificidade. A exigência de maior vigor de reflexão e com capacidade de integração perspectiva, mesmo que dentro das resoluções conjunturais-estruturais, induzia a recorrência do contexto mais amplo para algo que a tornasse uma construção sólida.

A questão agrária brasileira ou a discussão da R.A. frente ao sistema, ou contrariamente a este, passa antes pela exigência de novas regras para as relações desiguais, e à sua ruptura, à sua reversão. A reorganização espacial, vista como forma e como funcionamento, prescinde da essência. Esta está contida na própria reciclagem de nossa concepção individualista. Em lugar do "Salve-se quem puder", a tônica de resolução indica "Salvemo-nos juntos". Se a condição humana holística não prevalecer as resoluções serão parcializadas às contingências que, ciclicamente, podem até reverter ao estado anterior, embora tal fato não seja possível pela dialética e mostrará outra configuração a discutir. Acredito que a formulação científica oferece meios de seguir muito além dos paliativos.

Questões como mercado, inflação, ... constituem criações estruturais de um modelo ultrapassado e que seguramente não deveriam assumir um caráter essencial arbitrariamente atribuído. A estes acrescentam-se outros problemas institucionais como anomalias jurídicas "legalistas" no intuito de assegurar privilégios, contestados amiúde, porém escamoteados na passagem para o nível de resolução. Assim uma massiva distribuição de renda e de trabalho passa também pela consideração dos óbices mutáveis mas cristalizados. Uma reconstrução nova e plena deve contemplar as reais

prioridades essenciais indutoras, e a partir destas as resoluções setoriais fluirão de forma tranquila.

A participação, e a divisão dos poderes e obrigações, são imprescindíveis para esta nova construção e para tanto compreendem discussões exaustivas, porém ainda não totalmente abrangentes à complexidade, que somente pode ser retomada e "resolvida" pela maioria através de um consenso concreto realista e justo das responsabilidades, competências e pela divisão equânime destas tarefas. A nova sociedade civil, ou melhor, o Poder Público, constituirá o mediador eficiente e legítimo para estas transformações radicais e integrais. Esta exige "alguns dos anéis e os dedos de todos". Somente um poder descentralizado e atuante, prevendo a autonomia sob limites, pode fazer frente a esta construção integral.

A linha teórica apoia-se em três pilares, o primeiro político implica em compensação histórica como premissa contraposta à própria evolução desigual e combinada da construção sócio-econômica da Humanidade, racionalizada ao extremo no capitalismo sob formas variáveis de exploração. Ao que se acrescenta a sofisticação, uma falsa integração visto que material, marcada pelo consumo alienado. A compensação implica, de maneira clara no ressarcimento simbólico das contradições. A partir deste pacto, ao se assumir o caráter ético da esperança e de ruptura há condições para a real potencialização, para a ascensão intelectual, e prática, da classe marginal - subsumida no atual, como massa, e portanto em evolução parcial, e à mercê de seus utilizadores. Tal avaliação deve conduzir sobretudo à valorização do espaço psico-social.

O segundo ponto parte desta zeragem consensual e remete à construção democrática permanente e consciente. Esta tem como baliza a normatização e a construção isonômica,

pela confluência do trabalho à justiça distributiva desta participação. A democracia prevê a radicalização do maior recurso, a educação, com evolução sem limites na plenitude intelectual. Compreende o espaço da solidariedade orgânica, da esfera da convivência através de resoluções comunitárias e da afirmação da personalidade no contexto social. Impõe espaços livres e deveres distributivos concordantes ao projeto universal.

O terceiro fundamento integra o próprio espaço formal na reestruturação sócio-econômica. Trata-se da própria esfera da geografia, o meio ambiente como processo perene e evolutivo com vistas à sua reformulação pelo projeto funcional pleno. Constitui a base da perspectiva, além da própria capacidade individual de dispor do espaço e dos homens para as construções parciais limitadoras e mediatistas. Insere perspectivas, e também cautela, se porventura o projeto global não assumir a grandiosidade utópica possível. A visão do espaço ecológico, na pior das hipóteses, evita novas frustrações aos participantes. Como disse Ernest Bloch o erro coletivo ou individual também faz parte do princípio da esperança.

Acredita-se pois em um caminho para uma política espacial, discutida sobretudo no capítulo sobre o sistema econômico e nas vertentes para a socialização. O reagrupamento da distribuição/retribuição financeiras, e as formas desta rearticulação, implicam em direcionar a pesquisa para as estratégias deste encaminhamento da política econômica através de aproximações sucessivas para ampliação e demonstração da gestão do processo pela conexão entre trabalho, tecnologia e capital.

Os quadros de síntese que este trabalho contempla de forma direta formulam algumas das exigências desta construção do geral, nos aspectos institucional, econômico e

das relações hierárquicas da divisão social do trabalho, da participação da comunidade e da própria visão do caminhar teórico-metodológico da pesquisa no sentido de alcançar as metas propostas.

Ao caráter utópico como meta ideal se interpõem as resoluções do cotidiano, isto é, do real concreto social e economicamente distanciado da idéia-ideal. Trata-se da esfera da contribuição geográfica da análise conjuntural-estrutural. Constitui assim a esfera espacial das relações e seus estrangulamentos, contradições e das propostas de atenuação permeadas desta forma por um direcionamento mais realista. Consiste no próprio método geográfico da análise das relações sociais atuais no espaço. No caso, voltadas à questão agrária, e ao Nordeste brasileiro em particular como a região da agudização dos problemas, portanto merecedora de uma atenção especial e sempre de interesse deste pesquisador.

A questão agrária pode conter mais do que sua própria especificidade em função da crescente urbanização e do nível de "comunicação" atual. Se espacialmente configurada como um espaço de planejamento oferece perspectivas de redenção social geral em confronto à barbárie da apropriação atual. Deve ser encarada desta forma como uma "solução" da dicotomia do rural-urbano, por um novo espaço de recriação homem-sociedade-natureza. Não se trata mais do rural historicamente subalterno mas de um espaço otimizado onde se viverá melhor.

Neste aspecto este trabalho leva avante a discriminação da potencialidade do espaço enquanto físico para a potencialização humana e da natureza. Corresponde à abordagem da perspectiva homem-terra, sob apoio científico do ecodesenvolvimento mediante tecnologia suave e perenidade teórica. Vai além do economicismo para o integral.

Na Segunda Parte procura-se, ao ser técnico, influir no social de forma pragmática e onde a interdisciplinaridade realizaria de forma mais competente esta integração ideal. A contribuição da geografia resume no possível esta exigência a nível do espaço como fator.

A valorização dos espaços regionais enquanto potencialidade física e como espaço de construção, livre das injunções sócio-econômicas determinantes, extrapola os objetivos específicos do rural ao reorganizar o espaço como um todo. A força das bases e dos lugares restringe a circulação capitalista, reduz desperdícios e fortalece a economia local e regional pela bilateralidade das novas relações espaciais, sem que isto implique em autarquia.

A avaliação, mesmo que sob caráter quantitativo, mostra disparidades no valor-trabalho, permitem encaminhar à isonomia do trabalho-tempo e restringir a força exterior e dominante do mercado. O Poder Público é chamado a regulamentar as contradições da troca desigual e das apropriações exdrúxulas e espoliativas.

N O T A

‘1’ Herbert Marcuse, *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*, citado por Sérgio Alves de Oliveira, *Op. cit.*, p. 22.

1. AS PREMISSAS BÁSICAS

"O resultado do desequilibrado desenvolvimento dos últimos 300 anos é que o homem ocidental tem se tornado rico em meios e pobre em fins"

E.F. SCHUMACHER⁽¹⁾

Passado, presente e futuro: as utopias possíveis

Como foi possível construir tanto sem a evolução equivalente do ser. Trata-se de um processo somente aquém da ficção científica e das novelas, onde tudo é possível, mas ao entrar, ao penetrar na vida individual, nos casos particulares, nas categorias, parece que esta construção desmorona⁽²⁾. A visão formal conduz à construção, ela existe, é concreta. A visão essencial impõe restrições, qualifica e espacializa as construções. Quem conseguiu tal história, tal como se nos apresenta hoje? As idéias ou o trabalho? O poder ou a liberdade? Arriscaríamos integrá-las como contingências e em termos bastante relativos dentro do ponto de vista do processo.

Na construção das catedrais, o que moveu as pedras: a fé, o medo, a esperança transcendental, o poder, o dinheiro, a paga da indulgência... (Deixemos em aberto). Na construção das cidades, dos campos cultivados, dos edifícios, das indústrias cabem especificações. As cidades são frutos do poder difuso, concentrado em um espaço visível, palpável, simbólico portanto. Trata-se de um espaço de sociabilização, de normas, de evolução, de concessões - o espaço da mudança. Contém entretanto, contradições brutais, violência inaudita, novas formas de apropriação mais sofisticadas e rápidas em relação ao tradicionalismo do campo, e diferenciações de (e frente à) natureza. A cidade é em síntese, uma nova natureza a discutir. A urbanização moderna multiplicou cidades, ampliou o poder e novas estruturações sócio-financeiras

criando seus "soldados", "sub oficiais" e "oficiais"⁽³⁾ Aglutinando centros de decisão da política, da intelectualidade, da economia de escala, do capital produtivo e do especulativo⁽⁴⁾, a cidade também é o produto real de possibilidades não concretizáveis em sua plenitude. Embora não haja caminho de volta urge refletir sobre seus resultados tendo em vista seus modos de vida extremamente objetivados, transferidos hoje, também, ao meio rural de forma direta ou não, sobretudo pela discutível mídia.

A expansão urbana acelerada ampliou áreas cultivadas, formulou uma nova escala, isto é, o mundo cresceu pelo próprio progresso que multiplicou a natureza humana que o homem reproduz, assim como a natureza que ele utiliza e destrói.

A questão da finitude deste processo constitui uma interrogação. A questão da expropriação diferencial do trabalho no espaço é mais concreta e evidente. A par da questão demográfica versus ecologia (ou progresso versus ecologia ou ainda, economia versus trabalho), entre outros jogos discutíveis e num campeonato que não termina, fica uma questão maior, a do aplainamento preventivo, no mínimo racional, sem entrar em outros méritos muito mais apropriados, posto que fundamentais.

A dicotomia cidade-campo constitui um mote importante ao geógrafo porém, face à análise substantiva, mostra-se parcial em confronto à interpretação e à essência, que transpassam estes espaços, marcados inclusive por especificidades, e do econômico que os recobre e transparece em cada realidade de acordo com o produzido⁽⁵⁾. A criação de um espaço integral implica em romper a estrutura e seu reflexo na história, isto é, o espaço mediatizado pela matéria e a conduta do momento. Conforme as palavras de Sartre as práxis inscritas do passado constituem estruturas

sociais de contrafinalidade (Apud Milton Santos, 1986, p. 139, 145, 151, 152).

O homem construiu monumentos, edifícios, indústrias sofisticadas, naves espaciais e deixa muitos e muitos ao relento. O que ocorreu é que parte construiu. Existem tempos diversos e um espaço em mundialização, porém sub-espacos formalmente e frontalmente desiguais⁴. Trata-se de um choque e uma realidade que pode assumir aspectos positivos e negativos. Nos primeiros, sobressai a pluralidade e o contínuo da reflexão - a própria dialética em andamento acelerado - a preservação-integração culturais recriando e ressocializando. Entre os negativos sobrevêm outra vez o economicismo em potência (ou impotenciado), marca da comunicação inconsequente que joga (literalmente) imagens atrativas, em um novo mundo de ilusão. Faz com que o trabalho, a dignidade, pareçam coisa do passado. Trata-se de um poder avassalador, o da tecnologia sobre o arcaico, o de conceitos materialistas da "selva de pedra" sobre o tradicional, o natural. Não tenho receio de expor a dualidade, e tenho dúvidas teóricas sobre as críticas que lhe foram encaminhadas no âmbito da economia. Tenho no entanto certa convicção que foram parciais, visto que se tentava compor tempos diversos dentro do mesmo modelo conformático⁷.

Esta posição teórica será recolocada posteriormente, sempre tendo por base o pluralismo e seus limites. No momento cabe lembrar que espaços culturais restritos, regionais e mesmo locais, também participam da construção do todo e escamoteados na construção de uma totalidade que não considera os seus valores. Weber não crê em valores universais e tal questão suscita dúvidas quanto aos sentidos sociais e democráticos do progresso e de seus modelos pret-a-porter.

Quando foram construídos os monumentos aos homens e a Deus, o pensamento exigia estes simbolismos. Ao povo a vida após a morte, à igreja o que lhe cabe para inebriar o povo e realizar esta transição. Deus impunha respeito, medo, sacrifícios e esperança eterna. Por outro lado, as normas sociais-religiosas evitaram o desmantelamento da organização humana, até o momento em que, gradativamente, o homem foi se "libertando". A religião, acompanhando os tempos, reciclou-se e hoje medeia o que fôr possível, fazendo o papel de bombeiro (apaziguador) e mudando de classe (para a mais fraca). Olhando o homem com suas limitações, ela mantém ainda o seu lugar, pois há muito que redimir.

A construção deste mundo consiste na preponderância da idéia, ou do trabalho (?). Seria realizável sem oligarquias, sem classes dominantes, sem líderes fixos (?). Quem detém idéia detém poder e o trabalho está a reboque do cérebro. A dicotomia crônica talvez seja uma das pedras-de-toque dos grandes movimentos sociais que traduzem os anseios populares em busca da justiça básica. Afinal o que impede a verdadeira democratização, mais do que isto a universalização plena. O que seria esta "coisa"? A chave do enigma da escravização e redenção do homem é a economia, dizia Marx^(*). Sem competição, nem dominação, sem o poder do capital, e o cérebro trabalhando para todo o conjunto da sociedade, as desigualdades deveriam refluir: seria quase o óbvio. Mas poderia afluir a estagnação, outro dilema crucial. Marx forneceu uma análise significativa do capitalismo e de sua lógica interna. Ao contrapor-se às necessidades fixas de Proudhon afirmou que os nossos desejos e prazeres brotam da sociedade e são avaliados perante ela e não em função de nossas necessidades e desejos pessoais conscientes. A capacidade intencional autônoma, fruto do ascetismo do capitalismo heróico, confrontada ao atual dinamismo do capital aparece, em termos práticos, como

resíduos pouco importantes. Salvo o nível da acumulação primitiva hoje prepondera a escala já alcançando em alguns casos o nível mega. Talvez devido a isso tanto o cérebro como o trabalho, através de uma visão material mais aguçada, procuram na economia dos aparelhos o caminho que o liberta da escravização. A maioria, pela própria lógica interna, não encontra alternativas dentro do sistema, a não ser como assalariados. A reforma do sistema poderia juntar cérebro e trabalho numa construção de justiça e emancipação.

Infelizmente a utopia ainda não se realizou. Para alcançar o "todo" extinguiu-se uma parcela da "liberdade". Na prática as idéias de Marx conduziram a um choque em que a contraposição de sistemas obrigou a medidas extremas - e apesar da planificação, que levaria a um optimum teórico-prático jamais alcançado - paradoxalmente exigiu fusão unânime do povo pelas elites (no caso políticas, portanto, um processo não natural), para que pudesse ser o primeiro exemplo de socialismo sem ainda outras opções, sob formas mais plenas, além da realizada. O desafio foi vencido? Consumou-se ...?

O marxismo continua como uma utopia^(?), assim como o foi para Marx; como foi (e é) o socialismo, para os que o antecederam e para aqueles que vieram após ele - que foi o teórico da revolução que aconteceu. Embora muitas vezes de forma diversa às suas, as reflexões conduzem a debates sobre a problemática dialética que persiste entre poder e liberdade e na igualdade entre desiguais reais formados ao longo da história. Neste aspecto o socialismo realmente existente deixa de ser dialético ao se institucionalizar, sobretudo com Stalin. Agora quando volta a propiciar a dialética abre-se às contradições que persistem. A questão crucial é saber ao que conduzirá. Parece-me muito pesada a construção coletiva central e exige a prática constante da animação, tal como foi a revolução cultural maoísta e o

movimento marxista de Cuba. Com as mudanças no leste europeu entabulou-se o diálogo e para todo o mundo consiste em um alívio, sobretudo para os menos solidários e mais individualistas. O meritório deveria encaminhar à uma nova visão de socialismo democrático (na minha em particular), um socialismo ainda dinâmico e talvez para sempre. Espera-se um socialismo realista e planejado somente para com a administração de nossos recursos e que preveja uma vida livre e autônoma (natural) e em conjunto com a natureza agora num círculo não mais vicioso, levando em consideração a conjuntura e possíveis problemas futuros.

A verdade estaria na eliminação do econômico e na volta ao comunismo primitivo acoplado aos avanços da tecnologia, algo como uma sociedade satisfeita, como sugeriu Marx, o estágio supremo da humanidade - o comunismo. Isto implicaria em um nível muito alto de produção de bens de consumo, que esperamos diferente do esbanjamento do rico modelo ocidental. Do ponto de vista político, a verdade estaria no fim do Estado, mas muito antes do seu fim, o do partido único. Sob este aspecto a coletividade aceita melhor o Estado como regulador da dialética ordem/dinamismo inovador⁽¹⁰⁾, embora articulado no consenso precário de forças rivais que almejam conquistar o poder. Talvez a solução seja a eliminação do poder. Assim torna-se difícil fazer futurologia mas é muito mais lógico e racional (sem querer deter ambas as categorias) prever ou trabalhar para aparar as arestas, já que não se pode desarmar os espíritos. Caímos no relativismo (ou historicismo) de Dilthey no qual sobressai o conceito da compreensão dos fatos sociais, e não apenas sua explicação, e da validade historicamente limitada das ciências sociais.

O raciocínio desenvolvido para uma tentativa de síntese relativizou a evolução da humanidade. Esta, embora tenha ampliado idéia, técnica e trabalho, até então

privilegiou a idéia, e esta conduziu à apropriação individual ou de grupos; a técnica, filha da idéia, acelerou o diferencial sobre o trabalho e a natureza. Se como o próprio Marx afirmou, o invento escapa do inventor, a decorrência seria a distribuição, que a variável tecnológica parcializa e restringe pois o inventor, favorecido por chances históricas, encontra-se sempre em um patamar superior ao binômio tempo-espaco e quase sempre mais apto a realizar novas transformações e colocar-se novamente acima. Esta seria a situação atual na qual os subdesenvolvidos lutam para chegar à praia, nadando, enquanto os desenvolvidos possuem lanchas e estão sempre à sua frente em uma corrida desigual. A chave seria uma alternativa diversa. Muitos a procuraram no Japão, nos EUA, na URSS, na China. For que não em todas elas e em nenhuma delas¹⁴.

Este desenvolvimento de pensamento abre uma perspectiva de um novo desafio (ou de um novo projeto). Assim a "relatividade e o ceticismo decorrem mais da fraqueza do indivíduo do que da organização do sistema". Em outras palavras, o sistema ou a organização social como um todo evoluiu a nível da luta pela vida, ofereceu mais aos mais conscientes, em graus diferenciados obviamente pela estrutura de classes. Porém, mais do que isto, privilegiou uma competição das oligarquias na consecução de modelos incompletos, embora eficientes, visto que se utilizam indiscriminadamente do trabalho e da inconsciência e com isso conduzem a maioria. A não universalização plena e as diferenças de toda a espécie são este motor. Trata-se mais de uma luta aberta, ou camuflada, pela competição (que implica também em eficiência) que se traduzem em ganhos relativos às classes dirigentes no sistema capitalista e aos que lhe estão mais próximos e, para tanto mais conscientes¹⁵. No sistema socialista efetivo a evolução dirige-se a um conjunto mais amplo porém sob uma forma

cristalizada que não permite personalismos ou restrições ao sistema, por se constituírem também em entraves à sua visão formal, o que, do ponto de vista da doutrina, está rigorosamente correto.

Há assim a possibilidade de liberdade e igualdade serem somente relativas, embora a Robinsoniada, como expressão da personalidade, seja válida para nós enquanto para Marx é enganadora¹². O célebre exemplo marxiano das casas que antes pareciam adequadas aos seus proprietários - e que após a construção de um palácio passaram a cabanas - conduz a raciocinar que, em verdade, este processo de desejo e prazer é incontrollável. Embora Marx censurasse Proudhon por imaginar um modelo de comportamento humano baseado em necessidades fixas, estas têm que ser normatizadas e distribuídas de acordo com as opções culturais, desde que não extrapolem um uso adequado dos recursos do planeta, e não se sobreponham à evolução de outros grupos de relação. As expectativas tem limites no tempo histórico, porém o conceito de histórico sendo vago, possibilita, através da técnica, também aparências de progresso geral. Assim existem modelos evidentes de progresso, porém os extremamente ascéticos do passado e voltados ao trabalho transformaram-se em modelos consumidores extravagantes¹⁴. A metodologia compreensiva prevê uma abertura face aos tempos diversos em um espaço racionalizado ao extremo onde outros modelos com história diversa são vistos como inferiores.

Embora Marx divergisse de qualquer teoria econômica no conceito de propriedade e de produção individuais, que redutíveis ao processo histórico e social seriam efêmeras e determinadas, a produção autárquica, como modelo individualístico, não significa que a propriedade antecedeu a sociedade mas um processo de trabalho antes de tudo intencional de relação homem-natureza. Apesar de históricas, as produções autárquicas são sociais e objetivas às

necessidades de uma sociedade próxima, à comunidade interior a áreas pouco afetadas pelas relações econômicas da universalização capitalista. A nosso ver o campesinato tem a capacidade de reunir o substrato ao objetivo diferentemente do modelo individualista marcado pela divisão social do trabalho⁽¹⁵⁾

A troca social moderna por seu turno é que vai caracterizar o despojamento dos indivíduos de todos os atributos de sua existência real. Agora prevalece a divisão do trabalho, assim como categorias diferenciadas (os capitalistas defendem-se dizendo que também trabalham) e torna-se conveniente especificar o quantum que a sociedade prevê para cada categoria. Aí é que residem as injustiças e trata-se de questão mais delicada. A existência de um modo de produção individual do tipo camponês ou artesanal; de um bem restrito construído pela individualidade de cada um de acordo com o reflexo - inconsciente (?) mas real - assim como a da propriedade-morada, que lhe prevê menor angústia e dependência - se contrapõe frontalmente à existência da propriedade barganha do trabalho de outrém (sistemático sobretudo), que constitui o alvo principal de discussão.

A opção pode ser a revolução que rompa totalmente com o passado; se ela for do tipo stalinista, não poderá ser feita sem sangue. A conciliação econômica desejável seria através dos anéis e não dos dedos, e se sobrevierem novos anéis, estas serão questões para uma nova *aufhebung* de um novo tempo. Antes é necessário superar as do nosso tempo. A essência é necessária, mas para alcançá-la será preciso discutir determinados simbolismos.

Avançando mais sobre a utopia possível e suas contradições e, inserindo uma visão sócio-espacial a discutir, permite opções. Porque combater-se, por exemplo, uma visão pequeno-burguesa (que apresenta um significado positivo

também) em lugar de atacar a resolução da dependência do proletariado. A integração seria mais inteligente visto que ambas as classes, sob óticas diferenciadas, são confluentes. A primeira pode ser conciliável, e intelectualmente apta para a construção.

Ao se projetar uma saída inicial através de uma reforma urbano-rural da terra, atingindo alvos como a moradia e a evolução da produção autárquica, (que fazem parte dos movimentos de esquerda) não se acabará com o monopólio do trabalho assalariado na cidade, nem com a produção de espoliação no campo, mas precipitar-se-ão novas regras, uma das quais é, necessariamente, a minimização da especulação. Tudo isso contudo sem contrapor-se à produção capitalista dita "moderna", e que, por seu turno, deverá se reciclar para produzir mais justiça social, eficiência e menor desperdício da natureza, em conjunto (como lógica interna). A redistribuição do (e no) espaço seria sem dúvida mais democrática, provendo melhor uso de espaços subutilizados, dinamizando o trabalho, desalienando-o no que for possível. A partir daí passa-se ao segundo passo: a possibilidade de uma sociedade mais racional, de qualidade razoável a todos.

Reduzindo-se a reprodução contínua e acelerada do capital e do espaço, amplia-se a perspectiva de novas criações - da capacidade humana de explicar e construir, à capacidade de recompor e experimentar, e portanto não se construirá uma sociedade dialética sobre ruínas^{'14'}. A história não deveria ser modeladora do homem e sim o contrário, com a consciência da natureza inserida no todo (do ponto de vista ecológico-científico), assumindo uma nova subjetividade (positiva) dentro de uma perspectiva futura, mas possível no presente. Será mais uma utopia de integração ingênua ou a escatologia faz parte do jogo?^{'17'}.

Não se nega a evolução do homem e sua capacidade de criar e alterar as condições de sua vida. Ele é diferente dos animais, mas a sociedade econômica, e desigual, faz de alguns indivíduos e de Estados, elementos negativos para a transformação. Para se resolver parte destes problemas, que não são imanentes nem inerentes, urge sair do profetismo historicista fundado na certeza final de cada sistema, que nos trouxe os erros que a história também contém⁽¹⁰⁾. Se existe uma adaptação à contingência pois ela é inevitável (até o momento), a continuada luta contra a incerteza faz parte do projeto humano. A questão a colocar consiste em qual a melhor maneira; qual a forma de conciliar os tempos-espacos sem exploração do ser humano e da natureza. Um terceiro caminho já foi tentado embora somente a nível político. Esta via cientificamente elaborada, já está em andamento. Resta saber se: será efetiva e universal dentro do normativo básico - neste aspecto deve haver a integralidade da biosfera enquanto natureza. A parte humana é mais específica e sua transformação contempla a minimização do animismo e do antropocentrismo. Algo assim, recordando Schweitzer, como o respeito a todos os seres vivos independentemente se tenham ou não alma, e de considerar que podem ocorrer também problemas na biosfera pelos excessos do homem. Certamente para muitos trata-se de uma visão piegas. Reforçamos o raciocínio com o da previdência. Exemplificando-se a energia atômica, é o mais próximo de Deus que o homem chegou (raciocionando a nível de metáfora). É uma questão de risco⁽¹¹⁾, tal como o homem conquistando os oceanos e o espaço. Só que neste caso são grupos, e os riscos mais específicos e isolados. Energia atômica e sistemas políticos podem provocar reações químico-físicas incontrolláveis. O diabo de Goethe disse "Eu sou o espírito que sempre nega e isso com razão porque tudo que existe merece acabar". E se o diabo for o próprio

espírito humano, ou melhor aqueles que detém esses poderes sobre pobres espíritos humanos?

O caminho da dialética plena

Se há necessidade de se atacar os dogmas há também, em menor grau, que se seguir na dialética não como um sistema fechado e definitivo – e sim através de uma das suas leis, a dos saltos qualitativos, pela qual um desenvolvimento quantitativo e contínuo numa realidade acaba frequentemente por produzir uma forma inteiramente nova, essencialmente diversa da anterior^{‘20’}. Contudo não implica obrigatoriamente na essência, pois é uma busca difícil porém gradativamente vem sendo construída pela socialização do ponto de vista relativo do espírito e pela socialização econômica^{‘21’}. Efetivamente ambas devem seguir sem o fatalismo do economicismo (ou das leis puras), nem no liberalismo ou moral abstratos (ou das puras intenções), que constituem o dilema da impotência de Lukács (Lowy, 1988: 22, Op. cit.) sob pena de reversão. Dentro de nossa proposta metodológica a dialética de Rosa Luxemburg, de ciência revolucionária, a categoria da totalidade (enquanto busca contínua) e a teoria da práxis (Apud Lowy, 1985, p. 95, Op. cit.) são essenciais, devendo ser valorizadas e consideradas como fundamentais às aproximações sucessivas.

A dialética de Hegel em confronto com a dialética materialista^{‘22’} mostra, mais do que as divergências, o crescimento da filosofia de compreensão do processo humano. De Hegel retemos: tese (ser), antítese (não ser) e a síntese (o devir) de características utópicas porém amarradas à relação entre idéias e a ação ou prática social. A auto-emancipação dos oprimidos (objetiva e subjetiva) é portanto uma evolução superior (Lowy, 1988: 22-25). A

auto-emancipação implica em liberdade e consciência, de vez que a parte econômica é determinante, embora não única (idem, p. 17). Para Marx, a tentativa de Hegel em realizar o idealismo de Kant, superando sua dicotomia em termos filosóficos permaneceu ainda contraditórias internas da teoria das instituições políticas e sociais (Apud Avineri, p. 30).

Em *A Sagrada Família*, Marx trabalha os "conceitos tradicionais de ser e consciência, práxis e teoria, atividade e mudança" (Avineri, p. 257), "porém ainda a sociedade se mantém ao nível da totalidade especulativa de Hegel" (Idem, p. 23). Se estamos falando de indivíduos como sujeito, aí reside o fulcro da revolução de um lado e o medo ancorado na necessidade de outro. A auto-emancipação exige organização e, uma vez conformada, uma consciência revolucionária se tornará inevitável.

Entre a posição de reconciliação e de legitimidade da realidade (e portanto conservadora) de Hegel se opõe a visão marxiana da parcialização do Estado e da sociedade civil (e portanto de sua abolição). A atualidade implica em discutir o afastamento dos postulados universais do Estado, de sua consolidação econômica como fator de alienação e de corporativismo.

Marx quando fala que a organização dos trabalhadores levaria em última análise à sua emancipação, à autoconsciência, coloca esta questão acima da perspectiva mecanicista e determinista de Engels (Avineri, p. 260), pelo qual o determinismo embate-se e prevalece versus o voluntarismo, e também no dilema entre sectarismo e universalismo. Os passos prevêm um partido político independente, organizações da classe trabalhadora maduras e responsáveis com consciência de si próprias, sem conspirações ou golpes (idem, p. 264-65).

Uma questão importante em Marx, a respeito do Estado, (diferenciada da de Engels e Lenin) é considerá-lo como um atestado da tensão entre o real e o ideal pelo fato de somente cobrir uma das esferas da vida real, enquanto as demais ficam abertas à luta de todos contra todos da sociedade civil. E esta separação frustrará sempre as tentativas de universalismo (p. 361-62).

Para Marx "o primeiro passo na revolução da classe trabalhadora é guindar o proletariado à posição de classe dominante, a fim de vencer a batalha da democracia" (Apud Avineri, p. 363). Nos países subdesenvolvidos atuais isto seria perfeitamente possível desde que trabalhador votasse em trabalhador. Na pormenorização do governo proletário não aparece a expressão "ditadura do proletariado", que por sinal Marx pouco utiliza, sendo somente indicativa quando textualmente diz: "o proletariado usará a sua supremacia política para se apoderar gradualmente de todo o capital da burguesia para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do estado..." (p. 364). Seguindo: "É evidente que, de início, isto não poderá ser efetivado senão por meio de despóticas transgressões aos direitos de propriedade e das condições de produção burguesa..." (p. 364-65).

A posição que eu retiro das afirmações de Marx ainda confirmam a incapacidade de caminhos próprios para a classe universal preencher a si própria.

As dez unidades (ou regulamentos) do Manifesto Comunista, propostas para os países avançados, são totais salvo pela não nacionalização da indústria que foi preservada talvez pela admiração de Marx do progresso por ela alcançado (o que diria ele hoje!)... Se efetivadas, certamente teriam mudado a face da terra em termos econômicos. Entretanto em qualquer regime ainda não foram suficientes para libertar a consciência coletiva da alienação, nem a individual do

egoísmo. Uma dúvida pertinente talvez seja que o cérebro prefira trabalhar para o capitalismo (ou para a "liberdade").

Talvez estas colocações também perpassem o cérebro de elites do socialismo real, para uma mudança de paradigmas e para um encaminhamento transformativo que ultrapasse a sua quinta época, a da Ditadura do Proletariado, que "existiu" e "continua a existir" em determinados países. Em função da ruptura que tem se processado pelo choque das idéias, hoje haveria necessidade do Socialismo de Estado, ou do Coletivismo, mesmo no sentido mais pleno que estes termos possam assumir, tal a pluralidade de concepções de vida que o nível epistemológico conduziu (?).

Como a sexta etapa comunista ainda não ocorreu, existem novas opções de se ultrapassar a quinta etapa, sobretudo pela diversidade das histórias dos espaços construídos. A tônica mais racional não seria a ultrapassar o próprio marxismo-leninismo (ou stalinismo) enquanto sistema fechado e trabalhar para a universalização, sem que seja coletiva nem estatizante, mas pluralista?

Já não é o tempo de uma nova ordem de liberdade plena da consciência do todo e da personalidade para tal. Se as classes dominantes não tem caridade para estabelecer a repartição comunista da propriedade (Lowy, 1988: 24), como nem os países centrais perdoarão a dívida dos respectivos países devedores (e conseqüentemente de seus dominados diretos) continuará o círculo vicioso. Isto implica em encaminhar a questão para a auto-liberação positiva. Trata-se de montar uma proposta nacional de isonomia, sem a qual ter-se-á classes de proletariado e a prevalência de uma oligarquia operária que não assume a classe universal. O valor, com base no trabalho, se puder romper as limitações impostas, poderá até alcançar significado universal.

Entretanto isto requer personalidade socialista. As categorias profissionais politizadas (que deveriam conter os atributos universais) são já, em parte, contempladas pela isonomia, mais por seu posicionamento técnico-operacional, que, contudo, infere-lhe um vínculo de classe (adquirido) na sociedade da "competição burguesa" e que induz à concentração e às desigualdades no espaço. Somente atacando uma proposta isonômica clara e justa, com base no valor-trabalho, mudar-se-á o quadro atual.

O Estado - como organizador de uma política espacial de perspectivas posicionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos - tem contribuído para esta conservação desigual, embora possua capacidade e força de, juntamente com a sociedade civil, promover melhorias na questão isonômica. O mercado desigual e combinado comanda um processo lógico, de seu ponto de vista, mas irracional pois que calcado na dependência de um modelo atomístico que muitos estudiosos consideram neo-colonial. A situação dependente é tal que qualquer tentativa de socialismo subdesenvolvido sem momento não consegue mais que mudar rótulos e não depreende seu conteúdo essencial. A lei de ferro é hoje extremamente sofisticada e as algemas são quase invisíveis e mutáveis, tal como a força do capitalismo de gerir a não-solução de suas contradições, pela parcialização das questões, deixando para o sabor da história novas resoluções. Situações hoje latentes devem, gradativamente e a seu tempo, submergir e aí serão contornadas.

Os problemas sociais existem, mas entre a necessidade do curto prazo e a opção mesmo de uma revolta pacífica à la Gandhi, o oprimido escolhe a primeira e temporiza uma resolução estrutural que não detém. O analista diagnostica que a angústia permeia o processo, onde prevalecem as interações mecânicas entre sujeitos-objeto, com grau elevado de permanência e, mais do que isto, de dependência

acentuada. A materialização tacanha da sobrevivência e da manutenção aparece como incompreensível ao intelectual - embora muitas portas tenham sido abertas na evolução da sociedade humana. A classe, tal como a monarquia do capital, deve ceder lugar à categoria isonômica total. Os atributos fazem parte deste grande projeto que deve ser extrapolado à maioria, sob pena de sermos taxados de arianos em busca da raça pura. A dualidade física e "ideal" da evolução, da qual o homem é o herdeiro, obriga-o a ter um comportamento superior e universal.

O método da análise dialética de Hegel é uma reconciliação com a realidade e para Marx é transformá-la (ver nota 22). Porém, entre ideologia e utopia, a primeira como conservação da ordem estabelecida e a utópica como transformativa, sobrepõem-se momentos históricos diversos. É preciso considerar que a ideologia burguesa - sobretudo no sentido político que a consagrou no século XVIII como revolucionária (decorrente da filosofia das luzes ou da democracia de Rousseau) - hoje contempla sua outra face não liberal (e escamoteada), a econômica, preponderante e restritiva.

Segundo Lowy (1988; 29) (e a partir de uma análise marxista) a burguesia por ocasião da Revolução Francesa tinha, como classe em formação, interesses históricos e desta forma suas concepções detinham o caráter utópico na medida em que criticava o modelo. Atualmente quando está no poder este mesmo conjunto de idéias (hoje consolidadas em parte e fortemente modificadas) assume um caráter mais conservador (o parenteses é nosso). A concepção de utopia, a nosso ver, significa inexistência de interesses particulares. Para Gramsci (conforme Lowy, 1988: 28), o próprio marxismo é um produto histórico, porém, em razão de sua abrangência, somente será superado quando não mais tiver razão de ser, isto é, quando se chegar à sociedade

comunista. Colocado desta forma se apresenta como dogma, e não como método científico, fechando a pluralidade.

Pelo mesmo raciocínio o marxismo-leninismo-stalinismo pode hoje se constituir em uma ideologia de amarração, tendo em vista que não corresponde a novos anseios da classe proletária (vista especificamente dentro do quadro socialista e genericamente no capitalismo). Se as mudanças sensíveis do Leste europeu forem para acelerar a sociedade sem classes, ou para restringir o poder da burguesia de Estado, e com isso ampliar a liberdade pessoal, trata-se de um avanço. Porém se alguns vaticínios conduzirem para a retroação ao capitalismo, ou para acelerar o processo materialista do consumo, leva a induzir que o econômico volta a assumir uma permanência inerente, correspondendo a existência de uma aristocracia operária e intelectual nacional que admite contradições, divergências e concepções distintas em uma mesma classe social (em tese). Resta saber se são resultados do processo de evolução personalista, incluindo transformações intrínsecas, ou compartilham de uma mesma visão de mundo. Em ambos os casos trata-se de um processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade, que dialeticamente é inevitável e necessário (de acordo com Lowy, 1988, p. 32).

Com as transformações em curso recente no Leste Europeu e sujeita à posição ideológica dos analistas, a sociedade comunista voltaria a se constituir em um utopismo⁽²³⁾. A materialização do mundo capitalista quebrou o ideal revolucionário ou a revolução se petrificou. A nível individual cremos que os jovens - e a revolta das novas gerações que não viveram a construção socialista, os sofrimentos, a "longa marcha" e as injunções políticas do dualismo confrontante - estariam sendo egoístas se sobrepusessem os valores materiais nacionais sobre a universalização proposta pela utopia marxiana a eles

ensinada, imposta (?) ou conscientizada. Em nosso ponto de vista as reformas deveriam ser permanentes mas sob gestão democrática e livre. A nível coletivo também existem sérias restrições nas relações trabalho-bem estar, de forma que faz parecer inglório e frustrante todo o sacrifício de uma construção planificada e racional, desmontada pela astúcia capitalista. O jogo é violento e exige muita personalidade sob relações onde a bilateralidade é uma palavra oca. Entretanto deve haver também revoluções de consciência do outro lado.

Estruturação e articulação: os elos e questões essenciais

O plano da pesquisa impõe uma visão social de mundo - em termos filosóficos sobretudo com base na ética do conhecimento. Sem esta tomada de posição qualquer análise será mais parcial do que se pretende e menos totalizante do que deveria ser. Apesar deste esforço, a complexidade quantitativa do incessante movimento conceitual não permitirá, contudo, que se equacionem questões que dialeticamente são inacabadas e em processo constante, mas que obrigatoriamente e por força de ofício devem ser exaustivamente discutidas e objeto de reflexão profunda.

A análise exige, assim, a procura do sentido da existência e as mediações latentes necessárias para emergir e explicitar as questões cruciais de nosso tempo. A fundamentação filosófica deve privilegiar com rigor estas questões e conduzir sobretudo à compreensão dos níveis de estruturação/articulação dos diferentes cortes das relações homem/classe/categoria/natureza sob o método da crítica epistemológica destes cortes, de cunho e conteúdo ideológico. A tentativa de resolução, a nosso ver, deve

ultrapassar a afirmação de que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos de vida social, política e espiritual que, segundo o materialismo histórico são condicionantes e, portanto, geram um certo determinismo a que ainda se sujeitam as sociedades deste fim de século de ciência altamente desenvolvida.

A utopia de um novo sentido da vida constitui um dos grandes desafios do homem? Certamente, porém, faz parte mais dos discursos; sua implementação simplesmente é relativizada e negligenciada. A sociedade tem ainda outras prioridades econômicas, reduzidas ao nível dos Estados, que impedem uma real integração efetivamente harmoniosa. Isto contudo, nunca deve impedir a busca e a tentativa de se realizarem as "aproximações sucessivas" para a retirada gradual dos óbices individualistas e ideológicos²⁴.

Trata-se de reconhecer e reduzir a força da instituição social mística, tida como natural, inata e automática, de colocar a estrutura historicista num patamar que não impeça os avanços necessários, ou que credite ao estágio civilizatório a situação real. A ciência deve assumir na praxis a condição teórica que detém, visto que compreende, explica, mas atenua e minimiza as situações, pelo traço elitista que a impregna ainda.

O econômico e o funcional evidentemente não podem ser deixados de lado, posto que sempre serão básicos, porém não podem tolher, mediante argumentos mecanicistas, novas alternativas de efetiva integração na busca das igualdades de oportunidades. A maioria da população se encontra amorfa ante as questões de seu tempo em lugar de se constituir em uma força de animação para a construção de um novo modelo mais igualitário. Qualquer tomada de posição obrigatoriamente conduz para a exigência de compensações históricas, e o egoísmo impede sua consecução plena.

Evidentemente os avanços são significativos em relação a um passado recente porém ainda não integrantes pois que seletivos e elitizados. Não se conseguiu a igualdade sequer política em tese. A marca é a vinculação de competência ao modelo a oportunidade de localização do indivíduo no espaço econômico e a centralização exterior das mudanças e das decisões. Tal modelo elitizado se apóia na consciência errônea de que o povo é massa e deve ser conduzido. Ainda se guardam os estigmas da reificação e da alienação.

Embora salientando os progressos efetivos, a situação da maioria hoje se encontra numa posição tão ou mais atrasada daquela relatada por São João Crisóstomo na sociedade cristã de Antióquia no século IV (Ossowsky, 1976: 53-54 Op. cit) onde este descrevia uma sociedade tricotômica em que a classe média era numericamente maior, e em termos de benefícios sociais, vivendo modestamente. De qualquer forma nos países subdesenvolvidos não se alcançou o esquema tricotômico (as tríadas) de Aristóteles de uma classe intermediária mais expressiva em termos absolutos e sim uma situação em que a riqueza consista em se possuir mais do que se precisa e a pobreza sua oposição - estados em desacordo com a natureza. O caso de Antióquia, cidade que se beneficiava de uma exploração mercantil, remete hoje às situações entre o Primeiro e o Terceiro Mundo.

Ainda persiste mais do que pobreza e riqueza, a miserabilidade, sobretudo a do espírito (ou da consciência), a angústia da falta de perspectivas, que conduzem a situações marginais decorrentes de um modelo que pode ser considerado ainda parcial. A classe média, deveria ser a responsável pela consciência real da cidadania e de seu papel. Enquanto ascendente evidentemente perdeu a noção de suas raízes e busca salvaguarda na pobre-riqueza da manutenção perdendo com isto sua consciência social. Em termos de permanência e

revolução esta é uma questão-chave. A capacitação profissional e o posicionamento espacial da classe média, historicamente alcançado, a inclui numa classe que se apropria de uma porção da "mais valia" produzida pelos trabalhadores e arrecadada pelo capitalista. Assim o intelectual, o engenheiro e o médico, embora assalariados, não são proletários, segundo o esquema dicotômico de classes de Marx⁽²³⁾, e jogam em uma posição ambígua, permeada pelas contradições que afluem em nosso tempo. A classe intermediária faz o papel de sustentáculo numérico da conservação.

A análise bibliográfica teve, entre outros objetivos, o de formar um referencial teórico no sentido de mudanças efetivas. Mas qual será este caminho, qual o método mais adequado de explicar e justificar cientificamente a forma da decisão, sem levar em consideração o momento, o estágio, visto que este pressuposto tende a relativizar o processo?

Perpassando a evolução filosófica e o próprio avanço das ciências do homem sobrevêm ainda contradições, sobre a reflexão do realmente conseguido, dos estrangulamentos da passagem da teoria à prática, de como conciliar sem transigir e formular algo que nos aproxime da utopia.

Mannheim refletiu exaustivamente a respeito da evolução do conhecimento sociológico - e em particular para as questões aqui levantadas, do hiato entre conhecimento e ação, entre outros - existencialmente amarrada na própria estrutura formal do conhecimento. Sintetizada de forma objetiva por Marialice Foracchi podemos salientar desta obra alguns pontos, extraídos da parte em que a autora traça o perfil do eminente sociólogo⁽²⁴⁾, a saber:

1. A visão otimista de futuro, sobretudo com relação à utopia.

2. A participação da intelligensia na efetivação desta síntese de perspectivas, que compreende a tentativa de resolução de questões fundamentais do homem.
3. A exigência do planejamento social e democrático, como uma alternativa de síntese sob ação coordenada, para controlar o processo histórico social. (A nosso ver, retirariamos o termo controlar substituindo-o pelo termo acelerar).
4. As questões educacionais frustrantes e elitistas.

A problemática passa pelo Estado e pelo sistema político. Giles (1985, Op. cit, p. 47) discute as questões sobre o poder e ideologia, colocando a posição do Estado dentro de uma ótica reguladora que também incorpora uma densidade dialética da ordem e do dinamismo inovador, sendo esta "ordem social resultado da ação de uma multidão de forças... e o confronto se resolve em superação" (Idem, Op. cit, p. 41). A inovação deveria comportar um projeto social, com alternância do poder, como forma de superar crises; a continuada renovação das esperanças, fora do quadro eminentemente econômico e imediatista, sobretudo de consenso. O Estado é de qualquer forma o resultado, o catalizador da ordem desejável que "garante o enriquecimento e a renovação não desagregadora da realidade social" (Giles. Op. cit, p. 44); assim como é o regulamentador das rivalidades em luta pelo poder. Porém, isto não tem bastado, visto que o Estado liberal não tem se traduzido em mobilidade social e na renovação e rejuvenescimento da classe dominante que a evolução intelectual deveria supor. Se houver a necessidade do Estado, segundo o marxismo, ele deve ser o prolongamento da maioria e com ela se confundir. Evidentemente tal situação para o liberalismo utópico somente poderia configurar-se ligada à uma realidade social

de uma coletividade homogênea, sobretudo orgânica. Em nossa opinião a organicidade e homogeneidade deveriam abranger a esfera funcional visto que a pluralidade é rica em essência. O partido compreenderia as formas mais eficientes de se alcançar a socialização, a igualdade teórica e a articulação à universalidade, que todos detêm no discurso. O estado transformar-se-ia no anonimato do poder, traço característico das sociedades primitivas, e a comunidade assumiria o poder já na condição de Poder Público, sem interesses particulares, como poder abstrato, funcional e sobretudo dialético.

Para Paul Ricoeur, e para Giles seu interlocutor, é necessário enfrentar a vertigem da ordem e a da liberdade selvagem e caminhar para a liberdade sensata portadora de sentido (p. 106). O contrato social exige o exercício de todos os tipos de responsabilidade social e civil e desta forma o contrato social generalizado. A síntese das contradições sobre o Estado, o Poder e a Ideologia, tal como o título do livro de Thomas Ranson Giles, abre um caminho pluralista para a utopia, fácil e difícil.

A dualidade dos sistemas econômico-sociais impede a consecução de objetivos ditos utópicos. A morte das ideologias levaria a um caminho comum que recolhesse a justiça do socialismo com a iniciativa do projeto dialético constante, que sobressai nas democracias pluralistas. Eis uma formulação possível de se vislumbrar e que, com boa vontade, consegue-se perceber em algumas confluências esparsas neste fim de século.

Acredito que devemos trabalhar neste sentido. Sem cair no relativismo ou no historicismo como observa Mannheim (citado por Giles, p. 86-7) "aquele que não possui pressupostos, não coloca questões, e quem não coloca questões não pode formular hipóteses"(p. 87). Desta maneira

prefere-se tentar a utopia do que se acomodar à realidade que as ideologias justificam ou dissimulam. Giles confirma e reforça nossa proposição quando afirma que "somente a história posterior poderá decidir se uma utopia era o que pretendia ser, a saber, uma visão nova capaz de mudar o curso da história" (p. 86). Monod (1971, Op. cit) reforça teoricamente que "a ética do conhecimento ... é a única atitude ao mesmo tempo racional e deliberadamente idealista (o grifo é nosso) sobre a qual poderia ser edificado o verdadeiro socialismo... (p. 196) onde, então, encontrar a fonte de verdade e a inspiração moral de um humanismo socialista realmente científico, senão nas fontes da ciência mesma, na ética que funda o conhecimento, tornando-o por livre escolha, o valor supremo..." (p. 197).

A igualdade da sociedade sem classes é um verdadeiro utopismo e não se quer trabalhar neste nível e sim dentro de "aproximações sucessivas". Entretanto nada impede de se combater a propriedade material como fim, a insegurança de uma sociedade eminentemente competitiva também como fim, e fatos, entre outros, que sustentam a necessidade do Estado-policial. Existe um paradoxo atual levantado por Paul Ricoeur em seu livro "Histoire et Verité" (1955), citado por Giles (p. 98-99), a respeito da ampliação da burguesia nos países centrais, que faz com que a maioria (base da democracia) se identifique com a defesa de suas aquisições materiais e com o Estado do bem-estar (sobre os explorados) e seja por isso resistente às mudanças⁽²⁷⁾. Neste caso é preciso assumir esta "dialética de conflito inelutável", segundo Giles, e recompor, a nível de país, de nação, a idéia-ideal perdida ou abafada pela cultura imposta. Novas alternativas anti-conflitantes devem se impor pela razão e permitir a participação consciente da maioria, hoje alheia e/ou automatizada, na consecução de um ideal democrático harmônico e compensatório; sem o que a questão ficará no

discurso⁽²⁰⁾. Pensa-se que a hora das conquistas já passou, e muitas instituições pertencentes ao passado permanecem por coação. Estas devem sentir por si próprias quão paradoxais são. Sem ingenuidade: não se trata de perder muito, mas ganhar algo que não se compra; a liberdade, a autodeterminação, a autogestão, uma síntese feliz de um sonho de espontaneidade, segundo complementa Giles, com o poder do Estado democrático. Acredito que no futuro este deve transformar-se em eficiente coordenador, tal qual ocorre no regime parlamentarista, porém a partir do momento em que se tenham regras justas.

A condução deste fio nos encaminha à uma posição extremamente vulnerável, a do ecletismo⁽²¹⁾ ou da concessão. Trata-se de um ponto fundamental, pois que político, que, entretanto, não impede o prosseguimento contínuo em busca do projeto solidário sem transigir com os individualismos paralizantes, a alienação, ou o retrocesso temeroso. Quais os projetos políticos que revolucionem uma situação de fato? Existem opções diferentes de acordo com as ideologias postas.

A questão de uma opção ortodoxa implica em resistências derivadas dos antagonismos. Assim, o socialismo não é o produto inevitável da necessidade histórica (que dialeticamente deve ser retrabalhado pelos intelectuais e políticos) mas uma possibilidade histórica objetiva (desde que se tenha habilidade para conduzir este projeto com lucidez)⁽²²⁾. Esta colocação de Rosa Luxemburg, é corroborada pelos resultados catastróficos decorrentes da dogmatização do processo, que colaboraram para a Primeira Guerra Mundial e levaram, com o fracasso do socialismo alemão, à tomada do poder pelos nazistas e à Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista estas situações há que ser flexível e radical. Tal como ocorreu com Lenin, em oposição ao marxismo ortodoxo hegemônico, - por ocasião de seu discurso

na estação finlandesa de Petrogrado em abril de 1917, - há necessidade de contínua ruptura e de novas construções, nas quais o desenvolvimento consiste na unidade dos contrários (Lowy, 1985, p. 134). Entre outras questões fundamentais salientadas por Lenin em seus Cadernos Filosóficos, inserem-se: a crítica, tal como Hegel fez, da simplificação e fetichização do conceito de lei, em que esta é estreita, incompleta e aproximativa; a valorização do conceito dialético da categoria da totalidade; a dissolução da oposição entre subjetivo e objetivo (também com Hegel) e sua unilateralidade e desta forma encaminhando para a interdependência universal e a conexão dos fatos, isto é a compreensão dialética da causalidade (Apud Lowy, 1985, p. 133-134).

Tal como Lenin teve de traçar estratégias que o momento exigia (de fato uma situação de guerra) hoje prevalece o caminho pacífico e constante em busca da justiça social. Do jovem Marx podem ser transpostas à situação atual algumas premissas para esta busca:

1. A sociedade não é abstração face ao indivíduo (crítica à concepção econômica liberal)
2. O produtor deve produzir voluntariamente de acordo com suas habilidades, talentos e desejos, sem imposições econômicas (contra a reificação e alienação do trabalho)
3. Os marcos de cooperação entre os homens, através da divisão do trabalho (erigida e controlada pelo Estado como poder estranho), impede a emancipação humana (social e política)
4. A sociedade humana, ou humanidade social, não quer sacrificar o indivíduo em holocausto à vida coletiva mas permitir aos indivíduos associados

exercer o controle e a dominação de poderes que, nascidos das relações entre os homens, vêm sendo assumidos por potências estranhas - o humanismo absoluto.

Em suma, os homens devem dominar o processo de produção, sem dilapidação física da vida humana ou a estagnação intelectual dos trabalhadores ou de qualquer ser, independentemente de sua situação funcional. Tais objetivos somente podem ser alcançados pela equanimidade, que passa também pela descentralização da ação do Estado, tendo em vista que somente o poder público (um novo Estado) tem condições de promover as transformações. A história deverá ser feita pela maioria e "em condições escolhidas por ela e não em condições diretamente dadas e herdadas do passado" (Marx, Le 18 Brumaire, Apud Lowy, 1985: 76) ⁽²¹⁾.

Os quatro pontos essenciais deverão agora ser discutidos em função da realidade da sociedade atual.

O primeiro diz respeito ao próprio liberalismo que conduziu ao capitalismo moderno, ao modo de vida existente nos sistemas urbano-industriais, ligado sobretudo à classe média, e à mídia da informação, que faz sua opção à liberdade. Este modelo, porém, realmente beneficia uma parte (nos países tecnologicamente mais avançados seguramente a maioria) que, de forma geral pelo mundo afora, tem consciência das desigualdades e da apropriação indevida, ou egoísta, resultante das chances históricas, e de formulações economicistas e materialistas no seu sentido comum. Desta forma a sociedade é a sociedade nacional, e parcial portanto, ao restringir a consecução do conceito dialético da totalidade.

O segundo ponto, a respeito da alienação (dado o momento tecnológico), é uma questão de difícil solução. De que forma o produtor pode ter consciência real da participação social do seu trabalho? Dentro do maquinismo das grandes

corporações, quer capitalistas ou socialistas, ele não deixa de ser um manipulado dos desejos e ideologias das elites, no primeiro caso, e até pode produzir armas para a defesa da "liberdade" (capitalista no caso) e para a perpetuação e desenvolvimento material de si próprio e dos seus próximos. Nos países socialistas, o esforço da planificação também o torna um ser codificado, visto que o mundo atual não lhe permite optar, como indivíduo associado, no controle de sua produção e na sua relação com o poder central. (Premissa 4). Evidentemente, também dentro da parcialidade nacional, a alienação do produtor no socialismo, em face das contradições, é menos essencial que a de um proletário consciente do Terceiro Mundo, onde a problemática se acentua. Mesmo num país capitalista um operário pode trabalhar com consciência desde que esteja realizando um trabalho socialmente positivo em setores específicos, como por exemplo os ligados à saúde. Assim existe também um humanismo burguês, embora talvez circunstancial. Um produtor de alimentos - embora não saiba para quem este alimento se dirige, se a um cão de um país desenvolvido, ou a um etíope esfomeado - tem um valor relativo positivo, frente ao operário que se aliena^(3e) politicamente ao produzir armas em qualquer sistema.

Evidentemente trata-se de uma questão discutível que conduz até ao positivismo da afirmação dos estágios de civilização e que as naturezas dos homens são diversas. Deve-se deixar viver os indígenas, tal como são, as tribos muçulmanas, os membros das variadas culturas da Índia, por exemplo? A natureza dos homens, por mais complexa que seja, não os impede de utilizar, pouco ou muito, os artefatos produzidos fora de seu contexto, de interessar-se ou receber impulsos culturais exteriores. É natural e acontece. Porém qual o papel das nações detentoras da ciência, a respeito de civilizações ditas "atrasadas": vender-lhes tecnologia;

retirá-los de tal situação, mediante acordos com suas lideranças? Estes processos difusos foram desvirtuados pelo homem, e pelo capitalismo em termos mais específicos, ou as questões foram mais complexas, além da compreensão da ciência enquanto sistematização e, portanto, consideradas inerentes. Até que ponto deve-se defender a autodeterminação de povos subjugados por seus dirigentes? Seria tal como defender a monarquia absolutista; ou a não-liberdade individual de ir e vir; a manutenção dos privilégios advindos da herança.

Qual a finalidade última da ciência humana, da ciência social? Acredito que trabalhar para a igualdade real, concreta das oportunidades, isto para não ser considerado utopista. Este é o papel da coletividade, ou do Estado, e para tanto defende-se a descentralização para níveis mais próximos das necessidades da maioria, isto é, possibilidades reais de mobilidade vertical; para as questões básicas como corolário para a desmistificação de premissas equivocadas - a respeito da prevalência dos interesses de classe e dos benefícios egoístas advindos das chances históricas e posicionais (e daí a concentração sócio-econômica), tais como a classe em si, a posição geográfica (nacional ou regional)...

Gorz (1982: 142 Op. cit.) enfatiza certas premissas, tais como: "Do que precisamos? O que desejamos? O que nos falta para podermos nos realizar, nos comunicar com os outros, levar uma vida mais descontraída, estabelecer relações mais fraternais?" No Posfácio, desta obra discorre sobre o modus econômico atual e sobre uma nova economia, fundada no desperdício mínimo, onde a opção é "se fazer melhor (substituiu-se o melhor pelo mais de Gorz) e de viver melhor com menos".

A divisão social do trabalho e os prêmios que a sociedade inconscientemente oferece aos detentores do poder -

entre os quais a apropriação vantajosa dos bens materiais para grupos de interesse parcial - tem sido revistos ao longo da história, mas estas recriam disfunções constantemente, assumindo novas formas, sobretudo, graças à apreensão tecnológica. Qual será o futuro do mundo? Gorz prevê o Estado total, contrário à sua vontade. Quem escreve não arrisca previsões, mas capta o momento de uma nova elite de homens conscientes e livres, dentro de parâmetros de riqueza interior, mais do que as que infletem ao desperdício, visto que, junto à natureza, impõe-se uma nova visão econômica, social e cultural.

A espacialização mais afeita ao geógrafo tem papel importante a desempenhar nesta recriação.

N O T A S

- ‘1’ Extraído de Herman Daly. Op. cit., p. 87, A Guide for the Perplexed. New York, Harper & Row, 1977.
- ‘2’ A guerra do Golfo (ou do petróleo), neste 18 de janeiro de 1991, mostra o paradoxo do progresso humano.
- ‘3’ Terminologia tomada de André Gorz de seu livro Adeus ao proletariado para além do socialismo, 1980, 1.ed. bras. 1982. op. cit., págs. 41,59, Op. cit.
- ‘4’ Quaini, 1983. Op. cit., p. 145-147, discute a dicotomia do rural urbano, e o dualismo social e político, através das argumentações de G. Dematteis (1973), de Rousseau, às págs. 108-109, e de Engels no Anti-Duhring (conforme transcrição às páginas 123 a 126).
- ‘5’ A produção econômica conduz a outras formas estruturais da produção humana - as institucionais, as políticas... A tese da dominância de Lukács é contrária e se choca à da totalidade (a nosso ver esta se insere a nível de utopia).

Existe, como afirma Althusser, o caráter de dominância "em última instância" (Santos, 1986, p. 147).

Para subtrair-se desta algema, que move Estados e indivíduos, somente outra algema normativa, a da universalidade utópica.

O espaço econômico unifica funcionalmente a dicotomia rural-urbana.

Para todos os que detêm o poder, econômico em última análise, a paisagem constitui um espaço futuro (de poder): Leis do imperialismo, do capitalismo e do socialismo real - ou Leis dos Estados-nações.

Uma categoria deveria ser introduzida na análise, a do social-produtivo (a nível de apropriação nacional) de progresso, difuso para o todo componente e virtualmente distribuído aos grupos de dinamização.

Israel ao receber, em tese, uma paisagem e transformá-la em um espaço (o deserto em particular) o Japão formando espaços externos, muitos sequer concretizados como espaço absoluto (o antigo espaço-vital).

- '6') A famosa teoria do bolo se adapta bem, ao se acoplar a especulação. Se alguns, ou muitos, quisessem construir tal modelo espoliativo pleno, que o fizessem enquanto evolução interna. Porém a internacionalização, através de kits prontos, não oferece outras opções de vida a não ser acompanhar o "modelão" de sucesso.
- '7') Quando se fala do modelo feudal fechado parece que não existia produção-reprodução do poder e do dinheiro.

A não simultaneidade dos tempos sociais; a precariedade do esforço humano e a fragilidade da condição humana foram temas de reflexão de Ernest Bloch e soterram mitos do "progressismo" quase inerente, linear e irreversível (positivista e antidialético). Ver Furter, Op. cit., p. 49-50.

"Não existe forcosamente um paralelismo nem aparente, nem profundamente, entre a evolução histórica de diferentes séries de eventos entre diversos estratos que coexistem numa mesma sociedade com uma diferente percepção do tempo e, talvez, mesmo do espaço social".
- (Adiante...)

"Nesta sociedade organizada de cima para baixo numa só nação, continuam coexistindo não só diversas classes sociais, cada uma com seu tempo particular, cada membro de uma classe vivendo os eventos históricos em função

dos ritmos básicos de sua classe, mas tempos latentes, míticos e arcaicos ou utópicos e antecipadores, que se podem transmitir de uma classe à outra, complicando, portanto, a tomada de consciência de classe". (Seguindo...)

"A análise bloquiana atinge, assim, em cheio, uma das idéias míticas mais constantes das esquerdas: a idéia de uma unidade a priori das esquerdas, seja sob a forma de "frente única", de "partido único", etc. Aspiração válida numa visão otimista e idealista da convergência futura dos movimentos; ilusão perigosa quando se ignora a complexidade das situações vividas". (Furter. Op. cit., p. 50-52).

- «B» Avineri. Op. cit., p. 153. Tal proposição inflete para o choque de concepção, sobre a gênese e o desenvolvimento do capitalismo. As posições calvinistas residuais mostram o choque entre capitalismo produtivo e especulativo.

Nesta página Avineri mostra que Marx tinha consciência de que a mente humana tem "capacidade de desenvolver um modelo de produto final anterior à existência do próprio produto... embora não decifrasse o processo pelo qual o produto ideal é criado na mente do homem antes da produção material"

A capacidade existe, basta uma adequada organização social. Se a sociedade não tivesse esse nível de satisfação potencial, o nível de necessidades sentidas não teria subido tanto.

A complexidade da economia especulativa atualmente rompe conceitos do capitalismo tradicional, inclusive o da propriedade privada, dentro do emaranhado das saídas "legais" como o jogo do mercado de capitais e das

negociatas. O capitalismo financeiro muda o curso do capitalismo produtivo simples e torna todos, inclusive o Estado, dependentes de sua lógica.

‘9’ Engels sempre viu no “utópico” a marca infamante do idealismo (Apud Furter, Op. cit., p. 128)

“A visão que Marx tem da sociedade perfeita nunca é estática, e o seu pensamento afasta-se aqui da tradição platônica e hegeliana. Marx nunca nega que podem ocorrer desenvolvimentos posteriores no socialismo, e portanto nunca acredita num projeto (blue print) estático, absolutizante para a sociedade socialista” (Avineri, Op. cit., p. 420). Desta forma confronta-se com Bakunin por suas práticas e por sua ideologia autoritária (idem, p. 421-22).

‘10’ Ver argumentação em Giles. Op. cit., p. 40 e seguintes.

A própria dialética e o estágio social são portadores das carências do Estado como poder parcelar visto que não contempla nunca a totalidade.

‘11’ Marx disse que “um ser não-objetivo é um não-ser...” (Apud Avineri, Op. cit., p. 150). “A consciência que o homem tem de suas necessidades é o produto do seu desenvolvimento histórico e atesta os valores culturais alcançados pelas gerações precedentes” (idem, p. 151) transcrito de A Ideologia Alemã.

Trata-se de uma espiral (?) A história já desmentiu esta unidade linear embora, em termos de objetividade, o espírito capitalista ofereça capacidade de reducionismo relevantes.

Evidentemente cada sociedade tem projetos próprios e, se sua capacidade de trabalho for maior que a de outras, deve ter direito a estes resultados materiais.

«12» Os produtos sociais flutuam no mistério entre o individualismo do cérebro (de caráter transcendental e próprio) e a socialização da idéia pelo trabalho coletivo impróprio e, portanto, secundário ao processo. Marx se ocupa deste tema, de forma extremamente pertinente, em O Capital na parte do fetichismo da mercadoria. Existe pois um antagonismo entre capital e trabalho; como também entre a idéia abstrata e a práxis individualista; entre o sonho e a realização; entre a necessidade de paternalismo e a audácia da consecução da personalidade... figuras estas permeadas pelas circunstâncias dos conjuntos de vivência comum.

Alguns provérbios são indicativos destas colocações tais como :A inveja é a arma do incompetente" ou "Não tenha inveja, trabalhe": grosseiros mas reais.

«13» A produção autárquica é historicamente social. Sua permanência certamente é discutível sobretudo no que diz respeito ao determinismo físico que a consolida na sucessão temporal. Por conseguinte contém também a objetivação da necessidade circunstancial, herança de época anterior. O conservantismo cultural e o individualismo, em termos, constituem sua marca. O trabalho, quer direto ou de subserviência, é efetivo, embora pouco produtivo. Ainda assim possui saldo frente ao esquecimento e egoísmo da sociedade que explora suas pequenas posses e sobretudo o seu trabalho insano. Constitui-se pois em presa fácil da espoliação dos modos de produção penetrantes.

As questões de sua lógica interna, contempladas pela antropologia cultural, e por Chayanov quanto ao campesinato russo, merecem reflexão teórica própria e não podem ser colocadas sob generalizações aleatórias.

Por outro lado embora sem expressão política, o campesinato não deve ser considerado como força reacionária e sim como categorias de consideração extrema para uma análise cuidadosa, assim uma prioridade sócio-cultural de máxima importância.

«14» De Schumacher (Op. cit., p. 103) recolhemos a informação que os EUA (5,6% da população mundial) requeriam já em 1961 cerca de 40% dos recursos primários da terra, retirados em diferentes áreas do globo. Uma previsão do National Petroleum Council, naquela época, indicava que os EUA teriam que importar, em 1985, 75% de suas necessidades totais de petróleo. O autor citado classificava esta performance de excelente se conduzisse à harmonia humana, o que certamente tal sistema não atende.

O prenúncio da "Guerra do óleo" que esperamos não ocorra que angustiados sem esperança aguardamos nesta noite de 15 de janeiro de 1991 (veja a nossa dependência do poder) mostra claramente que o modelo pouco se recicla e quem desfruta das benesses do consumo não quer descer escadas.

Por outro lado a questão nuclear enseja outra discussão fundamental: Schumacher (Op. cit., págs. 119 a 129) se posiciona contra. Em 13-01-91 no artigo da Folha de São Paulo do ex-reitor da UnB - José Carlos de Almeida Azevedo - posiciona-se a favor da utilização nuclear, caracterizando-a "como um recurso que a natureza nos legou até o final dos tempos".

«15» Avineri discute esta questão em Marx às páginas 147 a 162.

Pode-se complementar que, dependendo da consciência cultural, o trabalho não é sempre autofrustrante por

que no nível de determinadas sociedades as essências ainda não são a realização ou a autotransformação.

- ‘16’ O exemplo do Haiti, segundo país independente das Américas e grande produtor de cana-de-açúcar que, no século XVIII, rompeu todos os seus liames coloniais, destruiu sua economia radicalmente. Foram estes fatos que o tornaram mais dependente e pobre (?) Evidentemente esta nota não pretende ir além. De forma superficial esta situação é paradoxal.

Ver também Gérard Pierre-Charles. Interpretación socioeconomica de Haiti. In: Problemas dominico-haitianos y del Caribe, UNAM, México, 1973. Em especial à página 12, os dados parecem exagerados: em 1789 Saint Dominique representava em valor mais de um terço do comércio exterior da França e excedia o dos Estados Unidos.

- ‘17’ A resposta pode estar na indefinição, em Marx, de uma teoria política (Avineri, p. 86). Entretanto é bastante profunda sua colocação do proletariado como classe de caráter universal porque seus sofrimentos são universais; é “religiosa”, isto é, refere-se a um mal geral sobre proletariado enquanto classe universal (p. 115), que o coloca como um utopista radical. Em outras passagens é cético, por exemplo, sobre a capacidade do proletariado conceber os seus próprios objetivos e realizá-los sem apoio externo (p. 121), ou quando afirma que a natureza dos indivíduos depende (assim) das condições materiais que determinam sua produção (p. 140), ou sobre a ascensão prematura do proletariado por revoluções políticas sem base econômica (p. 340), assumindo desta forma a dicotomia a que se acha submetida a sociedade. Neste ponto a teoria encaixa com a prática.

Além disso "ao considerar no quadro do desenvolvimento dos poderes criativos do homem" (p. 277), sua natureza civilizante, no caso inglês na Índia (p. 301), ou que o antagonismo do capitalismo cria as próprias condições materiais da solução (p. 313) - ou ainda a concepção pura da revolução como escatologia - reafirma que sua teoria constitui uma síntese entre materialismo e idealismo, ao transcender a clássica dicotomia entre sujeito e objeto (p. 132).

«18» Conforme Jacques Monod: O acaso e a necessidade, 1971, Op. cit., p. 197.

«19» Já colocamos os dois lados desta questão na nota 14.

Cuidado e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

Certamente o homem terá opções mais saudáveis, entre estas a da energia solar.

«20» Conforme explicitação em Dalle Nogare. Op. cit., p. 88.

«21» Rosa Luxemburg, em sua obra Réforme ou Revolution? (1899): "é precisa e unicamente porque Marx considerava a economia capitalista primeiramente como socialista, quer dizer do ponto de vista histórico, que ele pode decifrar seus hieróglifos" (Apud Lowy, 1985, Op. cit., p. 96-97).

«22» A análise crítica de Marx a respeito de Hegel foi consultada em Avineri, págs. 21, 22, 25, 26 e no capítulo Análise da Filosofia Política de Hegel - a influência de Hegel e de Feuerbach (págs. 29 a 82). Em Lowy 1988 às págs. 17, 18, 21, e em Lowy, 1985, págs. 52, 53.

«23» Quando se escreveu este capítulo todo o "dominó" de transformações no Leste europeu não estava institucionalizado, tendo sido reformulado em função

das mudanças que os revisionistas alertavam. Somente o caso polonês estava proposto, justamente o país em que a revolução socialista manteve a liberdade restrita da propriedade.

Em fevereiro de 1991 consuma-se a mudança de nome do Partido Comunista Italiano para Partido Democrático de Esquerda.

- ‘24’ Retorna à minha mente um conceito espacial apreendido em um livro de Pierre George a respeito da densidade ótima, certamente um conceito universal utópico.
- ‘25’ Ver Ossowsky (Op. cit.) o item sobre a questão da classe intermediária em particular, págs. 93-107.
- ‘26’ Karl Mannheim. In: Coleção Grandes Cientistas Sociologia. Organizadora: Marialice M. Foracchi. Coordenador: Florestan Fernandes. Obra citada na bibliografia: Teórica Básica Genérica
- ‘27’ Os parênteses são de minha responsabilidade.
- ‘28’ Referenda-se esta posição com Rousseau, citado por Colletti, Ideologia e Societá (1972) e retirado de Quaini, 1983, Op. cit., p. 100: "A sociedade em sua forma atual causou à humanidade as feridas mais profundas, mas ela é também a única que pode e deve curar estas feridas".
- ‘29’ Segundo Dicionário Aurélio: Filosofia - Método que consiste em reunir teses ou sistemas diversos, ora simplesmente justapondo-as ora chegando a uní-las em uma unidade superior, nova e criadora.
- ‘30’ Conforme Lowy 1985, p. 120. Os parênteses são nossos e infletem para os vários sentidos da evolução em que o socialismo é uma possibilidade entre outras (p. 12).

- '31' Lowy (1985: 76) complementa dizendo que o fato dos homens fazerem a história não significa que a façam segundo sua "livre vontade". Segundo Lucien Goldmann (citado em rodapé nesta mesma página) o método de Marx repousa sobre o princípio dialético da circularidade.
- '32' Para Hans Georg Gadamer o tema "alienação" é praticamente indissociável do de ideologia, cf. Giles, p. 68.

2. O SISTEMA SOCIAL: UMA NOVA LEI DO VALOR, A LIBERDADE E PARTICIPAÇÃO CONSCIENTES

"A verdadeira cooperação é muito frágil no estado social dividido entre os interesses e as submissões como a razão é frágil e rara em relação às ilusões subjetivas e aos pesos das tradições."

Jean Piaget - Op. Cit.

A busca da universalidade: premissa básica

À visão geográfica também é facultada a verificação, da desigualdade espacial, dos seus pressupostos e consequências. Acredita-se ter a coerência possível de, com a bagagem intelectual adquirida de nossos antecessores, direcionar a pesquisa geográfica rumo à integração científica⁽¹⁾ e para a aproximação à totalidade. Mas se esta é a nossa tentativa de, pela dialética da argumentação, propor uma reorganização da sociedade, sob e com o que ela já adquiriu, também existe outra premissa possível pela qual a sociedade deve sofrer correções de rumo numa época de transição⁽²⁾ em que "mudanças" ocorrem mas os problemas continuam e se avolumam para as maiorias. Há possibilidade de conciliação?

Porque já começar pela conciliação. Em primeiro lugar porque a ligação da teoria com a praxis indica este caminho sob pena de não ser ciência e sim somente "revolução"⁽³⁾. Como todos os que lemos, e que fazem parte da bibliografia, assim como todo o resultado do que se vivenciou, não me considero tão revolucionário e pretensioso a ponto de criar uma nova teoria, somente persiste a preocupação de avançar a sistematização da problemática humana. Constitui apenas uma reflexão com e sobre o que já foi pensado e repensado. Em contrapartida se reafirma que a redistribuição, em todos os sentidos, é essencial. Não se sabe porém qual a forma

superior que conduza à realização de todas as individualidades.

Em segundo lugar a dialética hegeliana, implica em um processo racional de união de "contrários" tendendo à conciliação provisória numa categoria superior: a síntese, historicamente determinada (até certo ponto). Tal atitude, sem cair no relativismo, obriga cientificamente à consulta sistemática e aberta, aos especialistas e aos generalistas, para que esta síntese (a verdade em tese) se complete e seja válida. Entretanto, mesmo com a base anterior é necessário tentar mudar, "criar", contestar e compreender. Não se trata de uma conciliação pequeno-burguesa, mas também pequeno-burguesa, visto que integrante. A argumentação que poderia caber corresponde à construção com todos, a base sobretudo (a maioria), mas sem descartar os contrários. Também a realidade é mais complexa que a teoria, e esta por mais totalizante e sedutora, teve, tem e "terá" dificuldades de alcançar um consenso nos seus aspectos filosóficos mais profundos. Talvez em lugar de contínuas "revoluções" a tônica mais universal seja a de contínuos projetos integrados, inclusive particulares dentro do universal sem massificação, visto que todos são os partícipes.

O paradigma, o projeto, ou um novo paradigma, obriga a se partir do indivíduo, mas para que este tenha plenitude o Homem deve ser um dos centros enquanto busca de uma utopia, tão fácil e paradoxalmente tão difícil. Entre os coletivos prioritários, evidentemente não únicos, sociedade e natureza são unidades imanentes.

A colocação de Milton Santos, a respeito do novo e da pré-ideia (Op. cit. 1986, 1ª ed. de 1978, p. 8), nos parece um alento para a ruptura do preconceito e do codificado social irrelevante mas conservante. A criação de novos espaços intercomplementares e mais abertos que os

existentes são, dentro de nossa capacidade de reflexão, as alavancas para a transposição efetiva, realizada de forma integral somente pela participação consciente e através da competição sadia e aberta, e a cada um o que ele deseja ser por si só e com todos, e sob normas isonômicas (entre homem e natureza como um todo orgânico) mantidas dentro da razão do conhecimento construtivo⁽⁴⁾.

A finalidade básica deste capítulo, assim como a de todos os demais, certamente, é a de discutir o homem e a sociedade e a partir desta relação incorporar a natureza como condição passiva. Esta colocação implica em discutir espaço e, também território e lugar, como esferas analíticas de explicação parcial para, analogicamente, aglutinar-se à compreensão global⁽⁵⁾. A visão abrangente não impede que se atue no lugar, no território, e na região, desde que o pedaço seja seccionado, mas não o cérebro de quem o analisa, e sobretudo que a análise comporte a pluralidade de fatores intervenientes, pois se algo exterior consegue alterar algo internamente constituído a questão vai além e exige sobremaneira que encaremos nossa dependência em cada um de nós com auto-crítica.

Os conceitos de universalização e internacionalização merecem reformulação pois são atualmente parciais e unilaterais onde o real é verificável, porém remetido para segunda instância ou para o futuro. Trata-se de discutir o relevante sem o qual o restante perderá sentido. Entretanto interessam parcializações desde que articuladas ao relevante, isto é, a integração voluntária (da sociedade e do indivíduo) condição para que este novo projeto ofereça as garantias da perspectiva.

Se o conceito de universalização se restringir ao econômico e/ou ao ideológico implícito, os meios equivalem aos fins e as relações são formais, e reificadas pela

conservação e multiplicação material, resultado de "chances" históricas e heranças, que privilegiaram sobremaneira estes homens, sob a tutela do Estado e sob a ótica do progresso indefinido. A história está repleta de construções com a maioria e não pela e para a maioria. Esta maioria não está em um lugar, em uma posição geográfica, em um momento, mas tem sido genericamente o resultado da periodização como escambo e dependência de formas de poder. A esta maioria deve-se abrir perspectivas de ser o que nem sequer aspira, pelo simples fato talvez que a sua única capacidade hoje seja a de reproduzir-se enquanto objeto de "livre" apropriação.

Desta forma a reflexão conduz a uma configuração geral de desperdício de homens e da natureza sob a atenuante "necessária" do empreguismo e do realizar sem antes pensar. Sem a consciência de uma construção perene social, o caminho é uma panacéia de momentos e não um continuum ascensional. A regionalização do espaço - sem que este se transforme em território de caça - que reflita e perspetive um potencial de realizações plenas, confere-lhe a capacidade de situar a problemática particular sob o impacto do conjunto em processo. As nuances destas articulações de relações dinâmicas, e a forma como se amoldam entre si os participantes, com suas oligarquias próprias, com as em formação, constituem um processo dialético contínuo também externo. Um espaço restrito de vivência plena - a terra sem "mal" - corresponde a uma forma de universalização possível mesmo com nossas reais limitações.

Torna-se difícil, por outro lado, utilizar o método unitário, sob pena de articulação e controle de cúpula. Este implica em ideologizar, dogmatizar e através dele aplicam-se freios que impedem a heterodoxia vital, e assim torna-se anti-dialético ao proclamar uma verdade, de certa maneira imposta pelos diferentes estágios de civilização, e também

impede a visão da multiplicidade de "conceitualizações" de mundo.

A dualidade real e seus níveis

O sistema dual é um fato a começar pelos dois grandes sistemas sociais. A diferença e desigualdade entre os homens, os países ... são concretizadas no movimento e no espaço. Com ou sem sociedade de classes o simbolismo intervém, amiúde ou disfarçadamente, mesmo no socialismo real, aqui considerado como uma resolução superior que, em tese, corresponde à busca da utopia - e neste sentido mais coerente à universalização possível. Assim o homem, as oligarquias e os oponentes à real fraternidade - enfim a própria sociedade humana como um todo - não colocaram em prática o mínimo de conciliação exigido para uma redução plausível das contradições.

A dualidade implica em distinguir alvos e objetos, esferas de gestão, de eficácia⁽⁴⁾ e de soberania. Trata-se pois da via de funcionamento e de aprimoramento integrantes, a própria evolução da ciência e do conhecimento humano. Permite dosar suas insuficiências e potencialidades, mesmo que parcial a dados territoriais mais analíticos e dos homens neles contidos. Ao aprofundar-se na problemática interna, na compreensão das relações próximas e em função de outros espaços próximos, ou distantes, permite verificar as divisões sociais do trabalho e as condições de troca. A utilização deste corpo técnico-teórico parcializado não impede a generalização e o posicionamento dentro de um quadro conceitual mais amplo.

O nível analítico permite pois compreender as limitações mas também implica em esforços para libertar-se da

funcionalidade e caminhar para a esfera da autonomia além do economicismo. A meta plausível é a tentativa da troca bilateral quando se detectam as situações de dependência estrutural e relações de troca desigual sobrevivendo daí a exigência de compensações⁷. O jogo político regional é importantíssimo para as contradições do social ampliado. A vantagem do método dual, com base teórica, possibilita ajustar a generalização ao espaço de análise e sobretudo sair do abstrato para o concreto. Ao penetrar em problemas próprios e reais, vivenciados e próximos, integra o pesquisador e o torna partícipe. Outra vantagem seria a existência e a real avaliação de pressupostos genéricos menos encaixáveis.

A entrada em cena da teoria da compensação pelos erros do passado-presente é subversiva e ocasiona conflitos ao induzir que as trocas e as relações inter-espaciais e internacionais são merecedoras de reformulação, assim como as interiores em vários níveis. A homogeneização e a justiça econômica implicam na aplicação da categoria da isonomia, de tal forma que o acesso não se constitua em favor sob reciprocidade, inconveniente à dignidade e à soberania de pessoas e países.

Assim se o tratamento é dual - isto concretamente no cotidiano de pessoas e de instituições - é objetivo, por trabalhar com valores absolutos e relacionais. Se as relações são objetivas, estamos no império do pragmatismo e nesta esfera a quantificação-qualificação deve ter o predomínio na análise⁸. Por outro lado a abordagem da psicologia social ou da percepção pode também ter seu lugar determinado (embora este tipo de análise escape ao objetivo direto deste trabalho) e assim susceptível de constituir-se de um ponto nebuloso a considerar, com limites, mas que se impõe sobretudo para as particularidades de espaços não sincronizados ao tempo presente genérico. Certamente a

teoria da percepção contempla a esfera da amenização ao economicismo.

No âmbito das nações, ou no tocante à comunidade de pessoas, existem comportamentos decorrentes das exigências e dependências que encaminham à dicotomia política. Um país de crescimento demográfico elevado, que constantemente e independentemente de crises, precisa crescer sua produção - e sem força em si, e em seu povo, para radicalizar 'v' estas resoluções - se obriga a impedir que haja retrocesso, por exemplo pelo aumento do desemprego (ou do caos). Afinal quem está no poder não deseja em tese ser um derrotado (Fiquemos por aqui). Trata-se de atenuar, visto que as opções são restritas, da base para a cúpula, a nível interno e assim: sejam bem-vindos os capitais e a tecnologia externas.

Aos dois sistemas sociais oponentes: capitalismo (pragmático-individualista) - socialismo (utópico-coletivista), acrescentam-se modelos híbridos dos quais salienta-se, a nível de Primeiro Mundo, o da social-democracia européia (atualmente com recesso do capitalismo de Estado). As variantes de configuração espacial, de acordo com as diferentes características dos povos, de suas tradições e de seu estágio, refletem as múltiplas situações, (acrescentaríamos ecléticas) que decorrem sobretudo da necessidade técnica, que condiciona todos os subdesenvolvidos em graus variados. Dentre estes, o Brasil adquire "status" especial em função da "modernização" e das chances demográfico-naturais que lhe possibilitaram figurar até passado recente e mesmo atualmente como uma opção dos investimentos externos. Resta saber a perenidade de tal desenvolvimento no tocante aos recursos naturais. No aspecto político-econômico a nova realidade "criada" pelo capital exige dos intelectuais uma redobrada análise conjuntural-estrutural que incorpore o aspecto psicológico decorrente da considerável afluência da classe média e de

uma oligarquia operária. Tal situação discrimina e afasta do desenvolvimento camadas geograficamente extensas. A dualidade dos pólos modernos, apesar das contradições que incorpora, e que se acentuam, confronta-se com outras dualidades nas relações de classe das periferias agrárias e das cidades pequenas e médias, estas vinculadas mais diretamente a uma estrutura ambígua entre os graus do arcaico-moderno. As configurações correspondem a um mosaico de concepções e aspirações de vida díspares que não convém negligenciar. A ressonância de discursos inconsistentes na campanha presidencial - e sobretudo o resultado - atestam a junção de fatos díspares, exdrúxulos até, resultantes de realidades oponentes, embora em uma mesma classe. Tais incongruências chegam a causar ceticismo e perplexidade.

A condução do processo social

Ao articular o que se tem escrito, de que forma isto se coaduna à reflexão de Reforma Agrária, termo contemplado por diferentes correntes políticas inclusive as ultra-revolucionárias? Continuar com o modelo sob outra roupagem para atenuar as contradições (reforma capitalista) ou desmantelar o mesmo por meio de uma revolução? '10' A nosso ver a situação comporta mudanças estruturais, sem a antecedência da revolução política. O modelo precisa ser reciclado, exige evolução antes de tudo. A reforma sócio-econômica deve anteceder à revolução política, fato que Marx enfatizou em diferentes obras.

A reflexão nos conduz a filosofar com os filósofos e a procurar a essência desta controvertida história da evolução e do pensamento humanos. Existe conclusão encaminhadora? Quantas realizações e quanto por realizar? Trata-se de um processo e portanto não exige dogma,

doutrina, ortodoxia. Não necessita tais compromentimentos, visto que são e estão historicamente condicionados. O pensamento é repostado, criticado, tolerado. A síntese é a conciliação ou a acomodação (Ambas?). Na verdade será algo notável a aceleração do processo, sem esperar revoluções essenciais.

Quando se absolutiza o homem indefinido e sem qualidades¹¹ parece que se caminha ao relativismo que, ao nível do humano condicionado, implica em ceticismo e/ou estoicismo como sínteses de sobrevivência. Uma das soluções é o "vivre pour vivre". Porém como foi possível construir tanto sem a evolução equivalente do ser. Parece tratar-se de um processo - somente aquém da ficção científica - pelo qual certos homens, grupos reduzidos, esquemas montados cientificamente, assumem e condicionam os caminhos e a própria existência por suas construções fenomenais. O restante evidentemente fornece o capital maciço - o trabalho - como o acessório necessário aos excedentes que possibilitarão estes avanços tecnológicos. Imagine-se a multiplicação destes dotes ou sua socialização. Nietzsche já refletiu sobre estes super-homens. Eles existem, de fato e de direito, visto que são na verdade os "self made men": sobrevivem sem capital, sem qualquer respaldo, sem herança, sequer da aspiração. Entretanto a concentração e o egoísmo os mantém fixos e os condicionam como mercadoria. Não há igualdade, nem ao menos de cidadania, pois ainda existe uma larga maioria que se encontra à própria sorte recebendo o mínimo para sua sobrevivência física¹².

Sente-se que tal situação tem se modificado e que o estoicismo do passado vai arrefecendo, a indiferença gradativamente toma corpo entre os mais jovens e assim não se encontram mais os "robôs" de antigamente. (Esta talvez seja uma das chaves da crise geral). A noção da esperança no paraíso não mais consegue atenuar os apelos da nova

realidade (ou se quiserem do "modelo" capitalista) que fornece novas ilusões (lotéricas) mas que implicam em novas "esperanças", mais reais, concretas e mais próximas da existência física comum, dentro das limitações da análise superficial (de todos nós em maior ou menor grau).

Por ocasião de nossos mais recentes trabalhos de campo no Nordeste, e em outros rincões do país, ou através de conversas informais com pessoas humildes, pôde-se, numa recorrência ao período de tempo de nossa compreensão gradativa destas questões essenciais - há trinta anos - perceber mudanças na mentalidade das maiorias. Correspondem a estágios, formas de vida, relações tradicionais inter-classes, marcadas pela passagem tênue de novas composições do choque cultural imposto no decorrer deste período de sentida "transformação". Compare-se, como exemplo, uma família classe média no interior do Nordeste com uma das cidades ditas modernas do Centro-sul, ou no tocante às relações com sua(s) empregada(s) doméstica(s). As situações interpessoais são díspares com mudanças de personalidade de um para outro destes lugares de relacionamento. Muda o número, o salário, embora pouco mude o posicionamento da classe inferior. No Centro-sul, para os humildes existem mais canais mas a procura e o acesso exigem muita determinação, sacrifícios e mudanças comportamentais. Tais situações mostram a pertinência da desobstrução, sendo que o ideal plausível prevê, sem dúvida, ampliação da bitola. Mudanças de mentalidade e adequação por vezes não são suficientes, sob o peso do "struggle of life" somente conduzem a "novas ilusões". A compreensão da problemática cultural deve também ser avaliada, mesmo que tudo volte a se repetir sob outras formas, mas seguramente superiores. (Esperamos?!).

A questão da gênese da formação social e o ambiente cultural deste processo têm que ser compreendidos no binômio

tempo-espaco. Entre as questões perguntadas às pessoas humildes (camadas mais "ignorantes") a respeito de sua situação de vida, e especificamente sobre a Reforma Agrária, as respostas refletiram tempos de vida diferenciados dentro de um mesmo espaço. As de idade acima dos quarenta remetiam virtualmente a Deus sua situação de vida e mostravam-se alheias ou indiferentes à Reforma, praticamente alienadas de uma benesse provinda dos homens. Já nos mais jovens, as respostas são mais contundentes, demonstrando insatisfação, e/ou revolta, isto é, sensíveis diferenças em relação ao comportamento estóico dos mais velhos. Há predominância do ceticismo sobretudo, mas permeado pela esperança nos novos tipos de relações econômicas com o capital: o emprego, o acesso, a cidade. Assim diferem os valores dentro de uma mesma classe e numa mesma família, ou entre irmãos da mesma faixa de idade. Será o princípio da desigualdade?

A construção de modelos com base na individualidade, regionalmente restritos aos casos particulares, ou em categorias, só tem razão de ser enquanto modelos, por selecionarem o relevante, tal como a ciência social não deixa de ser um modelo ao tratar da complexidade humana. A visão da totalidade se atém sobretudo ao coletivo, por isso, talvez Armando Corrêa da Silva a denomine de subtotalidade⁽¹³⁾. O máximo que consegue como síntese é eliminar arestas. Se este caminho for perseguido, e mostrar evolução, a ciência terá realizado seu papel. Para tanto há que sair dos gabinetes. Defende-se, portanto, o pragmatismo social. Mesmo através da visão essencial permeiam restrições aleatórias, o que nos impõe trabalhar sobre qualificações diferenciais, sob pena de relativização inconstrutiva (Lowy, 1985, p. 29-30 e 1988, p. 71 a 73).

Assim pode-se propor um andamento do real que corresponda a consensos-contradições "perpétuos"⁽¹⁴⁾, marcados pelos graus ideológicos componentes, cuja fluidez não deve

implicar em adequação mas em conciliação, face a todas as formas inferiores de dogmatismos massificantes. A totalidade, como epistemologia, provoca uma nova ideologia, porém já em um sistema aberto e fluído se a busca for a utopia (dialética plena).

As interpretações do andamento

A estrutura social (ou o sistema) tem por base um consenso, que pode ser mais ou menos precário, posto que a dialética remete ao devir, a síntese, segundo Hegel¹⁵. Para este filósofo o processo do pensamento (sujeito autônomo, ou idéia) é o criador do real (ao que acrescentaríamos o termo sempre condicionado). Para Marx, ao contrário a idéia nada mais é que o material transposto para o cérebro humano e por ele interpretado. Entretanto sem os dois momentos não poderia haver a dialética, a própria evolução dentro das diferentes formações matéria-idéia-matéria ou idéia-matéria-idéia¹⁶.

Para Hegel, o sujeito torna-se um objeto e a alienação é um estado de consciência sujeito a ser eliminado por outro estado de consciência. Para Marx a alienação está relacionada com os objetos existentes, reais. A pergunta cabível é que se a consciência do homem, enquanto indivíduo, não é real, o mesmo ocorreria com a alienação, ou até mesmo a auto-alienação, radicadas na situação histórica e às suas consequências¹⁷. Marx argumenta que, ao nível puramente da consciência, a alienação corresponderia à aprovação uma realidade que não consegue alterar, por isso o ato de superação (o "Aufhebung hegeliano") deve pressupor também a sua abolição, enquanto que para Hegel ela nunca poderá ser superada¹⁸. Tendo em vista as reviravoltas recentes do Leste europeu acredita-se que o mundo mais real seja o

pensado por Hegel (infelizmente). Esta avaliação entretanto é precoce de acordo com a velocidade do processo, que impede tempo de "amadurecimento e, desta forma, implica em limitações. É preciso assumir essa dialética de conflito inelutável e afastar a abstração ideológica para concretizar a justiça que deve ser capaz de assumir os conflitos, de assumir o poder de mudança radical, o que engendra o conflito. Esse paradoxo deve ser assumido humana e politicamente" (Giles, Op. cit., p, 103)

A questão que então se coloca é a respeito da espontaneidade do trabalho e a vida moderna. Eis aqui uma problemática difícil: o trabalho é simples meio de subsistência ou conteúdo de vida? '17'. Sobre isto Marx refere-se explicitamente à criação artística como trabalho não-alienante. A contraposição a tal modelo restrito questiona sobre o que se pode considerar como canal artístico independente, e a pergunta pertinente nos encaminha a questionar se todos os grandes mestres do passado não pintaram os "senhores" e damas da sociedade a pedido destes. Assim para conseguir a liberdade de criar, e receberem os "lucros" de sua arte, tiveram que fazer algumas concessões. A resolução talvez seja a conciliação entre indivíduo e sociedade e a todos que realizam qualquer trabalho a terceiros - como o fazem em qualquer sociedade, independente da maior ou menor apropriação individual - que deve ser no mínimo retribuído de forma justa. O importante conduz à valorização do trabalho de forma a desenvolver a plenitude e a riqueza das diferentes potencialidades humanas. Alguns receberam (pela coordenação ou pela apropriação) muito, em relação à massa de trabalho efetivo que realmente pode concretizar o avanço "massivo" atual. Assim divisão do trabalho não deve implicar em exploração do trabalho. O dualismo coerção-espontaneidade existe e convive alternadamente em relação ao ato vital do trabalho.

Para minimizar as contradições, Gorz (1982, 1980, p 18-19) propõe esferas de AUTONOMIA (trabalho criativo) e de HETERONOMIA (trabalho estafante ou rotineiro) e a liberação do tempo para atividades diferentes, mais pessoais: a todos o trabalho social, mas que haja divisão equitativa (ver adiante propostas nos Quadros II e III).

Esferas independentes

Consciência e realidade social frente a frente (tendo por base a situação histórica, atual quer no capitalismo, no socialismo ou nas economias primitivas) remetem ao argumento da emancipação da consciência como meio da emancipação plena do homem. A conscientização, reabilitada e exposta, é básica na procura do ser transcendental (livre da necessidade) visto que universal. Se a transcendência estiver presa ao mundo material, refletido pela mente humana e traduzido em pensamento, nas palavras de Marx⁽²⁰⁾, o que ele diria hoje a respeito da objetificação da produção e da vida? Real, e paradoxalmente, é positiva mas ao mesmo tempo não ajuda a maioria dos homens em sua realização. Gorz (Op. Cit. p. 43) fala de um hiperorganismo que regula as atividades dos indivíduos em virtude de uma inteligência que os ultrapassa. Eu diria que a tecnologia comanda, e o trabalhador, perpassado por este mecanismo, se aliena por um salário que, em tese, é mais alto do que a labuta autônoma. A organização, cuja base é o taylorismo, parcializa qualquer consciência universal. Para Gorz (Op. Cit., p. 117-118), a saída é a organização dualista do espaço social, na qual a esfera da heteronomia, subordinada à esfera da autonomia, prevê, na primeira, uma produção planejada do necessário, aos indivíduos e à sociedade, com menos esforço e recursos; na segunda, os indivíduos "isoladamente" ou livremente

associados poderiam utilizar os instrumentos convencionais conforme seus desejos particulares.

Se a transcendência não puder ser alcançada, o que dialeticamente é compreensível, impõe-se o equilíbrio. Marx diz que só a *Aufhebung* dialética dará origem a uma humanidade sem dicotomia entre o geral e o particular²¹. Se entendermos o proletariado, não como classe particular, mas como o repositório da "classe universal" hegeliana, isto garante sua superação²². O proletariado é a classe universal, não porque prescindia do seu contrário para assegurar sua própria existência²³ (visto que esta pode ser garantida aos indivíduos de qualquer classe, desde que cada qual se modifique) e sim para que assuma essa funcionalidade, porque é maioria absoluta. Dito isto o termo proletário inclui todo aquele cujo trabalho não garanta perspectivas e seja alvo de apropriação pela "troca" desigual. O conceito ainda permanece vago e implica em utilizar o termo subproletário (ou marginal) para os casos de estagnação social crônica e/ou sujeita a limitações biológicas, entre as quais a subalimentação.

A questão do Estado e o social

A integração da universalidade da consciência social geral para Hegel somente poderia ser transcendida pela universalidade do Estado e consubstanciada pela sociedade civil. Para ele o Estado constitui uma entidade abstraída a partir das forças sociais históricas e que, embora criado e condicionado pela realidade empírica, teria a capacidade de ultrapassar o conflito de forças sociais. Hegel se vê forçado a mediar entre o Estado e o indivíduo, preenchendo o vazio entre eles. Marx contra-argumenta que o indivíduo não pode ser conceitualmente isolado do seu contexto social.

Entretanto no atual estágio somente o Estado tem a capacidade de realizar a regulamentação da esfera da privacidade. Esta, obrigatoriamente, não deveria contemplar somente a primazia da atividade econômica, como Marx afirma (Avineri, Op. cit., p. 45), mas acrescentar a livre iniciativa (sem obrigatoriamente conter o rótulo capitalista), e o livre arbítrio de realizar o seu ser e espírito. A outra esfera, que Marx denomina de universalidade - onde ao homem se impõe a capacidade de, sob coação suave, superar seu egoísmo e lutar pelo bem comum - estaria, em tese, na possibilidade individual de evolução. Restaria ao Estado, portanto, o poder de realizar a distribuição dos efeitos perversos atuais da esfera da privacidade. Trata-se evidentemente de uma visão otimista do papel do Estado, necessária para não se cair no relativismo.

Porque esta mediação não ocorre na plenitude desejável? Em primeiro lugar porque o nível mais amplo que o Estado alcançou foi o nacional. Ao representar os consensos parciais da sociedade de classes (ou das sem classes) ele obrigatoriamente parcializa a universalidade. Neste ponto, Marx tem razão ao afirmar que os planos objetivos do Estado são o desfile de uma quantidade de interesses particulares sob a bandeira do geral e do universal (citado por Avineri, Op. cit., p. 44). Desta forma o socialismo com capitalismo dos países europeus consegue uma distribuição equitativa entre seus habitantes, mas com a desigualdade, escamoteada, dos que trabalham - e que são explorados, em tese e na prática - fora do país para a distribuição social nacional. Por conseguinte o Estado nos países subdesenvolvidos debate-se inutilmente para alcançar metas restritas.

As instituições políticas deveriam ser a esfera do "idealismo" ou da "espiritualidade", enquanto que a sociedade civil a do "materialismo", e esta mediação, em teoria, é plausível. Entretanto para Marx, Hegel confronta

sua própria estrutura da vida política pela dicotomia da vida do homem entre duas esferas, a da privacidade e a econômica, e tem como consequência a alienação (Avineri, op. cit. p. 45). Por outro lado, como Avineri afirma, Marx nunca definiu, de forma sistemática, sua teoria política (p. 86), deixando também de discutir profundamente o Estado moderno (p. 102). Existe pois um vazio não preenchido de integração entre comunidade e Estado e na busca da universalidade, o que nos permitiu efetuar algumas reflexões práticas expressas no Quadro I.

Em sua época Marx argumentou contra o Estado e a burocracia, tendo como parâmetro a não participação do proletariado na sociedade moderna, em que o homem está dividido em cidadão e burguês. Para ele o Estado de Hegel é uma racionalização da realidade material - uma ideologia - e todas as tentativas de basear o Estado na realização do espírito livre terminam sempre por reduzi-lo a contingências. A inversão desta mistificação seria pela transformação do homem em sujeito (Cf. Avineri, Op. cit., p. 67-68). "Para Marx o homem é a totalidade de suas conexões sociais, logo a sociedade emancipada é idêntica ao ser emancipado, a 'essência comunista do homem' ou o "homem socializado" (grifos nossos) ... a sociedade civil moderna, baseada no individualismo, implica um modelo de homem como uma entidade cujas relações sociais são apenas um meio para atingir seus objetivos privados; encara a existência individual como objectivo supremo do homem, e justapõe a sociedade ao indivíduo como algo externo e formal" (Avineri, p. 70). Desta forma ao criticar a sociedade civil (de seu tempo), Marx, segundo interpretação de Avineri, também conforma-se às circunstâncias de acordo com suas próprias palavras: "A sociedade civil contemporânea é o princípio do individualismo mas realizado conseqüentemente; a existência é o objectivo último: atividade, trabalho, satisfação, etc,

são simples meios". (Werke, transcrito de Avineri, p. 71), inferindo-se que a separação destas esferas permanece na contingência e na vontade das elites.

Se partirmos nosso raciocínio destas afirmações: supondo que todos os homens tenham consciência de seu valor individual, e também de seus limites sociais, a realidade balizar-se-ia sobretudo pela integração social imanente⁽²⁴⁾, e a apropriação e exploração do trabalho seriam automaticamente restringidas e com isto o ponto crucial da forte desigualdade. Isto seria efetuado por um socialismo personalista visto que se não consegue a abolição do individualismo. Permite ao Estado, com todas as suas imperfeições, limitar o caráter egoístico, embora tenhamos consciência que o Estado subdesenvolvido não tem poder de fogo para ampliar esta empreitada. Cabe aqui uma afirmação de Marx, a respeito do proletariado: que este não se constitui em um fenômeno histórico apenas, seu sofrimento e desumanização é um paradigma da condição humana. O Estado, da maioria e pela maioria, pode alcançar a universalidade e ao mesmo tempo prover plenamente cada individualidade do planeta? Diríamos que a ele compete a alavancagem do processo, pela abertura de canais amplos de perspectiva ampliando o leque de aspirações, e para tanto a opção distributiva é básica.

De forma geral sociedade de nosso tempo tem restringido o individualismo a nível econômico, salvo pela desigualdade tecnológica nos países centrais, a que propiciou uma escalada de apropriação de grupos jamais vista. A individualidade política tem tido avanço considerável e as metas gradativamente vão sendo alcançadas. Resta ao Estado reformular e ampliar a visão social para freiar os excessos, porém, sem consciência individual de limites estes certamente continuarão.

Evidentemente Marx não considerava o Estado, ou a estrutura burocrática, "como um mero reflexo das forças sócio-econômicas e sim uma projeção destas forças, mesmo se distorcida, sua pretensão ideal". Porém "para atingir suas expectativas e padrões, o Estado deve rejeitar suas origens no mundo material", ser "como uma religião que projeta em Deus o que falta neste vale de lágrimas" e exercer os atributos que seriam de qualquer pessoa (conforme Avineri, Op. cit., p. 102)«²³».

Pragmatismo social

Para Marx a história é um diálogo entre coletivismo e individualismo. Neste ponto ao casar socialismo com proletariado abriu-se um canal rumo à consciência, mas de envergadura não suficiente para considerá-la como sentido dinâmico pleno e isto somente será alcançado de forma pacífica quando muitos entraves forem abertos. Deve-se ainda provar que "a divisão do trabalho deu origem a tipos humanos diferentes uns dos outros quanto a capacidades, facilidades e potencialidades, e só a perpetuação deste sistema cria a noção de que as pessoas diferiam fundamentalmente já antes da divisão do trabalho«²⁴»". Trata-se pois de um trabalho de Hércules. As noções de espaços de trabalho heterônomo e social independentes do trabalho autônomo aclararão esta questão. Para tanto impõe-se também a compensação, se bem que a partir deste zero de conciliação novas questões estarão postas. De qualquer forma acredita-se é "socialismo" ou "barbárie". A dialética mostrará um novo mundo. Melhor, mas talvez aquém do sonhado. A distorção da divisão de classes está ainda em aberto.

Os estágios da sociedade futura e do socialismo implicam em aparar muitas arestas e nos recusamos a esperar o

desenvolvimento pleno do capitalismo e das forças de produção para que tal ocorra. Não importa que se mantenha a dualidade e a alienação desde que sejam parciais, e se abra o caminho do diálogo acelerado. O devir pode ser já!

Esta tensão entre escatologia e dialética implica em dizer que o processo continua "ad eternum" embora hoje existam condições de um socialismo verdadeira e plenamente democrático até com capitalismo. Trata-se de outra discussão que foi colocada recentemente. O materialismo dialético tem como idéia central a de que o mundo não pode ser considerado como um conjunto de coisas acabadas. O relativismo será que tinha razão? A noção básica de pragmatismo social, sob distributivismo radical, mostrará se existem diferenças de conceitualizações de mundo e limitações na utopia socialista. O pressuposto lógico restringe o relativismo a novas perspectivas de "outra" construção com todos, e certamente novas diferenças na pluralidade da invenção humana.

Em síntese como se resolver este "imbróglio". A nível de esferas de amenização, a fixação de limites de compensação, como tentativa de resolução parcial, envolveria, a título de contribuição, a reflexão dos pontos cruciais de nossa sociedade. Entre alguns:

1. Distribuição massiva e proporcional da riqueza física imobilizada, ou subutilizada, dentro dos espaços preferenciais de convivência cultural (Lei de compensação) sob desconcentração radical e científica dos espaços de uso pleno (leis do ecodesenvolvimento, eficácia e auto-suficiência relativa).
2. Desconcentração radical do Estado sob integração espacial normativa-operacional dos diferentes

escalões. Integração à comunidade e à universalização.

3. Liberdade de mobilidade espacial-social efetiva pela capacitação (pleno-emprego, auto-emancipação) e moradia.
4. Integração sócio-econômica trabalho-capital e novas formas de gestão de livre formulação.
5. Pesquisa interdisciplinar pragmática e avançada em diferentes níveis acoplada aos serviços de desenvolvimento.

Efetivamente estas questões voltarão à tona e rediscutidas sob enfoques diferenciais mais amplos e coerentemente interdisciplinares.

N O T A S

- ‘1’ Sobre interdisciplinaridade muito, e de forma apropriada, pode ser extraído de Por uma Geografia Nova de Milton Santos, Cap. IX. Op. cit.
- ‘2’ Acredita-se que, como processo e como atenuante, este termo seja ambíguo, mas vá lá!
- ‘3’ Colocado entre aspas para evitar uma possível interpretação maniqueista.
- O termo revolução implica em evolução em todos os sentidos e, para que haja mudança profunda, a ciência neutra deve efetivamente participar de forma coerente e integrada para que alguns sinônimos de revolução sejam minimizados, tais como subversão, perturbação moral, indignação, repulsa. O termo deve ser integrador. Caberia a reflexão de Edmund Burke (1729-1797) (embora seja considerado como um intelectual reacionário): "a sociedade não pode existir a menos que uma força de controle sobre a vontade e o apetite seja fixada em algum lugar, e quanto menos de controle tivermos dentro do homem mais deveremos ter fora".
- ‘4’ Talvez o termo positivo devesse se acrescentar ao construtivo, não sendo utilizado para não oferecer pressupostos que não cabem neste momento. A avaliação será posterior.
- ‘5’ As duas formas (indutiva e dedutiva) devem integrar-se a cada passo como necessárias (básicas até) para o avanço da ciência. De sua compreensão surgem as tentativas de resolução.
- ‘6’ O termo eficácia é por nós considerado mais amplo que eficiência, que trata as questões mais no âmbito da

economia enquanto que o primeiro integra solidariedade com eficiência econômica e conciliação política.

- ‘7’ A questão da compensação é um tema polêmico, onde a História tem papel fundamental. Deve haver compensação pela exploração colonial, mais recentemente pela troca desigual espoliativa, marcas das relações de oligarquias “entreguistas” com os países centrais. Afinal nossa dívida externa está paga?! Ao nível interno dos países, das relações inter-classes, a questão é menos complicada, porém exige muita perspicácia.

Em 1973 eu saudei o cartel do petróleo como uma medida eficaz para o rearranjo das relações internacionais de comércio. Acreditava nesta época que novo alento surgiria para os povos produtores de matérias-primas.

Obs.: O termo entreguista, foi utilizado entre aspas pois não se considera científico colocar todos em um mesmo saco, quando se cairia inconscientemente na modelização, sobretudo, com relação ao passado, onde torna-se mais difícil a obtenção de verdades com dados escassos. Assim a avaliação deveria considerar momentos e estágios; opções e informação daqueles momentos. A opção pelo presente implica somente em reformar radicalmente.

- ‘8’ Determinados povos conseguem separar as esferas da vida. O caso japonês parece apropriado. Na era Meiji o país abriu-se ou “foi aberto” ao capitalismo. O raciocínio poderia ter sido este: Já que é para entrar na esfera do capitalismo isto impõe utilizar todas as regras. Os termos capitalismo tardio dependente e avançado esclarecem as sensíveis diferenças.

- '7) No bom sentido de chegar à raiz e equacionar uma série de problemas nas suas respectivas essências.
- '10) O candidato vencido no segundo turno da eleição presidencial do Brasil em 1989 afirmou o ideal de que todos possam ter o nível de classe média. Textualmente que todos possam ter condições de tomar uma cerveja no final do expediente de trabalho.
- '11) São as aflições entre o indivíduo e o social, o racional e o emotivo, entre o inato e o circunstancial da natureza humana. O homem sem qualidades, romance e ensaio de Robert Musil trata sobre o homem sem atributos, e do sentido da possibilidade, além da realidade; a necessidade do inacabado.
- '12) A fábula da galinha dos ovos de ouro prevê que ela não deve ser morta, porém continuar presa.
- '13) In A aparência, o ser e a forma - Geografia e Método, 1988, mimeo. "A indeterminação aqui, não é a do mundo da física, mas, sim, a que existe na consciência". p. 3.
- '14) Paul Ricoeur (1913, - ...) filósofo francês que completa a fenomenologia com uma análise reflexiva. Dele extraiu-se uma apreensão fecunda de Marx em que a transparência não se encontra atrás de nós, na origem, mas diante de nós, no término de um processo histórico talvez interminável (Apud Giles, p, 83).
- '15) Dalle Nogare, Op. cit., p. 84.
- '16) Parece inútil discutir quem veio antes, o ovo ou a galinha, tal como Husserl tem razão ao limitar-se ao estudo das idéias, recusando-se a formular qualquer hipótese sobre sua existência.

- ‘17’ Marx, Karl. A Ideologia Alemã. Apud Avineri, Op. cit., p. 188. Como tratar problemas concretos, de pessoas concretas, dada a complexidade. Nunca se escapará do modelo. Espera-se pois que este seja o mais abrangente possível.
- ‘18’ Avineri, op. cit., p. 185. Ao homem será difícil aprovar uma realidade que não pode alterar e a válvula de escape reside na parte espiritual.
- ‘19’ Karl Marx, em Grundrisse (citado por Avineri, idem, p. 193) tem consciência de que o trabalho não-alienado é de difícil consecução.
- ‘20’ Carta de Marx a Dietzgen, de 9 de maio de 1868. In Avineri, 1978, p. 81-82, quando este critica a idéia como um sujeito independente, "o demiurgo do mundo real". Como se comportaria ele hoje ao ver o poder do carisma, não como forma fenomenal e externa, mas como orientadora e modificadora de massas. Certamente o ideal é, como Marx afirmou, "o mundo natural refletido pela mente humana e traduzido em formas de pensamento". Pena que somente alguns tenham a capacidade de utilizar esse potencial e o restante segue-lhes os caminhos, eventualmente confundido, neste mundo material controvertido.
- ‘21’ Citação extraída de Avineri, p. 114. A abolição das classes (Aufgehoben), a nosso ver situa-se ao nível da utopia, o que não impede a abolição dos antagonismos de classe antes da abolição do proletariado, que Marx não postula, mas que o Estado precisaria ter como meta básica se desejar mudanças.
- ‘22’ Idem, p. 120.

A educação até o momento não conseguiu tirar o título pejorativo massa para o proletariado. À medida que,

como indivíduo, alguém se considera fora deste rótulo luta pouco para emancipar os demais de sua ex-classe.

- ‘23’ Marx, K. *Early Writings*, citado por Avineri, *idem*, p. 117. Esta dependência é relativa e hoje a tecnologia mudou muito o conceito de existência independente.
- ‘24’ O termo imanente, a nível de utopia, não é oposto a transcendente já que a sociedade é aberta e não finita enquanto apoteose.
- ‘25’ Existe um adágio popular que diz que "cada povo tem o governo que merece". Logicamente, dentro de uma visão pragmática, em qualquer eleição os sinais (a comunicação) constituem, mais do que tudo, simbolismos que remetem ao particularismo do confronto, das aspirações e conflitos; trata-se, portanto, de um processo mediatista. Para Durkheim a opinião pública é atrasada e mau juiz da realidade social efetiva.
- ‘26’ Marx, *Early Writings*, citado por Avineri, p. 408.

3. O SISTEMA ECONÔMICO

Existe uma grande diversidade de quadros conceituais possíveis. A "realidade" é infinitamente complexa e pode ser estruturada por conceitos de maneiras alternativas. Os fenômenos econômicos não constituem exceção e existem vários esquemas distintos em cujos termos os economistas trabalham.

H.C.HOWARD⁽¹⁾

A Respeito de Superestimação

As duas questões fundamentais a nível individual são a saúde, a própria vida em seu prolongamento com saúde (o sentido físico) e a melhoria da vida no sentido material, isto é, a perspectiva da evolução econômica. Desta forma entre as profissões de nível superior, as pragmáticas vinculadas a estes dois sentidos básicos constituem as que contemplam as melhores condições de trabalho, e de resultados, em termos gerais. De um lado o médico como a alternativa mais válida para nos fazer recuperar a saúde e, no lado da produção, os tecnólogos que encaminham a produção dinâmica que lhes propicia oferecer todos os atrativos para a crescente massa de consumo do mundo moderno. A economia fornece a tônica, a manutenção, o aprimoramento e o balanço "sustentável" das relações econômicas entre as partes desiguais do complexo produtivo.

A validade da economia, enquanto busca da totalidade, tem sido questionada por muitos economistas, pois a realidade mediata, utilitarista e nacional remete as questões fundamentais aos rodapés enquanto que as ligadas aos meios sobrepujam as não eminentemente econômicas.

Entre algumas contradições às próprias metas da economia - enquanto progressismo infinito unilateral e sofisticado - economistas alertam para a atenuação da visão "racio-

nal". O próprio Keynes, contradizendo outras de suas afirmações, advertiu para não "superestimar a importância do problema econômico ou sacrificar às suas alegadas necessidades outros assuntos de interesse maior e mais permanente"^(e).

Herman Daly (Op. cit., p. 12 a 20) faz uma síntese a respeito da evolução dos paradigmas da economia política e enfatiza a questão do crescimento indefinido como um paradigma a ser mudado, e sua proposta caminha para a economia do estado-estável sob formas de auto-regulação. José Lutzemberger, que prefacia seu livro, critica a sociedade industrial, cujo dogma articula desenvolvimento com crescimento constante da economia, o que implica sempre em aumento do PNB. Entre suas assertivas, algumas são cruciais e envolvem a nossa incapacidade de distribuição do ocioso, tal como reducionismo vulgar de "consumir natureza para fazer riqueza", ou que "os problemas causados pelo desenvolvimento somente poderão ser evitados com mais desenvolvimento".

Na época dos fisiocratas a mãe-natureza era conceituada como a fonte de todo valor líquido (idem p. 14); o desenvolvimento científico e tecnológico mudou substancialmente este quadro ao maximizar e concentrar a exploração da natureza, acoplada às inúmeras possibilidades da tecnologia. A agricultura embora tenha tentado acompanhar este desenvolvimento efetivo em áreas selecionadas - mas no geral com graus variados extremos - perdeu, para a tecnologia urbana concentrada, o papel essencial da vida. A par disso, o dinheiro e sua medida abstrata impuseram novos valores dicotômicos de exploração indiscriminada e de manutenção de uma economia de sustentação instável, e de colapso das relações existenciais. A tecnologia e a evolução não realizaram ainda a mínima parte da reconstrução sócio-espacial universal. A esfera da necessidade, como mínimo plausível, ainda se constitui em um paradigma a ser formulado e posto em termos de práxis da condição humana.

Schumacher (Op. cit. p. 35) faz uma pergunta sobre o significado de uma coisa ser antieconômica. Para a economia seu significado é claro pois que relacionado diretamente a lucro, enquanto que o ideal, em termos universais, deveria ser posto em termos de mais e menos econômico, em função da tecnologia, do espaço dado, sua posição e potencialidades físicas, em suma do resultado histórico. Evidentemente sob este ponto de vista dicotômico, se a eficiência, e consequentemente o mercado, se impusesse como uma lei econômica universal, os países subdesenvolvidos simplesmente seriam áreas de domínio tecnológico dos centrais e qualquer esforço nacionalista de efetuar "saltos" seria para todo o sempre inócua, pois pela lei do desenvolvimento cumulativo sempre estariam aquém e obsoletos. A preocupação nacionalista constitui uma faca de dois gumes ao tentar avançar a economia do país e com isso evitar que as multinacionais se incumbam totalmente desta iniciativa - parcial evidentemente, pois mantém a desigualdade por razões óbvias. Por outro lado, ao impedir o livre comércio atende fins nacionais, mas cartoriais, e desta maneira tolhe o desenvolvimento e a competição concorrencial, dinamizadora do processo. Mantém-se desta forma pelo aviltamento do salário, para poder competir instavelmente, sacrifica os recursos humanos (do ponto de vista físico sobretudo) e os fatores naturais, utilizados sem critérios nesta competição desigual. Homem e meio a nosso ver, correspondem às únicas fundamentações e de valor intrínseco mais significante.

O modelo de economia centralizada, em tese, teria a solução destes problemas na palma da mão, porém e sobretudo ultimamente, não consegue resultados que o conduzam ao esquema da sociedade, no caso economicamente (pelo menos neste sentido), perfeita.

A questão econômica, assumindo o caráter nacional, impõe as salvaguardas necessárias neste nível e enceta, dentro de seus limites de ação, os métodos que se impõem para a manutenção, crescimento e posicionamento relativo das esferas de sua competência. Desta forma, as economias nacionais subdesenvolvidas, em crise e sob inflação, utilizam remédios econômicos amargos, via recessão ou semi-estagnação, que impõem custos sociais irreversíveis, mudanças comportamentais e decomposição moral⁽³⁾, sobretudo na vida urbana. A insuficiência destas economias, comparadas aos meios mais eficazes dos "parceiros" comerciais desenvolvidos, que facilmente reciclam sua economia colocando-se logo a cavaleiro da situação e inclusive armando-se de meios para reverter o quadro, mesmo que instabilize mais os países dependentes. Os possíveis efeitos positivos da medicação via recessão transformam-se assim em paliativos, sem reais mudanças estruturais. Sem estas efetivamente os EUA jamais sofrerão uma nova depressão, assim como a Europa, em função de suas formidáveis estruturas a nível internacional, que ao contrário, causam reflexos negativos importantes nas economias periféricas. Nos espaços desenvolvidos a ciência econômica dispõe - além da política de estabilização e de combate ao desemprego - a ciência da administração: em termos mais efetivos a "teoria das decisões". Esta põe em prática a melhor opção entre um conjunto de escolhas possíveis (Boulding, Op. cit. p. 44). Tal situação somente poderia ser rompida única e exclusivamente por uma revolução tecnológica, até o momento considerada como um fenômeno de exceção.

Boulding salienta algumas questões que a economia ainda não aprofundou nos países centrais e que certamente interessam também ao nosso caso. Trata-se da aproximação crucial em prol da justiça social, de caráter institucional, envolvendo um sistema de preços em relação a salários e

renda, tanto no aspecto absoluto como no relativo. Cita, por exemplo, Gardner Means (p. 49), que sugere modificações no sistema tributário de forma a taxar sobremaneira os crescimentos na renda decorrentes de aumento dos preços ou dos salários nominais. Em um país de altas taxas de inflação, tanto o alto salário, como o capital, acrescentam renda significativa, abrindo o descompasso com as pessoas de baixa renda que mal conseguem subsistir em tal esquema. Nos países subdesenvolvidos, certamente se imporá a utilização de taxas crescentes nas tabelas de tributação e o sistema de cascata nos aumentos salariais e o inverso no caso dos preços. Isto seria plausível e assimilável de forma econômica, se formulado por meio de um esquema racional especializado, para a manutenção do "lucro" ideal (baixo), e por conseguinte da atividade, tendo por base a maximização da alocação dos recursos e a minimização de custos, entre estes, através da atenuação da circulação capitalista do desperdício.

Boulding exemplifica que o aumento dos preços agrícolas nos EUA em lugar de reedistribuir, ampliou a faixa de renda dos agricultores modernizados e ricos, dos distribuidores e beneficiadores dos produtos agrícolas, em fim da cadeia capitalizada. Assim à política econômica caberia decisões espaciais de maior vulto que possibilitassem aos pequenos e médios agricultores renda positiva e, consequentemente, redistribuição mais massiva através do fortalecimento dos mercados regionais, e discriminações à livre circulação capitalista oligopolizada. Sem dúvida a Reforma Agrária abriria este leque de interações necessárias.

Entre as questões econômicas equivocadas, com relação a educação Boulding credita aos subsídios específicos resultados duvidosos que, em lugar de tornar a educação mais barata e livre, carrega uma parte do subsídio às classes médias e ricas, o que ocorre certamente com maior ênfase no

Brasil⁽⁴⁾. Nossa proposta para este caso, especificada no Quadro IV, prevê pagamentos diferenciados para a educação - que deve ser igual para todos - e crescentes nas quatro classes de remuneração heterônoma. Desta forma defende-se a escola pública, mas não gratuita, que permitirá o acesso à todo aquele cujo potencial intelectual for bloqueado por contingências econômicas, e neste caso em lugar de pagar para estudar receberia a correspondente renda extinta proveniente de seu trabalho numa família pobre.

"Na raiz de boa parte dos fracassos do que poderíamos chamar de política microeconômica está uma séria falha da própria teoria econômica: sua incapacidade de lidar com problemas mais amplos de distribuição de renda" (Boulding. Op. cit., p. 51-2). Este segue enumerando "problemas sem solução", como os enunciados, da incidência do tributo sobre a renda; "a manipulação do sistema de preços, através de salários mínimos ou subsídios que afeta a distribuição como um todo"; e uma "teoria adequada da distribuição a longo prazo da propriedade, sobre a qual se assenta em parte a distribuição de renda". Em um contexto genérico, os modelos econômicos de desenvolvimento - que colocaram os economistas como os novos alquimistas da esperança e ampliaram o mercado (próprio) de trabalho e de prestígio - "deixam muito a desejar e nem sempre se têm mostrado úteis", de acordo com as palavras deste economista de renome (p. 52). Boulding acredita que o processo de desenvolvimento exige mais do que a capacidade da ciência econômica em sentido restrito e atribui o contexto a uma falha da ciência social geral. Desta forma, coloca-se um desafio interdisciplinar para a resolução das situações desiguais que perduram, e que paradoxalmente são o estímulo maior do pesquisador social.

Ainda hoje, em termos de economia, questões fundamentais continuam a se apresentar à resolução, exigindo

levantamento sistemático e resoluções setoriais, porém acredita-se, que exagerando nos aspectos de integralidade e custos, isto é, dentro de uma visão orgânica restrita. Tais fatos conduzem a outro aspecto que se interpõe: a instância da Economia Social, sobretudo, em razão das fortes desigualdades técnico-sociais.

A Esfera da Necessidade

Acoplando o que foi dito existe pois um espaço de resolução integrada, o da necessidade vital que, ao ser negligenciado, coloca os demais como parcializações. Embora estas também, em muitos casos, conduzam à organização universal, eventualmente desviam-se dos objetivos maiores, presas sob a ótica da maximização, do corporativismo e do nacionalismo exacerbado. Esta primeira instância essencial que se impõe, nos aspectos alimentação, saúde e auto-suficiência, constitui o pilar sob o qual a ciência econômico-social deve trabalhar, a nível de troca igual, sem considerações técnicas. Trata-se do mínimo vital a ser espacialmente construído, com base prospectiva de plena integração social efetiva. Esta esfera da troca social normativa ainda não foi sequer equacionada, que corresponde a uma instância "socialista" exigencial, já extrapolou objetivos e até sofisticou-se nos países centrais, sobretudo na Europa. Entretanto estes resultados amarram-se em pontos de apoio da troca desigual-técnica internacional, e na desorganização institucional dos países que possibilitaram indiretamente tal diferencial. Seria exagero falar-se pura e simplesmente em neo-colonialismo e internacionalização "selvagem" da economia, mas sem dúvida, apesar dos resultados do desenvolvimento, esta faceta tem parcela considerável no cômputo geral da desigualdade, se bem que,

por outro lado, obriga também a debitar outra parcela considerável à inconsciência das elites nacionais dos países subdesenvolvidos.

Mesmo no "status quo" de subordinação ao capital tecnológico produtivo internacionalizado - partindo-se de uma premissa conservadora - existem, aos níveis nacional e regional, bases e prioridades inegociáveis, vistas sob os ângulos interno e externo. Trata-se, dentro desta suposição - mesmo sob uma sociedade de classes - da atenuação massiva das desigualdades como um movimento emancipatório, nos níveis político-técnico e social, mediante uma política distributiva não paternalista e equânime (em termos). Se este nível existe de fato na Europa, por outro lado constitui um discurso geral de perspectivas e "idéias" - de caráter vago, impreciso, e mutável circunstancialmente - nos países do Terceiro Mundo, em particular no nosso^(B). Efetivamente, a consecução exige muito mais do que palavras e mesmo ações contrapõem-se neste emaranhado amorfo e individualista de forças. Tal situação pode conduzir - sobretudo para os que não alcançaram a "estabilidade" sócio-política - ao autoritarismo "esclarecido" ideológico que, cientificamente e sob a ótica prospectiva e otimista da condição humana, deve ser descartado.

Para países e áreas de estrutura de crescimento demográfico alto, os problemas a solucionar continuamente se avolumam, e para estes, o limite mínimo obriga à normatização da forma unitária de forte coesão interna. Somente após alcançado este nível, efetivamente se pode cogitar da abertura de perspectivas amplas, de caráter intelectual-psicológico, porém, a nosso ver, o aspecto econômico aberto não mais terá seu lugar, tal como desmoronaram benesses de "instituições" hoje históricas. A alternativa exige uma política internacional de compensação e de equidade. A primeira diz respeito à distribuição, para

minimizar e zerar politicamente as perversões historicamente condicionadas e a segunda trata do ecodesenvolvimento como meta contra o desperdício do sistema, e também voltado às preocupações com o futuro. Schumacher mostra um diferencial altíssimo de consumo de combustíveis entre "ricos" e "pobres" (Op. cit: 21), e que a ampliação exponencial do consumo de uns e de outros impõe, no mínimo, uma relocação radical e novas alternativas energéticas. A relocação passa pela diminuição dos deslocamentos diários (via veículos) e da massa trabalhadora, das cidades sobretudo. Através da regionalização da produção, ecologicamente avaliada, restringir-se-á a circulação capitalista apoiada na desigualdade técnica e na força dos oligopólios e do mercado. São tarefas normativas entre Estado e comunidade e discriminadoras da vontade individualista⁴.

Embora Schumacher não acredite que haja uma sociedade que diga "Chega! Temos bastante" (Op. cit." 20), certamente a economia do Estado-estável (utilizando o termo de Herman Daly) implicaria em normas internacionais de racionalização econômica, de distribuição equitativa do básico, de durabilidade e organização, ou seja, alternativas pelo ecodesenvolvimento.

Daly, que é um economista, expõe algumas destas questões de forma mais específica, e referenda as nossas argumentações. Formula algumas questões: "Que instituições fornecerão o necessário controle para manter o acervo de riqueza e população constantes com um mínimo de sacrifício da liberdade individual?" (Op. cit: 44). "Cada necessidade particular pode ser satisfeita, mas o agregado de todas as necessidades não" (idem, p. 46). Estes são pontos cruciais para discussão das supostas necessidades infinitas, ou da não-saciedade, como salientou também Schumacher. Trata-se pois de priorizar áreas de desenvolvimento que ataquem os estrangulamentos, e em geografia direcionem-se para a

avaliação das potencialidades diferenciais naturais e para distribuição equitativa da população, isto é para a descentralização e o desmoronamento completo das poderosas externalidades da economia de consumo. Para tanto as noções de integralidade e totalidade são fundamentais, enquanto que soluções de Primeiro Mundo somente consertam, com tecnologia e dinheiro externo, muitos dos erros da dita economia de massa, não-distributiva e mantenedora das posições relativas. A relocação radical e a formulação de uma economia, que em alguns aspectos pode ser encontrada no tipo europeu, de forma ainda mais socializada, corresponderia a uma necessidade universal. O "fetichismo" por fluxo (Daly p. 47) impõe inchaço e não desenvolvimento, e a mídia, que cria necessidades por moldagem do público, mantém e adiciona novos "empregos" à custa de poluição e desgaste energético (p. 46). O primeiro faz crescer o PNB, mas pouco cogita de um PNL adequado (realmente líquido, moderado e limpo), ou a busca da racionalização espacial.

O nível da microeconomia de evolução gradativa e sob constante avaliação implica num paradigma universal de:

- 1) quotas de uso de energia e recursos - trata-se da efetivação absoluta do conceito de suficiente;
- 2) A distribuição do acervo sob a égide da justiça social e precedência das necessidade básicas de todos;
- 3) Minimização do fluxo, que conduz à regionalização ecológica sob o escopo de perenidade com evolução.

Estas três questões, retiradas da Economia do Estado-Estável (EEE) de Daly (p. 55-56) foram modificadas para atender premissas mais concretas e universais exigidas. Entretanto esta reformulação espacial corresponde a tal magnitude de mudanças que a consideramos como de nível

utópico e talvez se implemente quando de um estado de desespero próximo ao de barbárie. De qualquer forma a questão, pelas razões expostas, não deve tolerar amenidades que a diluam.

A modificação radical corresponde, em tese, a curto e médio prazos na diminuição brutal de produção e consumo de energia não renovável e até da reformulação da finalidade do trabalho. A médio prazo, em queda geral do trabalho físico maçante e alternativas de criação lúdico-intelectual e de lazer saudável-natural de cunho social. A nível de país para país, cada qual poderia, em tese, gastar como e bem quisesse, o contido em seu território. Como tal não ocorre, sobrevêm o nível da exploração da desigualdade e mantem-se o "status quo". Daly assim sugere quotas de depleção, isto é, o controle das entradas e não das saídas e para tanto os recursos devem ser públicos e com preços mais altos que os atuais, baseados na equivalência entre os recursos renováveis e os não renováveis. Porém enquanto Daly trabalha mais em termos de prevenção para o futuro, a questão também, e primordialmente, implica em relocação radical para organizar o presente para o presente e conseqüentemente para o futuro. Utilizando (e acrescentando) o exemplo de Hannon (1975, citado por Daly: 69), a razão para o controle (imposto ou quota, no caso dos países ricos) dos recursos, e em determinadas mercadorias, poderia levar a outras contradições. Se o governo taxar pesadamente os automóveis as pessoas usarão bicicletas poupando dinheiro e recursos, porém se o poupado for gasto em passagens aéreas ficar-se-á no mesmo. Portanto, além do controle devem haver outros parâmetros segundo equivalentes de desperdício, comparáveis universalmente, o que implica em mudanças alternativas estruturais de monta.

A construção de um mundo socialmente novo obriga a um vínculo técnico-perene entre ecologia e ética. Se em uma

determinada área houver granito em profusão este será o elemento básico das edificações, e desta forma se aplainarão ao mesmo tempo os terrenos para estas. Várzeas servirão somente como área de trabalho agrícola, com culturas ecologicamente adequadas às possíveis enchentes, e não como moradia por se constituírem em áreas de inconvenientes e riscos. Sequer esta esfera mínima de eficácia inteligente e distributiva alcançamos. Constitui ainda um paradoxo que limites máximos da renda e riqueza - apesar de atenuados genericamente ao longo da história da humanidade - ainda se encontrem presentes hoje, certamente atribuídos ao diferencial criativo dos povos. "Riqueza concentrada significa poder concentrado - poder para dominar outros homens, poder para proteger privilégios..." conforme Mc Claghry (1974, citado por Daly: 61).

Daly (p. 59) trabalha com limites máximos e mínimos de renda e com o limite máximo de riqueza, parâmetros para limitar as trocas entre desiguais que são voluntárias só formalmente, constituindo-se assim em máscaras para a exploração. De modo especial verificam-se no mercado de trabalho, como demonstra Marx, e também entre países, marcando a estruturação de cada caso. Da exploração, direta ou indireta, todos "pensam" que levam "vantagem", segundo a Lei de Gerson. A autoconsciência amiúde é relativa e marcada por valores inerentes e condicionantes. Mesmo se o progresso humano restringir sobremaneira a autoconsciência apropriativa, não a elimina. A dinâmica passa obrigatoriamente ainda pelo material, entretanto a socialização tem tentado limitá-la. Já na Inglaterra do século XVII, John Locke (1632-1704), que era conservador, afirmou: "mesmo em situação de ausência de escassez geral deve haver limites para a propriedade" (citado por Daly p. 60). Somente pode-se legitimar a propriedade desde que seja fruto do trabalho, diligência e engenhosidade, segundo Mc

Claughry (idem, p. 60). Quando a transmissão por herança atinge certo estágio conflita com os fins que dão legitimidade à propriedade privada, conforme colocação de Stuart Mill, em publicação de 1881 (Daly, p. 59). A São Clemente, papa entre 92 e 101, atribuiu-se o trecho: "o uso de tudo que há neste mundo destina-se a todos, porém devido a iniquidade, um disse que aquilo era dele e assim fez-se a divisão entre os mortais" (7). Desta forma tetos de renda não incentivariam a monopolização e após atingir o máximo as pessoas de boa vontade poderiam dirigir sua energia a atividades não econômicas ou às tarefas sociais (8).

Em nossa proposta (ver Quadro III) uma forma de socialização seria a obrigatoriedade do serviço social não remunerado para maiores de 14 anos em um máximo de sete e meia horas semanais. Se tal fato ocorre com relação ao serviço militar, e em alguns países para ambos os sexos; foi prática comum nos "kibutzin" de Israel; é institucionalizado e genérico nos países de economia socialista centralizada, por que não uma carga semelhante de encargos sociais para a eliminação da tragédia das necessidades. Tal como o altruísmo missionário voluntário schweitzeriano, porque não aprender e ensinar, prestar assistência e ser assistido, realizar a esfera coletiva no seu sentido mais amplo e sistemático, o que não impede a ninguém devotar ainda mais tempo para tal, de acordo com vontade pessoal (9).

A primeira resolução básica é a da necessidade, e tão monumental que as demais são parciais. Nesta primeira instância de alimentação, moradia e auto-suficiência, a formulação vincula-se fundamentalmente na troca de trabalhos iguais em tempos iguais e solidários, de forma que mesmo a aptidão técnica seja também solidária. A divisão do trabalho, em termos de sua especificidade técnica ao nível da habilidade, reduz-se a quatro níveis (Quadro IV) de sobrevivência familiar, no que diz respeito ao trabalho

heterônomo (formulação de acordo com Gorz, Op. cit., p. 115). Isto não implica que este tempo seja também de felicidade e não de obrigação (evidentemente não pode ser a todos e neste caso reduzir-se-á à metade do tempo). Para Gorz "só há solução dualista pela organização de um espaço social descontínuo que comporta duas esferas distintas e uma vida ritmada pela passagem de uma à outra". Acrescentaríamos que, obrigatoriamente, o trabalho estafante não ocupará a maioria dos casos, desde que haja evolução pessoal, mesmo dentro de aparelhos ou de empresas. "O reino da liberdade só pode se edificar sobre esse reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é sua condição fundamental", de acordo com as palavras de Marx, e conforme citação em Gorz (p. 116), e em Avineri (p. 419). A troca social ao nível da necessidade (isonomia vital) é um pré-requisito para a espacialização plena entre urbanos e rurais, entre países em níveis culturais diferenciados, através de cooperação, tendo por base a bilateralidade como um princípio da condição humana, sob pluralidade e respeito às características culturais próprias.

A evolução pessoal entretanto não pode dispensar de pronto, e talvez para sempre, a abolição da produção e trabalho industriais e de escala, onde, em muitos casos, o trabalhador funciona mais como um robô especializado em funções simples e automatizadas, sendo necessária uma concentração psicologicamente massante. Neste caso a evolução tecnológica dos instrumentais permite redução de horas de trabalho, ou formas que incentivem e avaliem o trabalho de equipe, sua coordenação eficaz, em todos os sentidos, sob normas de participação nos lucros, co-gestão ou autogestão, formas estas que pluralisticamente devem conviver, e se interrelacionar sob avaliação de resultados específicos, no contexto social.

Os papeis do Estado: a importância negligenciada ou atravessada

Raciocina-se ainda segundo padrões subordinados ao capital tecnológico, porém numa situação já com adequado grau infra-estrutural, como ocorre presentemente no país. Sobre este fato "consumado" e imanente - no sentido filosófico, de ação e finalidade por participação ou tendência com ou sem intervenção de outrém - quais as diretrizes de aplicação de uma economia "socialista" de instância exigencial? Mesmo em economias dependentes encontramos o "halo" nacional emancipatório, expresso, na maior parte dos casos, mais pelo seu caráter simbólico do que pelos resultados distributivos.

O Estado efetivamente descentralizado e geral - público eficiente no específico e eficaz no geral - deve ser transparente, por conseguinte avaliado e auto-avaliado. Para tanto a figura do "ombudsman" isenta e neutra, deve alcançar significância e consistência, desde o nível distrital, na visão espacializada, ao nível genérico do contexto social, sem o caráter profissionalístico-individualista que seus congêneres políticos pressupõem na atualidade. Esta questão, em Economia Política, por conseguinte, constitui um dos pilares fundamentais (ver Quadros I, VI e VII).

Sem dúvida o espírito corporativista confere ao Estado a característica insensata de pertencer a nada ou ninguém no que diz respeito à racionalização, acompanhamento conjuntural-estrutural e abrangência, sob normas custos-benefícios. No que concerne ao destravamento burocrático, e à ruptura de suas incoerências internas, vê-se que o Estado mal acompanha as questões cruciais, que a partir dele incorporam-se à toda a esfera estrutural social. Vencidos os equacionamentos operacionais parciais, mesmo que eficientes em si, cada setor, de acordo com sua força

política e contingencial, realiza transformações, até efetivas, no acompanhamento e nas soluções do desenvolvimento nacional, estadual ou de sua esfera particular, entretanto sem a devida harmonia universal que pressupõe o inter-relacionamento da totalidade. Formas, custos e objetivos correspondem, por consequência, em intervenções parciais sem mensuração e continuidade, que somente seriam asseguradas dentro de parâmetros de equidade na distribuição das verbas^{'10'}.

Compactua-se de um desperdício de recursos, sobretudo os humanos, consubstanciados em trabalho ineficiente e alienado, pelo controle burocrático excessivo e mal gerenciado, de cunho interno, enquanto que, tendo em vista seu poder e dimensão, os resultados teriam deveriam ser eminentemente externalizados e quase mediatos^{'11'}. O nível tecnocrático, apesar dos avanços registrados, não se integra à pesquisa interdisciplinar e mantém o corporativismo estanque, que tolhe iniciativas e alternativas próprias da integração. A dependência tecnológica e o desenvolvimento mimético, quando não os modelos faraônicos^{'12'} - herdados da visão aparente fornecida pelos nossos instrutores do Primeiro Mundo - restringem o grau de alcance e os resultados. Imaginação, integrada à criação de obras e meios ordenados a longo prazo - com objetivos mais abertos, seguidamente melhores e sobretudo ponderados - deveriam já configurar novas tônicas de gestão do patrimônio público.

De um Estado-Protetor de incentivos e subsídios generalizados^{'13'} que protela indefinidamente uma sociedade de bem-estar - sem abundância mas com acervo - a saída implica em transformá-lo em articulador-coordenador, em diferentes níveis da sociedade pluralista integrada, da esfera familiar à universal (Quadro I).

A socialização-sociabilização, prioritária da esfera da necessidade alimentar-trabalho, do cotidiano, acrescenta-se a vital. Trata-se da mais negligenciada tendo em vista nossas estatísticas de saúde vexatórias, além daquilo que não é mensurável mas que qualifica sua desorganização espacial e socialmente desigual. No que diz respeito à educação, cultura e mobilidade - entendida tanto nos aspectos pessoais-psicológicos, quanto no caráter espacial desejável - o resultado é um diferencial territorial concentrador. As bases de uma reprodução social desejável, pois que ampliada, somente e unicamente será alcançada com a integração espontânea e crescente da comunidade⁽¹⁴⁾. Ao Estado compete a transferência e o apoio institucional, coordenando e co-gerindo o processo, abrindo canais de experimentos econômico-sociais pela troca e animação e também co-avaliando as participações comuns. Tais esferas, em lugar de discriminar ou comprometer o capitalismo privado, oferecem, como contrapartida, a ampliação de um mercado tecnológico e competitivo-racional de evolução, mas não de negociatas. O trabalho do Estado para as maiorias, e não somente para o proletariado no caso, ao se aplicar a teoria das aproximações sucessivas, gradua suas intervenções pela proteção sem paternalismo. O Estado, provedor de chances equânimes por capacidade, tem como objetivo o salto qualitativo dos marginalizados, e sobretudo dos suportes do processo, sem com isto tolher os posicionalmente melhor situados de evoluir intelectualmente, se bem que partes da conta financeira lhes serão debitadas⁽¹⁵⁾.

Ao Estado compete a análise conjuntural dos segmentos produtivos, pois a carência social faz parte do óbvio ululante e que não pode ser relutante. Planilhas de custo, que meçam a saúde financeira das empresas e a repartição equânime dos resultados positivos e dos percalços, dentro da

lógica capitalista, são questões que definitivamente devem fazer parte da análise governamental específica para a divisão proporcional do esforço democrático distributivo-evolutivo.

Qual a problemática específica de produtores agrícolas familiares, que embora "proprietários" enfrentam problemas reais, nos quais o Estado pode intervir? Servidores públicos - ociosos ou desmotivados, mas que dentro do modelo podem ser considerados semi-privilegiados, devem ser reciclados, distribuídos voluntariamente e remotivados. A resolução passa por um atestado de competência direta da chamada pequena e média burguesia urbana - que em graus pouco variáveis tem acesso direto ao "desenvolvimento" próprio, dentro do crescimento capitalista - e dela exige-se parte de sua autonomia e seu despreendimento. Ao capital, melhor direcionamento e regras; à renda uma taxaço forte que reverta o quadro e com isso forneça mais capital à dinâmica produtiva e ao esforço tecnológico; para ambos novas obrigações, democratização e evolução, inclusive sob novas formas¹⁴. Aos do fundo do poço tudo o que for humanamente possível para dar-lhes novo estímulo e a crença na solidariedade.

Ao menos neste nível se conseguirá o que Marx escreveu para um contexto mais amplo "No lugar da velha sociedade civil, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos" (Apud Avineri, Op. cit., p. 364).

Um outro nível de desenvolvimento básico, inscrito em um quadro de descentralização das atividades do Estado, como articulador e disseminador das questões comunitárias altera sensivelmente o personalismo-centralismo da questão tecno-burocrática atual. Existem exemplos eficazes ainda

incipientes - outros extemporâneos e mesmo não justos pois privilegiam grupos de localização - enquanto que o processo exige atitudes massivas a nível nacional, sobretudo nos aspectos vitais. O Estado é unitário e isonômico⁴⁷, pelo menos em tese.

O novo modelo de desenvolvimento territorial integral implica em desenvolvimento do ser humano independente da área em que se encontre. Trata-se de uma problemática discutível, nos termos dimensionais do país, e que será remetida para reflexão posterior nas unidades específicas sobre a questão rural. No momento, e genericamente, deve ser condizente às particularidades naturais, potencializando-as por tecnologias suaves que, desta forma, torne perene o processo produtivo encadeado à convivência ambiental.

A fluidez, inconsistência e a desigual aplicação das normas jurídicas e éticas (tendo como base a isonomia) correspondem a fatos que, via-de-regra, configuram-se em flagrantes situações inconstitucionais e anticonstitucionais, provocando deseconomias humano-espaciais crônicas. Dentre exemplos, como parâmetros de argumentação, podem-se enumerar alguns:

1. A diferenciação social, econômica e jurídica espacializada, tendo por base o mercado imperfeito, entre trabalhos iguais, entre mesmas estruturas funcionais, todos tomados como interdependentes e "autônomos"; entre campo e cidade; entre categorias funcionais da mesma ou diferentes hierarquias do serviço público; das aposentadorias e pensões. Tais fatos correspondem a um emaranhado jurídico inoperante, e para os "experts", condutores e beneficiários, em privilégios inaceitáveis.

Trava-se uma luta entre o direito privado (ou cível) e o público. Normas são desviadas para favorecimentos estamentais, sob princípios espacialmente díspares,

permeados pela incoerência da sistemática jurídica esdrúxula. De tal forma as questões postas podem ser encaminhadas por tecnicidades expúreas que favorecem pessoas, ou grupos de poder, acima da magnitude da lei⁽¹⁰⁾.

2. O acesso diferencial, e brutal em certos casos, à educação e saúde, conforme sua localização espacial, com vantagens e "chances" progressivamente menores da metrópole aos grotões. No caso mais particular da saúde, assume o caráter crucial e até inexorável da vida. Comparações entre um operário braçal em uma plataforma da PETROBRÁS com um seringueiro ou posseiro da Amazônia - somente levando em consideração uma única variável, o caso de um mal súbito, mostram diferenças substanciais de possibilidades de sobrevivência e da previdência (ou imprevidência) social.

A centralização do Estado, e a concentração protetora diferencial dela decorrente, interfere sensivelmente na evolução individual, em função da posição de classe e de lugar. A potencialização humana restringe-se pela falta de oportunidades e da troca social, técnica-educacional e econômica, submissas à manutenção cartorial das prerrogativas, espacial e seletivamente condicionadas. A negligência à competição técnica restringe o extravasamento de canais eficientes de mobilidade social, representando mitos de obsolescência mantidos pelo simples temor da mudança e, evidentemente, por acomodação. O fortalecimento da comunidade, induzida pela neutralidade intelectual, conduzem ao melhor dos recursos: a educação com evolução. A alavancagem é o mínimo que o Estado deve prover e encorajar, sendo que a auto-suficiência gradativa corresponde à meta a ser avaliada e contraposta dialeticamente, com meios e "fins" integrados.

3. A atual distribuição de renda, da propriedade fundiária e dos bens de produção, como handicaps da competição

especialmente imperfeita, são restringidoras da livre iniciativa local/regional e mantenedoras das disparidades. Esquemas protecionistas - regionalmente determinados ao nível do ciclo produtivo básico, e no tempo hábil da reciclagem - são necessários para a correção das pressões oligopolizadas, sem implicar em paternalismo. Estas alternativas compreendem formas mistas de capitalização e desenvolvimento tecnológico - gradativamente auto-suficientes, mas não autárquicas - de base local, com participação financeira e democratizada pela co-gestão dos funcionários com o capital e/ou com a comunidade.

Trata-se pois de rebater o determinismo social-histórico e posicionalmente condicionado. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são conceitos economicamente determinados e determinantes, sob o enfoque da latência relativa das potencialidades extra-econômicas no sentido restrito, mas certamente econômicas no sentido mais amplo, quando incorporadas à noção de Economia Política, e ao nível nacional⁽¹⁹⁾. Assim ao sistema lotérico da mobilidade *stricto sensu*, ou da mundialização massificante, as alternativas recolocam as possibilidades num espectro sensivelmente aberto à ascensão independente. O ato de competir e interpenetrar ações sociais reduz o tráfico de influências e a troca de favores. Através da abertura de canais, restringem-se frustrações de um mercado concentrador e certamente empreguista como meta restrita.

Deve-se travar uma batalha intelectual para o Estado aberto e pleno que exige normas, solidariedade funcional com mudanças essenciais de comportamento, evolução e participação, mesmo dentro de aparelhos ou sistemas mais amplos em determinados setores da economia. Não se trata de repetir a estatização corporativa, mas a empresa pública corresponsável, e a democratização do capital em novos espaços, sob novos métodos.

Se a palavra igualdade adquire baixa ressonância, compreensível dadas as disparidades crônicas e agudas da consciência e evolução humanas, o nível utópico a restringirá à equidade^(e0) plausível e consequente. Sob este prisma orgânico embora ainda com múltiplas limitações - e que para muitos talvez corresponda a uma solução conciliatória - entretanto é contrário à lentidão do liberalismo e da economia de mercado social (neoliberalismo Keynesiano), cuja deficiência básica consiste em remeter a distribuição para a evolução histórica (e consequentemente para cétricos em rumo de vã esperança). Evidentemente a social-democracia é adequada e justa ao Primeiro Mundo, enquanto parte e intrínseco a este, desde que haja fomentadores externos de sua "equidade" institucional interior. A forma modernizante é realmente sedutora, na forma localizada como se apresenta, ao contemplar seus oficiais e mesmo seus soldados, como os qualificados para distribuírem os frutos da economia de mercado das instituições à ela concordantes - genericamente, e em condicional nos pontos de vista específicos. Vive bem enquanto muitos ficam com o caroço e com o bagaço^(e1).

4. O próprio modelo de Estado - em si concentrador e subsidiador do esquema capital sobre trabalho, exportador e desperdiçador de recursos, dualista, pois que locacional e privilegiador - corresponde ao resultado de uma moldagem estrutural até compreensível, face às situações institucionais impostas, cujas alternativas são por estas balizadas.

A planificação espacial (regional, urbana, setorial...) - que em tese corresponde à tentativa de organizar, com e sob as normas vigentes - é a face tecnocrática obediente e criadora de espaços reorganizados modernos, mas parciais, sempre localizados e presos às prerrogativas econômicas. O planejamento acrescenta novas saídas e reformulações, algumas até engolidas pela ortodoxia. De

qualquer forma, com altos e baixos, mostra exemplos de ruptura gradual e evolução, mas quando as questões remetem a possíveis abalos - sensíveis à estrutura de poder e à convivência, tida como "estável" - sua ação é tolhida ou confinada. Enquanto seu papel ficar no papel serve mais como janela de modernização e cooptação, de caráter puramente estético, aquém da globalização que se impõe como síntese da reorganização territorial, mesmo que esta opere sob a armadura ideológico-estrutural.

Como exemplo das limitações da planificação, Betteheim (Op. cit., p. 16 e 17) não acredita na planificação socialista enquanto "predominem a propriedade capitalista, os bancos privados, um sistema monetário controlado pelos interesses privados nacionais ou estrangeiros etc". Entretanto a planificação pode fornecer elementos que permitam aos trabalhadores participar ativamente da elaboração e da realização dos planos econômicos. Trata-se da criação de uma democracia verdadeira, da livre circulação de sugestões, das proposições e das críticas. Sob duas esferas competitivas as possibilidades de avaliação terão transparência. Embora se trate ainda de uma aproximação, tal nível de articulação já deveria estar posto como um mínimo de equidade e eficácia.

A respeito da planificação voltar-se-á ao assunto em capítulo específico com argumentações mais pertinentes. De qualquer forma o Quadro I esboça níveis de competência e articulação e, sobretudo, de democratização.

Novos métodos de socialização «»»

Começa-se por uma reflexão de Streeten, extraída de Sachs (Op. cit., p. 103) "os obstáculos ao desenvolvimento

prendem-se muito mais aos comportamentos humanos, às instituições sociais e às estruturas de poder político, do que a carência de fatores de produção e à sua correta alocação". A premissa pois é desenvolver algumas idéias reducionistas como contribuição a uma formulação mais coerente entre vida e espaço.

Tal como Gorz se permitiu a sua utopia dualista (Op. cit., p. 193 a 203), outros autores citados na bibliografia têm propostas de mudança substancial. Da forma como se enxerga a questão, o elo de ligação é a perspectiva mais igualitária, embora com direcionamentos diferentes, todos indicando caminhos alternativos e é a respeito destas reformulações que trata este sub-capítulo.

Iniciar-se-á esta discussão pela análise de um modelo histórico, o do modo de produção asiático, ou do feudal para certos autores, visto que guardam muitas similitudes entre si e com o todo da espacialização do desenvolvimento econômico colonial - e que até pode oferecer analogias com nosso país. Para tanto remete-se à síntese esquemática encetada por Singer Divitçioğlu⁽²³⁾. Se não se pode falar atualmente neste modelo "em estado puro" (aspas do autor citado) para nenhum país subdesenvolvido, pela própria dinâmica dialética interna e externa do (e ao) sistema, por outro lado existem parcelas territoriais onde visualizam-se os diferentes estágios sociais.

Entre algumas dessas características pretende-se salientar as pertinentes às proposições que se seguirão no desenrolar:

1. "O Estado constitui por assim dizer uma classe". De acordo com a análise de Marx, ao organizar a defesa territorial, ao realizar as obras públicas, o Estado gradativamente adquire o caráter absolutista, cria estratos

para a efetiva divisão do trabalho e assim o desenvolvimento de excedentes e da mais-valia. Se com esta gradativa organização sobreviessem duas classes, o Estado e o Povo, conseqüentemente a terra, em teoria, deveria pertencer ao Estado. Historicamente emana do Estado uma classe de funcionários que, em geral, se desenvolve original ou paralelamente ao fato urbano. Para manter o estamento militar, a elite intelectual e os empregados do Estado (isto é, uma classe em conjunto), a mais-valia ou renda territorial é apropriada através de impostos. "A urbanização central impulsionará principalmente o desenvolvimento das forças produtivas (ciências, artes e artesanato) e ainda mais importante, e no que Marx insiste muito, cria o conceito e a usura"⁽²⁴⁾. Surge daí uma nova classe, a dos comerciantes, ao lado da classe dos funcionários do Estado.

Ao se interpor a dialética externa ao sistema vislumbra-se a possibilidade de criar a mais-valia ampliada e sua concentração urbana, de onde os privilegiados gradativamente saqueiam as terras do Estado, sob seu beneplácito, transformando-as em propriedade privada, e de onde provém a aplicação de recursos na terra e o surgimento das grandes propriedades territoriais. Ao se associar ao esquema capitalista, o Estado deve se "renovar" e amplia seus serviços essenciais ao esquema industrial-comercial de consumo. Para tanto utiliza todos os meios ao seu dispor, incluindo recursos externos. Quando não consegue (ou não quer) realizar as obras públicas, entrega-as à classe empresarial que realiza estas atividades em seu próprio interesse, mas em nome do Estado.

A análise admite um parênteses sob as transformações territoriais ocorridas no país, particularmente abrangendo o período de duzentos anos que coincide com a abertura mais dinâmica do esquema capitalista (face externa), de

exportação-importação para o fortalecimento do poder do Estado face às mudanças em curso no período²⁵.

Martins (Op. cit., 1986, p. 20-21) mostra, como exemplo, o engajamento, pelo capital comercial, de diversas populações indígenas na extração das drogas da floresta amazônica. O decreto de criação da Campanha de Comércio do Grão Pará e Maranhão, sob administração direta do Estado português (1755), extinguiu a escravidão, a desigualdade estamental dos índios, estimulava os casamentos inter-raciais (1757); transformando aldeias em vilas sob administração própria, medidas tomadas para dinamizar a economia e as duas classes dirigentes em expansão: o funcionário e o comerciante. A premissa - citada por Martins e contida no próprio Diretório dos Índios do Pará e Maranhão - estampava uma frase simbólica "na liberdade consiste a alma do comércio".

A liberdade civil conjugada à produção comercial substituiu o trabalho forçado por mecanismos de controle da circulação do produto e da dívida aos comerciantes e, posteriormente, os detentores da terra. Daí surgiram o "aviamento", o "barracão", isto é, novas formas de submissão²⁶.

Embora Martins trate especificamente da questão indígena, outras diferentes obras, inclusive suas, mostram que tal situação se estende às demais camadas subalternas no modelo elitista consolidado.

Juarez Brandão Lopes em seu livro "Do Latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo"²⁷ trata da diferenciação territorial sobrevinda da regressão econômica dos ciclos coloniais que, entre outras, marcou extensas áreas de subsistência (autárquicas e de exportação decadente). A par do processo predatório incorporou-se a diversificação da estrutura agrária, na qual o imigrante

pôde ter acesso à terra sobretudo no Sul-Sudeste, enquanto que em outras áreas o latifúndio e a economia camponesa se encontravam muito mais fechados que no presente (Op. cit., p. 23 e 24) sobretudo por uma de suas faces formalmente mais arcaicas⁽²²⁾.

Desta forma o Estado deixou encaminharem-se as diferentes situações estruturais dos modos de inserção na Divisão Social do Trabalho, esquematizados por Brandão Lopes em mercantís e pouco mercantís. Os primeiros sob forma de empresa agropecuária capitalista, enquanto que o latifúndio, a unidade familiar produtora de mercadorias e a unidade camponesa vinculavam-se à maior ou menor comercialização de suas produções⁽²³⁾.

A concessão das capitânicas, das sesmarias, e a abertura das frentes pioneiras às pessoas capitalizadas, tanto no passado como no presente, mostram claramente a delegação de poderes e a alavancagem econômica fornecida pelo Estado ao capital que, a posteriore, chega para cobrar seus tributos e reorganizar a infra-estrutura necessária aos novos momentos para a continuidade do processo (fase de reprodução ampliada). O meio e o controle já então tem donos, que mantém a economia primitiva para complementação da mão-de-obra e para subsidiar a reprodução alimentar do trabalho urbano: alimentos baratos para a manutenção do quadro estamental urbano⁽²⁴⁾ (classe dos funcionários e comerciantes e posteriormente para a industrialização).

2. O Estado constitui-se em um mediador condicionado dentro do processo histórico. No caso brasileiro conviveram, de acordo com as formações sócio-econômicas anteriores e a posição geográfica da produção, a grande propriedade (produção econômica de escala), a propriedade do Estado (o vazio) e as áreas de regressão econômica - os vazios mais próximos e menos valorizados - que foram, pari-passu ao

crescimento demográfico, sendo apropriados pela economia camponesa - os sitiantes; os posseiros, em áreas seguramente autárquicas, por e em tempos determinados. Tais áreas, gradativamente, vão sofrer as modificações do processo de inter-comunicação da sócio-economia modernizante. Trata-se pois da interpretação das formações sociais complexas - que, a grosso modo, marcam a passagem do valor do trabalho para o valor locacional acoplado⁽³¹⁾.

Retornando ao leitmotif deste sub-capítulo, porque se passou historicamente de uma sociedade sem classes à uma sociedade com classes? Há possibilidades de reversão? De acordo com Engels "A base da civilização é a exploração de uma classe por outra e seu desenvolvimento opera-se numa constante contradição"⁽³²⁾. Em O Capital "Marx afirma que a propriedade após-capitalista preservará o conteúdo da propriedade capitalista mas sem seus aspectos alienantes" (apud Avineri, Op. cit., p. 215). A frase de Engels tem a nosso ver uma conotação determinante, enquanto que a de Marx pode facilmente induzir à dialética aberta e ao otimismo da conciliação.

Resta indagar como historicamente se passou da comunidade coletiva à propriedade diferencial das relações de produção, isto é, saímos de um Estado simples ao Estado sócio-econômico complexo e contraditório. Houve uma diversidade de caminhos que expressam, no cotidiano, os resultados de formações sociais e modos de produção. Entretanto intercalam-se formas mais dinâmicas e a imutabilidade relativa ocorre quando a "contradição interna não é suficientemente aguda para romper a unidade das estruturas" O não desenvolvimento da contradição interna implica pois em estagnação, como é o caso das sociedades regidas pelo modo de produção asiático (Fioravante. Op. cit., p. 143). Este mistério da imutabilidade das sociedades asiáticas, como citou Marx ao seu tempo, contrasta com a

constante dissolução e transformação de Estados, de troca de governos e dinastias, e reafirma o caráter distanciado entre a sociedade agrária e o centralismo do poder. Embora obras hidráulicas importantes⁽³³⁾ tenham sido efetuadas para a acumulação primitiva, já nos primórdios, estas sociedades se estabilizaram pela inexistência das contradições e de novos estímulos, nos quais se incluem o mercado, a mobilidade individual, isto é, a entrada do fator externo.

O cotidiano brasileiro - em que se interpenetram modos típicos de inserção na divisão social do trabalho e de produção espacializados, como o esquema citado de Brandão Lopes para a área rural - pode ser cotejado à desigualdade do movimento da história, cuja baliza divisória fundamental implica na exclusão da maioria como proprietário-trabalhador, sobremaneira na esfera urbana fortemente capitalizada. Isto é, o trabalho dito "livre" encontra-se condicionado por injunções naturais, técnicas, locacionais, exteriormente condicionadas e marcadas pela expropriação das condições intrínsecas e objetivas da produção. O trabalhador passou a ser agente subjetivo desta (Fioravante. Op. cit., p. 152).

Trata-se pois de um jogo de forças de poder e produção interpenetrados, mutável a nível das classes partícipes e organizadas, na qual o Estado, ou a sociedade civil parcializada, atua como amenizador das contradições agudas mas sem formulações universais para a minimização, frente às injunções intervenientes de múltiplas ordens. Como salientou Mao Tse-Tung a respeito da contradição: "As causas externas constituem as condições das trocas e as causas internas, a base das trocas; as causas externas atuam através das causas internas" (apud Fioravante, Op. cit., p. 142).

Existem pré-condições a serem rompidas desde que haja bases interiores para tanto. Se não forem rompidas ou

reformuladas, ocorrem duas situações: a estagnação relativa perante o universal e o particular, e o desenvolvimento aquém do universal e do particular. O diferencial portanto se mantém, e os agentes das causas externas não tem a preocupação direta em atenuar as desigualdades, salvo quando se agudizam.

"O Estado é antes um produto da sociedade ... Mas para que estes antagonismos, essas classes com interesses econômicos não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-la dentro dos limites da "ordem". Este poder marcado pela sociedade mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais, é o Estado". Estas palavras de Engels⁽²⁴⁾ reafirmam o caráter amorfo e conflitante do Estado perante as construções técnicas que opõem o velho ao novo e a escolha de alternativas de a renovação do Estado tradicional para o "moderno". Troca, mercado, circulação, constituem novas tônicas para o "desenvolvimento" e a única solução para os países "subdesenvolvidos". Parece que não existem alternativas para tal situação. Esperamos que se vá além destas opções circunstanciais.

Hoje não há razão para se valorizar os meios de trabalho no sentido estrito mas sim em seu sentido amplo, como a terra, a fábrica, o acesso à cultura, enfim a possibilidade concreta de evolução, acrescida do objeto do processo de produção, isto é, matéria-prima ou bruta. Aí residem as desigualdades relativas à dominância do valor de troca sobre o de uso. Assim, além das condições materiais referidas como meios de trabalho, interpõem-se as histórica ou culturalmente formuladas ao nível social que se configuram como os meios técnicos da modernidade - a máquina como um novo e fundamental instrumento de produção e de poder. Trata-se de uma estruturação global, onde o nível

econômico dominante condiciona as instâncias jurídico-políticas e ideológicas e determina a superestrutura diacrônica eventual destas instâncias articuladas⁽²⁵⁾.

Trata-se evidentemente da procura de uma relação dialética entre ciência e ideologia, e de admitir um grau de rigor alcançável, no qual o modelo ideológico puro, enquanto armadilha insolúvel, deve ser restrito. O problema mais amplo é o da integração social, que passa pela transparência da própria comunidade humana, embora assumamos como inelutáveis a ideologia e a alienação, vistos como sinais históricos que se oferecem à decifração e interpretação e que, por outro lado, devem ser desprezados enquanto instrumentos de manipulação. Assim o econômico é dominante, porém não exclusivo, enquanto a ideologia não é somente um fenômeno negativo em essência, não é sempre uma falsa representação. Assim todo o contexto da superestrutura marxiana implica não somente em condição justificadora, mas mobilizadora, atendendo a compromissos. Trata-se do codificado, mas não imutável, embora não tenha capacidade de desvinculação total às origens, constituindo portanto um processo. Deve-se entretanto abordar, através da ciência, sua função dissimuladora que se encontra na raiz da própria sociedade e de seus medos historicamente determinados. Para tanto a abertura de perspectivas impõe, a nível pedagógico, o termo pluralismo como forma de alcance prognóstico do socialismo metodológico. O pensamento, livre de intimidação, deve possuir a audácia de sobrepor mitos sem contudo rompê-los, pois se quebraria a relação histórica. Para tanto não se trata de suprimir, mas de restringir gradativamente sem cair no determinismo da noção tempo histórico que é uma noção ideológica, e portanto homogênea. Ela não dá lugar a rupturas ou cortes radicais, que historicamente já existiram e podem, portanto, surgir a qualquer momento. Assim a

ideologia é onipresente, e embora exista uma oposição entre esta e a ciência política, nenhuma teoria social pode obter sua desvinculação completa. A ideologia, em face de seus atributos tão marcados, possui a condição de invólucro inconsciente. Ela representa a memória social do significante ao grupo, a ação e orientação mútuas, a idéia de uma estabilidade e previsibilidade. Em suma, a ligação à necessidade. Sua marca original, ao ser retomada ou reatualizada, implica em sua condição de justificadora, mesmo em sendo mobilizadora. Constitui também um reflexo (código), a idealização que o grupo faz de si mesmo contemplando a figura básica do estereótipo. Para tanto a retórica é o preço a ser pago pela eficácia social das idéias, trabalhadas a nível do provável e do persuasivo. Sua operacionalização vai além do exprimível e perceptível, permanecendo como um halo não transparente, e impossível de formulação e proposição completas de sua totalidade. Assim, embora seja dinâmica deve manter o tradicional, oriundo da sedimentação da experiência social. Sua característica inelutável é a dissimulação para evitar a radicalização pluralística e permissiva. Para que tal não ocorra deve haver a conjugação entre a função geral da integração e a particular da dominação. Aí reside o seu caráter paradoxal de ortodoxia e intolerância. Ao manter um modo de "representação" é ao mesmo tempo interpretação do real e restrição do possível e portanto limita a abertura. Assim a ideologia pode, em condições temporais específicas, assumir um caráter mais fechado e inclusive patológico. Daí surge a ratificação da autoridade e/ou da dominação como traços marcantes do caráter de inércia da ideologia⁽²⁴⁾.

Trata-se de um círculo vicioso tendo por base a consciência humana, meramente cognitiva e vinculada, que exige depreensão visto que o homem, ou a maioria, apresenta-se sob uma condição passivista, determinada pelas condições

materiais objetivas, em confronto com a minoria que rompe com esta situação através do otimismo social como um dado necessário e imanente da história humana. Daí Marx argumentar que tal atitude dualista, de combinação de passivismo e avanço traduz-se por uma filosofia social quietista, apolítica e conservadora. A teoria do reflexo é portanto fruto da ideologia e cabe à ciência desarmar esta armadilha sócio-econômica da dependência. Se o homem é produto das condições materiais, ele jamais pode se emancipar de sua influência. Se o mundo não é da autoria dos homens, como pode ele mudá-lo? ³⁷.

De acordo com Avineri "a epistemologia de Marx ocupa uma posição intermediária entre o materialismo clássico e o idealismo clássico, historicamente aproxima-se de ambas as tradições e, uma vez que as sintetiza, ela transcende a clássica dicotomia entre sujeito e objeto... mas as circunstâncias presentes tornam impossível a prática desta nova e adequada epistemologia: a alienação indica a sobrevivência da dicotomia entre sujeito e objeto, como resultado do ainda distorcido processo de cognição" ³⁸.

Ao inviabilizar a discussão de qualquer modelo de homem que transcenda a sua forma fenomenal concreta e histórica, entretanto esta não impede que o homem realize a sua subjetividade ao criar objetos ou tecnologia. Voltamos ao ponto crucial da auto-justificação da maioria, que não é livre para criar e desenvolver-se, pois é restringida pela distorção dos métodos existenciais que possam conduzir à transcendência. Na sociedade atual, Marx já o disse, o trabalho não desenvolve o homem; antes, o castra ³⁹.

Entretanto se levarmos em consideração que a consciência das necessidades humanas é produto de seu desenvolvimento histórico, e um atestado dos valores culturais alcançados pelas gerações precedentes ⁴⁰,

ter-se-á com isso a confirmação prática das diferenças, inclusive econômicas, de sua consolidação ad eternum e a impossibilidade de outra qualquer determinação a priori. Segundo Avineri, Marx escapa do relativismo e da ambivalência inerente, debitando à complexidade da realidade refletida as saídas para o continuum progressivo e expansivo da capacidade humana⁴¹. Trata-se ainda da grande máscara do geral.

A via de Marx para o socialismo não é um coletivismo que subsume o indivíduo em um modo abstrato enquanto união solidária entre indivíduo e sociedade. Marx reafirma, neste sentido, o imperativo categórico de Kant, isto é, que o homem somente se comporta como ser-espécie - *Gattungswesen* - quando encara os outros seres humanos como fins, e não como meios.

Embora a produção não possa ser conseguida sem ajuda mútua, pode ser facilmente apropriada de forma individual, e historicamente foi promovida e consolidou-se pela propriedade em termos absolutos. Parte daí a contínua "dependência" da maioria sob a tutela das estruturas econômicas e sócio-políticas. A abstração assume uma aplicabilidade explicatória condicionada, mas relevante. A dialética da *Aufhebung* é portanto restrita.

Marx admite que a propriedade é um atributo social, porém não uma esfera específica da privacidade, visto que o homem deve emancipar-se da influência das condições materiais (e para tanto a sociedade atual necessita de mudança social). Volta-se portanto à separação entre o ideal e o real, pela ultrapassagem do cognitivo, visto como inerente ao real, ao objeto e ao percebido. Assim a consciência é uma ilusão embaraçosa (ou embaçada)⁴².

A questão da identificação da existência de objetos (objetificação do mundo) com alienação é portanto interna. A

praxis marxista não se satisfaz com a superação meramente cognitiva da alienação, mas em como modificar o método de relacionamento entre homens e objetos. Desta forma a consciência limita-se apenas a aprovar uma realidade que não pode alterar.

A alienação do trabalho consubstancia a multifacetada realidade social atual, pela qual a premissa da produção esfacela quaisquer outras conotações de autodesenvolvimento, ao menos parcial, das potencialidades humanas⁽⁴³⁾. Evidentemente o modelo é individualístico sobretudo, embora haja uma falsa consciência de que o progresso implica em eliminar o trabalho vivo e o próprio indivíduo, sob a ideologia do "bem comum". Os objetos, ao se tornarem senhores do homem, implicam em maior objetivação da produção e da humanidade, porém em graus variáveis, devido à desigualdade histórica, e daí a essência paradoxal da polarização.

A coerção ao trabalho resulta em condições de consciência extremamente díspares, espacial e historicamente condicionadas, porém não se quer afirmar que sejam determinantes, ainda que o sejam do ponto de vista histórico. O progresso da atividade humana, que implica em objetos concretos para sua realização, é portanto uma parcialização resultante do diferencial objetivo das autoconsciências institucionalizadas.

Como retornar à espontaneidade do trabalho e criar um novo conteúdo de vida, abolindo suas condições alienantes? Trata-se de uma problemática difícil em virtude da constatação geral de que o progresso atual e dinâmico - jamais alcançado - é ainda resultado da polarização sob normas racionais, geradas do capitalismo, como decorrência histórica, ou tecnológica específica, conseqüentemente diferencial, e sobretudo implicando em conteúdos sociais

diversos. A riqueza social daí resultante assume proporções enormes, como uma força alheia à maioria que é utilizada como mercadoria de valores incomensuravelmente díspares num processo aleatório, pois que externo, mas conscientemente (como reflexo) tolerado ou inelutável. Alienação, participação física, ou participação integral e apropriação constituem as esferas, momentos, em bases reais, de um contexto fluído e ao mesmo tempo rico, permeado de contradições inerentes. A sociedade reflete, ao mesmo tempo, a textura das relações inter-humanas e um sistema de objetivos e leis objetivas⁴⁴. Será pois um momento dialético circunstancial aquele em que a fluidez expresse a própria incapacidade de reversão, pois esta é mais ampla e difusa que a nossa capacidade de compreensão. A pseudo-universalidade do progresso possui também a sua máscara.

A constatação básica para a socialização reside em outra faceta importante a respeito do trabalho morto, onde o passado domina o presente. No Manifesto Comunista Marx salientou que "na sociedade burguesa o capital é independente e tem individualidade, ao passo que a pessoa viva é dependente e não tem individualidade". Tal fato amplia as condições de desigualdade, embora estas não possam ser indiscriminadamente generalizadas. A questão apoia-se evidentemente, e também, nas "chances" históricas e, recentemente, no diferencial tecnológico acelerado. A questão nacional e social interna reafirma seguramente estas constatações. De qualquer forma a alienação assume diferentes facetas e graus e a tecnologia espacializa a exploração. Assim, condições privilegiadas do trabalhador do Primeiro Mundo não significam sua conscientização universal⁴⁵.

A produção humana teria em tese a finalidade de ampliar as oportunidades humanas e as faculdades pessoais. A

divisão do trabalho encerra o homem dentro de sua parcialização enquanto para Marx o homem é um produto universal e não um ser unilateral cuja ocupação é sua razão de ser e perpetua a distinção desta característica. Tal visão implica seguramente em uma redução e uma orientação coercitiva visando somente assegurar os meios físicos de sobrevivência. A atividade econômica e a propriedade não são um elo de reciprocidade mas forças que separam os indivíduos, já que uma pessoa se realiza às custas de outras⁽⁴⁴⁾.

A partir destas premissas cumpre consolidar algumas reflexões recentes sobre os modos de socialização.

Retornando às formulações de Divitçioglu, nos pareceu oportuno adaptar, a grosso modo, a situação do "Estado Tutelar" à realidade atual do mundo subdesenvolvido, sobretudo dos estados totalitários - estes, que só muito recentemente, e ainda formalmente, se encontram em dissolução. Para este autor, no Modo de Produção Asiático Decadente pode-se encontrar três sistemas em processo: o sistema capitalista, o "Estado Tutelar" e o socialismo popular, e salientar que a opção por um deles não se constitui em fato consumado. O sistema adotado pode ceder lugar a outro sistema, e a alternativa pode ser definida pelo sufrágio universal, por um golpe de Estado ou pela vontade de uma parte do povo. As alternâncias são evidentes e arrisca-se dizer que os três sistemas até podem conviver sob limitações e mediações em certos casos e, por períodos, articulam-se sob pontos de convergência⁽⁴⁷⁾.

Apesar do avanço social da humanidade parece ainda difícil a fase do Estado impessoal da democracia social, embora desde os primórdios do mundo greco-romano já o jurídico-político penetrasse todas as esferas privadas, no qual a polis clássica caracteriza a ausência da diferença

entre o social e o político. Na Idade Média a esfera privada - a sociedade civil - adquire status político. Nos tempos modernos a sociedade civil encontra-se completamente emancipada do Estado e de limitações políticas, pela queda das restrições à propriedade e à economia. A desalienação voltará a unir indivíduo e comunidade? O inelutável, desde os primitivos modos de produção, compreende formações sociais de exploração, da base primitiva interna (o comunitário-explorador)⁽⁴⁸⁾, e a partir daí a ampliação das contradições desta ordem, e de outras, que conduziram ao antagonismo e ao aparecimento do Estado como consequência e não causa⁽⁴⁹⁾. O fato da terra ser ou não coletiva não importa, pois a interferência direta talvez seja contraproducente. A questão amplia-se pelo novo dimensionamento da produção e na concorrência moderna que implica em escala e canais de circulação: uma economia tecno-mercantil. Neste aspecto, se pode falar em "Estado Tutelar" como um nível hierárquico da sociedade de classes dentro da escala global da polarização tecnológica.

Fioravante, de forma esquemática, apresenta sete grandes formações sociais históricas desde, as do comunismo primitivo, nas quais inscreve o modo de produção asiático, o germânico (e eslavo) e o antigo, como formas da comunidade primitiva original. O escravista, historicamente, apresentou-se em dois momentos desde os primórdios da civilização na Grécia antiga, como resultado de saques e guerras, nos quais o botim era também representado pelo escravo estrangeiro (os prisioneiros). Em outras circunstâncias, e muito depois, o modelo colonial baseado na força de trabalho dos índios e dos negros⁽⁵⁰⁾ já se apresenta como uma forma de economia capitalista enquanto que no modelo greco-romano combina-se a propriedade individual e a produção mercantil, que constituiu a linha de desenvolvimento ocidental, ao contrário das comunidades

asiáticas mais coesas e sob a base do trabalho cooperativo. O modo de produção feudal visto desta maneira constitui uma síntese superior da evolução material dos modos de produção comunal e escravista. Embora corresponda a uma formação oligárquica difusa marcada pela apropriação da terra, conduz à evolução dos sistemas de produção, proporcionando condições para o amadurecimento do modo de produção capitalista. Em todos os modelos secundários pré-capitalistas, a base é a coerção extra-econômica da maioria alienada, que sobrevive até nossos dias mediante o simbolismo classista-religioso, em que a servidão e a vassalagem, constituem o núcleo de dependência unilateral.

Atualmente, vive-se o simbolismo tecnológico do capitalismo avançado, e sua penetração sutil configura uma adequação ao emaranhado de formações sociais diacrônicas. A geopolítica utilitarista explica também a dualidade ideológica, mas ao mesmo tempo abrem-se novos caminhos, a par da irracionalidade da mundialização dos eleitos. Além do ceticismo, vislumbra-se a dialética construtiva acelerada, que exige, contudo, reforçada reciclagem de conceitos inter-homens. Certamente a retomada social-democrata não polarizada, pode vir a ter lugar para a efetiva universalização extra-econômica.

Entre as opções do subdesenvolvimento, a fase nacionalista constitui a marcante tentativa de superação, tal como no modo de produção asiático foram as grandes obras comunitárias de base, que alteraram o ambiente já na Antiguidade. Trata-se, em qualquer momento histórico, da superação da absolutização pelo abstrato dever, ou projeto comum, ou ainda a esfera da atividade objetiva. Enquanto idéia e realidade, são questões de princípio, há uma distância entre elas marcada pelo desenvolvimento histórico. Este espaço-tempo dialético propicia e amplia o individualismo. A história do mundo ainda não alcançou a

absolutização hegeliana e recorre-se a retrocessos subjetivos e arbitrários para alcançar fases objetivas institucionais que contudo não lograram até o momento a interconexão efetiva do momento dialético da reconciliação do ideal com o real. Para Aristóteles a unidade da teoria e da prática são mutuamente excludentes e a história da filosofia é a busca contínua de uma imagem adequada do mundo. Na opinião de Marx, a teoria tem de desenvolver uma adequada interpretação do mundo, antes de ser capaz de o transformar. Já Feuerbach, segundo Marx, pensa que a tarefa da filosofia é proporcionar uma adequada consciência do mundo, menosprezando o problema real e, para Marx, insuficiente pois, não basta só compreender a realidade, mas transformá-la. A questão é, quando chegaremos a ter uma adequada compreensão do inconsciente e do alienado, categorias que permeiam por um mundo real racionalmente condicionado? Existem necessidades materiais susceptíveis de instaurar um processo universal que alterará completamente a realidade? ⁽⁵¹⁾ Existirá momento de refletir o paradigma da condição humana e, ampliando esta questão, da própria cosmologia?

A partir daí cumpre, dentro das limitações impor regulações ainda prementes para a solidariedade efetiva, cuja fluidez é ainda consequência natural do modelo individualístico. Se não somos capazes de internalizá-la, que ao menos adquira um caráter externo e heterônomo; trans-subjetivo e recíproco ⁽⁵²⁾.

De tal forma, são pertinentes as formulações de um terceiro caminho, tal como Marx contradizia o socialismo utópico, o materialismo mecanicista, os socialistas verdadeiros, a Escola Crítica de Bauer, posteriormente Phoudhon, sobretudo os anarquistas. Faz parte do andamento científico como pontos de discussão e evolução. No final do século XIX e começo do século XX o pensamento "marxista"

procurava "melhorar", "enriquecer", "suplementar" ou ajudar o pensamento de Marx através de combinações com Darwin (Kaustky); pelo materialismo mecanicista (Plekhanov); o positivismo científico-naturalista de Bukharin; com Kant (K. Eisner, Vorlander, Max Adler, além da complementaridade entre Comte e Kant, através do pensamento de E. Bernstein)⁵³.

Tal como a história humana não é a produção livre de todos os homens, mas de alguns homens ou, melhor explicitando, das elites e de seus soldados conscientes, a teoria do reflexo se impõe, e desta forma o pensamento condicionado, visto que a consciência do homem é um produto social de uma sociedade sem plano e acordo comum, a não ser de forma ambígua e pouco clara. Sobrepõe-se sempre o medo e a angústia, sob o peso atual do fortalecimento econômico das organizações, o que impede a evolução livre e amena. A sociedade, desta forma, sempre esteve condicionada e/ou determinada pelos dinossauros⁵⁴ da religião, da política, do militarismo e, atualmente, como decorrência racional desta "evolução" do "materialismo histórico", sob o domínio da propriedade privada e do dinheiro⁵⁵. Qual "o verdadeiro reino da liberdade"? Na história da humanidade jamais nos aproximamos dele como agora, visto que todos os partidos atuais imitam os socialistas ao permitirem a criação e multiplicação de aparelhos populares, máquinas sindicais, cooperativas, movimentos sociais... Mas, paradoxalmente, criaram-se novas direções imprevisitas, sob novas dominações e situações de extrema confusão de objetivos, frente à abertura dos horizontes. Falta, e talvez nunca se consiga, a auto-regulação. Por isso pensa-se em alternativas entre centralismo e descentralização, sobretudo pela socialização dos meios do poder, um modus que possa absorver, em graus variados, estas duas grandes esferas interdependentes para uma efetiva evolução global. A descentralização constitui

uma forma de democracia superior ao sistema representativo porque mais direta, desde que realmente seja mais participativa e livre como iniciativa - mas sempre sob normas gerais centralizadas que promovam uma justiça de troca e que este poder seja o conjunto das partes⁶⁴. Na verdade também deve haver uma avaliação externa, ou mais ampla do ponto de vista teórico, que se contraponha aos sistemas altamente hierarquizados e burocratizados que abafam a iniciativa, a imaginação, a criação, restringindo tais movimentos às elites econômicas e distorcendo eventualmente a simplicidade e coerência do cotidiano⁶⁷.

A pluralidade individual exige da economia e do cotidiano formas ecléticas de relacionamento social. De acordo com características geográficas, podem conviver esquemas de grandes organizações estatais, desde que sujeitas à racionalidade do mercado social, e à solidariedade espontânea das relações inter-individuais, como um exercício de convivialidade social inerente. Resta ainda realizar pelo poder central uma espacialização que contemporize o tempo presente ao espaço exigível e racionalizável, sem os desperdícios da atual civilização. A auto-regulação insere-se como se fosse uma resolução universal que os nacionalismos abominam ou restringem, sobretudo as elites. A época atual é a da democracia das instituições, mas ainda dos notáveis, enquanto a alternativa global indica sobretudo para a democracia individual, plena e impessoal, sobre e não sob os aparelhos.

A construção do mundo ainda é elitizada e a democracia sobre as massas configura ainda uma falsa solidariedade baseada na aparência e coerção passiva, estas podendo ser manipuladas pela falta de estímulo e oportunidades para novas alternativas. Estes são os fundamentos essenciais da socialização e que historicamente conduziram aos pressupostos atuais, ainda contraditórios quanto aos modos

operacionais para o "desenvolvimento". Entretanto todas as fórmulas econômicas do sistema vigente não conseguiram uma diretriz integrante, dos pontos de vista metafísico e utópico (ver Flickinger, Op. cit., p. 91, 94, 95). De qualquer forma existe a busca do aperfeiçoamento e, malgrado as falhas, os modelos socialistas conduziram à transformações sensíveis (de caráter individual e coletivo) e aprofundaram a consciência de uma resolução superior, mesmo no socialismo efetivo. As novas reformulações (ou revoluções) tem conduzido para espacializações cosmopolitas, ambientalistas sobretudo, desmistificadas e desreificadas⁽¹⁰⁾.

Reverendo a história da humanidade, fatos e fenômenos paradoxais afloram com significado impar, mostrando sobretudo intransigência e guerra, ao lado de majestosas construções para as elites e para a religião. Evidentemente o florescimento da indústria e a chegada ao poder das novas classes dirigentes da modernidade objetiva, materializada no progresso - a burguesia, e sua decorrente da expansão econômico-tecnológica, a pequena burguesia - conduziram a reformulações espacializadas de vulto, e modelos de imitação compreensíveis. A crítica, por seu turno, desenvolveu-se nesses mesmos países centrais que forjaram este processo desgastante, cruento, de desenvolvimento impar, embora estruturalmente ambíguo e universalmente desigual. A Europa cristalizou-se como o grande cadinho da pluralidade, do livre-arbítrio, buscando as alternativas para o personalismo, e para o socialismo. Já no plano internacional, contraditoriamente, parte de seus Estados impuseram modelos colonizantes, marcadamente objetivos e etnocêntricos, resultando em diferenciadas e características marcas desse processo por todas as partes do mundo, alvos de sua influência no tempo-espço. Os resultados, entre prós e contras, constituem um reflexo pertinente à análise e permitem, após o balanço deste processo, um andamento de

base crítica para alternativas pluralistas e universalizantes - agora em face do desmascaramento, mas sob base crítico-construtiva. Deveria parecer um tanto desnecessário nos dias atuais - mas infelizmente ainda pertinente frente aos condicionamentos ortodoxos impostos - falar-se em proposta alternativa, enquanto dever-se-ia utilizar, com mais pertinência, o termo utopia com a naturalidade que a abertura intelectual deveria contemplar⁵⁹. Entretanto, a par do avanço, a utopia ainda manterá o halo pejorativo marcado pela história. Desta forma, o balanço histórico mostra a configuração elitista que esmaga qualquer nova visão de mundo. Se os resultados formais e funcionais assombram, sobretudo do ponto de vista técnico, em termos psico-sociais mostram a discrepância dos tempos em um espaço tido como único. A mundialização é mais um mito da comunicação distorcida.

Cabe neste momento reforçar a argumentação e, para tanto, servimo-nos da visão de Ernest Bloch e de seu pensamento utópico, sintetizado na obra de Pierre Furter. Esclarece-se contudo que as citações são escolhidas, por sua abrangência e pluralidade de propostas e como antídoto à relatividade céptica que eventualmente pode nos precipitar em becos sem saída. Por outro lado procura-se ainda abrir novas perspectivas plurais para reflexão sem que isto nos categorize como utopista no sentido de propugnar um tipo humano perfeccionista, uniforme e repetitivo, tal como foi catalogado o pensamento utópico por Ralph Dahrendorf (Furter, Op. cit., p. 134).

Não se trata de reduções abusivas, visto que a diversidade das utopias faz parte da evolução filosófica da história humana. A configuração mostra que o processo universal, aberto e permanente, ainda passa pela cabeça dos homens, apesar das revoluções finalistas.

As idéias de Bloch são aqui transcritas através de proposições otimistas, necessárias para novamente retomar o caminho dialético da esperança, tal qual o título da obra em que Furter interpreta o pensamento deste filósofo. Entretanto seu otimismo escapa eventualmente da cientificidade positiva ao considerar possíveis fracassos e se opor ao progressismo quase inerente de considerar a evolução como um processo linear universal e, por conseguinte, a idéia de uma unidade forçada. Seu alvo básico é a comunicação, uma síntese da transcendência baseada no fato "que o mundo não é verdadeiro, mas que pode chegar a sê-lo graças ao homem e à verdade" (40). Com ele abre-se a promessa de uma libertação completa, sem qualquer constrangimento ou limitação imposta. Tal como a música, para Bloch a própria vida é uma criação humana profundamente social, visto que é uma arte coletiva (apud Furter, p. 32). Sua obra se recusa a transmitir pensamentos acabados, sistematizados numa ortodoxia; respeita a parte mais dinâmica e frutífera da fertilidade de um método de interpretação e transformação dialética do mundo, mas não pré-fabricado, proposto, nem dado (idem, p. 36).

Bloch se insurge contra toda esta tradição da impossibilidade de viver a felicidade sem integração à uma ordem pré-existente, na qual o homem se acopla inconscientemente ao preço da perda da personalidade; nem uma felicidade sempre prometida, mas nunca alcançada. O passado consiste na felicidade enraizada de certos momentos privilegiados que recolhemos e reanimamos para viver o futuro. Este não tem o medo destruidor e infantil das mudanças, dos riscos e do incógnito das situações imprevistas. O mundo visa o *Bonum Summum* e não fecha o destino, que embora também pessoal deve comunicar e prever a felicidade dos outros (Ibidem, p. 38 e 39).

A obra de Bloch resgata a evolução filosófica do passado, integrando Aristóteles e a esperança de sua dialética radical do real animado pela inquietude do provável. Passa por Avicena e pelos heterodoxos medievais. Rende homenagem a Leibnitz ao tentar pensar o possível até suas mais radicais consequências, a Kant, e Schelling sobretudo, por abrirem mais as perspectivas para a subtotalidade em busca da perfeição (embora ainda presos ao subjetivismo sistemático). Em Hegel, Bloch encontra o filósofo que marcou uma mudança radical do pensamento ocidental e que, em parte, suscitou a criação de Marx e Engels. Desta longa caminhada da busca bloquiana, Furter acredita que a era das ilusões terminou e que a reflexão sobre o passado nos obriga agora a concretizar '61'.

A leitura, embora sintética do pensamento de Bloch possibilitou um acréscimo integralizante às questões postas, e tidas até como insolúveis em nosso raciocínio, tendo em vista as dificuldades impostas mesmo em momentos politicamente favoráveis, inclusive as marcadas pelo otimismo e que se mostraram concretamente incapazes de alcançar momentos revolucionários plenos. Quando se analisam os processos da história humana certamente abate-se-nos um desencantamento, que embora seja rebatido por Bloch, cala ainda profundamente. De qualquer forma é necessário resgatar este pensamento do possível, mesmo que ele se minimize no mecânico.

Bloch, a partir do fracasso histórico da República de Weimar, medita sobre a precariedade do esforço humano e a fragilidade da sua condição, mas também sobre uma interpretação positiva do fracasso e do erro. Na verdade estes tem ocorrido ao longo da história das instituições e sejam inelutáveis. Sua concretização reside no possível, adequado às circunstâncias sob modelos abstratos, que não conseguem abranger toda a multiplicidade do real e da

perspectiva, mesmo quando integrados. A evidência negada, mas real, é a da pluralidade dos tempos, isto é, da não simultaneidade dos tempos sociais, que impossibilita o consenso sobre tudo quanto for inovador. Em função disso podemos ser conduzidos, infelizmente, à necessidade da revolução violenta e, portanto, não consciente. Mesmo se as elites progressistas, sobretudo as de caráter totalitário, tenham o mérito da proposição às massas militantes - que são numericamente inferiores à massa silenciosa - as direções e as formas de atuação, não devem nunca fechar as questões como se o modelo fosse finalístico⁽⁴²⁾.

A abertura plena possível implica em mobilizar para a mudança e democratizar o seu sentido. Trata-se de sacudir imagens, ideais e conceitos petrificados; manter uma constante inquietação e entrar na essência de um caminhar com todos. Se o pensamento das majorias for realmente universal deve submeter sua felicidade à felicidade de seus semelhantes (Apud Furter, p. 36). Tal condição constitui a ligação entre a necessidade histórica - que já permite algo de racional ante os erros e acertos da evolução - e a exigência dialética da síntese dos contrários - que destaca a estrutura formal no pressuposto da precariedade das aparências. Daí sim encontrar-se-ão reunidas num consenso otimista e realmente inovador. Será possível romper-se a antinomia economicista?

Evidentemente a utopia obrigatoriamente não categoriza um projeto finalístico milenarista, entre os quais o comunismo, ou um progressismo ao infinito sustentável. O mais plausível será sujeitar-se ao movimento contraditório dos grandes elans da humanidade disforme, entre o individualismo e o coletivismo atenuados do atual, o que porém ainda não é suficiente, pois ambos reprimem a evolução de formas humanas naturais mais concordantes e integralizadas. Resta entretanto, pensar ao que levará tal

integração. Se atualmente, sem que haja efetiva participação da maioria, assombra um processo inigualável de construção e poluição, o que sucederá se esta fantástica multiplicação "desenvolvimentista" se alastrar. Isto fica claro sabendo-se dos gastos de energia - supérfluos, do ponto de vista da fraternidade - dos países centrais; a circulação individualista, e seus corolários de benesses, apropriadas por grupos. Acrescentam-se, ao ritmo vertiginoso desta "integração" universal, os centros das periferias, suas elites e sub-elites. Isto faz com que alguns intelectuais, ante a limitação da ciência, alertem para a reflexão de um novo modelo, até neomalthusiano preventivo. Entretanto, evitando ser fatalista e unilateral, a tônica compreensível proporia modelos espaciais coerentes e tecnologias suaves de manutenção e distribuição razoáveis. A ambiguidade e sua chocante existência ainda conduz a erros, e parece mais injusta quando polarizada. Entre um estado de satisfação definitiva e total, que conduz à uma vida parasitária e vegetativa, e as visões apocalípticas, existe um meio termo, o da resolução das necessidades perenes e simples a todos, parcimônia, impulsos e desejos individuais parcializados entre direitos e deveres. Evidentemente é irreal permanecer na fascinação do gozo da comunicação de massas. O consumismo e o desperdício devem ser contidos aos se locupletam e, em contrapartida, o novo modelo deve prover alguns desejos ao resto da humanidade "que padece de uma falta de desejos e de um clima geral de resignação e indiferença em relação ao seu estado de miséria" (43).

No final desta análise exploratória da raiz humana Bloch rompe com a tentação do trágico e coloca a questão da finalidade, diferentemente do ativismo sem rumo, pelo qual devemos "fazer coisas" embora haja um desencanto pelo não-sentido da vida, situações estas que tem conduzido ao absurdo nihilista. Deve-se pois combater esta renovação do

trágico⁶⁴’, que valora a ambiguidade - termo que para Bloch não existe, reduzindo-se a problemas, obstáculos, impecilhos a serem superados (Op. cit. p. 238). Desta forma, ao salientar a atualidade da análise marxista, propõe superar os dilemas do moralismo privado por uma ética coletiva; as ambiguidades do pragmatismo pela finalidade e as ilusões do idealismo pelo otimismo militante. Entretanto para Furter ainda é necessário eliminar a carência e a alienação ontológica; superar falhas radicais do, e no ser. Talvez através da práxis de cada um para uma desalienação geral, se bem que, a nosso ver, será dialeticamente restrita, se a matéria estiver oposta aos fins dos homens. Existem decisões e opções que surgem na nossa existência e, entre estas, se encontra o mal. Pode-se “escolher a suficiência, a injustiça, a traição ... tornando-se causa e razão dos sofrimentos dos outros, como dos seus próprios, da exploração e da opressão de uma parte da humanidade por outra” (Op. cit., p. 238).

Existe algo além do econômico, do pura e estritamente econômico, tendo em vista suas múltiplas considerações quantitativas nos tempos-espacos. A troca bilateral consensual e a inobservância relativa dos pressupostos ortodoxos da economia monetarista correspondem a grandes avanços para a equidade. Desta maneira, alertando para a transposição firme de uma revolução das consciências como a forma mais englobante para um avanço pleno, impõe-se penetrar no seio das articulações de uma nova economia distributiva, como uma das variáveis desta conscientização de propósitos universalísticos. Sem dúvida surgirão novas contradições, porém, certamente serão resolvidas de forma adequada às novas realidades de nossos sucessores, tal como, de forma geral, estão sendo minimizadas ao longo desta tortuosa história humana. Resta prover uma quota de percepção e amplitude e formular estratégias deglutíveis por

todos e, sobretudo, propor novos rumos para um avanço maciço em direção ao humano-perfectível.

Dentro da prática do pluralismo metodológico introduz-se agora ao debate o pensamento político de Maurice Duverger (já citado em notas anteriores), cujas idéias menos radicais, e contrárias ao socialismo real, tem a finalidade de abrir o leque de alternativas e de argumentos. Seu livro "Os laranjais do lago Balaton" oferece algumas ponderações, ao traçar um quadro crítico, sobre os percalços do comportamento sócio-político da humanidade, a respeito das ciências sociais e suas limitações neste quadro, e sobretudo dos resultados do socialismo efetivo em relação às idéias de Marx. Fornece, como exemplo, as alternâncias táticas da social-democracia europeia e um relato das novas formas de socialismo com capitalismo, em particular a co-gestão e o planismo.

Duverger, quando na terceira parte de seu livro retrata as formas de socialismo, incita a reflexões sobre o conteúdo das mudanças. Tendo em vista as limitações sócio-espaciais do socialismo reformista, de um lado, e os obstáculos do dogma totalitário - tais como, sua propaganda-vigilância e seu militarismo "religioso" - existem certamente fórmulas distributivistas que contemplam o consenso realizável, segundo o ponderável, à sociologia do conhecimento e ao grau de tolerância das individualidades condicionadas. Certamente poder-se-ia ir além, se o altruísmo e a liberação ao economicismo estivessem em estágio mais avançado. Mas é sobre este mundo que devemos trabalhar. Um mundo que ainda hesita em uma equanimidade dentro das esferas da economia orgânica; entre a repartição pelo talento e mérito; ou segundo o tempo e o espaço do trabalho; ou ainda a repartição, segundo os encargos e a necessidade (de forma fechada ou aberta) ou até o utopista, (que não deveremos considerar), ou ainda de uma distribuição

igual para todos. As propostas mais atuais voltam-se sobretudo ao reformismo como uma prática consistente e gradativa de corrigir o capitalismo, na qual o Estado influencia o comportamento das empresas privadas. Um outro lado dirige-se ao coletivismo democrático, em que a economia privada é substituída por uma economia coletiva, num quadro político de pluralismo e liberdade⁴⁵.

O reformismo foi praticado pelas sociais-democracias do Primeiro Mundo, e a elas é muito adequado, embora suas fórmulas atuais encaminhem hoje mais para o neoliberalismo. Entre suas formas principais o Estado-Providência (ou do Estado do Bem-Estar Social), fruto do Keynesianismo "desempenhou um papel estabilizador quando o capitalismo começou a ser domesticado garantindo à uma esmagadora maioria de cidadãos um mínimo de segurança econômica..."⁴⁶. Entretanto, isto se refere aos seus cidadãos, sob uma economia forte, regrada e com apoio indireto de outras maiorias extra-nacionais subdesenvolvidas. Este reformismo, que inclui a planificação e as nacionalizações, remediou as crises econômicas do pré-pós Segunda Guerra Mundial mas não sobreviveu à época da produtividade avassaladora. Persiste somente, como força considerável, nos países que necessitaram a todo custo de uma infra-estrutura de alavancagem para a industrialização.

Sem dúvida, o Estado-protetor encontra-se em crise conforme Sachs⁴⁷ reafirma, entretanto existem alternativas para sua reciclagem, para todos, e não somente para benefício direto do setor capitalista. O seu papel é mais amplo, no mínimo contemplar a distribuição espacial de seus serviços do que restringir-se aos espaços economicamente dinâmicos ou em vias de ser. A nosso ver a economia mista ainda corresponde à uma das soluções desde que, sob efetiva transparência e avaliação de resultados (sob óticas abertas entre o social e o econômico, e de forma descentralizada).

Tal como propôs, no início dos anos 30, Henri de Man, um dos chefes do partido operário belga, a questão pertinente deve enfatizar a renovação da doutrina socialista, através das reformas de estrutura que ultrapassaria o dilema reforma ou revolução. Ele afirmava que "o reformismo socialista e o anti-reformismo comunista vivem às custas um do outro; apenas o socialismo morreu". Sua proposta encaminhava para o estabelecimento de um verdadeiro regime de economia mista em que o setor privado seria mantido diante de um setor nacionalizado, que englobaria "o crédito e as principais indústrias já monopolizadas de fato". Desta forma permitiria aplicar um plano nacional de investimento e de produção⁶⁶.

No caso brasileiro do pós-guerra vimos que houve distorções no que diz respeito ao crédito, à abertura indiscriminada ao capital externo e conseqüentemente uma evolução restrita da tecnologia necessária aos novos tempos. Sem dúvida o salto econômico, sob o peso de transferências cada vez mais significativas do trabalho barato ao capital nacional e internacional - sem dúvida perpassado pelo desperdício estatal - resultou em um modelo aparente, de pés de barro e que, malgrado suas disfunções, malversações e paradoxos, formou algo de substancial, e sujeito às novas condições de reflexão e redimensionamento. Tal situação comporta reformas de base convergentes.

Não se trata de sacrificar o Estado-Protetor mas sim de mudar o caráter desta proteção. Sachs enfatiza a transição através de sua redução progressiva em direção a auto-produção dos serviços sociais⁶⁷. Tal redimensionamento, a nosso ver, basicamente implicaria na desprofissionalização da política e da economia sociais, que passariam à esfera da comunidade, sob co-avaliação dos órgãos de planejamento superiores, cujo papel fundamental seria o de fomentador eficiente do processo em busca das

maiorias alienadas. Tal enfoque mereceu de nossa parte a atenção para o esforço de normatização da participação auto-construtiva (Quadros I e V).

Nos países centrais - a par das incongruências dos que escapam dos parâmetros gerais - existe algo que se aproxima da distribuição de rendas do socialismo, como salientam pesquisas levadas a termo. Por exemplo numa dessas, de 1977, excluídos os dois patamares (superior e inferior) dos rendimentos líquidos, as relações não ultrapassam mais do que sete vezes entre o segundo e penúltimo patamares, no caso norte-americano; se encontram entre 3,4 e 5,9 nos países europeus ocidentais, e entre 3,5 e 2,7 nos países do leste europeu⁷⁰. Desta forma ao sustentarmos uma relação de 1:4 para o trabalho heterônomo (quadro III) tal índice não se mostra tão distanciado da realidade de povos com sistemas econômicos diferenciados, mas cujas maiorias populacionais se encontram balizadas dentro de parâmetros de renda equalizados, além de amparadas por legislações sociais complementares avançadas. No caso brasileiro, o Estado-Protetor descentralizado poderia conduzir a parâmetros semelhantes, desde que se promova a efetiva espacialização social e a co-participação da comunidade..

No que diz respeito à co-gestão econômica, os avanços e recuos são marcantes no Ocidente europeu, onde a idéia inicialmente se desenvolveu. A co-gestão pode ser vista sob diversos ângulos, conduzindo ao semi-coletivismo (e também ao corporativismo no caso das empresas públicas), ou como um meio de atenuar as difíceis relações capital-trabalho e sobretudo pela ilusão da participação na empresa privada com o intuito de limitá-la ou ainda fingindo que realmente se é co-proprietário. Trata-se, neste caso, de uma boa disposição de relações públicas nos grandes aparelhos, de utilidade para a organização, deslocando o centro de decisões até o

ponto em que isto resulte em maior produtividade e, conseqüentemente, em frutos diferenciais.

Entretanto a votação de leis de co-gestão para empresas com mais de 2.000 assalariados, na Grã-Bretanha e na República Federal da Alemanha, na década de setenta, conduziu respectivamente à queda dos trabalhistas e dos sociais-democratas nestes países. Uma lei mais geral de co-gestão para empresas que empregassem mais de cinquenta pessoas, e um fundo sobre o lucro, como contrapartida, levaram, por exemplo, no considerável esforço do patronato em derrubar a maioria social-democrata sueca nas eleições de 1976⁽⁷¹⁾.

Mais ou menos por esta época é colocado no mercado o livro de E.F. Schumacher "Small is beautiful" (1973) contendo seus artigos do final da década de 60. Suas idéias encaminham para novos modelos de propriedade, que se desenvolveram a partir das "mudanças revolucionárias" encetadas por um industrial inglês, Ernest Bader, que resolveu socializar sua empresa entre seus funcionários, fundando aquilo que denominou de comunidade. Segundo suas palavras é "uma evolução natural de Participação nos Lucros, Co-sociedade ou Co-propriedade" ou, "a Posse Comum". Entre os princípios gerais desta evolução de idéias, Schumacher cita esta transferência como uma extinção da posse privada em lugar do estabelecimento da posse coletiva. Trata-se de um fato incomum do abandono da vontade de ser rico, de praticar a cobiça involuntária e necessária no capitalismo e com isso livrar-se da inveja de seus semelhantes. Entretanto esta família não doou seus bens a cada um de seus empregados individualmente e sim a todos como representantes de uma comunidade de direitos e responsabilidades de um patrimônio. Trata-se de um ato facilitador, uma condição necessária mas não suficiente para alcançar metas superiores, entre as quais uma missão social e política de uma revolução

incruenta e responsável. Constitui uma formulação que combina a democracia do encorajamento a novas resoluções, sob a direção eficiente, e que conduza também a um contínuo processo de aprendizagem.

Tendo por base este relato Schumacher encaminha para a questão mais universal da socialização, especulando sobre um sistema de posse de uma empresa a partir de determinado porte, sob a forma de economia mista. Parte da premissa que a empresa privada, numa sociedade adiantada, recebe benefícios muito vastos de infra-estrutura. Complementar-se-ia que isto não se dá somente em economias desenvolvidas, e não se restringe somente à infra-estrutura, visto que os benefícios estendem-se, no caso das economias subdesenvolvidas, a processos de controle e apropriação mais efetivos e rápidos, devido a carências de diversas ordens.

Desta forma, Schumacher propõe a conversão do imposto sobre a renda em um quinhão público dos lucros privados do patrimônio líquido⁽⁷²⁾ até um teto de 50% de empresas, a partir de um limite patrimonial. Estas empresas passariam para a forma da co-gestão Capital-Poder Público. Ao alcançarem um tamanho ou faturamento (ou ainda um determinado capital) sendo automaticamente transformadas em sociedades anônimas. Suas ações a partir daí seriam escriturais, sem valor nominal, e duplicadas como ações novas retidas pelo poder público. Não haveria, desta forma, expropriação mas a conversão dos impostos em participação direta no patrimônio econômico do qual são retirados os lucros tributáveis e transformados em ações inalienáveis.

Este economista parte da premissa que as nacionalizações, pura e simplesmente, não transformam as empresas em defensoras do interesse público pela condução dos negócios através de servidores públicos (de alto e médio escalão). Da mesma forma, acrescentar-se-ia que a entrada de empresas

internacionais, sob a forma de capital integrado a capitais nacionais em igual proporção, não transforma obrigatoriamente estes últimos acionistas privados em defensores do interesse nacional. Sua proposta não indica que a gerência mude de mãos e sim que haja co-gestão. A administração continua sob gerentes "privados", enquanto a outra metade da gestão permaneceria latente, sem direito a voto e comando, salvo o direito de informações e observação, sendo somente acionada, por período limitado, em caso de exigência para o interesse público.

Por outro lado propõe que as ações criadas permaneçam junto ao poder local (municipal) em que a empresa estiver localizada, através de um órgão representativo da população, sem que este, obrigatoriamente, seja constituído por servidores públicos ou políticos, como sendo as pessoas mais adequadas para tal. Propõe um Conselho Social, livre de pressões, com um quarto dos membros eleitos pelos sindicatos locais, outros 25% pelas organizações locais dos empregados, outro tanto por profissionais liberais e o restante por habitantes locais, sem quaisquer imposições, tal como em um júri popular. Propõe ainda sua nomeação por um período de cinco anos, com substituição de um quinto do Conselho a cada ano. Este Conselho, com direito e poderes de ação legalmente definidos, pode ter também sobre si a observação da autoridade local para que com isso se contemple uma interação mais efetiva entre os interesses econômicos com os de outra ordem, em que se equacionem as interferências e contrapontos dentro de uma visão integral pertinente. Esta integração da comunidade nos interesses públicos locais oferece vantagens em relação ao poder exercido pelo governo central, conquanto, acrescentar-se-ia, que este fizesse também sentir sua voz, quanto aos aspectos técnicos de abrangência a níveis de articulação mais amplos, assim como tivesse o poder de exercer uma redistribuição dos dividendos

alguém de um montante, para a valorização de outros espaços que exijam investimentos.

Pela proposta original não se contemplaria a revitalização de áreas estagnadas, ou a formação de novos conjuntos produtivos, ou onde não existam investimentos já formados e que devem portanto receber aporte de recursos. Evidentemente se ocorrer um desenvolvimento ímpar em determinado setor isto beneficiará sobremaneira o município e formar-se-ão, ou manter-se-ão as desigualdades. Salvo se, de acordo com as normas isonômicas e de qualidade de vida, preconizadas pelo autor em análise, se encaminhem ações, acopladas a níveis hierárquicos mais amplos, visando a descentralização e a perfeita integração econômica espacializada, evitando-se crescimentos indesejáveis.

Este sistema contempla alguns aspectos positivos da economia capitalista tais como, a responsabilidade com liberdade, a racionalidade da ação econômica, vista sob o ângulo exclusivo da eficiência. Por outro lado reformula o dado pelo qual o modelo consumista possa impor condições próprias irracionais para consecução de seus objetivos particulares. De forma geral, restringe a concepção nominalista do conceito de racional e o interesse próprio como único motivo da ação. Abala conceitos liberais da propriedade como direito natural individual e o agnosticismo em relação aos valores sociais. A economia de mercado, por conseguinte, passa a estar vinculada a outros parâmetros não econômicos.

Deve haver alguma saída integral para os dois grandes sistemas econômicos e isto é ao mesmo tempo, e paradoxalmente, muito fácil e difícil. O peso das tradições, usos, costumes e aquisições materiais impedem que as utopias se realizem ou entrem sequer em pauta. A existência de países e culturas em valores extremamente díspares dificulta

a integração da humanidade e certamente estas ambiguidades merecem reflexão, se partirmos da premissa de que as formas existentes estão condicionadas às suas respectivas estruturas, embora se reformulem dentro de parâmetros. Além da tradição existe algo mais essencial - que não tem tido a consideração necessária - a desigualdade crônica, que foi certamente atenuada mas que, após toda evolução intelectual, e a conseqüente ampliação das aspirações, parece cada vez mais intolerável. Trata-se de uma decisão prioritária sobre o presente e o futuro de todos, e com todos.

Em uma sociedade organizada como um todo integral, a questão do interesse próprio é uma decorrência direta do seu grau de integração. Para que esta seja plena, conceitos filosóficos mais parciais, como o nominalismo e o associativismo já parecem, extremamente óbvios e descartáveis, embora, ao longo da história refletissem e condicionassem as mudanças, estas foram obtidas sob consensos precários e lutas parciais. Estes conduziram à co-dominância e não à liberdade de participação, cujo corolário consiste na discussão incessante, seguida de demonstrações e, a partir daí, nos caminhos para tal harmonização.

O grau de desânimo, de violência, de "esprit de corp", de dualismo competitivo exacerbado, que se multiplica pelos diferentes estratos, em conflito velado, inferem que devem se tomar resoluções estruturais importantes e fundamentais para que se ultrapasse este estado de barbárie "civilizatória" a que a massificação racional nos conduziu. Para alguns, a questão é de falta de ressonância (os intelectuais de forma geral); para a maioria, corresponde à uma vida sem sentido, visto que alienante e sem perspectivas. Estas mudanças implicam em uma abertura consolidada de estímulos, em uma economia social ampliada, não para o consumismo como meta geral - visto que sob tal

forma efetivamente o planeta não oferece condições técnico-estruturais. Mas sim, e fortemente, rumo a uma adequação normativa funcional de valorização de aptidões latentes, e pelo enquadramento, optativo dentro de um esquema consensual amplo, transparente e discutido. Tal amplitude, por outro lado não pode tolher iniciativas desenvolvimentistas planejadas, de acordo com normas gerais de espacialização e racionalidade, organicamente avaliadas. Não se pode conceber, contudo, que estas continuem a privilegiar o capital, a irracionalidade predatória, de homens e recursos, com fins imediatos e grupais. O Estado eventualmente recebe pressões, concede e adequa-se à realidade do pior sem ele, enquanto que a época já oferece condições de novas resoluções coletivas de fundo, perfeccionistas na medida do possível, e sobretudo pautadas pela ética universal.

Sem dúvida deve prevalecer, e ser exatamente formulado, um padrão básico coletivo - retirado do otimismo marxista ao considerar a história como algo a ser realizado de forma plena - desde que democraticamente discutido, implementado, avaliado, e revisto parcialmente segundo seus resultados.

Para que estas diretrizes sejam melhor explicitadas recorre-se a análise de Arthur Utz⁽⁷⁹⁾ a respeito de uma fundamentação filosófica de caminhos alternativos para a ordem econômico-social e, sobretudo, das considerações que este autor faz da alternativa socialista, proposta pelo economista tcheco OTA SIK ao longo dos anos sessenta, e que hoje parece estar em curso nos países socialistas europeus.

Concebe-se e parece razoável uma descentralização setorial e uma regionalização como foros adequados para a abertura de perspectivas distributivas (no mínimo) até determinado nível. A partir daí as questões se complicam e

se encontram sob domínio da mundialização tecnológica, onde os graus de dependência permaneceriam ainda patentes. Neste nível já não cabe mais certa autocracia relativa, salvo na esfera em que o voluntarismo possa ser valorizado, suplantar-se e prevalecer. A variável tecnológica constitui um ponto crucial externo ao nível individualista-comunitário e somente poderá acompanhar, ou quiçá igualar os donos do setor sob formas de aparelhos de alto espectro de integração. Embora a tecnologia mostre mundos diversos, a nosso ver, são complementares, e portanto, as forças sociais devem estar acopladas sob normas de bilateralidade e com participação efetiva.

O salto para a possível competitividade, mesmo sob este modelo, forneceu frutos e reformulou este país rumo à modernidade. Resta saber quais os aspectos realmente positivos e os descartáveis para uma reciclagem, agora plena pois não alheia à maioria. A crise de mercados e de competitividade neste quadrante, marcada sobretudo nas estatais neste ano 90, talvez indique caminhos além da simples formulação da privatização, tendo em vista que a solução mais fácil da privatização se constituiria também em um atestado do fracasso da gestão oficial e da ingerência política em questões econômicas. Qualquer gestão econômica demanda eficiência e portanto exige dos seus dirigentes, em diversos escalões, uma discussão abrangente, e impessoal, balizada, de uma vez por todas, na resolução de seus problemas específicos e além disso a adequação de sua esfera dentro do conjunto, sob a ótica da expansão controlada responsável. Através desta forma se coibiria a captação indefinida de recursos sem retorno, e sim a gestão que possibilite solvência e eficiência por sua conta e risco. Deveríamos já ter maioria para tal.

Assim todo o país deve ser reciclado para a economia de recursos e ao encaminhamento para a quebra da especula-

ção, sem contudo romper o ciclo produtivo essencial. A justa retribuição ao trabalho implicará também em mudança de suas metas e produtos para se chegar mais prontamente à tecnologia suave que a espacialização de perspectivas propicia.

Ota Sik propunha uma economia de mercado planificada, ou melhor, para a situação vigente nos países socialistas, uma planificação da economia de mercado. A nosso ver, o sistema neocapitalista - hoje caracterizado pela "generalização" do desenvolvimento através da difusão do conhecimento de resoluções para as crises - tenderá fatalmente a uma planificação "socializante", entretanto competitiva e distributiva até certo ponto. Fora disso se manterão as discrepâncias por longo tempo, a nível de países e regiões sobretudo. Para a situação brasileira, e para os países subdesenvolvidos de capitalismo disforme retardado, talvez caiba uma alternativa de planificação espacializada de economia mista, conforme proposta contida no Quadro V.

Trata-se de corrigir formas sociais deformadas, não somente pelo capital mas pelas próprias relações sociais entre os homens, que deram origem e desenvolvimento às partes negativas destas relações. Acredita-se, por conseguinte, em uma reforma consensual, em uma teoria de convergência, porém não tácita nem conformista, mas sobretudo evolutiva mediante a crítica, a avaliação e a reformulação. Evidentemente para tal, a condição necessária indica mais uma vez o surrado modelo da autonomia e da auto-reflexão como formas significantes para a contenção das deformações. Acreditamos que já nos encontramos diante de condições históricas efetivas, aptas a desmitologizar a temática da substância social determinada pelas categorias econômicas.

Certamente as relações sociais descoisificadas ainda não maturaram o suficiente, porém estão mais próximas de uma história feita pela maioria dos homens. Explicitando a

história da humanidade apesar de ter sido construída pela maioria, física e intelectualmente tem sido conduzida por alguns. Estes eventualmente ampliaram seu número, mas não ao ponto de reconhecimento da verdade, sequer relativa, da construção coletiva. A democracia, malgrado suas incoerências ainda gritantes, tem conduzido rumo a uma situação mais plural. Os próprios conceitos ideal-afirmativos da gênese e do desenvolvimento heróico-individualista do capitalismo encontram-se atualmente sob nova racionalidade gestonária, sob uma comunidade mais aberta e moderna, na qual o capital não mais constitui poder exclusivo e hermético. Embora cada vez mais organize o intercâmbio entre as pessoas, submetendo-as ainda à própria racionalidade, o sistema capitalista tem constantemente se reciclado para atenuar as contradições persistentes, e desta forma parece eternizar-se pela mutação, livrando-se com isso gradativamente da sua carga ideológica.

Por certo devido à estes aspectos de auto-conformação é que se impõe ainda hoje uma convergência entre o marxismo revolucionário e o marxismo mecanicista; entre as noções do homem como motor e sujeito da história, com as de Althusser, pela qual este é suporte das relações de produção. Se tal situação ocorrer realmente, obrigatoriamente não necessita perpetuar-se como tal, assim como é puro espontaneísmo dizer que as massas fazem a história, sobretudo uma história melhor⁷⁴. O caminho para o socialismo democrático parece-nos, por conseguinte, o mais indicado à complexidade intelectual da humanidade e a argumentação que se segue reforça esta linha de avaliação.

Existem propostas de articulação para uma futura equidade, sob a ingerência, e/ou apoio, dos países centrais que sob regras capitalistas desiguais realizaram transformações de certo vulto, e, que em certos casos, até permitiram o mimetismo positivo (como o caso dos países

denominados Tigres Asiáticos). Porém para a maioria dos casos nacionais em análise, este caminho talvez não seja o mais viável visto compreenderem conjunturas geopolíticas específicas. Entre tais países podemos situar o Brasil, ou a Índia, em particular, por suas expressões dimensionais. Estes dois subcontinentes, como exemplo, encetaram o salto dependente elitista e os resultados sociais estão longe da aparente mudança estrutural setorizada. Evidentemente quando se parte para comparações vê-se estas não são pertinentes, pois envolvem paradoxos de complexidade e reducionismo. Certos casos crônicos dentro do modelo capitalista somente podem ser minimizados se conjugados à uma política de planejamento familiar, e assim, para determinadas porções territoriais, a colocação neomalthusiana também merece um lugar na explicitação do contexto⁷⁵.

Para as economias nacionais neocoloniais, o liberalismo econômico, e mesmo as aplicações do neoliberalismo keinesiano, não tem refletido, em termos econômicos globais - salvo em alguns espaços privilegiados e atraentes - os resultados conseguidos pela moderna acumulação tecnológica. O Japão, por exemplo, em menos de quatro décadas, e sob economia dizimada, teve índices de acumulação seguramente mais significativos que os quase quatro séculos do colonialismo inglês. Em contrapartida, a resposta socialista nas antigas colônias somente tem oferecido alguns exemplos de evolução sentida, ainda setorizados, sobretudo em Cuba e também por motivos geopolíticos.

Na verdade reformas tendentes às modificações estruturais - tais como nacionalizações precoces; reformas agrárias, em que o México aparece como modelo - foram distorcidas e esvaziadas perante novas situações avassaladoras promovidas pela modernização dependente a custos altíssimos de recursos e de subserviência técnica consentida.

Qualquer tentativa de resolução da problemática social deve conduzir ao reino da dialética do possível, tal como princípio da esperança de Bloch^{'74'}. Este salienta que o real é possível porque o real já está mudando, resta contudo transformar esta mudança indefinida num desenvolvimento infinito, que embora possuindo condicionamentos, possa, através da consciência, reinterpretar o determinismo social. Os obstáculos de um mundo hostil e coisificado, e os fracassos advindos de tal situação, devem transformar-se em trampolins de esperança. Bloch acredita no papel da filosofia para determinar, no processo dialético, a participação do homem na verdade - a exigência da ética para dar um conteúdo e sentido à humanidade^{'77'}.

Mediante este sentido universal o sujeito passa à frente do objeto - se bem que ainda não se deva romper o elo entre a necessidade histórica e a exigência dialética - mas sem fixar uma meta num além indeterminado. Talvez ainda por muito tempo, ou para sempre, haverá momentos cruciais sobre o caminho a seguir, e por isso nos atemos ao do reformismo gradativo, mas radical nos pontos básicos que conduzam à consciência da solidariedade e, pelo consenso, a novas criações mais simples neste emaranhado formal e falsamente condicionado pelos interesses a-éticos.

No que diz respeito à economia, numa época de mudanças indeterminadas, propõem-se algumas indicações para o roteiro de aproximações contextuais e estruturais. Enfatiza-se, através da denominada planificação espacializada de economia mista, a tônica da socialização comportando esferas distintas entre liberdade e necessidade, em que as duas gestões operacionais se completem no social.

A base econômica operacional desta proposta nada mais é que uma adequação de reflexões técnico-empíricas

encaixantes, expostas por diferentes autores de linhas teórico-metodológicas fundamentadas na universalização e na evolução do pluralismo integrante. Tal base deve conduzir a conceitos, entre outros, de opções de vida, garantido um mínimo vital, obtido por trabalho produtivo e socialmente consensual. Isto em tese será possível mediante um processo gradual de redução da posse privada, como tem sucedido historicamente, sobretudo pelas leis sociais, e mesmo dentro do capitalismo moderno, através da ação do Poder Público e da evolução das ciências sociais.

Até o momento a evolução geral merece ainda ressalvas, por inversões de rumo que o poder exacerbado tem propiciado ao longo da história até nossos dias, através das guerras de conquista; do colonialismo, da dependência externa (e a dívida) e atualmente do diferencial tecnológico. Independentemente de tais circunstâncias condicionantes pode-se, a partir de uma necessidade superior, efetuar novas criações para romper este processo de cúpula.

A abertura de novos campos de evolução e autonomia realizaria a configuração múltipla de integração social balizada por alguns parâmetros fundamentais, o da solidariedade, garantida a sobrevivência e evolução de todos, conforme sua capacidade - e aberto o campo desta evolução integral sob equanimidade, desde que reduzida a competição selvagem. Não se pode abrir mão das normas de eficácia estrutural, embora devam ser deixados espaços de criação - eventualmente frente a conjuntura, esferas de autonomia em faixas normatizadas de mercantilização - onde se ampliem as opções - se bem que mais restritas em termos monetários para que hajam novas configurações individuais solidárias - estimulando alternativas que conjuguem planejamento, enquanto equidade social e liberdade, e o reconhecimento da legitimidade da competência. Trata-se de

romper uma situação, existente de fato, pela qual a maioria se encontra exposta à conjuntura da sobrevivência, e de subserviência técnica aos modeladores do sistema elitista-concentrador.

O relato de Marx a respeito do domínio britânico na Índia revela a posição dialética do capitalismo, ao sacudir a estagnação social da sociedade tradicional (Avineri, Op. cit., p. 306). Suas afirmações mais gerais a respeito das características do capitalismo salientam três aspectos: a racionalização do mundo, da atividade humana e a universalização do contato inter-humano (Apud Avineri, p. 290). Este produziu uma desmistificação amoralística em nome do individualismo e da competição teoricamente igual, abrindo caminho para a multiplicação de capacidades formais latentes, rumo à pertinência do intelecto ocidental, sob o abstrato vínculo monetário. Sem dúvida o desaparecimento da dependência pessoal nos modelos autocráticos universalizou novos padrões de dependência agora anônimos, gerais e abstratos⁷⁰.

Sob o modelo capitalista dominante, as relações, interpessoais, entre empresas, e internacionais, são balizadas pela racionalização do sistema, e isto infere uma eventual troca desigual, cuja ruptura tem sido uma das tônicas para minimização e um dos caminhos da não dependência crônica. Sem dúvida subsistirão as interdependências a nível bilateral e exigem eficácia e competência, além de negociações que, em função da evolução da comunicação e o estágio atual de desenvolvimento menos desigual, apresenta condições de maior reciprocidade. A questão maior da universalidade - e o seu oposto, o desmedido poder de cooptação e atração do modelo capitalista - infere que esta não deva ser negligenciada ou escamoteada, e sim equacionada, em termos de reorganização espacial, mediante parâmetros mínimos aceitáveis que ponham fim ao círculo de

exploração desta ciranda de poder instalada nos níveis sequenciais, entre as pessoas, grupos... passando até ao âmbito dos países e dos blocos.

As novas relações de vida exigem opções. A "racionalização" do mundo, da atividade humana, assim como a atual "universalização", são concepções extremamente genéricas e a dialética revolucionária da sociedade capitalista⁷⁹ comporta alternativas, sem a necessidade de uma teologia determinística em que o comunismo não possa ser compreendido senão a partir do capitalismo. Se tal sistema não tivesse se consolidado não existiriam outras soluções para uma síntese (para o melhor)?⁸⁰. Sobrevém o dilema das possibilidades do socialismo em países que não passaram por uma industrialização profunda, assim como aqueles que não passaram pelo feudalismo. Tal dilema se encontra novamente posto, e como está na ordem do dia deve passar pelo nosso raciocínio.

Assim entendemos o capitalismo como uma realidade histórica, porém transmutada por elementos que lhe subvertem a pureza, onde se pode distinguir o modo de produção do modo de apropriação, sendo o primeiro dinâmico e em tese "universal" e o segundo protecionista das aquisições. Tal como Marx analisou a atuação inglesa de seu tempo, um modelo teórico pode comportar variantes no tempo-espaço e que fazem parte do jogo de trocas - da grande base atual marcada pela circulação - integrado tanto pelo consumo como pelo consumismo. Alguns países transcenderam o modelo e não servem mais como explicação, embora isto não queira obrigatoriamente significar que a realidade histórica seja alterada (Avineri. Op. cit., p. 282-288)⁸¹. O capitalismo exprime todas as mazelas e "potencialidades" do homem e da existência humana, ainda que de uma forma alienada⁸².

Entretanto a "universalidade" do capitalismo carece ainda de dimensão geográfica pela permanência do contraponto entre o novo e o antigo. Neste a tradição, impotente mas conservante por necessidade, é utilizada pelo novo de forma a manter os diferenciais de modos de vida. A frase de Marx no Manifesto Comunista: - "A burguesia submeteu o campo ao domínio das cidades, criou cidades enormes, provocou o aumento da população urbana salvando assim uma parte considerável da população da idiotia e da vida rural. Tal como tornou o campo dependente das cidades, também tornou os países bárbaros e semi-bárbaros dependentes dos civilizados; as nações de camponeses de nações burguesas; o Oriente do Ocidente" idem, p. 298) - poderia hoje ser escrita da seguinte forma: A burguesia submeteu o campo e a cidade ao seu domínio. Multiplicou cidades enormes, provocou o aumento da população urbana sem salvar uma parte considerável da população da ignorância, sem promover uma vida rural livre e integrada. Tal como tornou a maioria dependente, também tornou os países subdesenvolvidos dependentes dos tecnologicamente avançados; as nações agrícolas de nações industrializadas; grande parte do Oriente à uma parcela do Ocidente.

Dentro da complexidade dos graus de dependência, - que atualmente se configuram mais como interdependências de estágio - a universalização desigual do capitalismo impõe prerrogativas de normas também universais para a minimização do descompasso. A unilateralidade e tacanhez de espírito nacionais, que Marx afirmava como se tornando cada vez mais impossíveis⁽²³⁾, ainda permanecem, e se ampliaram pelo aumento do leque de países que submetem as maiorias internacionais, e de minorias nacionais sobre seus concidadãos.

Em A Ideologia Alemã, Marx salienta que todas as revoluções até então alteraram a distribuição interna de

relações produtivas, sem alterar as relações em si, mudaram o controle e a propriedade de uma classe para outra sem alterar a natureza deste controle, enquanto deveria emancipar todos os homens simultaneamente e efetivar postulados universais. Raciocinava desta forma que qualquer comunismo nacional, particularístico, de antemão estaria voltado ao fracasso (Avineri.Op. cit., p. 299 e 307). Por outro lado existe de fato uma dialética de mudanças no capitalismo, expressa já por Marx no O Dezoito Brumário, pelo qual a perfeição do domínio causa a própria mutação interna e decadência, em síntese, seu ato de superação. É neste sentido que se procura orientar a pesquisa.

Para reforçar este argumento, Marx em O Capital I faz alusão à uma forma mais sofisticada da propriedade capitalista que já estaria se convertendo em comunismo; tal forma hoje poderia ser caracterizada pela era dos executivos sem capital, os gerentes técnicos do capital, em que a função desliga-se do capital. A nosso ver tal fato, marcado e amparado pela evolução das sociedades anônimas, tem conduzido, pelo contrário, à oligopolização e à multiplicação do sistema. Assim parece mais acertada a previsão de John Stuart Mill de que o controle formal de acionistas não conduziria a transformações estruturais significativas e sim a mudanças de rumo do capitalismo (Apud Avineri, Op. cit., p. 319-320 e 324).

O que se apresenta à nossa percepção, de forma bastante clara e preponderante, é a ligação fundamental entre capital-tecnologia-ciência pragmática-administração, que fez com que se multiplicassem os integrantes e os defensores do sistema, de forma direta por participação, e indireta por subserviência e necessidade. Quanto aos primeiros - a pequena burguesia - trata-se de uma situação óbvia de omissão universal, enquanto que a maioria é condicionada pela canalização estrutural.

Assim, dentro da ambivalência do mundo (que Marx reconheceu) a visão socialista não se constitui somente na mera antítese do capitalismo mas se apoia sobretudo na necessidade de superar as contradições de algo que é universalmente contraditório; assim como, por exemplo, envolver mudanças político-econômicas que encaminhassem, em tese, para a transformações sociais. O dilema reside na onipotência da política que pode eventualmente conduzir a transformações sem base nas condições econômicas. Para Marx o poder político nunca pode nada ex nihilo, o que foi contradito por Lenine e seus seguidores, entre os quais o economista Oskar Lange. As grandes transformações políticas foram realizadas a "forceps", enquanto que o poder político por consenso, consegue alguns aperfeiçoamentos, mesmo que amarrados à realidade existente, conforme Marx afirmava. Isto o levou a apoiar, em 1846, o American Homestead Act que, segundo os esquerdistas da época, alargariam a base social da propriedade privada^{es}. Há possibilidades de escapar do econômico?

Chega-se gradativamente a um fulcro de prognósticos que parecem encaminhar para o socialismo individualista e liberal de Stuart Mill, em que o princípio fundamental do dever (em moral) implica também na procura da felicidade geral. Isto é referendado por Herman Daly que, por sua vez, enfatiza a necessidade "de algum princípio de distribuição de renda, independente e suplementar à cadeia renda-via-produção" (Op. cit., p. 145). A distribuição assim não implicaria, obrigatoriamente, em crescimento; em lugar deste, os dividendos poderiam ser canalizados, por exemplo, para revigorar o meio-ambiente, preparar o planeta para o presente-futuro, entre outras formulações sócio-espaciais.

A questão da propriedade privada para Mill é legitimada como um baluarte contra a exploração, de forma que todos possuam um montante mínimo, que resulte de esforço e

diligência, e exclua a herança quando esta atingir certo montante. Desta forma Daly complementa que a legitimidade deve estar conforme a alguma instituição distributiva que mantenha a desigualdade dentro de limites justificáveis. Esta linha teve predecessores como John Locke e algumas figuras proeminentes da antiga América do Norte, que previam limites máximos de renda e riqueza.

A combinação trabalho-capital e a forma socializada de um dividendo social, à semelhança da proposta de Schumacher, foi recentemente concebida pelo economista James E. Meade⁽²⁶⁾. Sua concepção volta-se para a elaboração de uma sociedade semi-perfeita (ou semi-utópica possível) pela qual o Estado adquire no mercado até 50% da riqueza nacional, mas não assume a gestão, deixando-a a particulares. Em seu sistema de livre mercado operam as *partnerships*, ou sociedades trabalho-capital, espécies de cooperativas por ações, provenientes do trabalho e do capital, ambas com direito a voto e decisão. O Estado, absorvida a dívida pública, obtém um ativo de balanço e distribui seus proventos a cada um dos cidadãos sob a forma de dividendo social, o que garantiria, em tese, a igualdade de oportunidades. O trabalhador torna-se acionista dentro de um sistema que estimula a entrada de novos sócios. Quanto ao sistema fiscal, só os patrimônios herdados e a parte da renda destinada ao consumo seriam taxados, permitindo o reinvestimento, e novos empreendimentos.

Uma comparação, se permissível, parece indicar que a alternativa de Schumacher conduz à uma harmonia e integração mais efetivas, sobretudo no caso dos países de maiores dimensões, ou com características culturais complexas, enfim, aos subdesenvolvidos.

Acrescentam-se às alternativas expostas, o esboço da economia proposta pelo Sandinismo, que se dirigia para um

projeto integrado de economia estatal e mista, abortado pela mudança política. A linha de complementação de mercado provavelmente constará de novas formulações econômicas do Leste Europeu. Sem dúvida os subdesenvolvidos devem se adequar rapidamente à economia da eficácia, sob pena de sossobrarem se o egoísmo capitalista nacional ampliar seus horizontes.

N O T A S

- ‘1’ Teorias Modernas de distribuição da renda. Zahar, 1981. (Original em Inglês, 1979)
- ‘2’ Extraído de E.F. Schumacher, Op. cit., p. 35. Este salienta nesta página "que com a crescente prosperidade, a Economia desloca-se para o próprio centro de preocupação do público ... interesse constante, se não obsessivo, de todas as sociedades modernas".
- ‘3’ Esta questão fundamental encontra-se inserida por todo o corpo estrutural do trabalho e configura a própria essência deste espaço de síntese e de proposta.
- ‘4’ Mesmo que as classes médias e ricas se dirijam à escolas particulares o diferencial de rendimentos ainda anula este gasto suplementar.
- ‘5’ Talvez caiba neste caso a frase, repetida decênios a fio, do gigante eternamente adormecido. Como é difícil e demorado acordá-lo.
- ‘6’ A crise do petróleo teve o mérito de redirecionar a economia contra o desperdício, infelizmente não no nível desejável da "perenidade".
- ‘7’ Citado por Ávila, Fernando Barros. Op. cit., p. 60. Ver bibliografia: Reforma Agrária.
- ‘8’ Swift, Jonathan (1667-1745) Thoughts on Various Subjects. Apud Daly. Op. cit., p. 62.
- ‘9’ Atualmente é insustentável alguns só cavalgarem sem limpar e alimentar o animal ou só tocarem o piano sem carregá-lo, conforme Daly: 47. Ver também Sachs, Op. cit., p. 433.

- «10» Eventualmente prioridades incluem fachada e "grosso modo" ainda trata-se de um "Salve-se quem puder", parcialmente "eficiente" até, mas desintegrado.
- «11» Os Tribunais de Contas verificam amiúde balanços "legalmente" corretos, enquanto que a "coisa" pública deveria conter primordialmente o efeito preventivo e assessor.
- «12» Ver Sachs, I. Op. cit., p. 138-141. Alternativas de desenvolvimento. Um comentário suscito cabível a respeito deste capítulo mostra também que paliativos surgem nos discursos quando a questão se agudiza. Porém os canais ainda se encontram congestionados de individualismo.
- «13» Nesta mesma coletânea, à p. 138, Sachs faz a seguinte interrogação-afirmação "O Estado-Protetor entrou em crise mesmo nos países mais ricos, que dizer então da periferia do mundo capitalista?"
- «14» Reiteramos o fracasso dos programas de alfabetização isolados do contexto sócio-econômico de evolução pragmática; a questão da saúde com filas e jogo de empurra; da infância e da família desesperançadas; da marginalização enfim.
- «15» Milagres econômicos existem também pelas desigualdades. Qualquer ação implica em repartir o bolo antes para que todos possam, a partir daí, confeccionar melhores bolos.
- «16» Os aspectos mais específicos serão discutidos no capítulo: "A busca das resoluções... como forma de produção consciente do novo homem e da nova sociedade.
- «17» Dicionário (Aurélio) - Isonomia - Estado daqueles que são governados pelas mesmas leis. Jurídico: Igualdade

de todos perante a lei, assegurada como princípio constitucional.

- <10> Quem tem condições de contratar um escritório de advocacia competente distorce, em termos (maiores ou menores), regras e normas jurídicas que em princípio deveriam ser isonômicas. A consciência pública virtualmente é escamoteada.
- <17> Para Sachs, Op. cit. p. 103, a priorização do político sobre o econômico pode conduzir a armadilhas.
- <20> Dicionário Aurélio (Equidade) - Disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um. Sentimento de justiça avesso a um critério de julgamento ou tratamento rigoroso e estritamente legal.
- <21> Ver Sachs. Op. cit., p. 97 e 104. Conceitos importantes são emitidos, como os de desenvolvimento endógeno; de bens essenciais; de mal desenvolvimento com incorporação predatória de recursos naturais; sobretudo (e especialmente) os falsos consumos derivados da estruturação de classes (p. 100)
- <22> Sub-título extraído de Schumacher. Op. cit., 248.
- <23> In: Conceito de Modo de Produção. p. 89 a 107. Op. cit. da tradução dos ensaios da Ediciones Era S.A. México. 19... A respeito da atualização deste modelo à realidade recente, consultar a p. 90.
- <24> Divitçioğlu. Op. cit., p. 94. A conexão poder-economia, sob centralização, é muito antiga no tempo.
- <25> Fica clara a interdecorrência da independência nas Américas; ampliação do comércio; industrialização e novos mercados para a Europa; mudança nas relações de trabalho com o fim da escravidão; criação de esquemas modernos de intercâmbio comercial e de novos produtos.

- «24» Op. cit., p. 21. e seguintes trata especificamente da situação indígena até nossos dias.
- «27» Originalmente publicado em Cadernos CEBRAP nº 26.
- «28» Rangel, I. A questão agrária brasileira. p. 36, 52, 53, 55 e 56 (principalmente)
- «27» Lopes, Juarez Rubens Brandão. Op. cit. Ver Esquema à p. 116 e cartograma à p. 119.
- «30» Brandão Lopes credita a Francisco de Oliveira, em seu trabalho clássico A economia brasileira: crítica à razão dualista, a análise da participação da agricultura primitiva neste processo.
- «31» Pode-se relocalizar no tempo o conceito marxista de formação social primitiva em que a comunidade agrária, por sua dinâmica interna e externa, é a fase de transição para a formação secundária, ou seja a passagem da sociedade apoiada na propriedade comum à sociedade assentada na propriedade privada, conforme carta de Marx a Vera Zasulich (1881).
- «32» Marx, In: A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 1884. Apud Eduardo Fioravante: "Do modo de produção asiático ao modo de produção capitalista". Op. cit, in: Conceito de Modo de Produção. p. 149.
- «33» Referimo-nos ao que Marx e Engels denominaram de Despotismo Oriental (apud Fioravante. p. 133) e que pode abranger outros governos que tentaram impor reformas de cúpula. Talvez até válidas de acordo com o diferencial de estágio entre massa e elites.
- «34» Op. cit. Extraído de Philomena Gebran. In: Conceito de Modo de Produção, p. 19. O Estado aparece dialeticamente como um "mal" necessário, revelador e condensador da coexistência contraditória de estruturas

comunitárias e de estruturas de classe, marcadas pela ambiguidade do termo coletividade.

- '35' Ver Philomena Gebran. In: *Conceito de Modo de Produção*. Op. cit., p. 14-15. Consultar bibliografia - *Teórica Questão Agrária*. A proposta de Althusser parece mais adequada à complexidade e pluralidade do contexto atual.
- '36' Ver Giles, Op. cit., p. 67-77, que segue as reflexões de Paul Ricoeur em "Herméneutique et critique des idéologies", 1973, in: *Demythisation et idéologie*.
- '37' Apud Avineri, p. 128, citando Marx em *A Ideologia Alemã*.
- '38' Idem Avineri, p. 132. O cap. *Homo Faber*, p. 125 a 177 apresenta as posições mais ambíguas dos diferentes pensamentos materialistas a respeito das contradições essenciais da ontologia e da "dialética" da natureza.
- '39' Apud Avineri, p. 161, sobretudo a citação de Paul Tillich.
- '40' Idem, p. 151-153. As mudanças das expectativas e a materialização das necessidades são causas de frustrações por ausência de realizações para a maioria, e de objetificação para a minoria que não consegue alcançar o ideal. A disparidade de fruição do tempo e das necessidades mostra diferenciais de aspiração e usufruto altamente contrastantes. Da pretensão de possuir uma carroça ao uso individual de um Picasso.
- '41' Ibidem, p. 158 - A nosso ver a questão se encontra extremamente determinada e insolúvel visto que corresponde a uma atitude eminentemente historicista. O absoluto muda de forma mas continua sob novos parâmetros institucionais reflexivos.

- ‘42’ Ver Avineri, p. 127, 129, 131 e 170. Talvez seja impraticável fugir da dicotomia entre o ideal e o real. Bloch Op. cit., p. 111-115, coloca saídas para a contingência, a historicidade e a fuga da realidade contra a relatividade do determinismo. As duas exigências da dialética e do materialismo, o solo e a propriedade (ou a matéria), como atributos, contemplam o dinamismo do provável, do virtual, da própria matéria, enfim o possível dialético, um caminho inscrito na matéria mas orientado, ou seja o próprio princípio da esperança. Para Marx, citado por Avineri à p. 172, o socialismo visa a preencher o tradicional vazio entre individualismo e coletivismo.
- ‘43’ Ver em Avineri, Op. cit., p. 189, as considerações de Marx sobre a sociedade futura. As ps. 171 e 172 mostram que o avanço atual não contemplou significativamente a sociabilidade espontânea.
- ‘44’ Parafraseando a afirmação marxiana, conforme citado por Avineri à p. 217, em O Capital III e quando fala do fetichismo das mercadorias em O Capital I. (Ver Avineri, p. 18-19) Marx também discute esta questão nos Grundrisse, de forma intrigante segundo Avineri (p.193).
- ‘45’ Conforme Avineri, p. 173 de um relatório de Marx ao Conselho Geral da Internacional (1870). Ver também as considerações de Marx a respeito do diferencial entre capital e trabalho; do modelo histórico da divisão do trabalho, e dos homens enquanto seres não-universais, relatados em Avineri, p. 219 a 226.
- ‘46’ Apud Avineri, p. 224-25, conforme Marx nos Primeiros Escritos e em A ideologia Alemã.
- ‘47’ Da independência ao presente dos países do Terceiro Mundo, a busca de um ou mais modelos tem sido permeada

de avanços e retrocessos mediante a formas de alternativas não consolidadas, e sobretudo sempre dependentes, mesmo sob a capa do nacionalismo.

- '48' Du exploradores-comunitários de acordo com denominação empregada por Eduardo Fioravante. In: *Conceito de Modo de Produção*. Op. cit., p. 133.
- '49' Ver citação de Engels, apud Philomena Gebran, p. 19, ver nota 35.
- '50' Eugenio Varga, na mesma obra, p. 61, mostra vestígios atuais das antigas formações sociais, exemplificando o caso da escravidão que somente foi oficialmente abolida na Arábia Saudita em 1962.
- '51' Avineri, p. 253-54, salienta a utopia marxiana de considerar as projeções futuras como realidades presentes e a possibilidade da teoria chegar às massas.
- '52' Ver todo este desenvolvimento em Avineri, p. 162 a 165, no caso sem considerar a superioridade do *Gattungswesen* visto como um momento ainda não pertinente.
- '53' Considerados de maneira geral como revisionistas. As aspas do autor citado indicam sua posição teórica. Ver Lowy, M. *Original de 1975, Méthode dialectique e théorie politique* (1985 em português), cap. VI - O marxismo de Rosa Luxemburgo. p. 94 a 103.
- '54' A expressão foi tomada de Duverger. Op. cit.,
- '55' Maurice Duverger relata a abordagem marxiana da Questão Judia. Op. cit., p. 84 e para o caso das grandes organizações econômicas, p. 90-91 e 96.
- '56' Após as eleições de outubro de 1990 pensa-se já no voto distrital como um retorno às bases.

- '87' Duverger mostra prós e contras dos aparelhos e organizações diretoras do processo. Op. cit. p. 92-93 em particular e o cap. VII Os novos dinossauros.
- '88' Reificação. Filos. No processo de alienação o momento em que a característica de ser uma "coisa" se torna típica à realidade objetiva.
- '89' No passado, em ditaduras religiosas, políticas e militares, a utopia escondia as formulações claras de mudança social, sob o medo da morte, hoje estas são ridicularizadas pela ortodoxia das idéias conservantes.
- '90' Ernest Bloch. Geist der Utopie, apud Furter. Op. cit., p. 31. (Primeira edição premarxista escrita em 1918, e com segunda versão revista em 1964). Ver também o item 1.6. - Na discrepância dos tempos. p. 48 a 59.
- '91' Esta evolução está contida no item 1.5 - A atualização do passado filosófico. Pierre Furter, Op., cit., p. 40 a 48.
- '92' Furter contesta as afirmações da não necessidade da contribuição da utopia nas novas sociedades nascidas da revolução pela sua universalidade e permanência malgrado as revoluções. Op. cit., p. 132.
- '93' Furter. Op. cit., p. 87. Para uma visão desta questão consultar item 2.1 - As raízes antropológicas da esperança.
- '94' Idem, 5.4 - A tentação do trágico. p. 235 a 240.
- '95' Duverger, Op. cit., p. 138-139.
- '96' Segundo Janovitz, Apud Sachs, Op. cit., p. 130.
- '97' Ver Sachs. Op. cit., Cap. 9, p. 126 a 137.
- '98' Segundo Duverger, Op. cit., p. 167.

- '69' Sachs, Op. cit., p. 121 e 134.
- '70' P.S.D. Wiles. Economic Institutions compared. Apud Duverger, Op. cit., p. 166.
- '71' Ver Duverger, Op. cit., p. 168-169.
- '72' O desenvolvimento deste tema e sua fundamentação podem ser melhor analisados nas pags. 248 a 256.
- O Patrimônio Líquido, no original "equity", compreende a soma do Capital, Reservas e Lucros não-distribuídos.
- '73' Entre o Neoliberalismo e o Neomarxismo uma filosofia de caminhos alternativos. Op. cit.
- '74' Certamente gostaríamos de ter uma comunidade em estado harmônico entre homens e natureza, porém tal estado pertencia ao passado e ainda assim sujeito a refutações. Ver também considerações a respeito dos homens e história em Lowy (1975) Op. cit., p. 75 a 78.
- '75' Lembremos as infundáveis filas para empregos comuns no serviço público no Brasil ou a situação indiana na qual a pessoa empregada, seja qual for o emprego, se encontra em posição favorável frente às massas.
- No caso brasileiro, as estatísticas recentes, mostram um outro lado de mudanças em direção ao planejamento familiar por injunções econômicas. Entretanto referem-se a áreas agrícolas e espaços mais capitalizados e não constituem ainda o caso da maioria.
- '76' Entre o idealismo e o objetivo, Bloch propõe o possível dialético em que a previsão e a perspectiva devem ter forma e conteúdo na matéria. Um dever captado sem ser encerrado. Ver Furter. Op. cit. p. 111 a 115.
- '77' Idem, p. 122.

- '70' Vem também em Avineri A universalidade do capitalismo. p. 290 a 311.
- '79' Avineri. Op. cit., p. 271. Título do Cap. VI.
- '80' Já no século IV a.C., o filósofo Mo-Tse (ou uma linha de pensamento anti-confucionista) recomendava a repartição equânime das riquezas.
- '81' Ver Avineri. Op. cit., p. 282-288. A nosso ver a noite ainda não chegou, isto é, a hora em que o mocho de Minerva abrirá suas asas. Pode acontecer entretanto ao acaso, e provavelmente, como ocorreu no pós-guerra, em países subdesenvolvidos e não naqueles em que o capitalismo tenha chegado ao seu apogeu.
- '82' Parafraseando Avineri, Op. cit., p. 293, embora não se reconheça como verdadeira a afirmação que "os princípios do capitalismo (embora não na prática) são (assim) idênticos à capacidade que o homem tem de moldar e alterar o próprio mundo".
Obs.: Os parênteses da citação de Avineri são de minha responsabilidade.
- '83' Manifesto Comunista. Apud Avineri. p. 297.
- '84' Conforme Avineri, p. 319.
- '85' Conforme Avineri, p. 324-325.
- '86' Prêmio Nobel de Economia em 1977. Nos anos 30 foi membro do Circulo de Cambridge e um dos inspiradores da Teoria de Keynes. Após a Segunda Grande Guerra esteve entre os que projetaram o Welfare State. Do trabalhismo passou ao Partido Social Democrático. Revista Isto é, nº 1049 - 25/10/89.

4. O SISTEMA INTEGRAL: UMA BUSCA FÁCIL E DIFÍCIL

"Procuramos colaborar juntamente com todas as pessoas e organizações de boa vontade no processo de libertação. Formar homens novos e poder construir uma nova sociedade... Economicamente, nosso ideal é chegar a socializar a terra e os meios de produção num sistema que não seja totalitário ... Buscamos também o desenvolvimento integral de toda a pessoa humana. Uma educação que saia do povo, a serviço do povo, que forme verdadeiras pessoas.

Quanto a organização, nada temos a ver com nenhuma política partidária. Queremos ir destruindo as estruturas opressoras e ir criando novas estruturas de serviço integral a todos os homens"

Ligas Agrárias (cristãs) do Paraguai⁽⁴⁾

A atualidade do passado filosófico⁽⁵⁾

Muito, muito tempo, antes do capitalismo, a história social e cultural da humanidade teve como fundamento a desigualdade e parece angustiante que hoje ela ainda persista. A nós a desigualdade econômica é até compreensível e aceitável; em termos, choca mais o diferencial da mente humana, o Q.I. (?), valores e aspirações tão díspares. Trata-se de questão muito subjetiva!?

Esta angústia e procura, que perpassou toda a história, poderia ser relatada agora, de forma sintética, começando por Platão (428-342 a.C.) que propugnava sobre relações ideais entre indivíduo e Estado; entre o poder político e a ciência autêntica. Sua teoria das idéias consistia em unidades inteligíveis, hierarquizadas sob a égide do Bem. Sua dialética, ou seu método de procura da verdade, assume intencionalmente o caráter ascendente (superposição de hipóteses), e pela dialética descendente relaciona as dicotomias entre o sensível (condicionado) e o inteligível (condicionante). Sócrates (470-399 a.C.), cuja obra não escrita nos foi passada por Platão e pela tradição,

visava destruir, a educação adquirida sem reflexão, os preconceitos (dos sofistas) e erguer o saber adquirido dentro do ser humano.

Remontando alguns séculos (VI a.C.), a escola filosófica do eleatismo já distingue a evidência, estritamente racional, em contraposição à via da ambiguidade - mescla da afirmação do ser e do não-ser - conduzindo apenas à opinião provável, ao conhecimento relativo, nunca à certeza absoluta (o empirismo).

De Pitágoras (Metade do século VI à metade do século V a.C.) provém o racionalismo ocidental, ao considerar essencial o papel do número na natureza.

Da época socrática depreende-se algo muito atual, o discurso dos sofistas que vinculava a palavra à convenção, dependente, portanto, do consenso humano relativo e mutável⁽⁹⁾. Outra constatação de atualidade da sofística consiste na "arte de persuadir", como fundamento do ensino, no excesso e abuso da dialética, objeto de subjetivismo político.

Entre ceticismo e estoicismo, bases do cotidiano recente - e atualmente tendendo ao primeiro, nesta era de incerteza e de materialização - transcorreu todo um tempo considerável de história de imutabilidade relativa das maiorias. O estoicismo já em fins do século VI a.C. oferecia ao povo idéias compensadoras e consoladoras, através da aceitação pelo indivíduo de sua situação e condição, isto é, a aceitação do destino, enquanto o ceticismo (ou cepticismo) recusa toda afirmação dogmática. Pirro (365 - 275 a.C.), seu fundador, pensava que todos os seres organizados na natureza estão submetidos à uma renovação contínua, não se podendo, pois, conhecer mais do que aparências. Entre os homens só encontramos erros, contradições do espírito, ilusões dos sentidos; a cada proposição pode-se propor outra contrária,

igualmente provável. Disso resulta que o sábio não deve fazer julgamentos, ele percebe as aparências sem as proclamar verdadeiras. O relativismo de Dilthey (fins do século XIX e início do século XX), o historicismo "positivista" de Max Weber e o marxismo historicista de Karl Mannheim⁴ remontam ao cepticismo grego.

Embora de sentido individualista - tendo por base o Bem, idêntico à tranquilidade interior, à libertação puramente subjetiva das circunstâncias - a moral estoica inclui, sem contradições, teses altamente dinamizadoras no plano social e político: a identidade fundamental de todos os homens (apesar das provisórias situações díspares existe uma única razão como sustentáculo) e, como consequência, o cosmopolitismo em que o homem, acima de tudo, é um "cidadão do universo".

O caráter dogmático do estoicismo é contraposto por Arcesilau (316-214 a.C.), fundador da Nova Academia, que abstinha-se de toda afirmação e se contentava com o critério de verossimilhança racional. O estoicismo mantém-se, em parte no epicurismo mas a moral tem neste, por objetivo, a felicidade do homem e, como fim, o alívio da dor. Epicuro (341-270 a.C.), que foi um modelo de sobriedade, coloca a felicidade do homem na cultura do espírito e na prática da virtude, longe de fazê-la consistir nos gozos grosseiros dos sentidos, como afirmavam seus adversários. Trata-se, como no estoicismo, de "encontrar um refúgio em si mesmo, no reduto do seu ser pessoal a fim de escapar dos golpes da sorte e às imposições das coisas que não dependem de nós"⁵. Para Marx constitui uma teoria política individualista⁶.

Epicuro considera a natureza como um conjunto de átomos materiais que não são regidos (como quer Demócrito, 460-370 a.C.), por um determinismo rigoroso mas, ao contrário, pelo acaso absoluto. Este atomismo que simboliza

a consciência individual do homem, para Marx é sobretudo a sociedade, confrontando-se duas visões adversas do Homem. Para Epicuro "os interesses e a felicidade do indivíduo são anteriores aos interesses da sociedade e a sociedade e o Estado existem unicamente para proteger o indivíduo" (Barnes e Becker, apud Lowy, 1985, p. 51).

Já por esta época ocorrem aporias, a difícil escolha entre duas opiniões contrárias e igualmente racionais, de acordo com a filosofia aristotélica e, na terminologia filosófica moderna, contradição insolúvel dentro de um raciocínio. Tal é a posição aporética, característica dos cépticos, de indecisão, que conduz à negação de que o homem possa atingir a verdade.

Assim desde os gregos se articulam idéias: sobre o ser, o nada; entre a matéria e o espírito, com visões diferenciadas de mundo; sobre a busca das causas primeiras, como nos catorze livros filosóficos de Aristóteles (384-322 a.C.) sobre a metafísica - o Organon, que constituiu a base da teologia escolástica cristã (e da judáica e islamítica medievais).

De Empédocles (483-430 a.C.) retivemos uma diretriz teórica na conciliação entre unidade e imutabilidade do ser, com a pluralidade e mutabilidade da experiência comum; da lógica menor, a determinação das condições universais de um pensamento coerente consigo mesmo. Aos gregos devemos a integração entre juízos de valor (o dever) e lógica (ciência das ações intelectuais); a busca do conhecimento puro, base da filosofia especulativa ou teórica, além da prática que integra moral e ação. De Sócrates a introspecção, o diálogo, a confiança na verdade pela ética.

Já desde Heráclito (544-480 a.C.) o mundo da natureza é contemplado no logos⁷, o princípio supremo da unificação, portador do ritmo, da justiça e da harmonia que

regem o universo. Através dele se conhece o uno. O resultado desse saber autêntico (por oposição ao erudito) é a consciência de que tudo se move, em ritmo, quantidade e sentido, e de que esse movimento é a unidade formal da tensão, conflito ou oposição dos contrários. Mas é ultrapassando os limites da aparência sensorial, pela contemplação, que nos tornamos o "órgão dos sentidos" do Cosmos, ao experimentarmos em nós o reflexo das modalidades fundamentais do Universo. O pensamento de Heráclito exerceu e exerce, até hoje, grande influência na filosofia.

O espírito para os gregos é a energia vital, o ânimo, o sopro, o ar, a essência, o ser pensante; pessoas dotadas de inteligência superior. Para a filosofia contemporânea é a realidade pensante em geral, com sentido estritamente impessoal; o sujeito da representação, com suas leis e atividades próprias, na medida em que se situa como algo oposto ao objeto da representação⁽²⁾.

O espírito obrigatoriamente não necessita se opor à matéria, à natureza, à carne ou a sensibilidade e sim conservar o sentido do princípio da vida, e tal procedimento dilui a antítese. A conciliação compreende o momento do alcance humano e os níveis de absolutização mantêm-se relacionais, e assim correspondem a termos e acordos. A "guerra" entre materialismo e idealismo, por conseguinte, é insana e sem sentido.

Cada uma destas concepções de mundo (ou sua junção parcial) conduziram a reproduções do pensamento, muitas das quais ainda em discussão, com extrapolações para diferentes ramos da ciência. Sobrepõem-se também fertilizações recíprocas, cruzamentos entre as proposições teórico-metodológicas fundamentais sobre o relacionamento entre ideologia, utopia, valores e posições de classe e políticas, por um lado, e por outro, o processo de

conhecimento científico decorrente desta amálgama ... entre positivismo, historicismo e marxismo.

Unidade ou dualidade: multiplicidade facélica

A questão e a pergunta que cabe formular sobre as proposições do subtítulo anterior refere-se ao grau de relação do inteligível com a maioria, com o povo. Tal precocidade intelectual não foi canalizada para a evolução de todo o corpo social restringindo-se a parcelas diminutas das oligarquias plutocrática, militar e religiosa, que conduziram todo este processo de forma autoritária e formal. Algumas das formulações deste caminho ainda poderiam ser determinadas pela preponderância de atributos biológicos individualizados, centrados no hipotálamo, como o órgão básico da sede do poder e da dominação - ainda sujeito a comprovação⁽⁹⁾. Mais plausível é a argumentação sóciomórfica, válida para a generalização, do posicionamento sócio-espacial adquirido (herdado), resultado de escalas sucessivas de estruturação lógica, que coexistem numa sociedade⁽¹⁰⁾.

Tanto do ponto de vista sincrônico - em que o grupo é regulador da troca de pensamento, uma vez que os indivíduos se encontram em estágios diferenciados - como do diacrônico, a desigualdade se mantém em função da continuidade entre as representações coletivas atuais e as "originais" ou sociais⁽¹¹⁾. Prevalece pois um simbolismo centrado nas sub-coletividades, que são as classes sociais e seus interesses⁽¹²⁾. A sociedade inteira - que está dividida e sujeita a oposições, estas marcadas pelos modos de vida e, desta forma, condicionadas por conceitualizações sobre o mundo - acompanha os movimentos de comando e as alternativas impostas pela estrutura.

Introduzindo um geógrafo neste contexto: Milton Santos afirma que "o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura. Às defasagens da evolução das variáveis particulares opõe-se a simultaneidade de seu funcionamento no interior de um movimento global, que é o da sociedade. Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos" (13).

"A unidade da universalidade e da singularidade é contraditória, mas esta contradição está na vida, não no pensamento. Quando a unidade desta contradição não é reconhecida... a História segue formando um mosaico fragmentado e desprovido de coerência global... Se desejarmos o mesmo processo, em toda a parte, as singularidades confundem-se, e a História se converte na aplicação mais ou menos afortunada de formas universais às quais se submete necessariamente" conforme Maurice Godelier (14).

As formas universais globais (o capitalismo industrial e o mercado mundial) e a linha da singularidade intercalam-se às escalas de visão pela qual a universalidade é gradativa ao tempo e às demais injunções culturais arraigadas. A história do mundo é mais uma luta nas classes do que uma luta de classes, sobretudo para quem trabalha com Ciência Política, como é o caso de Bernard Chantebout: "O poder político pertence à oligarquia que, por deter prerrogativas técnicas ou valores indispensáveis à sobrevivência da sociedade, logra impor seu projeto de organização social, Mas, naturalmente, a ascensão desta oligarquia à supremacia não se processa sempre sem atritos, e é amiúde acompanhada de acirradas lutas entre as oligarquias até então dominantes e a que aspira dominar daí por diante" (Op. cit., p. 19). Assim, todo um processo de evolução e/ou de mudança circunscreve-se, na prática, ao

poder político sobretudo, que se apresenta, via-de-regra, restrito a grupos de interesse, ligados virtualmente à manutenção mesmo quando progressistas.

Desta forma, a unidade é precária porque a dialética impulsiona para novas resoluções e projetos singulares discordantes de outros grupos de poder. São colocadas em prática naturezas diversas de ação para o desafio e sua superação, de acordo com a ideologia que assume o poder político e, via-de-regra, se mantém a superposição com as demais oligarquias, ou o poder se mantém difuso entre estas categorias parcelares. A massa, ou os indivíduos em geral, ampliaram sua intervenção na mudança, porém ainda como massa de manobra de oligarquias rivais. Conseguiu-se mudanças sobre o costume, que é essencialmente evolutivo, mas esbarra-se na rigidez do sistema jurídico mantenedor de privilégios. A dualidade da representação, infelizmente também por necessidade, configura-se no Estado, dentro de um jogo de coerção difusa entre o poder social e a burocratização disciplinar da máquina estatal⁽¹⁵⁾.

Piaget constata que é um mal entendido pensar que o verdadeiro repousa sobre uma concordância dos espíritos como se a História (contemporânea e passada) não abundasse de erros e equívocos coletivos. Marx também já dissera que "a História é uma sucessão de desequilíbrios". Mal ou bem, aos trancos e barrancos chegamos ao atual, onde ainda impera o econômico; a diferenciação e divisão das perspectivas; a força das armas e a "mediação" da religião. A maioria pratica o estoicismo e ou o ceticismo, de forma inconsciente, por opção ou por auto-alienação. "A luta que é o verdadeiro motor da História é a que se processa entre as oligarquias rivais para conquistar a supremacia (nunca o consenso) e mantê-la"⁽¹⁴⁾.

Tal situação ainda persiste, quer em países capitalistas ou nas ditaduras socialistas¹⁷, para a manutenção das respectivas ideologias. Malgrado o projeto indique uma nova luta, a maioria exige líderes que, por sua vez, são engolfados pela estrutura interna e externa, que condiciona a maioria ao futuro, em proveito do conjunto difuso de uma ideologia abstrata e ideal. Desta forma nem o Estado se torna impessoal, enquanto depositário do poder público, em função de não poder alcançar a vontade de seus comitentes. Somente se faz passar por um poder sem senhor para que seja mais fácil o ato de governar, como emanção de forças superiores.

O Contrato Social de Rousseau parte de um homem ideal, porém as coletividades humanas não são nada homogêneas e somente se unem por interesses mediatos ou principalmente por interesses gerais imediatos. O povo, segundo Chantebout, não tem existência física: ele se constitui em uma construção arbitrária do espírito. O que existe é a população, constituída de classes de interesses situados, enquanto que para o pensamento de Rousseau urgia criar um cidadão abstrato e chegar, com isso, ao povo abstrato. Trata-se de uma tarefa difícil.

Entre "o povo de cidadãos atomizados de Rousseau; o povo-nação dos revolucionários de 1789; o povo de Marx, que se confunde com as massas proletárias; o povo de Mounier, que só se exprime através de coletividades intermediárias..."¹⁸, deveria sobrepor-se algo emanado de um caráter personalista, e que conduzisse, no mínimo, à exigência de um consenso precário, porém amplo e claro, a nível essencial, sem privilegiados e vítimas, ao menos neste nível. Para tanto isto exige um novo Estado liberto, e não profissional, impessoal sobretudo, dentro de um projeto a ser exaustivamente discutido entre as bases, e a partir de lideranças cíclicas, para o encaminhamento desta evolução de

base sócio-intelectual. A nosso ver uma reforma evolucionária que contemple, ao menos, uma nova espacialização, livre do manejo ideológico-político-estrutural.

As regras para um novo jogo de democracia plena estão bastante maduras porém ainda existem suportes desiguais poderosos⁽¹⁹⁾ a serem desmantelados, por via legal e intelectual: os reflexos, a insegurança crônica, a mass-média e o dogmatismo. Sob normas isonômicas, o Estado passaria de governador dos homens a administrador das coisas (Chantebout, Op. cit., p. 114).

Acredita-se em sã consciência que neste quartel de evolução existam prerrogativas que nos encaminhem para o pleno liberalismo político com limites econômicos que não tolham a livre iniciativa, mas que a restrinjam, mediante acordos bilaterais, tendo em vista interesses ainda presentes. As aproximações sucessivas impõem contudo racionalizações e reducionismos fundamentais. A unidade parece ainda incompatível.

O universal e o circunstancial: a universalidade parcelar

O termo sociedade deveria consubstanciar associação, solidariedade, organização comum, compreensão, reciprocidade... Ele também o é mas entre a teoria e a prática existe um hiato marcado pela prevalência do aspecto econômico que restringe a amplitude terminológica. O nível do cotidiano individual, um reflexo do liberalismo econômico, impõe esferas específicas e momentos condicionantes compreensíveis, em que o *Struggle of life* sobrepõe-se e permeia a expressão cognitiva, independentemente da socialização. Como Marx salientou na A

Questão Judáica há uma separação entre o homem e sua essência social que o divide "entre uma esfera de privacidade constituída sobretudo pela atividade econômica e uma esfera de universalidade, onde o homem é suposto superar seu egoísmo e lutar pelo bem comum^(*)". Além disso este bem comum se relaciona mais (e também) a uma base cultural próxima, uma espacialização relativa a seu lugar, sua região, seu país e, conseqüentemente, a uma universalização parcial. Embora a evolução e a comunicação tenham restringido a autonomia e o privilégio de tais circunscrições individuais, e os efeitos distributivos, em tese, pareçam mais amplos em relação ao passado - pois que apoiados nos recursos científicos disponíveis - são também concretamente insuficientes.

O capitalismo, o Estado moderno, a evolução pós-re-nascimento - incluídos os descobrimentos e a expansão do mundo europeu, que infletem para a expansão mercantil-industrial, isto é, a novos e grandes desafios à sociedade européia - constituem as bases para a dissiminação das classes e categorias. Uma nova organização social materializada gradativamente configura seus contornos de desigualdade e hierarquia funcional. O dinamismo acrescenta novas oligarquias e novas regulações para o esquema crescente de progresso que se abre com o leque da competição. Dinheiro e força se imiscuem conforme os problemas fundamentais e circunstanciais. Tal modelo solidificou um vasto proletariado no campo, e formador de uma urbanização massiva que os "integrou" como dependentes, "premiando" alguns.

Os prêmios desta loteria são diferenciados e até certo ponto, conforme os momentos, mudam de mãos. Sem dúvida o processo - mais do que criar um vasto proletariado sempre existente, sob o trabalho e labuta insanas, sem perspectivas além da reprodução pura e simples - gestou a denominada

classe média, ou pequena burguesia, assalariada, autônoma ou empregadora. Esta classe média, consumida e subsumida, que paradoxalmente constitui o poder consumidor, tem sua quota de responsabilidade por esta materialização insensata. Nela, pensa-se, reside parte do egoísmo da ex classe revolucionária (a burguesia) que trabalhava e fazia trabalhar. Assim a terminologia plural oligarquias integradas parece mais apropriada. Sua universalidade materialista as tornou - face ao desmascaramento marxista - conservadora e anti-universalista, embora não obrigatoriamente no aspecto formal, para garantir seus poderes relativos.

Estas classes não desejam mudanças radicais, por medo, omissão e interesse, salvo as deglutíveis remetidas à história e tidas como espontâneas da evolução gradual. Marx argumenta que o homem está dividido entre cidadão e membro da sociedade civil e o Estado moderno libertou só o cidadão e não o homem individual que continua sob a influência da religião e da economia; ele "recebeu liberdade religiosa, não foi libertado da religião. Não foi libertado do egoísmo do negócio, recebeu liberdade de se dedicar ao negócio"⁽²¹⁾. Assim o Estado adequou-se aos novos tempos, da Reforma à Revolução Francesa, período no qual às oligarquias complementaram-se os "soldados" da classe média ascendente, ampliados pela mercantilização e industrialização, e que constituem a sustentação básica do sistema, visto que, já numérica e gradualmente expressivos. Desta forma, o Estado vive destes motores do "progresso" e vai, gradativamente, realizando as mediações ditadas pelas novas configurações sob o peso e/ou valor das condições materiais-ambientais de apropriação deste "exército" de interesses coincidentes. Embora Marx se contraponha a esta epistemologia mecanicista (de Feuerbach), ao afirmar que "se o homem é produto das condições materiais ele jamais poderá emancipar-se de sua

influência" (22), pode-se também contrargumentar que a forma dialética desta transposição tem sido extenuante e parece difícil ao homem alterar as circunstâncias dos fatores e instâncias sociais. A opção impõe até o uso da força para a expansão material-territorial - sendo esta tolerada pelo quietismo da social-democracia alemã - quando da fase imperialista da época "gloriosa" do século XIX e dos primeiros decênios deste. E, complementando, força e situação mantém sua coerência material até nossos dias.

Qualquer posição que reflita a consciência nacional é parcelar sob o invólucro de uma camada da sociedade ao mesmo tempo atuante e atrelada (23). As teses de superação do subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista mundial, ou as de esquerda pela burguesia nacional, ou ainda a das mudanças pela violência revolucionária não conseguiram transformar a face amorfa e consentida do mundo; entretanto queimaram etapas ideológicas a um ritmo vertiginoso (24).

Contradizendo as utopias socialistas universais e o mito da revolução democrática burguesa operou-se, em aparência, um novo espaço geográfico como expressão material visível, sem a obrigatoriedade de uma construção da essência social. Evidentemente, cada vez, mais o "exército" desta produção-reprodução amplia-se e, embora toda esta construção fenomenal tenha atingido uma escala fantástica, ainda é para poucos, mal feita no sentido da verdadeira organização espacial racionalmente sonhada e se, com tal forma, se alcançasse a universalidade, certamente ter-se-ia o caos e o desmoronamento completo do planeta (25).

Neste ponto concorda-se - e só neste - que a evolução seja gradual, conforme os fundamentos do liberalismo individualista (certamente equivocado), pois o nível da utopia exige equidade - com restrições globais e efetivas ao desperdício - e uma reorganização espacial através do

ecodesenvolvimento que reflita sobre todo o planeta. Evidentemente o modelo atual integra gradativamente um determinado número da população nas diferentes classes, (integradas de forma direta nos diferentes níveis de exploração) e deixa de lado um número assustador dos realmente proletarizados e que, em particular deveriam ser denominados de despossuídos (ou a camada última do trabalho, o subproletariado) (24).

Na efervescência pós-hegeliana, com Marx e com a evolução de conceitos como alienação, mais valia ... mostrou-se uma das faces de uma nova classe alimentada pelo (e propagadora do) capitalismo - tido para muitos como o mal menor - sob uma base de análise que não consegue alcançar a totalidade. Embora viva de salário, na maior parte dos casos, esta classe não se considera como integrante da categoria proletária, por deter algo da distribuição capitalista. Sintetiza as chances históricas, os restos de modelos anteriores de privilégios, situações posicionais de manutenção. O egoísmo, decorrente da apropriação espacial favorável, dentro do contexto da posição, mantém e sustenta a estrutura. Suas noções de conjunto são portanto deterministas e mecanicistas, excluindo as resoluções de problemas fora de seu contexto. Seu entorno universal é parcelar.

O Estado, por seu turno, reflete também esta amarração contraditória, pela qual a ética e a moral permanecem soterradas pelo império da objetivação e dos fins supremos das metas de crescimento e do consumo. Sobre e com esta montagem, o Estado se insere nos equívocos do corporativismo, aí encerrando desperdícios de diferentes ordens, sobremaneira os derivados das emergências por ruptura, correspondendo, portanto, a "consertos" desestruturados. Ele é pois um corpo da própria classe média, por intermédio de seus escalões de gerenciamento.

A noção de espaço e sociedade, trabalhada por Milton Santos, corresponde a uma acumulação desigual de tempos. Desta forma, a necessidade de periodização, vista como especificidade, remete ao determinismo social e impede que haja a desmistificação do espaço e do homem saídos da realidade⁽²⁷⁾. Ainda convém transcrever uma afirmação de Paul Vieille, transcrita de Santos (1986, Op. cit., p. 149), que interessa sobremaneira à geografia e aos objetivos propostos neste trabalho: ... O espaço é assim uma dimensão ativa no devir das sociedades.

O espaço como fator para a nova sociedade e a nova economia

No item Totalidade e dialética do espaço, Santos (1986, p. 171) diz que a totalização universal do presente (da era da tecnologia e das multinacionais) não pode se realizar de forma objetiva e materializada pelo presente modo de produção "senão através de uma outra totalização que nos é fornecida por intermédio do conceito de formação econômica e social".

A nosso ver isto implica em aceitar uma determinada dialética vinculada ao social-espacial e vinculada ao econômico. A história da apropriação espacial, por intermédio das visões geopolíticas de conjunto mostra a força deste determinismo. A única forma de colocá-lo em seu devido lugar é permitir-se ousar pré-idéias, ainda utilizando a terminologia de Milton Santos. Repetindo trecho deste autor (Op. cit., p. 8) "É por isso que o passado não pode servir como mestre do presente, e toda tarefa pioneira exige do seu autor um esforço enorme para perder a memória, porque o novo é o ainda não feito ou ainda não codificado. O novo e, de certa forma, o desconhecido e só pode ser

conceitualizado com imaginação e não com certezas" (Santos cita Keynes). "Por isso não devemos ter medo de apresentar como resultado de nosso esforço aquilo que é mais importante para fazer participar a outros da nossa busca, aquilo que chamamos pré-idéias".

Não concordamos in totum com Kuhn (citado por Santos, p. 159) que a ciência (incluimos aí a sociedade), evolui através de nossos paradigmas com a força de definir a realidade através de novos esquemas (ver nota 7 da mesma página). Acreditamos sim, na acumulação de dados sob forma de aproximações sucessivas, preferivelmente se excluídas a necessidade e o acaso⁽²²⁾. Os espaços, portanto, tem que ser criados, reformulados, produzidos de forma gradual e científica. Por outro lado, com isso não se quer dizer que as acumulações tradicionais somente contenham equívocos. O cuidado reside pois na escolha ética, concordando com Kenneth Boulding (citado por Santos, 1986: 156), mas discordando quando este diz que a ciência se arroga o direito de criar o mundo. A nosso ver esta postura é válida, se estiver sob o crivo da discussão. Nesta mesma página Santos também discorda deste economista ao afirmar que se "a ciência não é capaz de criar senão o que ela já conhece está renunciando à sua grande missão" e confirma que "é muito o que temos a reformular e a reconstruir".

Como conduzir a pesquisa dentro da inserção na economia capitalista moderna? Há possibilidade de ultrapassagem das fases de aprendizagem para uma tecnologia humanista integral? Existem formas de ruptura das mazelas dos sistemas atuais através do pensamento científico? Somente mediante novos espaços, para essa reformulação, pela maioria, por ela própria, desde que não pressionada pelo economicismo.

Milton Santos, ao final de sua obra básica - Por uma geografia nova - traça um caminho para os geógrafos: a

tentativa "de fornecer as bases de reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns" (p. 218).

A nosso ver, uma nova construção perene do espaço para todos os homens impõe a consideração de seus atributos para a equanimidade das possibilidades sociais. Tendo em vista as propostas de universalização "plena" (1986), os condicionamentos físico-naturais têm que passar à condição de determinantes, e assim excluídas as vantagens locacionais da apropriação capitalista, e sua polarização. O prático-inerte de Sartre (Apud Santos, 1986, p. 137) não mais deve roubar minha ação, esta sim deve estar condizente à capacidade integral de vida que contém, e que deveria ser considerada em termos de presente-futuro, e contrária ao desperdício presente.

Evidentemente, a custos diferenciais, o homem modifica a paisagem natural mostrando sua capacidade, porém esta se faz em espaços restritos, com verbas e arranjos específicos. Constituem-se em vitrines de capacitação que proporcionam evidências de progresso, porém não tem condições de difusão, visto que são artificiais e, qualquer ampliação da dimensão espacial é ainda restringida mesmo para o maquinismo. Se por um lado o espaço pode ainda conter alguns bilhões de homens, pode-se também afirmar que as destruições ambientais foram significativamente maiores que as construções, e aos animais livres não restam mais espaços em razão desta destruição avassaladora (1986).

Santos (1986) oferece significativos exemplos da reprodução do padrão espacial no capítulo XII: O Espaço, um fator?. Adiante conduz a se refletir sobre o espaço como uma das instâncias das relações estruturais entre os homens. Quer o espaço seja considerado como paisagem, ou de forma

produzida, ele possui donos, entre os quais um bastante relapso, e condicionado, constituído pelo próprio Estado ou, explicitando melhor, pela sociedade. Deve-se contudo, verificar que existem diferenciais nos valores das diferentes formações sócio-econômicas e que, portanto, refletem determinações do presente modelo global. A situação desigual chegou ao ponto da cobrança de ações ambientais ao Terceiro Mundo, e de conservação do patrimônio histórico destes países por ações internacionais e empresariais. Fatos que também geram acomodação ao sistema, dependência e incapacidade³¹.

Dentro do modelo, o espaço adquire as características impostas pela parcialidade das relações locais, além das intrínsecas, montadas pela teoria locacional gradativa. Tal como o prático-inerte³² constitui mais um suporte do que um fator, enquanto o ideal seria que pudesse ser valorizado tal como os homens, de acordo com seus atributos, retirando-se-lhe aquilo que pode manter-lhe a perenidade, ou revitalizando-o para ampliar-lhe a capacidade latente, em busca de universalização pretendida.

Este capítulo vai parar, esgotou-se... Não depende de nós mas da sociedade que, dividida, não consegue mais do que continuar dentro das normas, e nas posições de cada um, no modelo individualista.

A geopolítica continua a mostrar seus valores através da lei dos opostos incompreensíveis e mediante regras de defesa, como se países e indivíduos quisessem se roubar.

O espaço foi transformado numa procura inútil para muitos. A sua institucionalização reforça a estética pessoal das elites e seus valores de modernidade com fachada portentosa e interior vazio, tal como as construções do cinema. Temos embaixadas, exército, armas, palácios, memoriais novos e sequer conseguimos conservar nosso

patrimônio passado e nosso patrimônio humano e natural atual. Em certos momentos a "coisa" se apresenta como uma obra surrealista. Lembro de Roma onde os plebeus, que moravam em choças, reuniam-se e admiravam as obras aos deuses e ao poder crendo serem representativas de si. Mesmo a modernidade coletiva pode também conter equívocos. Entre estas as obras para fazer a cidade de São Paulo e outras circularem e consumirem uma produção que se esgota em si, tal como um centro sugador ampliado pelo próprio peso.

O espaço humano tem exigido mais penitenciárias, e a partir deste raciocínio as questões sociais são remetidas à esfera institucional inoperante frente à magnitude crescente dos problemas. Tal situação conduz à omissão dos espectadores de um filme tétrico, que lhes causa medo, sem contudo ousarem sair do cinema. A comunidade precisa participar da esfera das resoluções como poder público construtivo e educativo, sem soluções intempestivas e inconsistentes e sim pelas sistemáticas e frutos da organização. A comunidade, pois, nunca deve chegar a soluções como a chacina de Matupá (MT), que demonstra também o grotesco da arena romana, além do espetáculo deseducativo ao último grau.

Para criar uma nova sociedade, sem fechaduras e muros, a solidariedade e a oportunidade teriam que assumir as prioridades. Em lugar de penitenciárias talvez o degredo do campo ou uma reforma agrária educativa (a volta à origem) com controle sigiloso para a reintegração. Trata-se de um risco a ser dividido, sem slums, quistos, segregações... Afinal temos educadores, sociólogos, orientadores sociais, psicólogos, psiquiatras, mentes evoluídas... Há que sair do discurso.

O caminho para a nova sociedade do bem-estar implica em radicalizar a distribuição para o essencial e na

oportunidade de ascensão pessoal conforme cada potencialidade. Para tanto a comunidade assumindo parte ponderável desta construção pagará menos impostos para a *aufhebung* de um sistema em degenerescência institucional. Da mesma forma exige a desprofissionalização da política formal. A menos impostos se impõem taxas gradativas à renda pelo serviço da educação pública, e de saúde igual à todos para uma real democratização. A socialização plena e eficiente do sistema de saúde que deve neste caso ser igualitária ao extremo.

O ecodesenvolvimento precisa de todos para ser dialeticamente harmônico, tal como as relações sociais em busca da essência absoluta. Será tão difícil?

Certamente o medo e a dependência impedem tal execução e tal fato nos induz a discutir também alternativas menos radicais, de consertos e paliativos. A sociedade deve escolher, tal como as proposições que se seguem, colocadas à título de reflexão.

N O T A S

- ‘1’ Texto do final dos anos sessenta (ou início dos setenta) Produzido pela Equipe EXPA (Expulsos do Paraguai), extraído do livro Em busca da Terra sem mal, p. 25. Ver bibliografia Reforma Agrária: Diversos.
- ‘2’ Sub-título, ligeiramente modificado, tomado de FURTER, Op. cit. p. 40
- ‘3’ Jean Piaget. Op. cit., p. 83: As principais categorias do espírito são fabricadas pela sociedade ou deformadas por ela (as duas ocorrem).
- Talvez existam dois aspectos a discutir, o consenso por cansaço e a coerência do espírito, menos mutável mas conscientemente aberta.
- Jean Piaget, psicólogo, pedagogo e epistemólogo suíço (1896-....). Alia os métodos histórico-crítico e psicogenético para descrever as estruturas básicas de todas as formas do pensamento científico (Enciclopédia Delta-Larousse, 1972).
- ‘4’ Conforme a concepção historicista apresentada por Lowy, 1988, p. 69 a 92.
- ‘5’ Enciclopédia Delta Larousse - 1972, verbete sobre Epicuro, p. 2439.
- ‘6’ Tese de doutoramento de Marx (1841), seu primeiro texto filosófico: Diferença entre filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro, conforme Lowy, 1985, p. 51-52.
- ‘7’ Filo. O princípio da inteligibilidade, a razão. Para Platão, o princípio da ordem, mediador entre o mundo sensível e o inteligível (Dicionário Aurélio).

- ‘‘0’’ Os conceitos emitidos correspondem a levantamento baseado em obras filosóficas básicas: Dalle Nogare (1985), Fontana (1969) Jolivet (1961), Maritain (1963), contidas na bibliografia; em verbetes da Enciclopédia Delta-Larousse (1972) e Dicionário Aurélio (1986).
- ‘‘7’’ Chantebout, Op. cit., p. 7. "A sede da liberdade e o gosto pelo poder são as duas faces de uma mesma realidade biológica".
- (10) Piaget. Op. cit., p. 103
- ‘‘11’’ Idem, p. 81.
- ‘‘12’’ Ibidem, p. 88.
- ‘‘13’’ In Boletim Paulista de Geografia nº 54, junho 1977, p. 90. Santos cita obra própria de 1974: Time-Space Relations in the Underdeveloped World.
- ‘‘14’’ Consultar bibliografia Teórica Agrária: Diversos. Hipóteses sobre a natureza e as leis de evolução do modo de produção asiático, p. 86. Do livro Conceito de Modo de Produção. Obs.: Teoricamente Godelier pertence à linha estruturalista.
- ‘‘15’’ Atualizando o escrito anteriormente, remonta-se esta nota à posse de Lech Walesa, em 21 de dezembro de 1990 que jurou lealdade ao povo, à manutenção do Estado e ao poder militar.
- ‘‘16’’ Chantebout, Op. cit., p. 20. O parênteses é uma complementação.
- ‘‘17’’ Segundo a mídia do capitalismo. A última delas na Europa seria a Albânia, em convulsão neste final de 1990.

«10» Chantebout, Op. cit., p. 74.

Acrescenta-se que Emmanuel Mounier, filósofo e escritor francês (1905-1950) tinha por base uma síntese entre o cristianismo e o socialismo: o personalismo, inspirado nas idéias de Charles Péguy (1873-1914) - escritor francês que professou um socialismo pessoal (Enciclopédia Delta-Larousse).

«17» Na teoria marxista, a superestrutura

«20» Apud Avineri, Op. cit., p. 45. Para Platão o universal só existe em nossa inteligência como resultado da abstração.

«21» Apud Avineri, p. 92 - Sobre a Questão Judáica (1844), marca a passagem de Marx da democracia radical ao comunismo. Ver também Lowy, 1985, p. 52-53.

«22» Avineri, Op. cit., 128 - Marx critica a visão passivista da existência humana dos materialistas do século XVIII e de Feuerbach. Para ele é uma filosofia social em última instância quietista, apolítica e conservadora.

«23» "Marx toma posição contra a perspectiva segundo a qual a consciência não é mais do que um reflexo da condição material e ambiental da existência do homem" Avineri, p. 128.

A contrargumentação reside na própria dialética que conduziu a revoluções, entre as quais o cristianismo. A perenidade, a cristalização burocrática e institucional ensejam distorções. Algumas vezes o homem embarca em utopias pelo afloramento da consciência recôndita. Para Bloch "todo o pensamento humano é, em última análise, animado pela utopia" (Apud Furter, p. 151). O fato de haver determinações pelas condições

materiais objetivas não é absolutamente incompatível com o otimismo social.

- «24» Assadourian, C.S. In Diversos - Conceito de Modo de Produção. Op. cit., p. 182. Seu artigo Modos de produção, capitalismo e subdesenvolvimento constitui uma análise reflexiva crítica da obra de André Gunder Frank: Capitalismo e Subdesarrollo en America Latina (1970)
- «25» Celso Furtado (1974) em O mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra (Apud Daly, Op. cit., p. 113), mostra a contradição do presente conceito de progresso material da classe média quando ampliado aos 4,5 bilhões da população mundial.
- «26» Em muitos sentidos: econômico, cultural, etc. Não fosse a China socialista ter-se-ia na massa de um bilhão destes em acréscimo ao atual.

Como os pobres e miseráveis tem aumentado vegetativamente em maior proporção (devido aos avanços da saúde pública ...) urge ampliar a classe média como sustentação. O poder de polícia, a organização das armas, pode cuidar de muitos mais. Ou, nós temos a bomba (atômica) e as armas sofisticadas, a nível macro.

- «27» Milton Santos. 1986, 3.ed., p.213 a 219. "Desmistificar o homem e o espaço ... é revalorizar o trabalho para que ele não seja mais tratado como valor de troca". "Nas condições atuais do mundo, mais ainda que na era precedente, o espaço está chamado a desempenhar um papel determinante na escravidão ou na libertação do homem" p. 218).
- «28» Parafraseando Monod (Op. cit.) e Demócrito.
Sob a égide das necessidades desiguais e da relatividade das aspirações, a ciência ou a sociedade é

também "dividida em campos ou partes competitivas" (Monteiro, 1980, . Op. cit., p. 58). A Ciência assim não tem predominância sobre a Política que a submete pela divisão.

A posição de Feyeraband - cujo pensamento foi introduzido à nossa apreciação por intermédio da obra citada de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro - inclui tanto os períodos desejáveis de desenvolvimento da ciência (e da sociedade), ou "normais" de trabalho (da ciência e do cotidiano) - onde predomina a atomização (que colocaríamos entre aspas, pois se trata de um acordo condicional) - e períodos revolucionários, de mudanças institucionais, em busca de métodos por vezes radicais - que em uma democracia plena seriam reformas ou mudanças de rumo (Idem, p. 71)

(27) Trata-se, ao final das contas de um simples processo distributivo de acomodação.

Em termos "espaciais" de localização, o "pleno" jamais será alcançado pois depende também das sensações e dos modos de vida adequados ao ambiente. Hoje, em função das desigualdades, existem diferentes formas de momentos de relax, por exemplo, ao investidor novaiorquino de usufruir as Seichelles ou Bali. Alguns tem opção concreta de vida; à maioria resta a opção do ambiente original ou os ambientes periféricos e subhumanos dos espaços inadequados nas áreas de atração-espoliação direta, sob o chamariz lotérico.

Estas elocubrações me lembram a terminologia Turismo de massa, bastante discutível. Ver também a nota 25.

(30) A citação de I. Bowman de 1934 retirada de Santos (1986, Op. cit. p. 174) configura também uma ambivalência, incluindo-se o rodapé. Entendemos que,

dentro das condições técnicas, o meio natural pode apresentar variações, mas de acordo com seu valor de mercado. O que vale para o petróleo não vale necessariamente para a terra.

- «31» Sob outras formas, os empréstimos recentes somente se realizam mediante vinculações a esquemas ecológicos externamente formulados e, em muitos casos, sob abertura de concorrência externa - sobretudo assessoria e coordenação.

Em tempo: Em Janeiro de 1991 tivemos acesso à programação de cursos do CIEL (The Centre for International Environmental Law) do Kings College London - Scholl of Law, que reitera o internacionalismo de cúpula com relação ao meio ambiente.

- «32» "A inércia dinâmica de que o espaço é dotado" (Santos, 1986, p. 149), a nosso ver, corresponde a construções pretéritas da sociedade, exteriorizadas no momento econômico das mudanças. As orientações são gerais, porém as adaptações são parciais ao construído e tomado. As reformulações do pensamento custam a se exteriorizar no espaço. A sobrevivência ultrapassa sempre o sonho.

5. A BUSCA DE RESOLUÇÕES E CONCILIAÇÕES POSSÍVEIS: A SOCIEDADE ABERTA E CORRESPONSÁVEL

"O trabalhador pode cumprir uma função parcelar sem tornar-se em homem parcelar..."

"O comunismo não é absolutamente o fim da História, mas o começo de um outro período histórico ou como diz o próprio Marx, o fim da Pré-História".

Roger Garaudi⁽¹⁾

A aglutinação no espaço

Esta Primeira Parte tentou levantar algumas questões cruciais sobre o desenvolvimento "integral" da humanidade e permite algumas considerações relativas sobre o trinômio sociedade-economia-espaço.

Embora as conclusões sejam relativas, parciais tendo em vista a totalidade unitária, não impedem que se assumam o caráter proposicional, essencialmente subjetivo, conduzido pela argumentação própria e pela referencial. Sustenta-se nas noções do global e, concomitantemente, no cotidiano a nível individual e por isso enfoca as contradições, propõe resoluções de forma pluralista, tendente à conciliação e, em termos teóricos, ao ecletismo da integração condicional, isto é a preparação intelectual de uma sociedade emergente.

Embora saliente-se a utopia como meta possível, ou seja como fio condutor, esta sofre restrições pelas condicionantes sociais, e por esta forma, mudanças sensíveis serão consideradas latentes em espírito e somente não consubstanciáveis por questões circunstanciais. Parte-se assim da existência de uma era de incerteza, proveniente talvez de uma angústia da complexidade, que embora

interpenetrada pela atividade econômica, cuja aparência generalizante, não oferece que perspectivas frustrantes a nível individual tendentes à alienação. Tais configurações do cotidiano infletem em conduzir a análise no sentido de minimizar os efeitos perversos de "valores" da sofisticação perdulária, e a enfatizar ações para a independência construtiva, à solidariedade, para a resolução conjunta da problemática atual. O pressuposto indica claramente que tais disparidades não são somente frutos do diferencial técnico das sociedades, mas das formas como se processaram as apropriações que conduziram a tais fatos.

A condicionalidade impõe-se contudo, pois não se consegue subjetivamente aglutinar em pensamento um estado monolítico, a nosso ver confrontante à multiplicidade da sociedade. Relativizam-se desta forma os valores puros, não mais existentes no cotidiano, embora exija-se valores de justiça que prevejam o desenvolvimento do poder público enquanto distribuidor da igualdade das necessidades fundamentais, e que se forje de forma plena o livre desenvolvimento a nível individual, político-intelectual e, para tanto a tônica parece ser a da restrição econômica tal como a conhecemos. Se o nível sofisticado da comunicação e da mídia torna difícil uma tarefa "religiosa" de unificação ideal do ser, a nível marxiano talvez se consiga uma não-alienação entre o ser individual e o coletivo. Ou melhor, normas consensuais voltadas para a integração das maiorias pela participação consciente, com retorno material, pois que baseada na equanimidade de ações e na efetiva distribuição do trabalho a todos.

Em resumo não é possível abdicar da análise teórica a respeito de todas as articulações presentes no espaço geográfico e suas resultantes sincrônicas e diacrônicas, isto é, da não-simultaneidade dentro das formações econômico-sociais nas quais se inscrevem os modos de produção.

Desta forma, por abstração, privilegiou-se a análise mediante uma separação hierárquica ontológica em dois sistemas "integrados" e "libertos": o social e o econômico⁽²⁾. O social é resultante do histórico, que engendra contradições econômicas; e mesmo com constantes reformulações não consegue acompanhar a evolução demográfica e, com isso, se mantém a configuração de maiorias dependentes e conduzidas.

A ligação possível do espaço como objeto direto do trabalho (primeira natureza), e como meio de trabalho (segunda natureza), implica em restringir métodos de produção irracionais (a outra totalidade). A condução ideal da análise leva à prevalência da organização regionalizada como forma de restringir a dependência exagerada aos processos centralizadores de escala, oferecendo neste aspecto uma conciliação plausível à perenidade das naturezas imanentes que proveram esta conturbada construção. Sua característica essencial mostra a bipolaridade mantida pela sincronicidade de espaços-tempos diversos⁽³⁾. Tal reorganização, como exemplo, trará um sensível alívio pela restrição da circulação capitalista.

Dentro das limitações, o fecho deste encaminhamento impõe restringi-lo a tópicos essenciais já voltados para a Segunda Parte deste trabalho, e mais relacionados à questão agrária. Para que estes sejam efetivos salientam-se os que implicam em transformações substanciais. Entre estes priorizam-se os relativos à autoconsciência coletiva das resoluções. Devem ultrapassar as instâncias institucionais, jurídicas, políticas que, sobremaneira, restringem a consecução de novas normas equânimes e isonômicas, e a retirada de privilégios do corporativismo, da exorbitância do poder, da dependência estrutural consentida...

Afinal quem está realizando ciência social, o que deseja em última instância é o desenvolvimento econômico-social da humanidade e do país⁴.

Se continuarmos a colocar o econômico como instância de dependência, o desenvolvimento desigual e combinado permanecerá ad infinitum enquanto a humanidade, como unidade teórica, necessita de equanimidade de consumo, e de ampliação da liberdade intelectual. Imaginação e criatividade, certamente conduzirão, no aspecto técnico, à uma nova economia do valor-trabalho, e a nível macro, às restrições gerais de consumo. A crise é evidente e parece que o modelo está voltado para o lado errado: o do crescimento a qualquer custo.

O viés econômico e a economia política "batem" tão forte na vida das pessoas que os dados econométricos são realçados como fundamentais. Como exemplo, cita-se a constatação de um economista da Academia de Ciências da Tchecoslováquia sobre a queda de 23% da renda per capita neste país em relação à Austria de 1939 aos nossos dias, e a necessidade de dez a quinze anos para a aproximação ao padrão de vida deste país. A nosso ver um indicativo do estado materialista e individualista que permeia as relações de competição. Note-se que a Tchecoslováquia apresenta uma renda de US\$ 9000, portanto significativa e, parece, não suficiente dentro do quadro de parcialização.

Talvez convenha salientar mais uma vez nossa posição para a resolução social do cotidiano, por meio de ações contra a consciência massificada e a favor da abertura de perspectivas. As potencialidades são escamoteadas pelas tentativas de manutenção do lugar e do patrimônio material cristalizado.

Saindo do global para as conformações e especificidades do cotidiano escolheu-se alguns subtítulos para

encaminhamento de propostas. Destas a primeira enfatiza a contradição fundamental, a marca registrada da humanidade, a desigualdade e o grande passo exigido de ressocialização e integração do projeto aberto.

A heterogeneidade cultural: em busca da bilateralidade das relações sócio-econômicas

Em tese o homem adquiriu liberdade social, política, religiosa e econômica. Na prática, a realidade ainda fecha muitos destes espaços em graus diferenciados, por diferentes motivos remetidos a variadas instâncias deste mosaico social, cultural e político determinado. Os poderes parcelares que se interpõem no cotidiano dos indivíduos, (sobretudo por questões culturais e ideológicas) integram-se num todo precário, sob a forma de projetos de organização social que, via de regra, em função das desigualdades operam-se através das oligarquias ou das elites^(*).

Especificamente neste item referente à esfera cultural deseja-se enfatizar este aspecto sobre os demais, sem contudo deixar de lado outras instâncias, sobretudo as formas de inserção nos modos de produção dominantes. A formação histórico-cultural assume ainda o caráter da permanência e das determinações supra-personalistas. Trata-se de superestruturas consolidadas, que foram apropriadas pelas elites e oligarquias, infletindo somente em mudanças convenientes em termos de atualização formal. Ainda é possível falar-se de Estados neofeudais, neoteocráticos, em suma neoculturais, sobrepostos ao Estado moderno ocidental que realizou a síntese parcelar do modelo individual integrado, em termos político-institucionais. Por outro lado, o socialismo real, restringindo o individual aprimorou, sem dúvida, a evolução social em termos

coletivos, embora de forma estruturalizada. Os Estados subdesenvolvidos desta forma constituem modelos miméticos cujas matrizes gerais imbricam-se às determinantes culturais próprias e configuram sínteses "adequadas" específicas.

As representações culturais, interpenetradas pelos grandes sistemas econômico-institucionais enfeixam uma multiplicidade acentuadamente maior que as nacionalidades, e tendem a multiplicar-se sob forma de comunidades. Enquanto definham em certas áreas do planeta as junções institucionais e "culturais" (o Oriente Médio, a Índia) sob a forma do Estado, em outras associam-se para uma reorganização sob a égide tecnológico-econômica e de administração (os blocos econômicos).

Entre estas últimas sobressaem as reconstruções e readaptações da Europa do Pós-Guerra, sobretudo na Alemanha Federal. Consegue-se ali absorver as imigrações forçadas do Leste europeu (alemães expulsos pelos eslavos, bem como os refugiados da Alemanha Oriental). Esta fase mostra o crescimento econômico ainda mais acentuado dos EUA, do Canadá, e mais recentemente, do Japão⁴.

O cotidiano da maioria em todas as partes do mundo, independente de qualquer cultura, significa trabalho, distinguido por técnicas em graus variados de produtividade; impõe desemprego conjuntural ou crônico, enfim uma economia de subsistência, com filas para recebimento de auxílios de diversas ordens. Em suma, um dia-a-dia no qual a dignidade do ser humano é colocada, via-de-regra, em plano secundário⁵.

Ao se organizar em grupos, nos tempos imemoriais, o homem necessitou da solidariedade entre seus próximos para sua defesa e organização da produção. Surgiram elites neste processo, consolidando-se por herança, por guerras; por simbolismos de permanência, ou por mudanças. Monarquias

garantiram o nível de sobrevivência em épocas de insuficiência crônica, exigindo vez por outra, confronto entre líderes, ou o poder efetivo, tendo em vista expansões territoriais de outros povos, num mundo separado e hostil, de esperanças vãs para os que vivem o cotidiano (a população civil!).

A ciência e a evolução social realizaram a duras penas seus papéis, abrindo novas perspectivas ao cotidiano das maiorias. Hoje o interesse geral, ampliado pela evolução, e portanto abstrato e subjetivo, provoca outro tipo de conflito, diferente daquele provocado pelo medo e pela fome no decorrer de grande parte da história humana. Desta forma, o conceito de interesse geral implica em refletir sobre o conceito toinbeeniano de desafio constante^(*). O debate implica contudo na forma de evolução que, eventualmente, se deforma por interesses, mesmo com a existência de novas camadas emergentes. Tal como no diferencial de estágio das nacionalidades e dos Estados ocorre o mesmo com os seus componentes. A relatividade das mudanças possíveis repousa sempre sobre possibilidades e dificuldades, entre o discurso e a realidade.

Para Rousseau o interesse geral (e a democracia como a melhor forma de governo) conduz a um homem abstrato na tentativa de construir uma sociedade homogênea, condição para garantir liberdade e o essencial à vida. Entretanto, estes abstratos interesses gerais são sobrepostos por interesses de coletividades secundárias formadas pelos diversos grupos sociais. Entre a possibilidade do discurso e a práxis social existe um longo vazio de dificuldades e, pelo caminho se perde muito de sua potência inicial. Mais uma vez os interesses conflitantes das oligarquias e das elites (neste emaranhado difuso entre formas e metas de interesse particular, do geral e de sociedades ideais) mantém o debate político como um diálogo de surdos, de pouca

fecundidade. Enquanto isto as maiorias mais atrasadas, e sem poder permanecem no cotidiano de vidas sem mobilidade e perspectivas, revelando na atualidade da violência, e na indignidade da vida (sobretudo urbana), facetas de involução individual, incompreensíveis ao quadrante universal da humanidade. Sem dúvida o formalismo ainda perdura como limitação à evolução.

Tendo em vista tais situações as maiorias devem ser libertas de suas correntes externas que lhe permitirão romper as internas. Mais uma vez, o econômico essencial se impõe e dele emerge o espaço de sobrevivência simples. Sem querer resolver a dúvida entre a objetividade genética e a resultante cultural e experimental cumpre acelerar a integração plena das maiorias, mesmo que isso talvez conduza a novas conformações funcionais, porém certamente sem a pecha do exclusivismo e do elitismo conservante das prerrogativas posicionais históricas.

Acredita-se no socialismo personalista⁴⁷ que sob democracia plena contemple a heterogeneidade cultural e a liberdade do ser consciente, mesmo que ainda determinadas se ancorem sob a luz da dialética também plena, da abertura e da discussão das contradições até a chegada do consenso. Este, evidentemente ainda precário, deve encaminhar a novas resoluções. Sem dúvida não se pode romper o sistema (dialeticamente), mas aperfeiçoá-lo constantemente e sobretudo abrir novos canais que visem inclusive sua ruptura pela dialética. Tal forma é essencial à democracia.

A educação aberta pode conduzir à transformação da massa em partícipes da sociedade universal evoluída. Contudo, sob as fortíssimas restrições de conservação, e de desigualdades em todos os níveis, não há condições de sua aplicação efetiva da educação para as transformações. Para que esta potencialidade teórica se multiplique, fora do

acaso das personalidades incomuns, a relação educação-alternativas de evolução e cidadania devem ser explicitadas.

Evoluir em qualquer discussão teórica a respeito da recondução social do mundo requer condicionantes analíticas importantes que a ciência consegue avançar e que serão sistematizadas a seguir através do andamento retirado de Piaget (Op. cit., p. 86 e seguintes).

A concatenação deste encaminhamento, resultante de uma situação concreta, se prende às necessidades reais que implicam ações reais. Em particular as caracterizamos como conduzidas pela infra-estrutura da sociedade - voltadas para a reprodução pura e simples e para a produção geral das oligarquias. Estas ações, que resultam em conflitos e aspirações (novos desafios inerentes ao próprio caminhar do processo evolutivo), conduzem à ideologia, ou à concentração simbólica, justificadora das limitações e do andamento gradual, retornando por consequência ao subjetivo. A ciência social prolonga estas ações em operações intelectuais de conjunto, permitindo explicar a natureza e o homem ao decentrá-lo dele mesmo, para reintegrá-lo nas ações objetivas que elabora, graças à sua atividade. Segundo Piaget, o paradoxo revelador que o conhecimento objetivo detém conduz à uma decentração na sociedade e no indivíduo, este se libertando de seu egocentrismo intelectual e a sociedade ou o pensamento coletivo de seu sociocentrismo simbólico, em suma da ideologia (p. 92 e seguintes).

Evidentemente as amarras existem nas escalas sucessivas da estruturação lógica, bem como na sucessão histórica das mentalidades (idem, p. 103), da inteligência prática, da intuitiva e operatória, coexistentes numa sociedade, e que se mantêm ainda difusas e pouco produtivas face à cooperação possível e até então mediante interações sociais

parcializadas. A abertura permitirá sucessão contínua e aplicada que conduz à socialização técnica e intelectual.

Vimos que, ao longo da história humana, a ação tem precedido a lógica e, fatalmente, isto tem conduzido a construções formais e erros coletivos considerando-se que a estrutura é composta de símbolos. Entendemos pois que as resoluções comportam novas operações de implicação, que sob outros ângulos encaminhem, em tese, à uma superestrutura social consentida; talvez uma nova reconstrução formal axiomática em que se diferencie o operatório do ideológico.

Uma questão radical para se saber, a eficácia do sistema seria submetê-lo à questão da resolução da necessidade, isto é, considerar um determinado tempo para a solução da situação aguda de insuficiência.

Estas noções expostas confluem para considerações feitas por Armando Corrêa da Silva no seu ensaio *Contribuição à crítica da crise da geografia* (1982, Op. cit.). Dentre algumas de suas considerações iniciais (p. 13 a 15) nos permitimos sintetizar ainda mais:

"A cultura contemporânea é um mosaico construído pelo indivíduo e pelo grupo social... Tecnicamente é preciso dominar a relacionalidade..." (Silva, 1982: 14). "A relacionalidade é o estar contido no outro, que só por isso realiza o conceito moderno de liberdade. Pois não há cultura nova sem liberdade" (idem: 15).

Sob esta ótica remete-se ao leitor o quadro conceitual teórico dos espaços hierárquicos de vivência, e as alternativas de convivência, perfectíveis dentro do modelo evolutivo.

ESPAÇOS DE VIVÊNCIA	CLASSES	POSICIONAMENTO NO SISTEMA	ALTERNATIVAS
CAPITAL	Burguesia	Ampliação lógica	Democratização e recomposição
PODER	Oligarquia	Ampliação inerente	Democratização
INTEGRAÇÃO e/ou MEDIAÇÃO	Peq. Burguesia	Manutenção-ascensão	Participação integrativa
MOBILIDADE		Difuso conjuntural	Participação integrativa
SOBREVIVÊNCIA	Proletariado	Ampliação numérica	Abertura de canais
INSUFICIÊNCIA	Subproletariado Marginal	Ampliação numérica	Condução solidária

O quadro exposto teve por base os espaços propostos por Silva neste ensaio (p. 20 a 23): o da prática, que constitui o fluxo cotidiano da sobrevivência dos "despossuídos"; o da técnica que "amplia a capacidade humana de ação e de transformação, mas às custas do espaço da prática". A pesquisa e a ciência diferem na necessidade lógica do real na pesquisa, enquanto a ciência não se subordina aos espaços mencionados, ultrapassando o relacionamento racionalismo-empirismo. A integração destes espaços pelo trabalho intelectual (gramsciano, a nosso ver) deveria contemplar a reflexão das contradições do contexto espacial de um mundo dividido. Não basta a explicação, como longe dele se encontra deve ir ao encontro daqueles que explica: dos despossuídos (e "esvaziados"), aos espaços do cotidiano, para um diálogo mais fecundo que ultrapasse a pulverização cultural e voltada para a manutenção da produção e de sua sobrevivência. Um fecho apontado "o projeto deve conduzir à efetivação da objetividade, inerente ao cotidiano, em meio às contradições do ser e do pensar". É preciso definir os objetivos a alcançar e descobrir as condições materiais para sua realização" (p. 23).

A heterogeneidade cultural e o diacronismo transformam projetos que não resistem a exame, em ideologia sedutora

às massas, tendo como suporte os meios de comunicação de massa. Isto é possível porque o povo (ou a massa) compõe-se de indivíduos constrangidos a obedecer pela pressão material ou econômica¹⁰, que, acomodados pretendem resolver toda a questão por ocasião da "liberdade" do sufrágio universal. Há que se romper tanto a inveja como a admiração aos indivíduos colocados acima na escala social.

Uma organização social mantida em evolução e adaptada ao mundo moderno é preferível ao melhoramento das idéias que possam contestar a ordem social e abalar as estruturas econômicas, isto para não falar da falta de ressonância e de informação consistente para alcançar o poder de barganha dos dirigentes? Este constitui um dilema essencial. Como se trata de consideráveis distâncias culturais e econômicas entre as classes, como entre países, no mínimo dentro de um objetivo (não paternalista) as relações plausíveis deveriam ser efetuadas sob normas isonômicas baseadas em relações de valor-trabalho, fora das injunções do mercado e da troca desigual. Evidentemente o diferencial cultural tecnológico acentuado não permitirá saldos pretensiosos, mas seguramente favoráveis. Um novo contrato social indispensável deve prover um excedente ao trabalho, consentido como primeira aproximação, e a partir daí a concomitante evolução da prática, da técnica, da pesquisa e da ciência voltadas, em caráter prioritário, à esta integração.

O social-personalismo implica pois na eficácia gradativa e constante e para tanto exige recomposições e reespecializações efetivas. A reativação do mercado de trabalho-educação contempla o nível geral mediante formação de novos espaços de recriação, espontâneos e conduzidos sob a dialética dos partícipes, permitindo uma reconstrução espacial de produção racional e regionalizada, sob a égide do ecodesenvolvimento. Ao absorver o caráter cultural das vivas tradições de construção das gerações manterá a

amalgama, que vem sendo desestruturada pelo mediatismo do mercado espoliador inconsequente e parcial ao "interesse" geral. A par disso, a reciclagem, respeitadora da cultura, deve ser unilateral ao prever a "animação" de perspectivas sem segundas intenções⁴⁴.

Um novo modelo deve diferenciar o capital produtivo e tecnológico de um lado (o denominado empresário schumpeteriano), e de outro, o capital especulativo-financeiro, criado e fortalecido pela debilidade estrutural-conjuntural do sistema. As limitações de um modelo moderno de fachada, de consumo inconveniente - obrigatoriamente voltado a construções miméticas, economicistas, e de planejamento, extravagantes - tendo em vista a estrutura desigual, são, além disso, conservantes e atreladas aos interesses particulares. O dinamismo do capitalismo, e seu ascetismo da fase gloriosa, talvez tenham ainda lugar pela integração do trabalho e do talento (por eficiência) e para propiciar também a parcela de espaço necessário à evolução de seus parceiros nos resultados alcançados - os trabalhadores (ou melhor explicitando os assalariados) ou, em uma visão ainda mais aberta, os co-partícipes.

Creemos que o modelo econômico híbrido proposto no Quadro V, bem como as idéias de poder público, expostas anteriormente no sistema econômico (idéias de Schumacher e Meade), atendem à situação real do mundo dividido, mas voltado para o futuro da socialização pertinente e inelutável. Consiste numa canalização entre o social atrasado e o econômico pujante em termos. Talvez seja a unidade do possível.

Quais as formas de alterar a desigualdade e retirar a faixa da insuficiência e da sobrevivência instável as grandes maiorias?

A planificação social e a "intelligensia" para a integração : o novo homem e a nova sociedade

Ao longo destes últimos cinco anos, desde a elaboração do projeto de pesquisa - que possibilitou os resultados agora expostos e constituem a reflexão de toda uma vida docente e de pesquisa - temos enfatizado a necessidade de uma política regional e distributiva massiva pela via da oportunidade de desenvolvimento individual, exatamente para propiciar também (e não só, evidentemente) o choque cultural exigido para retirar as massas, de sua dependência crônica, da esperança. vã em projetos milagrosos de líderes, ou de modelos, representados pelos partidos políticos.

Acompanhando o senso comum, que se desilude da política, mas acaba por exercer o sufrágio, cremos ser chegada a hora de mudar efetivamente as regras de um jogo viciado que tem sido apropriado por políticos e famílias políticas profissionais, mesmo sob nova vestimenta. Os resultados dessa política podem ser mais ou menos eficientes¹² porém sua base é parcial, pois se restringe à disputa de projetos de grupos de interesse, cujo objetivo maior é manter as regras do jogo. Entretanto, parece que há algo no ar, ainda difuso, mas significativamente codificado, no sentido da mudança. A nosso ver o caminho da democracia plena se faria através da política impessoal plena (não corporativa) participativa, para uma construção tranquila de fundamentação lógica, com a integração dialética exigida sempre, e interiorizada nos participantes.

As relações políticas, sociais e econômicas entre povos, entre Estados, são baseadas nas posições adquiridas pela força, pela organização, por tratados, e pelo mercado mundial que, de forma eventual ou constante, não permitem modificações nas regras do jogo desigual. Exemplificando: os conflitos de interesse entre dois Estados igualmente

soberanos são solucionáveis também pela guerra, para que o mais poderoso imponha sua vontade ao outro^{'13'}. Países pobres são auxiliados financeiramente, por ocasião de crises, de forma mais efetiva, por seus blocos de interesse. As migrações constituem formas de ampliar frágeis produtos nacionais, pelas quais famílias são separadas, no intuito da sobrevivência ou da mobilidade. Os imigrantes submetem-se eventualmente à conflitos raciais embaraçosos e constrangedores. O mercado controlador, tal como uma guerra psicológica, procura retirar as vantagens da produção acima da demanda, duplamente punida pelos estoques reguladores ou estratégicos^{'14'}.

Porém algo escapa além dessas fronteiras utilitaristas de exigência sócio-econômica tout court. A nosso ver, tal é o papel da ciência, que estravasa os limites restritos nacionais, os interesses, e por isso se encontra à frente para o universalismo. Embora seus resultados práticos sejam apropriados pelo sistema econômico e pelo capital tecnológico-organizativo, transfere-se, em termos, à sociedade. A par disso sobra outro espaço imenso de interações intelectuais que podem ser canalizadas para o desenvolvimento harmônico e sobretudo para a reflexão daqueles que se encontram na busca de um novo paradigma.

O proletariado nunca foi uma classe particular para Marx mas o repositório da classe universal. A partir desta premissa, e tendo em vista o ceticismo de Marx a respeito da capacidade do proletariado conceber seus próprios objetivos, e de realizá-los sem apoios intelectuais externos^{'15'}, concebe-se a necessidade da planificação social.

Outro aspecto importante à questão agrária (e para a Reforma Agrária), além da integração do subproletariado, implica em abrir um parênteses para a

discussão do conceito da propriedade privada e sobre política distributivista.

Em *A Sagrada Família* Marx deixa claro a recusa de um comunismo distributivo. O problema não se traduz numa redistribuição mais justa ou mais equitativa da riqueza existente, para Marx o comunismo é a criação de uma nova riqueza. "A propriedade privada, enquanto riqueza é forçada a perpetuar-se a si e ao seu contrário, o proletariado..." (Apud Avineri, p. 122). Já em *O Capital* Marx alude à uma nova forma de propriedade não-alienada, que se consubstancia na propriedade passível de unir o indivíduo à comunidade (p. 213). Entretanto Marx "nunca pormenoriza a organização de semelhante propriedade individual, isto é social", mas reafirma em outra passagem que "a propriedade após-capitalista preservará o conteúdo social da propriedade capitalista, mas sem os seus aspectos alienantes" (Avineri, nota à p. 215). Há, portanto, bases teóricas para uma proposta também individual: "A propriedade privada por parte do trabalhador dos seus meios de produção é a base da pequena indústria, quer agrícola, quer manufatureira, quer ambas; a pequena indústria é uma condição essencial para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador" (Marx, *O Capital* I, Apud Avineri, p. 213-214).

Esta faculdade de desenvolvimento do trabalhador (a que Marx se refere) propiciou o nascimento de grandes empresas capitalistas, mas só que de poucos. Exemplos não faltam. A nova dialética seletiva circunstancial e pessoal continua. Se por um lado esta construção universal tem sido formulada historicamente de forma desigual e, em tese, em contínua evolução não linear, o atual permite uma reflexão mais profunda de seus rumos e desvios. Sem dúvida cabe à ciência em geral a ampliação da construção, porém é impotente à sua universalização. Aí predominam interesses

menos altruistas e posicionais que são, em parte, até compreensíveis.

O arranjo social é manietado pelas circunstâncias e pelo sistema contratual inerente, quer de caráter material ou ideal, balizado por regras funcionais e estruturais organizadas e seus métodos. Isto deduz que falta muito para a *aufhebung* dialética que dará origem à uma humanidade sem dicotomia entre o geral e o particular. Esta pretensão universal pertence aos que revolucionam. Para Marx, uma classe que faz uma revolução surge, desde o início não como uma classe mas como representante de toda a sociedade (Apud Avineri, p. 114).

Mannheim parece ter encontrado um articulador universal em um grupo comprometido com a evolução da humanidade a "intelligensia sem vínculos". Corresponde à uma tentativa ... nem positivista, nem marxista, segundo a apreciação de Lowy, e que passaremos a analisar.

Mannheim reconhece, como os marxistas, que a posição social do cientista condiciona sua perspectiva e sua interpretação porém, apesar de sua fragmentação e unilateralidade possibilita uma integração dos diferentes pontos de vista mutuamente complementares num todo compreensivo: uma "síntese das perspectivas" (Lowy 1985: 17).

A questão crucial reside pois, nas visões de mundo. Se estas forem formuladas pelos intelectuais, através de suas doutrinas podem por isso, em tese, situar-se próximas aos seus interesses e à sua situação social - a pequena burguesia. Por outro lado isto não significa que sempre estejam condicionados por tal posição; quando foram pensadas (as doutrinas socialistas) o foram por membros desta classe intermediária. Para Lowy, crítico desta posição e desta "síntese dinâmica", ela se constitui em um "meio termo eclético entre as grandes concepções do mundo em conflito,

meio termo estruturalmente homólogo à posição intermediária" em que se situam os intelectuais (Lowy, Op. cit, p. 18). Por outro lado a posição teórica é independente de vinculações quando propõe a evolução, mesmo que seja através de uma mediação. Se partirmos da interpretação histórica marxiana da evolução dos sistemas, a mediação em lugar de consolidar o capitalismo o conduzirá mais rapidamente ao desaparecimento.

Partindo da premissa de Mannheim, e da crítica de Lowy, a sociedade contemporânea capitalista - em razão das "leis" do capital, economicamente desiguais, incluindo-se os corolários de cultura, educação, técnica... - "pode ainda ser 'equilibrada' pela concessão suficiente de serviços e melhoramentos sociais para que estas estejam sempre interessadas em que a ordem social seja mantida" (Lowy, 1985, p. 18). De acordo com nosso ponto de vista, não é prioritária a manutenção da ordem social e sim uma decorrência natural. Outro ponto básico não é obrigatoriamente equilibrar a sociedade atual mas fazê-la refletir, tal como Marx fez. Por outro lado não se quer desarticulá-la, mas que comece a reciclar-se efetivamente.

Existem algumas questões pertinentes a respeito da revolução. Marx em diversas oportunidades se opôs a todas as tentativas de insurreição armada. Um dos dilemas, retidos por Marx, da Revolução Francesa diz respeito à tentativa de se impor à sociedade civil um projeto político e de organizá-la segundo estes princípios. Entretanto, de Marx aos nossos dias, as grandes forças oponentes se reorganizaram para reafirmar os seus pontos de vista políticos e tal fato tem acelerado a cisão. Para Marx, "o terror é uma falácia subjetivista, abstraída das verdadeiras circunstâncias econômicas e sociais", em que a política subsume a esfera econômica e tal subsunção é impossível no mundo moderno, onde a vida está dividida em esfera pública e

privada (Avineri, p. 338). Depreendem-se portanto, com Marx, as dificuldades do encaminhamento político do proletariado e as injunções a que se sujeita. Para ele, a politização da sociedade civil por si só não supera as dicotomias existentes, que somente poderiam ser superadas pela síntese entre particularismo e universalismo, levada a efeito pelo reconhecimento da universalidade do indivíduo.

Avineri levanta uma questão importante sobre a atitude ambivalente de Marx em relação ao seu tempo: diz respeito à passagem de um estágio de desenvolvimento a outro, o que corresponde ao desenvolvimento de princípios inerentes ao estágio anterior, isto é, do próprio capitalismo para um grau mais avançado - sentindo como Hegel que o ideal somente apareceria se contraposto ao real quando uma forma de vida tivesse alcançado seu auge. Desta forma "a visão socialista nunca surge a Marx como uma mera antítese do capitalismo" defendendo portanto o liberalismo político, considerando-o uma forma superior (embora critique o liberalismo burguês) (p. 326).

A revolução francesa (burguesa para Marx) assim como suas recorrências e decorrências, institucionalizou um processo individualista, latente em toda a história da humanidade de desigualdades sob interação precária. A sociedade tornando-se mais aberta, transcende as intenções subjetivas da burguesia, pois, em tese, qualquer indivíduo tem a possibilidade de ser burguês. "Desde a abolição do feudalismo e do sistema corporativo qualquer indivíduo, inclusive o proletariado, podia emancipar-se" (Avineri, p. 330). Porém a este fato deve-se acrescentar as diferenças de personalidade entre os indivíduos que multiplicaram-se pelas novas conformações funcionais da ampliação capitalista e do industrialismo. Assim os sonhos gerais de mobilidade continuaram restritos ao cotidiano. Para poucos a luta personalista, aliada à competência, à astúcia individual e

de grupos, e às chances e posições, facilitaram o acesso aos novos momentos. Tal situação prolonga-se até hoje nos países de capitalismo tardio em que o proletariado se integra ao sistema de forma precária, em face da expropriação, na possibilidade (remota) de ascensão, em comparação à situação anterior sob a acumulação primitiva. Nos países capitalistas desenvolvidos, de distribuição social menos imperfeita, o consumo inserido escamoteia, ou remete ao futuro, a universalidade política. A questão pertinente é que o primeiro (no caso subproletariado) almeja alcançar a posição do segundo (o proletariado subsumido, ou não se reconhecendo como explorado, visto que o nível salarial dos países ricos faz dele um co-explorador imediato)«14».

A análise crítica de Gorz a respeito da ambiguidade do proletariado frente às injunções de várias ordens«17» permite avançar nesta questão para esclarecer o papel do intelectual (ou da filosofia social) na abertura de novos horizontes à maioria.

Existe um dilema exposto por Avineri (p. 313): "Que garantias tem Marx de que a forma capitalista de produção é a última forma antagonística do processo social de produção? O que assegura que os futuros antagonismos não dividirão a sociedade socialista tal como dividiram todas as sociedades precedentes? Haveria alguma razão metodológica pela qual a dialética da mudança interna deixasse de funcionar mesmo depois de alcançado o socialismo? Não poderá suceder o mesmo ao proletariado, isto é, que, depois de alcançado o poder, a sua universalidade se revelará ilusória?"

Para Marx "a abolição da sociedade capitalista significa a abolição de todos os antagonismos, visto que implica a realização das tendências ocultas da própria sociedade capitalista"«18».

Retornando ao que foi refletido, a partir de Marx, a respeito da propriedade nos leva a discutir algo a respeito da permanência da dicotomia entre o geral e o particular. Por um acaso, inscrito no tempo-espço, por necessidade interior, por trabalho, por astúcia, por desenvolvimento intelectual-prático, suponhamos um proletário tornado capitalista. As consequências disso podem comportar várias conotações tais como: a perda da consciência de classe, ou mesmo que esta não ocorra permanece envolta na névoa da expressão individualista; ou a cooptação ao novo status que impõe comportar-se pelas leis do sistema. Sem dúvida o resultado desta passagem é individual, pura e simples, historicamente pessoal no contexto da evolução geral e por isso não comporta sua extrapolação enquanto modelo de explanação. Contudo, imprime a marca indelével da esperança de ascensão material. É por isso que existe a loteria...

Amarrando a situação mecanicista à teoria marxiana da forma capitalista de produção (MFC), a análise deveria encaminhar-se ao seu efeito prático (extra-ideal), isto é, o modo capitalista de apropriação como resultado efetivo do sistema, que complica mais a aceitação do código secreto hegeliano da negação da negação: a alternativa ao capitalismo emergindo do seu próprio desenvolvimento imanente (Avineri, p. 317). Isto somente ocorrerá mediante resultados financeiros comparativos entre o velho e o novo (entre apropriação e distribuição).

As relações intrínsecas (internas) do capitalismo, e com as diferentes sociedades de sua interação, modificaram-se profundamente do tempo de Marx à nossa realidade, embora este fizesse uma descrição do desenvolvimento futuro do capitalismo, e de sua socialização, através das sociedades anônimas e fábricas cooperativas. Sem dúvida a evolução tecnológica, e da administração prático-técnica, conduziu à uma "socialização" interna, fundamental à estruturação

empresarial do sistema (concorrencial, oligopolizado ou monopolista, não importa no momento). Esta Revolução Empresarial, prevista por Marx como um caminho para o socialismo, na época atual mostra que as fábricas, cooperativas ou propriedades sociais não prosperaram enquanto que as empresas particulares transformaram-se em sociedades anônimas, holdings, cartéis, megaempresas... Desta forma, torna-se difícil aceitar, in totum, que dialeticamente se desenvolvam os princípios teóricos inerentes ao próprio capitalismo, mediante superação das formas políticas e econômicas do estágio anterior (Avineri, p. 325-26).

As situações particulares e ambivalentes dos países subdesenvolvidos quanto às formas de desenvolvimento - através da cópia dos países desenvolvidos, ou acopladas mediante conformações nacionalistas - são insuficientes tendo em vista a profissionalização maciça do capitalismo internacional e, portanto, mantenedora da dependência. Isto exige planificação pragmática social.

Parece-me que, dentro do meu ceticismo crônico, não existem soluções à vista para a confluência dialética entre o particular e o geral, assim como no que diz respeito à alienação. Existem escolhas: o liberalismo político e a planificação sócio-econômica apresentam-se como uma solução adequada ao momento pelo qual se abrem portas rumo à participação nos lucros das empresas, co-gestão...

Dadas as injunções expostas, uma nova socialização somente será possível pela discussão profunda, não de idéias mas de parâmetros mínimos e máximos econômicos e, pelo gerenciamento destes excedentes através do Poder Público que substitui o Estado, tal como o conhecemos na atualidade. Trata-se de um reducionismo fundamental. Aos intelectuais cabe a divisão do bolo.

O difícil caminho do ecletismo

Após a defesa da qualificação (12.12.88) cumpre refletir sobre as críticas. Estas conduziram a novas leituras releituras, reavaliações, ao aprimoramento da organicidade e, certamente, a novas limitações próprias e impróprias.

Do período da entrega do relatório de qualificação à condução desta dissertação teve-se a oportunidade de seguir adiante nas leituras teórico-metodológicas, que, se por um lado aprimoraram a reflexão e a compreensão conceitual; por outro reforçaram o posicionamento eclético da abordagem proposta, vista como necessidade pessoal, sem dúvida ainda com indagações cruciais, porém contornáveis pelo processo compreensivo, através de sucessivas "superações", tal como pensou Lukács.

A parte teórica exigiu a necessidade de apoio filosófico para um efetivo encaminhamento da visão integral - especialmente para o fulcro deste trabalho que pretende sustentar a tese da Reforma Agrária perante o sistema, inserindo-se dentro de uma visão humanista e idealista, sobretudo adequada a um mundo dividido, à realidade nacional e aos contornos geopolíticos. Reluta-se, em tese, em aceitar o método marxista ortodoxo, marcado pela dogmatização e cristalização, o que conduz ao caminho trilhado pelos revisionistas, pelos neomarxistas, e a nova esquerda. Ao materialismo histórico, por seu caráter determinista, a opção compreensível fixa-se mais próxima da dialética histórica, relativizando, contudo, as construções fenomenais, visto que infelizmente restritas a partes e parcelas da sociedade - devido também à sua própria inconsciência, como individualidade e como motor de transformação. Sob este aspecto ainda vive-se a teoria das massas. Assim o encaminhamento para o mais específico deste trabalho de pesquisa - A Reforma Agrária - inclui, obrigatoriamente, a

visão do mundo e a utopia positiva (Esperamos). Seu comportamento frente ao sistema é condicional ao específico; tem suporte na mediação positiva, num racionalismo possível, tentando superar as contradições econômicas, e sobretudo, as da consciência. Fica-se num patamar (ou num muro), tal como a Igreja progressista que adota o método marxista de análise, mas não aceita o materialismo da positivização stalinista. Trata-se de uma situação símile a de um PSDB, menos legalista e mais radical, mas tal como este, assentado em bases reais: implica em numa posição vulnerável (as eleições de 1989 e 1990 parecem ter enfatizado este ponto). Entretanto o muro, de forma nenhuma é sempre uma poltrona confortável (salvo para os políticos) sobretudo em termos de busca de uma democracia plena. A posição condicional é também uma posição ímpar de alternativa consciente face às limitações da via democrática plena.

É certo que a situação atual é frontalmente diversa das condições que detonaram as revoluções de 17 e do pós guerra, embora, ao nível formal e real, as contradições "aparentem" ou sejam, no tempo, ainda mais contraditórias, pois a aldeia global em que o planeta vem se transformando conduz irremediavelmente para a agudização das questões. Sem dúvida também requer um novo remédio, que tem sido colocado em prática, porém nunca para curar mas, como o próprio nome indica, para remediar. Este passa ao largo do método marxista atual da crítica pela crítica sem opção, ou da visão escatológica da esperança do socialismo sem capitalismo. A minha dialética é plena ao momento ao contemplar antes a reforma.

O opção pela Dialética do Conhecimento implica em que a análise não pressuponha o antagonismo entre indivíduo e sociedade, e esta não deve subtrair o sujeito ou colocá-lo por inteiro a serviço da superestrutura (que é relativa), na qual assuma funções predeterminadas⁴⁷. Ao se tentar

escapar da ortodoxia, e de qualquer ideologia (enquanto corpo não conciliável e com interesses particularísticos), de forma alguma houve o intuito consciente de ser neopositivista. Embora partilhando da idéia de que a história segue o seu caminho, esta pode ser acelerada dialeticamente²⁰. Não há inexorabilidade nas possíveis relações humanas.

O rigor necessário, para o encaminhamento amplo pretendido, poderia utilizar o termo dialética pós-marxista (a mim inclusive parece pretensioso), além disso tendo sido tomado de Gilberto Freire pode oferecer dúvidas²¹. Pressupõe, antes de tudo, que a contribuição marxista está implícita e é fundamental, porém enriquecida da reflexão e do arcabouço teórico anterior e, sobretudo posterior, atualizado, de seus seguidores e críticos. Parte-se então do pressuposto que este arsenal teórico-ético já constitui um "resultado histórico" (Lukács, apud Moraes op. cit.: 59) que obriga a prosseguir e incorporar um "maior refinamento filosófico" dos teóricos (Moraes, op. cit.: 53).

"O socialismo é para Marx a possibilidade objetiva de uma sociedade onde os valores humanistas são realizados ... a possibilidade de surgimento de um homem novo, o homem da sociedade sem classes" (Lowy, 1985: 71-72). Dito isto fica implícito que a tarefa é contribuir para alcançar estes objetivos, excluindo-se alguns dos métodos exigidos na simbolização do socialismo realmente existente. A abertura, indicada por Gramsci de "que todos os homens são intelectuais mas nem todos cumprem esta função na divisão social do trabalho" (a substituição do nem todos por a minoria revela a necessidade de se alcançar a plenitude relativa à nossa época, no mínimo).

Santos (1982: 132-134 - Novos Rumos da Geografia Brasileira) trabalha com base na teorização como

incorporação inovadora contra o dogmatismo e o congelamento dos conceitos. A realidade presente mostra, cada vez mais, que as categorias se tornam frouxas e interpenetráveis. Neste aspecto se insere a categoria do campesinato: O que foi? O que é? E os passos que deve encetar, ao se lhe atribuir o real valor, para que adquira cidadania e a ressociabilização que faz jus.

A crítica contra o ecletismo pode ser condizente ao discurso parcial, político e dogmático. Ao contrário, por se acreditar que o método marxista constitui um fio condutor válido, a síntese de Marx quase se torna óbvia de tão cristalina, nos aspectos integrados e éticos de sua filosofia e sua economia social. Entretanto, a par do método crítico radical de sentido panfletário e discursivo, existem outras facetas pragmáticas a avaliar no âmbito geográfico: a tomada de decisões ambientais, locacionais e também no planejamento. Estas colocações, ligeiramente modificadas de Brian Berry (Um Paradigma para a Geografia Moderna AGB 54, 1972)²², não se vinculam ou trabalham somente para o otimum capitalista, ou neocapitalista, mas no otimum para a maioria, o que não impede que seja apropriado pelo capital. Assim, acrescentariamos que qualquer análise crítica a respeito do planejamento deve ser específica e contundente pois, embora de cunho formal ou até mesmo engajado, qualquer trabalho técnico-científico, salvo julgamento, é neutro. Implica, em tese, no avanço da análise e portanto se críticas cabem deveriam ser restritas e nunca generalizantes. Sua abrangência restrita, ou as atitudes provenientes do planejamento, devem expô-lo tanto à crítica exterior como à avaliação interna, a que todo trabalho sempre se submete. É claro que a metageografia não tem condições de atuar em uma democracia relativa.

Se o ecletismo²³ corresponde a uma mediação política, serve à nossa visão construtiva para um mundo cada

vez mais (e felizmente) antidogmático, anti-simbólico²⁴ e antiindividualístico, que caminhe para a harmonia dos conjuntos integrais (incluindo a natureza). Nem por isso se deve deixar de ser crítico. Entretanto há vários sentidos de evolução cultural a serem considerados, inclusive o tecnológico, e este sabemos onde se encontra e qual o seu peso. O socialismo constitui uma realidade histórica objetiva (Rosa Luxemburg), entretanto, a dicotomia dos sistemas e a intransigência têm colocado esta espada de Dâmocles sobre o mundo. Uma nova sociedade esclarecida pode desmontar as contradições armadas e forçadas nos vários níveis pelos dois sistemas de poder.

Deve haver (faz parte!) a rebeldia contra o condicionamento social do conhecimento e do pesquisador que atua sobre as contradições da sociedade. Como Mannheim pretendeu, esta tarefa revolucionária caberia à "Intelligentsia sem vínculos"²⁵ que, embora difícil de caracterizar esta forma neutra, teve e tem responsabilidade e créditos para abrir a evolução do subproletariado como primeira prioridade, tal como o encontramos hoje nas porções mais ricas do território e não somente nas menos abertas à comunicação (isto é que é pior!). Quanto ao proletariado (genérico) "politizado" não tem sido, também, corporativista? A palavra não se encontra um tanto quanto desgastada? Não propicia confusão de categorias? Esta outra porção do proletariado que vivenciou dificuldades, reciclou-se, evoluiu economicamente, possui ainda o sentido da integração construtiva?

Se as respostas conceituais propiciarem dúvida, as questões a respeito da intelectualidade neutra tem certo fundamento. Diante desta dualidade de posições e desta positivização síndico-burocrática poderia haver a possibilidade de um "terceiro caminho" gradual (mas nem tanto) e pacífico, (isto sim), mas não tolerante, nem acomodado. Entretanto este caminho não deve nunca ser

imutável para a pretensa manutenção da ordem social, visto que esta será certamente decorrência da dialética plena. Deve sim fornecer ao subproletariado toda e qualquer possibilidade também de realização de sua personalidade, subtraída pelos sistemas atuais. Trata-se da lei da compensação.

O objetivo da geografia, em sendo a análise das relações sociais e de apropriação no (e do) espaço, implica em conter tanto o sujeito como o objeto desta apropriação. Se não deve ser a-histórico também não pode pretender sempre remeter à história para explicar o presente. A identificação deve se colocar sobretudo no nível presente-futuro. A verificação das contradições atuais partiria do pressuposto genérico das indevidas apropriações do passado, mas também das configurações do presente (boas e más). Deve avançar, no nosso entender, para o devir sem utopismo (se bem que este deva sempre estar em mente, mesmo sob forma latente).

Ao se preconizar a necessidade específica da Reforma Agrária, entre outras, sabe-se, de antemão, que sobrevirão novos tipos de apropriação, quicá sob forma de mercados mais consolidados. Cabe ao lado desta "revolução" parcial encetar outras. A tônica reside na distribuição, desconcentração e na procura da possível autonomia. São traços fundamentais para possibilidades reais de novas atuações mais "livres" dos despossuídos, no espaço de sua articulação, e fora deste se quiserem. A desconcentração do espaço e poder centrais, em benefício da maioria, corresponde somente ao primeiro passo para a verdadeira ressociabilização.

O modelo de cessão de áreas para a Reforma Agrária (proposto na Segunda Parte deste trabalho) como compensação pela apropriação desigual foi também motivo de crítica, talvez por alguns dos mitos enraizados desta luta inglória, tais como "terra não se ganha, se conquista" (24). Poderia-se

contrapor que as conquistas devem ir muito além da terra. A nossa visão foi colocada no intuito distributivo, ecológico e perspectivo, para uma real emancipação social e econômica, como "aproximação sucessiva" exige a reciclagem do sistema vigente da Troca Desigual. A partir de uma situação de menor dependência, o proletariado terá condições de refletir e de escolher entre novas alternativas em um novo quadro. A proposta não é uma panacéia, nem apanágio para o sistema, porém abre o jogo dialético das forças e sacode as estruturas. A indução para alternativas criativas, e mais livres, para o processo de produção e de vida, sem dúvida provocará a minimização da mais-valia pela desconcentração, afluindo o valor como um prenúncio do "reino da liberdade". Se não se tiver condição de saber o que se é, a ciência pouco terá contribuído para a finalidade a que se propôs. O século XX mostrou uma gama de transformações aceleradas, porém ainda em benefício dos Estados, de suas "personalidades" em lugar de visar a redenção do homem "livre", do proletário.

A escola de Frankfurt pode ser utilizada como elemento importante para a discussão dos caminhos do marxismo. À adesão ortodoxa (ou a fixação em um método) opõe-se o revisionismo, sobretudo no tocante às esferas de poder na atualidade e suas ilações à problemática cultural. A sociedade de massas, subrepticamente sob "controle" da mídia, pode ainda ser induzida até a queimar novas bruxas em nome da ideologia, ou por medo material. Este grupo discutiu, como um dos pontos centrais, o caráter não obrigatoriamente revolucionário das massas, que, paradoxalmente, podem não ser progressistas. Trata-se de um ponto crucial para reflexão a respeito do processo classista de aprendizagem, que amordaça toda a programação individual. Ainda se vive, em qualquer regime, sob a égide da supraestrutura, mediante processos reais de manipulação e de

coisificação, sob a figura obrigatória do aparelho de Estado. Haverá possibilidade real de uma democracia popular, o retorno ao comunismo primitivo sob tecnologia, enquanto do outro lado se caminha ao imperialismo das matérias-primas a gosto da ficção científica? Sem dúvida é assunto para muita discussão, a previsão do futuro social da humanidade. Socialismo ou barbárie. Não creio, porém convém se assegurar e preparar um futuro com menor egoísmo e poder, ou na verdade teremos a barbárie.

Voltando ao âmbito da R.A. - excluindo momentaneamente a questão ideológica - existem temas candentes merecendo resolução, tais como o êxodo rural obrigatório ou compulsivo; a dicotomia ou dualidade formal do rural-urbano; a questão da mobilidade horizontal conduzindo à sua faceta negativa, em parte dos casos. Trata-se pois de um esforço fundamental encerrar de vez a frustração e a procura inútil, e preparar sim, a mobilidade vertical efetiva e integradora. A desigualdade entre espaços rurais-urbanos - que deveriam ter tratamento bilateral sob parâmetros justos e pertinentes às suas especificidades - gerando deseconomias, e no nível psicológico muito mais do que frustrações, embrutece e bestifica o homem, marginalizando-o, tal como temos presenciado através da delinquência, guerra formal ou terrorismo. O desperdício da natureza e dos recursos, pela dependência de um lado, e pelo consumismo insano de outro, cria uma sensação de impotência. Todos estes fatos nos permitem a autocrítica pela constatação de covardia e nojo, ao nos sentirmos como algoz e, no mínimo, como beneficiário passivo de um sistema injusto.

A ciência em geral, não somente a geografia é claro, deve contribuir para a eficiência da apropriação do espaço e criar parâmetros justos voltados à totalidade. A situação atual mostra o desperdício de recursos humanos e dos naturais, como consequência da disparidade. A democracia

relativa conduz a isto - a persistência de um modelo ultrapassado, sujeito às constatações perceptíveis e comprováveis, pelas quais, entre outras tantas, priorizam-se as voltadas ao corporativismo dos poderes em choque fictício. Há, portanto, necessidade da busca do reducionismo, anti-burocrático no caso. A comunidade terá papel importante neste sentido.

A procura da auto-gestão consciente, tal qual a procura incessante do moto-perpétuo, deve caminhar para a apropriação do ambiente, sob controle, para sua perenização, livre do economicismo insensível. A gestão controlada do espaço - para alguns o denominado crescimento zero - que de forma alguma deve ser confundida com dependência absoluta e estagnação - deve merecer a reflexão por conter atributos favoráveis, sobretudo aos países do Terceiro Mundo, através da racionalização, da relocação dos recursos e sua maximização pela democratização plena e independente. Outra questão - alvo de nossa intervenção para a R.A. conduz à desarticulação da circulação capitalista por meio da regionalização, através da auto-gestão e do autoconsumo, metas harmônicas a qualquer esforço construtivo sócio-econômico nacional.

Aceita-se críticas se dirigidas ao posicionamento exterior (não militante) deste pesquisador - fato que talvez tenha conduzido à pluralidade metodológica adotada - por este não dirigir suas críticas ao sistema capitalista em si^(*), mas sobretudo à sociedade em particular, e também ao socialismo de massas realmente existente. Infelizmente é o que temos atualmente como base histórica, inclusive da recentíssima geopolítica de manutenção do sistema.

Fora (ou paradoxalmente) ao âmbito deste trabalho acopla-se o resultado técnico-empírico de anos de análise sistemática sobre questões específicas das relações

homem-produção e meio ambiente⁽²²⁾. Cumpre salientar que qualquer análise deve também conter alvos objetivos e técnicos que, mesmo inserindo-se na perspectiva locacional, tem o intuito de relocar no local certo o homem certo para que este realize seu trabalho, e voltados precipuamente à sua libertação da opressão de um sistema que quer que ele e também seus descendentes continuem a ser o que são: assalariados (rurais ou urbanos), parceiros, bóias-frias...

Do assentamento na R.A. à libertação há um caminho longo que passa pelo que foi dito anteriormente, e deve ser trilhado basicamente pelos interventores diretos do processo, mesmo que isto possa conduzir novamente ao individualismo, certamente sob outra forma pois mais consciente, a nosso ver ao personalismo; talvez ao capitalismo do trabalho. Mesmo assim vale a pena. As proposições são discutíveis mas, por apreenderem uma visão no plano de idéias, deveriam receber um mínimo de ressonância. Reformuladas em suas incoerências filosóficas, pelo menos um as defende... o autor.

Espera-se ter passado a qualidade intrínseca da Geografia - ao incorporar em suas avaliações as contribuições das várias ciências. Ao transportar estes conceitos teórico-metodológicos ao seu espaço, tratando de questões, em diferentes escalas, ora sob enfoques mais específicos, face à multiplicidade dos fatores intervenientes, isto permite ao geógrafo apreender tal processo inconsciente produzido e em produção que, de forma grosseira, poder-se-ia denominar de instâncias sociais concretas.

À complexidade própria da geografia em si, interpõem-se "as noções (interdisciplinares) de totalidade, escala, sistema e tempo... imbricadas. Da mesma forma a definição de cada uma dessas categorias não é possível sem a

intervenção das outras"... (Santos, 1986, p. 176) O parênteses é nosso.

Acrescentam-se a este emaranhado, os métodos e técnicas, e as abordagens, explicitados por Santos na obra citada e relidos neste momento para o aprofundamento da reflexão. As críticas ao trabalho geográfico são tais que se chega a pensar que foram os geógrafos os culpados, e os únicos bodes-espiatórios, do processo geral criticável. A busca teórica de algo considerado pela ciência como eminentemente ideológico coloca a geografia no terreno escorregadio da afirmação difícil, pulverizável e utilizável. Por isso a contribuição geográfica ao status quo foi sempre negligenciada pelo sistema; talvez somente na Antiguidade tenha servido diretamente aos interesses militares, mas não é dessa geografia que estamos falando. Os físicos que se desdobraram para a construção da bomba atômica antes dos alemães deveriam ser também criminosos de guerra. Mas na ocasião colocavam-se duas opções. Os desdobramentos não foram cogitados.

A geografia não tem tal poder e, com ela ou sem ela, o processo se consumaria da mesma forma por meio de políticos, economistas, sociólogos, homens de negócios... Não somos tão necessários ou importantes, diferentemente dos economistas do Terceiro Mundo. A geografia, para as outras ciências, aparece como já terminada, já esta impressa nos mapas; para nós, entretanto, a pesquisa tem sido incessante em busca da teoria geral. Poderíamos enumerar terminologias ou abordagens para a cata de ressonância: a "consciência espacial" em Harvey, que trata da concentração e segregação das diferentes funcionalidades da reprodução da força-de-trabalho (Apud Lobato Correa, 1982: 33-34). A noção de ecologia humana, a nosso ver, contempla determinados valores, negligenciados pela crítica generalizante, sobretudo, quando enfatiza as relações do estágio social e suas imbricações no

espaço (sobretudo ao nível da economia pré-capitalista), e consegue captar a desarticulação das formas anteriores pela penetração da acumulação "primitiva"⁽²⁷⁾. Os trabalhos de campo, e a complementação empírica, acoplados aos métodos da Antropologia Cultural, contemplam a interferência de fatores sentimentais e simbólicos, como formas particulares de apropriação da natureza. A favelização, e sua reestruturação, por exemplo, tem como base as noções emitidas pelo conceito de circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos de Milton Santos, nas décadas de 60 e 70 (Apud Lobato Correa, op. cit, p. 50, 56).

Talvez a pluralidade do seu campo de ação tenha conduzido a Geografia ao ecletismo. Recordo-me das palavras de Pasquale Petrone a respeito da complexidade do campo geográfico que exigia vinte anos para que o geógrafo adquirisse a percepção global. Em meu caso particular, às vezes me sinto como uma colcha-de-retalhos, conforme afirmação de Milton Santos (1986: 37). Porém, esta visão pluralística integrante me parece distinta, pertinente e rigorosa, se bem que discriminada.

Outro aspecto importante a considerar corresponde ao nosso atraso teórico (talvez seja uma ideografia e não possa ultrapassar o método) e daí sua nova força seja dependente de conceitos alienígenas. Vendo por este lado, cabe o ecletismo.

Refletindo sobre este "palavrão" exconjurado, - ecletismo - revejo também a bibliografia extra-geográfica predominante de A a Z⁽²⁸⁾; as críticas ao ambientalismo de Pierre George e às suas tentativas conciliatórias; a recomendação de que a aproximação da geografia às outras ciências seja feita o menos ecleticamente possível (é um alívio)⁽²⁹⁾. De Antônio Carlos Moraes (1988: 87) recolho a avaliação de Perry Anderson a respeito da falta de

estratégia do marxismo contemporâneo para superar o capitalismo moderno, e a necessidade de uma utopia. Certamente essa busca tem também conduzido ao ecletismo teórico-metodológico que as interpretações e derivações do marxismo permitem.

A minha busca também não é livre por minhas limitações e por isso restrinjo-me, na maior parte dos casos, ao manuseio e trabalhamento dos dados e ao método geográfico tradicional. Mesmo sabendo que a interdisciplinaridade é hoje obrigatória para atender a um discurso de maior ressonância, não se consegue muitas vezes fugir da sistemática, árdua ao autor e com poucos resultados, e seguramente cansativa ao leitor. Isto leva algumas obras "pesadíssimas" direto às estantes.

A questão do trabalho e a mobilidade vertical: a isonomia como meta.

Consideramos o capital como um processo vivo, na sua expansão e articulação, com mudanças internas e em estágios diferenciados de evolução social, o que implica em desenvolvimento desigual e difuso, com adequação e manutenção. A par disso, entretanto, existem questões que, ultrapassando a lógica interna do capital, recaem nas deformações sociais das relações deste com as formações sócio-econômicas menos evoluídas.

Marx já o disse que os males do século XIX não podem ser curados com receitas do século XV. Da mesma forma ainda segundo ele não se poderia recorrer ao projeto político do Estado moderno para superar os antagonismos a não ser em sentido abstrato, entre o particularismo e a ambivalência da sociedade civil, e a pretensa (e abstrata) universalização

do Estado. Para Hegel, a burocracia é a classe universal, para Marx é um privilégio institucional para interesses particulares. Permanece, pois, a necessidade de uma teoria política que integre propriedade e trabalho. Se a política constitui uma arbitragem ela não pode se omitir de tratar destas questões fundamentais.

A sociedade moderna trata o povo, (ou a maioria) não segundo seus atributos imanescentes mas de acordo com a sua conexão externa com a classe social. Para Marx a propriedade privada deveria se constituir em uma qualidade da cidadania, ao contrário é, na atualidade, determinadora de status e o Estado comporta-se também de acordo com essa determinação social, enquanto deveria alcançar a posição idealista de estar adiante de seu tempo. A discussão do Estado passa, a nosso ver, pela consciência social.

Tal como a propriedade não é sujeito, assim como o homem não é predicado da propriedade, à sociedade supõe-se superar essa dicotomia. Como nem a propriedade privada foi abolida em seu caráter privilegiado, nem o Estado adquiriu o nível arbitral perspectivo suposto, e por outro lado, como o homem (como totalidade) ainda não se libertou destas conexões sociais, os conceitos encaminhadores são relativos e históricos e por isso permeados por essas determinações. Trata-se pois de buscar a emancipação destas esferas.

A democracia política não é suficiente e cabe analisar a realidade da sociedade civil em sua forma econômica, como um processo de dependência inerente e de alienação do ser humano. Hegel acreditou que a saída estaria no desenvolvimento do cérebro humano. A idéia constituindo-se em sujeito independente, enquanto que para Marx a realidade a transforma em um fenômeno, uma forma externa ao real e portanto não conjecturável. Para este não há essência a priori, e a necessidade humana é ela própria produto de uma

situação histórica concreta. De acordo com nossa percepção, este dilema tem que ser superado pois os educadores podem ser educados, e assim, de forma científica, romperiam-se as barreiras sociais da propriedade alienante revertendo-se a situação histórica da dependência crônica (a negação da negação).

Os movimentos sociais, étnicos, políticos, ... conduzem ainda timidamente para estas formulações através da animação das bases, para sua liberação, e à ruptura do paternalismo. Uma nova sociedade implica em valorização do trabalho com evolução através da qual se efetuará a multiplicação dos pães para todos. A frase de Marx sobre o proletariado cabe: "Não sou nada mas serei tudo".

Neste aspecto a aproximação mais eficiente ao momento talvez esteja no socialismo personalista, ou em formular esferas multifacetadas de criação de nossa sociedade pela qual as uniões solidárias sejam livres. De acordo com esta visão a divisão pura e simples do trabalho deixa de contemplar esta esfera independente de criação e de ser. Outra forma seria o modelo distributivo, mas que não feche os canais desta integração, permitindo a esfera do formal, e outra, vinculada a um tempo determinado, voltada à solidariedade prática. Disto não se pode escapar.

Para a vida humana comum (ou o cotidiano) alcançar sua plenitude social, a questão conduziria em retirar do Estado seu poder autodeterminado e transformá-lo em poder público. Não em mediador de sua própria existência frente às classes mas na verdadeira unidade do universal e do particular. Forma e matéria em integração. Sem dúvida, outra utopia a desafiar as condições reais.

Os conflitos entre as classes não acabaram com a hegemonia técnico-intelectual e ampliada da burguesia, nem com o crescimento fenomenal do que hoje denominamos classe média

ou pequena burguesia. Ampliou-se a riqueza (e não sua distribuição) em função da multiplicação dos recursos que o capitalismo colocou à disposição do homem. A aceleração da produção integrou uma considerável parcela pela modernização porém esta tem acambarcado estes resultados em seu próprio interesse, criando novas necessidades particularísticas. Novamente a utopia marxiana parece distanciar-se pela reificação dos "valores" dos homens melhor situados.

O dilema fundamental consiste em redistribuir ou alterar a realidade mediante novos mecanismos sócio-econômicos, possíveis em função das características criativas do homem. No entanto, a nosso ver, se remetidas ao quadro do desenvolvimento histórico embaçam a visão e pecam por determinismo.

Nos seus primeiros escritos Marx radicaliza ao afirmar que "a propriedade privada enquanto propriedade privada, enquanto riqueza é forçada a perpetuar-se a si e ao seu contrário o proletariado"(A Sagrada Família), ou que "a pobreza não existe pois ao lado da riqueza, é a origem da riqueza. Ambas são conseqüências da atividade humana" (Avineri, p. 122).

A propriedade privada corresponde pois, a uma contradição imanente. Entre as faces da contradição pairam dúvidas: a positiva seria a auto-satisfação pela propriedade privada enquanto riqueza, forçada a perpetuar-se, a si e ao seu contrário, o proletariado; ou a face negativa, de inquietação do proletário dentro de seu próprio ser, abolindo-se a si e ao seu contrário, a propriedade privada. Entretanto Marx não pormenoriza a organização da propriedade como condição essencial para o desenvolvimento da produção (isto é, o lado social da produção) e da individualidade livre do próprio trabalhador. Há então a possibilidade de caracterizá-la como não meramente econômica, deixando de ser

objeto, ao se excluir seus aspectos alienantes (Avineri: 214, 215).

Ao nível de nossa análise, a propriedade proveniente do trabalho não pode ser negligenciada enquanto trabalho vivo, próprio e espontâneo, o que implica em retirar as condições alienantes do trabalho. O homem passaria a relacionar-se mais diretamente com seus produtos, com seus objetos (o ser e o não-ser de confronto de Hegel).

Este é um assunto muito complexo, o da auto-emancipação humana como possibilidade última. Avineri lembra à página 125, que Marx nunca se ocupou sistematicamente do materialismo³², desta forma, a caracterização do trabalho como auto-emancipação se antepõe a qualquer consideração econômica. A libertação destas injunções permite, em tese, mostrar a capacitação de formular novas adequações à realidade que o homem pode criar sobre a economia, como decorrência de mediações a suplantarem. Evidentemente constitui uma dúvida se a retirada do trabalho coercitivo possibilitará evolução ou estagnação. Porém esta é a premissa básica para a auto-emancipação.

Das relações do trabalho com o processo histórico Marx deduz a natureza social e histórica das relações de propriedade e seu prolongamento na apropriação do trabalho do próximo. Se as necessidades são históricas e sociais e não fatos objetivos então os conceitos e instituições que regulam estas necessidades tem que ser também históricos, portanto relativos e efêmeros. Desta forma a apropriação se transforma em permanência como bloqueio à universalização e à complementaridade a-histórica. Ao mesmo tempo Marx critica aquelas teorias sociais e econômicas capitalistas, ou socialistas, que tentam romper o círculo sócio-histórico ao assumirem a conotação de categorias e conceitos econômicos não redutíveis ao desenvolvimento sócio-histórico. Um espaço

de nova criação rompe este determinismo a nível individual e oferece escolhas por capacitação natural e para as derivadas do esforço.

"A perspectiva que Marx tem da história como modeladora do homem e que simultaneamente se produz a si mesmo no mundo, torna impossível atribuir ao homem qualquer essência a priori. Por outro lado, a função modeladora do mundo atribuída ao homem torna-se conteúdo empírico da existência humana. Este processo transforma o homem em homem, diferencia-o dos animais e está na base de sua capacidade de criar e alterar as condições de sua vida. O conteúdo desta criação contínua, dinâmica e transformadora fornece o conteúdo do processo histórico... Esta análise o coloca fora, quer do positivismo, quer do idealismo clássico" (Avineri, Op. cit., p. 160).

Entretanto a sociedade não tem utilizado a plena capacidade de trabalho do homem para sua auto-emancipação. O homem como ser individual ou social não conseguiu alterar as condições reais de sua vida. Ainda a maioria permanece condicionada, inclusive os que condicionam sua existência.

A tecnologia suave universal poderia romper este círculo de dependência e, a nosso ver, Gorz direciona este caminho ao dividir o "filet-mignon e os ossos" entre todos.

Partindo de sua análise-ensaio, nas Nove teses para uma esquerda futura (Op. cit., p. 9 a 22), tentou-se equacionar no cotidiano as idéias de Gorz, de uma construção livre e integrada cientificamente, às quais acoplamos nossa própria compreensão. Estas poderiam ser sintetizadas:

- Liberação no trabalho para a realização individual e social, não como assalariado mas como co-participante de forma individual, ou dentro de um aparelho de produção (identificação com o

trabalho, mesmo que heterônomo). Direito não ao assalariamento, mas ao dividendo social de sua participação no conjunto.

- Liberação do tempo para a reconstrução social e para a evolução individual (evolução pelo trabalho autônomo).
- Direito de acesso à autoprodução, à cooperação voluntária e à integração comum a um projeto. Isto inclui a descentralização, a restrição do mercado e da circulação capitalista irracional.
- Restrição do tempo dedicado às tarefas vís, e a possibilidade de uma divisão equitativa parcial (intercambialidade). Isto inclui a cooperação familiar pela divisão das tarefas domésticas.
- Atenuação da alienação, que permite ao indivíduo exercer sua personalidade dentro de uma sociedade compatível à sua existência autônoma e a seus objetivos. Valorização de um poder existencial independente de sua função ou integração à sociedade mas resultante de sua auto-emancipação sobre novas relações sócio-produtivas.

Conforme André Gorz, a preponderância das atividades autônomas supõe "um pensamento, uma ação e uma vontade específicas, ou seja, políticas. O fato de que a sociedade pós-capitalista, pós-industrial, pós-socialista que é aqui visada não possa nem deva ser integrada, ordenada e programada no mesmo grau do que as que as precederam não dispensa que se coloque a questão do funcionamento, das bases jurídicas e do equilíbrio dos poderes desse tipo de sociedade" (p. 21-22).

A idéia básica, apreendida de Gorz, situa-se na perspectiva dual da solidariedade indivíduo-sociedade, através

de uma divisão social-integrada do trabalho, pela qual ao homem se pressupõe o desenvolvimento intelectual concomitante ao trabalho produtivo. Os instrumentos conceituais do marxismo permanecem insubstituíveis para Gorz, a nosso ver, constituem a síntese filosófico-utópica fundamental ao andamento do projeto.

A partir da desvinculação existencial, mas não alienante entre o eu e a sociedade, se constrói a divisão dos atributos da produção basicamente social. A elaboração de uma desproletarização parte da sociedade para o indivíduo com a recíproca implicada. A lei da compensação se encontra posta para a evolução personalista e ampliada de novas inter-relações da dialética científica da natureza.

Nossa contribuição a nível prático é restrita à normatização sócio-econômica em direção a este avanço. Não contempla nada muito diverso do que já ocorre nas sociedades industrialmente desenvolvidas, mas parte da afirmação que tal resultado é passível de generalização, desde que transformadas as relações inter-classes e as trocas internacionais. A nível teórico propõe a homogeneização social das remunerações, com base na tônica de abertura das potencialidades do subproletariado e sua integração efetiva em uma sociedade aberta, de eficácia racional pelo ecodesenvolvimento, como uma aproximação de seguimento dialético permanente. A nosso ver, isto implica em redemocratização, e na abertura de novas formas de solidariedade econômica de mercados competitivo-produtivos sob regras isonômicas que eliminem as vantagens locais. Para espaços desiguais regras desiguais para a equanimidade.

Para tanto (reafirmando o já exposto em passante), a sociedade, enquanto Estado transformando-se em Poder Público, obriga-se a articular sua própria transformação interna e funcionalidade (a assunção do problema).

A nosso ver esta sociedade através do poder público deve efetuar a distribuição das necessidades fundamentais nos diferentes espaços de integração para toda a população. A R.A., a descentralização, e a organização, em esferas hierarquizadas, com atribuições integradas, cobre parte destas exigências.

O organograma proposto (Quadro I) prevê a integração da população (a comunidade) no trabalho social não remunerado, conjuntamente às esferas institucionais remuneradas que, pela utopia proposta, encaminham para a redução do Estado enquanto burocracia inchada, e segundo os resultados, até a sua auto-dissolução. A própria sociedade gerindo-se de forma democrática, conforme o marxismo prevê, (ver também o Quadro II).

O objetivo teórico visa uma sociedade competente, reducionista da complexidade institucional, em que a desarticulação atual, por si só, é injusta por incompetência. A descentralização, e a organização territorial planejada de espaços funcionais está implícita para a resolução dos graves problemas³³.

A esfera da necessidade implica em obter da sociedade - de acordo com seus bens imobilizados, de renda e especulação, isto é do capital financeiro-especulativo - os recursos para o atendimento básico do subproletariado rural e urbano, no tocante à moradia, ao trabalho sócio-econômico, fora da esfera da economia formal, tais como o trabalho sobretudo social - de revitalização ambiental incluindo saneamento, recomposição da flora e fauna, manutenção e organização da infra-estrutura - sob controle direto da comunidade espacial envolvida, de sua vizinhança, ou do Estado (Poder Público ampliado) nas áreas de carência crônica.

Supondo um déficit habitacional entre 15 a 20 milhões de moradias no caso brasileiro - a nosso ver um cálculo exagerado - compreendendo favelas, cortiços, mocambos, sua recomposição compreende um processo inserido no bojo de uma reforma concomitante urbana e agrária. Somente o conjunto social possui atributos institucionais e capacidade de reorganizar o país para o ecodesenvolvimento proposto.

No caso da Reforma Urbana compreende a retirada de construções em áreas sujeitas a inundações, em morros e áreas impróprias de qualquer natureza. Eventualmente, exige também a criação de novas áreas urbanas, ou suburbanas, auto-suficientes de criação técnica agrícola-industrial. A utopia também prevê a possibilidade de criação de cidades-jardim, que outras utopias já visualizaram, e que este trabalho não pretende abordar. A autogestão de fundo social, prioritária, oferece possibilidades para tal construção mediante modelos comparativos. A Reforma Agrária, a ser explicitada em capítulo próprio (Segunda Parte), contempla uma proposta e as formas de sua efetivação.

Quais serão os elementos necessários a tal empreitada específica. Na verdade trata-se de incentivar o social da população, mediante serviços públicos em horas semanais de um grande mutirão³⁴ técnico-específico não remunerado e no qual as pessoas não capacitadas, ou não dispostas para tal trabalho recolheriam a importância correspondente ao trabalho dos integrados diretamente no processo. Estes montantes cobririam os dispêndios de material e serviços a canalizados ao mercado formal (produtos da indústria, dos serviços basicamente), posteriormente retornando sob forma de dividendos sociais - direta ou indiretamente pela reorganização da produção e conseqüente economia social decorrente³⁵.

A questão da saúde seguramente é mais difícil, pois não se relaciona a espaços e mão-de-obra para serviços de técnica simples como no caso anterior. Exige preparação de mão-de-obra técnica, equipamentos, deslocamento de pessoal, por períodos, para todo um trabalho de esclarecimento, prevenção, profilaxia, pesquisa pragmática e acompanhamento. Neste caso, também em sendo mais dificultosa a socialização da medicina e por isso dever-se-á contar com médicos "descalços" (ou com a formação de paramédicos, enfermeiros, laboratoristas, operadores de equipos, etc.) em prazo razoável, e também com o serviço comunitário não remunerado, com estes últimos se poderá contar no futuro, pela ampliação do quadro técnico remunerado deste setor³⁴, mediante sua evolução na forma acadêmica.

As esferas de competência e da organização do Poder Público, de seu funcionamento, de acordo com os níveis territorializados, estão expressos no Quadro I, não podendo ser discutidos exaustivamente pois constituem o esforço de síntese de um homem só e, por conseguinte, uma visão subjetiva de tomada de consciência e de sistematização a nível de pré-ideia.

O mesmo ocorre com as quatro faixas de remuneração propostas para o trabalho heterônomo (Quadro III) embora se preveja, além destes agrupamentos, um diferencial por encargos familiares. O quadro IV mostra o pressuposto social de diferenciação e graduação cultural-funcional que ao mesmo tempo implica em vida digna aos que se encontram no piso e uma vida de frugalidade seletiva e relativa aos do topo.

Algumas considerações contidas no quadro IV rompem certos mitos da esquerda como a da escola pública gratuita que, a nosso ver, em lugar de privilegiar os despossuídos os desqualifica em função da desigualdade de oportunidades. Prevê-se portanto faixas de pagamento, e a opção da escola

pública ou particular. Já a saúde é contemplada de forma igual a todos conforme um desconto percentual fixo nos salários (ou das remunerações brutas). Os recursos provenientes serão mantidos preferencialmente nos locais de recolhimento uma vez que se adquira a igualdade teórica (ou plausível) de homogeneização social.

Abrem-se opções entre o trabalho heterônomo de meio período (3 horas) e total (de 6 horas diárias máximas) conforme o Quadro III (sem se computar o trabalho social não remunerado). A estrutura proposta socializa os itens infra-estruturais porém deixa espaço aberto à indústria e ao comércio dos itens fora deste círculo essencial. O projeto eventualmente oferece proteção de competitividade ao produtor rural familiar com preços justos, em face de concorrência empresarial, porém não tolhe a iniciativa desde que balizada pelo princípio da proporcionalidade de escala sob avaliação específica.

A reorganização territorial contempla a possibilidade da moradia próxima ao local de trabalho, a prevalência do transporte coletivo, e demais articulações de racionalidade do cotidiano, prevendo tempo e espaços para a evolução intelectual, cultural e o lazer.

As articulações e as esferas de competência da comunidade ao Estado nacional

O Estado do bem-estar, ou welfare state do Primeiro Mundo constitui uma meta dos países subdesenvolvidos que, porém, parece afastar-se no dia a dia. A complexidade tem conduzido à excessiva burocratização, ao corporativismo e com isso a dispêndios-meio que ao se ampliarem, reduzem gradativamente os objetivos-fim.

Dentro da nossa proposta fica claro a participação massiva da comunidade dentro do corpo da esfera governamental, na administração e funcionamento dos denominados serviços públicos, e para normatizar a denominada esfera essencial ou das necessidades fundamentais (Quadro I). A abordagem básica desta participação solidária, educativa, e compulsória, também já foi explicitada, assim como as formas de se alcançarem os eixos básicos da igualdade de oportunidades, conforme os quadros II, III e IV.

Na verdade trata-se de um processo reducionista e até pasteurizador, ou de uma homogeneização comportamental, porém não avassalador. Dentro de nossa perspectiva opera somente ao nível essencial e, virtualmente, pretende conter mais, se for mediante consenso na medida em que sua principal meta é a ascensão das maiorias, ao mesmo tempo que não fecha espaços à esfera autônoma. Trata-se de um processo de corresponsabilidade, do acesso real, pelo qual o econômico deixa de ser limitante. A justificativa parece simples: vejamos, se um governo nacional ou estadual possui prerrogativas de elaborar planos faraônicos, mirabolantes, militaristas, e chegar ao cúmulo da guerra, porque não haveria recursos para a integração social das maiorias dentro de um projeto construtivo.

Sem dúvida existe um hiato entre sociedade e Estado, no qual este efetivamente, detém mais poderes e mais "projetos" que a maioria silenciosa poderia suportar. A "política" econômica das posições e do progresso exige mártires e o pagamento pelos eventuais serviços prestados pelo Poder. Tal dilema merece reavaliação.

Desta forma, ainda se tem de buscar a democracia no seu sentido pleno e dialético e, sobretudo, a forma evolutiva no sentido da divisão de responsabilidades de todo o conjunto social. A maioria não mais pode se ater a

sufragar seus governantes e, a seguir, frustrar-se ou acomodar-se. O processo deve partir dela, ser expurgado de seus vícios e do efeito do poder econômico, da mídia e da propaganda. A maioria deve formular seu programa e suas prioridades e se saberá o que é, e o que deseja, e para tanto somente poderá ser induzida a refletir, e ensinada a como refletir sob o corolário democrático. Certamente é difícil e fácil.

A discussão de um projeto efetivo pela cidadania e para a equanimidade constituiu a base deste trabalho, que pretendeu sintetizar este momento de resolução.

Assim a comunidade ao integrar o cotidiano, e simplificá-lo, começa a sua politização, e a sua educação coletiva, que lhe propiciará meios de, através da igualdade perante a lei, interagir de forma mais eficiente para que projetos, no papel, se tornem realidade e públicos gerais.

A possibilidade da igualdade de competência e de desempenho da escola pública, onde quer que se encontre, assim como da saúde, implica em interiorização da cidadania, sem segundas intenções. O poder público, em lugar do Estado parcelar, conduz a utopia possível, fácil e difícil.

Não cabe a este trabalho e dentro do nível proposto discriminar a receita, porém colocá-la em discussão e a própria sociedade terá a capacidade de apreciá-la, ignorá-la ou até execrá-la. Entretanto, a nosso ver, ao menos pretende sintetizar a angústia das maiorias, de algumas minorias (os despossuídos). Não são tantos, pois destes tantos, a maior parte tem muito em seu espírito, talvez só lhes faltem alguns meios. Esta seria uma tarefa mínima a realizar. Para tanto, são necessárias reformulações, como as sugeridas a nível só do essencial, o restante deverá fluir ao sabor de uma nova perspectiva.

A nível político - que sem dúvida está na pauta do dia, tendo em vista a descrença que se acumula - as questões tem se agudizado sobretudo em época de recessão (ou de pressão) econômica³⁷. Sem um pacto brasileiro, acredita-se, não se resolverá nunca a questão. A R.A., a Reforma Urbana, o processo de decentração espacial, são o início de um processo de choque; para o capitalismo e sua competência social; ao Estado para sua escolha social, à pequena burguesia; e à intelligensia a respeito de sua participação social para as massas - que não serão mais massas pela sua evolução e com a solidariedade daqueles que não as usaram diretamente. Todos sobreviverão e estarão mais leves após o choque de consciência.

Acreditamos na gestão da comunidade, e na política enquanto uma atividade impessoal e complementar ao trabalho profissional, sob a forma cíclica, em direção à gestão coletiva que certamente reduzirá este emaranhado por meio de novas formulações pela participação do povo, já sob a égide do Poder Público, sem vínculos ou interesse particulares.

O quadro VI tenta sintetizar a estrutura atual de funcionamento sócio-político e econômico da sociedade individual-coletiva parcelar e dividida, tal como depreendemos de Marx e que mostra suas deficiências e distorções à democracia.

A proposta espacializada e dialética dentro de todo o corpo teórico exposto comportaria outro organograma, mais coeso e articulado, proposto no Quadro VII, e contendo algumas formulações hierárquicas das esferas de competência. Trata-se de uma formulação eclética, de tipo básico parlamentar, e certamente retirada do já existente em países europeus, sem contudo ter algum modelo como parâmetro. Compreende o nível da pré-idéia, um roteiro de construção transparente, e posto à submissão da sociedade, pois a ela

compete discutir suas contradições. Ela construirá uma nova sociedade sem líderes, pois estes não são estrelas que nunca se apagam, sem polícia pois a própria sociedade se policia, sem exército pois se pratica a paz todos os dias.

N O T A S

‘1’ Citação de Leôncio Basbaum, *Alienação e Humanismo*, Op. cit., p. 152,154.

‘2’ Rui Moreira traça um perfil pertinente das articulações espaciais das diferentes instâncias interponentes e componentes, sobretudo no item 5. *A Organização do Espaço* p. 41 a 46, op, cit. Ver bibliografia - *Teoria Geográfica: Diversos*. Este texto, *Repensando a Geografia*, reúne idéias e formulações de seus diversos trabalhos.

‘3’ De C.A.F. Monteiro - *Geografia & Ambiente*, in: *Revista Orientação* Nº 5, out. 1984, p. 22 - recolhemos alguns princípios de reflexão; como a relatividade (a incerteza); a complementaridade e sincronicidade, que correspondem a elementos básicos desta análise de formulações:

"O reconhecimento de uma complementaridade sincrônica de combinações até mesmo 'causais', mas profundas, vem reforçar a necessidade de eliminar o que de nocivo e estreito se encerra nos dualismos ou absolutos rivais que, colocados em termos de oponência, calcados no trágico, no irreconciliável, não somente prestam um lastimável desserviço na compreensão dos fenômenos mas, sobretudo, embotam os raciocínios teóricos".

‘4’ Rui Moreira, Op. cit, p. 43.

Manuel Correia de Andrade - no mesmo livro de coletânea de artigos, *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, (p. 198) - faz a seguinte pergunta: "deve a geografia desenvolver-se para o mero devaneio dos cultores desta ciência ou ... desenvolver-se visando oferecer condições para a racionalização da organização do

espaço brasileiro ... oferecer uma contribuição à solução aos principais problemas que freiam o desenvolvimento de nossa sociedade? Claro que a resposta será dada por cada um conforme suas concepções filosóficas e os seus interesses pessoais".

- ‘5’ Estas colocações a respeito do Poder, de forma mais aprofundada, estão contidas em Chantebout, Op. cit., Cap. I, p. 7 a 12.

A opção terminológica significa também que se reafirma a omissão parcial das elites sobretudo em termos intelectuais.

- ‘6’ Um raciocínio pertinente pela via demográfica (e não discutido) pode ser analisado também de Alfred Sauvy da obra: Elementos de Demografia. Zahar Editores, 1979 (Original em Francês, 1976), p. 224 a 228.
- ‘7’ Os deslocamentos de população em busca de trabalho na África do Sul ultrapassam as discriminações do Apartheid.
- ‘8’ Conforme Chantebout, Op. cit., p. 76. Ver também o Cap. V: A democracia do ponto de vista de seu princípio, p. 73 a 80, que oferece racionalizações para o que se escreve a seguir.
- ‘9’ A linha para o socialismo individualista em Inglaterra percorre basicamente uma corrente empiricista desde Roger Bacon (1214-1294), Duns Scoto (1266 ou 1274-1308), Thomas Morus (1480-1535), Francis Bacon (1561-1626), William Petty (1623-1687), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), Jeremy Bentham (1748-1832), David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873), Bertrand Russel (1872-1970), Richard Tawney (1880- ?), John Keynes (1883-1946).

As referências às idéias mais atuais do Terceiro Caminho: dos pontos de vista do neoliberalismo; da economia de mercado planificada (Ota Sik); e para o social-personalismo, sintetizadas na obra de Arthur Utz (Op. cit.), encontram-se no capítulo O Sistema Econômico p. 129 a 140.

- «10» Ver em Chantebout, Op. cit., o item O manejo ideológico, p. 90 a 96.

Trata-se, como diz este autor, de esquemas simplistas aparentemente coerentes e por isso aceitáveis pela massa.

- «11» Existem trabalhos importantes para a manutenção (e evolução) das organizações comunitárias, preservando-as da grilagem, mantendo e reciclando de suas formas tradicionais, como exemplos; O Projeto Fundo de Pasto em Uauá (Ba) (Vide bibliografia Questão Agrária - Nordeste). Este grupo de técnicos e agrônomos regulariza estas áreas comuns de criação do "bode solto". Outro trabalho de apoio à luta popular pela criação do "bode solto" é executado pela Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco em Barra (Ba).

- «12» Dentro de nossa posição de abrangência, e de integração efetiva, o termo eficiência pode ser desmontado cientificamente visto ser incompleto. Tendo em vista a democracia não plena, os resultados, e a avaliação, vinculam-se sobretudo a uma gama de fatores não pertinentes (bodes-expiatórios, chances), entre os quais a propaganda.

- «13» Segundo Carl von Clausewitz - Da Guerra, 1832, republicado pelas Editoras da UnB-Martins Fontes.

- «14» Os exemplos recentes do preço do café, cuja remuneração não cobre os custos, além do caso do açúcar, por imposição político-ideológicas a Cuba, são bastante conhecidos.
- «15» Conforme artigo de Marx - A Revolta na Índia - e outros argumentos expostos por Avineri, p. 120-21.
- «16» Marx já o disse a respeito do padrão dos trabalhadores ingleses em comparação aos salários pagos na Índia (Apud Avineri, p. 301).
- «17» Op. cit., em especial o item 3 - O proletariado como decalque do capital, p. 46 a 56.
- «18» Avineri cita esta explanação profunda de Marx, além de outras colocações que referendam premissas teóricas do capitalismo, levantadas pelas categorias da economia política clássica e contraditas na prática pelo modelo individualístico. Se a produção conduz à necessidade de solidariedade social e mútua cooperação, a apropriação decorrente faz o inverso (p. 314).
- «19» Antonio Carlos Robert Moraes, 1988: 21.
- A questão do sujeito, ou da consciência individual livre, implica em subjetivá-lo, e daí para cair no niilismo é um passo. Moraes e Wanderley Messias da Costa atentam para tal situação no artigo - A geografia e o processo de valorização do espaço, in: Novos Rumos da Geografia Brasileira, 1982, p. 115, Nietzsche tratou deste assunto, e de forma incomum.
- «20» De acordo com Lowy (1985: 19) "o método de Marx não é 'neutro', positivo ou científico-naturalista: esse método que ele intitula dialética racional..." é, por suas próprias palavras em "O Capital I", "... essencialmente crítico e revolucionário".

- ‘21’ A posição neomarxista também não convém porque nunca me situei como marxista e agora sou muito crítico para uma linha.
- ‘22’ Acrescentam-se, à referência citada, as considerações de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, 1980, Op. cit., pgs. 49, 58 e 61, sobre o posicionamento teórico de Berry.
- ‘23’ Para Max Weber a posição intermediária não é verdadeira ou mais científica, sendo tão parcial e unilateral quanto as outras. Rejeita pois a conciliação eclética entre posições extremas (Lowy, 1988; 52).
- ‘24’ A preparação ao socialismo pressupõe que seja extinta “a ditadura do proletariado”, como ocorreu em 1964 no XXII Congresso do PCUS, sob a iniciativa de Nikita Kruchtchev, e que se passe ao “Estado de todo o povo” - Chantebout, Op. cit, p. 116.
- ‘25’ Lowy, 1985: 17. En passant, a sociedade na época de Stalin possuía classes, mas não antagônicas: os trabalhadores, os composeses Kolchoz e a intelligensia; sendo que esta não recebe o nome de classe mas de Stratum (Ossowsky, Op. cit.: 134).
- ‘26’ A luta é uma questão de opção política. A equanimidade não necessita mártires e sim maioria inteligente.
- ‘27’ Entre o capitalismo, que de forma clara trabalha com fins individualísticos, e o Estado alienado, que teoricamente deveria trabalhar para a maioria, fico com o primeiro. Parece a polícia mandando o ladrão roubar para ficar com uma parte.
- ‘28’ Corresponde à experiência na pesquisa geográfica e em trabalhos de campo no Projeto RADAMBRASIL, voltada à

reorganização espacial e integrada posteriormente à questão da Reforma Agrária.

- ‘29’ Ver o artigo de Roberto Lobato Correa - Repensando a Teoria dos Lugares Centrais, 1982, Op. cit. In: Diversos: Teórica Básica Geográfica, sobretudo a página 59.
- ‘30’ A começar pela bibliografia constante neste trabalho.
- ‘31’ Moraes & Costa, 1982, Op. cit., p. 112 (conciliação) e 115.
- ‘32’ A consciência para Marx não é reflexo da condição material e existencial do homem (Avineri, p. 128) pois ele tem capacidade de emancipar-se.
- ‘33’ O cartograma da Reforma Agrária deixa claro mesmo indiretamente, a proposta de organização gradual de espaços sociais e produtivos, tendo em vista a insensibilidade da ocupação da Amazônia e dos grotões sem infra-estrutura. Aventuras inconsequentes de um Estado alienado e puramente economicista e de uma população dependente e inconsciente.
- ‘34’ Os mutirões já são uma realidade em algumas áreas do país porém somente com os diretamente envolvidos e sem a mínima participação dos co-envolvidos. Trata-se pois de resolução conjunta (todo o processo de saneamento básico por exemplo) e todos devem participar em forma de trabalho ou para a aquisição dos materiais.
- ‘35’ A atual guerra do Golfo desloca homens aos milhares, levanta quaisquer quantias para fim tão ignóbil.

O "confisco" do atual governo brasileiro mostra a possibilidade de levantamento de somas extraordinárias.

- '36' Tal iniciativa, e outras, devem romper, tanto determinados cartórios, como autocracias de trabalhadores protegidos - porém o esquema, previamente, já deverá ter solucionado estas questões pela isonomia.
- '37' A última de 27 de fevereiro de 1991 estava no noticiário da TV. Filas de quilômetros para receber o salário-desemprego em uma agência bancária com alguns poucos funcionários. Parte dessas pessoas teve de retornar ao outro lado da cidade sem receber e alguns sem dinheiro para o ônibus de volta.

6. QUADROS IDEAIS DE SÍNTESE

QUADRO I
ORGANOGRAMA DE INTEGRAÇÃO FUNCIONAL-ESPACIAL DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO

ESFERAS DE COMPETENCIA	OBJETIVOS	1 NACIONAL	2 REGIONAL Ou Unidade Estadual	3 LOCAL (Município)	4 SETORIAL (Parte de Bairro)	UNIVERSAL
I. SAUDE	1. Cadastro de Acompanhamento Individual após Triagem. 2. Pesquisa Pragmática 3. Pesquisa Aberta 4. Abertura para a rede privada empresarial ou autônoma, competitiva e opcional.	1. Modelo Básico 2. Controle 3. Estatística 4. Avaliação 5. Pesquisa pragmática 6. Pesquisa aberta (avancada)	1. Hospital Geral 1o grau 2. Hospital pesquisa 3. Fonte arrecadadora e distribuidora aos níveis inferiores.	1. Hospital politraumatismo 2. Hospital Geral 2o grau 3. Controle administrativo e gerencial 4. Residência médica (médico de bairro)	1. Ambulatório (triagem) 2. Atendimento domiciliar previsto 3. Controle, prevenção, acompanhamento	1. Integração pesquisa 2. Apoio recíproco eventual 3. Convênio de reciprocidade atendimento 4. Resolução situações próprias - não possíveis no país. Convênio de reciprocidade
II. ALIMENTACAO	1. Reforma Agrária 2. Municipalização e regionalização da produção alimentar básica. Estocagem, conservação e beneficiamento.	1. Estatística para exportação excedentes 2. Controle dos estoques estratégicos 3. Avaliação crítica de síntese 4. Pesquisa	1. Distribuição nos grandes centros urbanos (limite máximo de circulação) 2. Arrecadação em sua esfera 3. Controle de qualidade	1. Estoque 2. Arrecadação nos pequenos e médios municípios 3. Controle de qualidade	1. Mercados com intermediação única 2. Comércio formal aberto e concorrencial	1. Transferência de estoques para casos emergenciais mediante convênio (nível de blocos) 2. Integração pesquisa 3. Comércio áreas de fronteira
III. TRABALHO	1. Participação acionária 2. Evolução Técnica 3. Período único para mulheres com filhos até 16 anos e geral, salvo especificações	1. Normas de segurança 2. Resoluções jurídicas, última instância 3. Pesquisa tecnológica saúde 4. Abertura ao capital democratizado interno - demanda básica integrada à pesquisa. 5. Destinação do mercado	1. Controle segurança trabalho grandes centros urbanos 2. Resoluções jurídicas 3. Arrecadação	1. Produção específica característica. 2. Produção mercado regional 3. Normas de poluição 4. Controle da produção 5. Arrecadação primária	1. Controle poluição 2. Comissão de prevenção acidentes	1. Abertura ao capital internacional e empresas públicas externas sob integração tecnológica e de racionalização da demanda básica
	Rural (Familiar) 1. Produção alimentar local 2. Produção para mercado 3. Conservação dos recursos revitalização ecológica 4. Diversificação	1. Fomento 2. Avaliação 3. Pesquisa de síntese	1. Coordenação inter regional	1. Auto abastecimento e produção alimentar	1. Venda a intermediário único 2. Venda ao comércio instituído	Socialização
	Produtor Direto 1. Produção artesanal-industrial 2. Serviços diversos 3. Comércio e distribuição 4. Diversificação 5. Manutenção patrimonial	1. Fomento forma inicial do sistema empresarial	1. Arrecadação e controle grandes centros	1. Arrecadação e controle 2. Distribuição e localização	1. Manutenção do patrimônio público (comunidade)	Socialização
	Urbano 1. Coordenação / articulação 2. Avaliação 3. Distribuição espacial 4. Reciclagem	1. Coordenação / avaliação 2. Justiça última instância 3. Demais itens da esfera	1. Segurança pública - salvamento bombeiros - controle tráfego e policiamento grandes centros 2. Justiça 3. Demais itens da esfera	1. Segurança pública bombeiros controle tráfego policiamento 2. Justiça pequenas causas 3. Demais itens da esfera 4. Integração comunidade: reformas de base avaliação primeira instância	1. Policiamento de setor 2. Item 1	1. Resolução conflitos (ONU) 2. Articulação ajuda internacional
	Servidor Público					
	Empresas Públicas 1. Esgoto e reciclagem 2. Água 3. Energia Elétrica 4. Telefonia 5. Infra estrutura 6. Manutenção das existentes	1. Manutenção das existentes (Reciclagem e auto suficiência) 2. Coordenação e integração serviços públicos 3. Passagem empresas para autogestão ou esferas inferiores	1. Manutenção das empresas (Reciclagem e auto suficiência) 2. Esgoto 3. Água 4. Energia Elétrica (produção e distribuição) 5. Infra estrutura - coordenação	1. Extinção de empresas 2. Execução Esgoto, Água, Telefonia. 3. Manutenção da infra-estrutura 4. Reciclagem Esgoto, Lixo		
	Comunidade 1. Participação efetiva			1. Articulação com poder local	1. Separação lixo 2. Conservação natureza	
	Empresas Autogestão 1. Experimentação					
IV. MORADIA (1) - URBANISMO ORGANIZACAO TERRITORIAL	1. Erradicação moradia sub-humana 2. Reforma Agrária 3. Plano ideal 30 minutos local de trabalho 4. Cessação gradual do aluguel 5. Organização territorial de longo prazo integral e duradoura.	1. Fomento 2. Modelos básicos - pesquisa	1. Sistema de financiamento 2. Coordenação	1. Utilização do construtor direto 2. Utilização empresas privadas (moradias multifamiliares) 3. Resolução situações específicas apoio pesquisa nível estadual	1. Resolução de situações específicas sob integração poder local	Socialização
V. EDUCACAO	1. Escolaridade plena a todos integrada cultural-profissional 6 aos 18 anos (mínimo) 2. Integração escola - vida (aberta)	1. Modelos básicos 2. Pesquisa aberta 3. Controle 4. Estatística e avaliação 5. Pesquisa pragmática	1. Profissionalizante (complexo e específico) 2. Especialização (complexo e específico) 3. Mestrado 4. Doutorado 5. Pesquisa pragmática 6. Arrecadação parte correspondente educação	1. Profissionalizante (específico) 2. Graduação superior (nível produção) 3. Arrecadação parte correspondente educação 4. Reciclagem	1. Primeiro grau 2. Profissionalizante (básico)	Socialização 1. Doutorado (pesquisa avançada) 2. Integração
VI. CULTURA	1. Aberto			1. Apoio logístico Gestão da Comunidade	1. Gestão da Comunidade	Socialização
VII. TRANSPORTE	1. Prevalência do transporte coletivo 2. Resolução parcial pela integração Moradia-Trabalho-Escola e regionalização da produção 3. Racionalização	1. Coordenação geral 2. Coordenação e/ou controle transporte marítimo aéreo e fluvial 3. Integração transporte ferroviário	1. Empresa privada ou pública (grandes centros urbanos) 2. Coordenação Regional e inter-regional (produção e transporte de passageiros) 3. Pesquisa de reordenação e racionalização 4. Transporte ferroviário	1. Areas afastadas Gestão da Comunidade 2. Empresa privada		1. Integração comercial racional 2. Poupança de Recursos naturais

1) Dirigido para famílias sem moradia própria e sem terras

QUADRO II

Faixas de Remuneração do Trabalho Heterônomo

FAIXAS (Cabeça do Casal) Índices de Remuneração	A	B	C	D
Individual	1	2	3	4
Casal	2	3,4	4,5,6	5,6,7,8
Filhos entre 14 e 17 anos (individual)	0,5	0,5	0,5	0,5
Casal com filhos < 14 anos (máximo)	1,5	1,5	1,5	1,5
Total Mínimo Familiar	1	2	3	4
Total máximo casal c/ filhos < 14 anos	3,5	5,5	7,5	9,5

A - Braçal (urbano e rural) serventes e ajudantes em geral. Serviços simples.

Prevalência do rotineiro e ou físico.

B - Operário especializado (oficial), motoristas agricultor tradicional, escriturários.

Responsabilidade simples, técnica específica.

C - Técnico especializado, professor, agricultor especializado (capataz), "colarinhos brancos".

Inteligência específica, Técnica especializada.

D - Intelectual criativo, político, jurídico

Responsabilidade e inteligência complexas.

QUADRO III

Distribuição Social do Trabalho Heterônomo e Comunitário Segundo as Quatro Faixas Básicas de Remuneração

ESPECIFICAÇÃO FAMILIAR	ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DE ACORDO COM ENCARGOS FAMILIARES	VALOR FAMILIAR POR ENCARGO DE MENOR	HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO PESSOA MAIOR (e de menores entre 14-17 anos)					
			REMUNERADO		HETERÔNOMO		SOCIAL MAO REMUNERADO	
			INDIVÍDUO	CASAL	FAMÍLIA	TOTAIS	INDIVIDUAL	TOTAIS
Solteiro(a) > 18 anos	1	-	3	-	-	3	1:30	1:30
Casal sem Filhos	2	-	3	6	-	6	1:30	3
Casal com 1 Filho < 14 anos	2,5	0,5	3	6	-	6	1	2
Casal com 2 Filhos < 14 anos	3,0	0,5	3	6	-	6	1	2
Casal com 3 Filhos < 14 anos	3,25	0,25(3o)	3	6	-	6	1	2
Casal com + de 3 Filhos < 14 anos	3,5	3,5(lim)	3	6	-	6	1	2
Casal com 1 Filho 14-17	2,25	0,25	3	6	2	8	1	3
Casal com 2 Filhos 14-17	2,5	0,25	3	6	2	10	1	4
Casal com 3 Filhos 14-17	2,75	0,25	3	6	2	12	1	5
Casal com + de 3 Filhos 14-17	3,00	3,0(lim)	3	6	2	14 ou +	1	6 ou +

< 14 anos (até dois filhos ou menores na família) índice 05 cada 3o. filho 0,25 4o. 0,25 5o. - Limite 3,5.

14 a 17 anos independente do número 0,25 por filho Limite familiar 3,0 (improvável)

Limite Familiar Geral Máximo, independente do número de filhos menores de 18 anos: 3.5 vezes a faixa.

SINTESE DE BLOCOS SEMANAIS

- Trabalho Heterônomo semanal 15 horas (adultos) basicamente dentro do MPC; como servidor do Estado ou a nível autônomo aberto. Menores 14-17 anos, 10 horas semanais.
- Trabalho Social semanal sob Coordenação Comunitária (somente com apoio institucional, físico e jurídico do Estado) Adulto s/filhos - 7,5 horas. Adulto c/filhos de 0 - 17 anos 5 horas; Menores entre 14 - 17 anos 5 horas + 1 hora cada filho nesta faixa; Menores entre 14 - 17 anos 5 horas semanais.

QUADRO IV

Pressuposto ético-vital de Socialização Integral e Viabilização ao Cotidiano. A) Esquema de Graduação Funcional do Trabalho Heterônomo e estrutura da despesa familiar segundo as Quatro Faixas Propostas (Quadros II e III) B) Diferentes situações familiares de remuneração do trabalho heterônomo (3 h/dia) I, pleno (6 h/dia) e possibilidade de trabalho heterônomo e autônomo (ou mais horas/dia).

FAIXAS DE RENDA Base trabalho heterônomo (Quadro III)	A		B		C		D	
A)								
Alimentação e higiene	30	7.500,	25	11.250,	23	14.950,	21	17.850
Moradia (prestação) ⁽¹⁾	20	5.000,	16	7.200,	10 ⁽⁷⁾	6.500,	⁽¹⁰⁾	-
Educação ⁽⁸⁾	5	1.250,	6	2.700,	12 ⁽⁹⁾	7.000,	15 ⁽¹¹⁾	12.750,
Saúde (seguro compulsório) ⁽³⁾	4	1.000,	4	1.800,	4	2.600,	4	3.400,
Vestuário (em tese)	10	2.500,	9	4.050,	11	7.150,	10	8.500,
Luz, água, gás, telefone	4	1.000,	3	1.350,	5	3.250,	4	3.400,
Transporte coletivo	5	1.250,	3	1.350,	1	650,	-	-
Lazer (inclui cultura)	10	2.500,	10	4.500,	10	6.500,	12	10.200,
SUB-TOTAL	88	22.000,	76	34.200	76	49.400,	66	56.100,
Aposentadoria (Compul. individual) ⁽⁴⁾	5	1.250,	6	2.700,	7	4.550,	8	6.000,
Imposto de renda	1	250,	3	1.350,	5	3.250,	7	5.950,
Eletrodomésticos, móveis ⁽⁵⁾	4	1.000,	3	1.350,	4	2.600,	4	3.400,
Manutenção residencial	3	750,	3	1.350,	3	1.950,	4	3.400,
Automóvel ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾	-	-	-	-	⁽⁹⁾	-	⁽⁹⁾	⁽¹⁰⁾
Empregada doméstica	-	-	-	-	-	-	⁽¹²⁾	-
T O T A L	101	25.250,	91	40.950,	95	61.750,	89	75.650,
B)								
Situações	I	II	I	II	I	II	I	II
1 - Indivíduo	10.000	20.000	20.000	40.000	30.000	60.000	40.000	80.000
2 - Casal (ambos na mesma faixa)	20.000	40.000	40.000	80.000	60.000	120.000	80.000	70.000 ⁽¹⁴⁾
3 - Pai ou mãe + 1 filho < 14 anos	15.000	20.000	25.000	40.000	35.000	60.000	45.000	80.000
4 - Casal + filhos menores (máximo)	25.000	40.000	55.000	80.000	75.000	120.000	85.000	150.000
5 - Pai ou mãe + 1 filho entre 14 e 17	15.000	25.000	25.000	45.000	35.000	65.000	45.000	85.000
6 - Casal + 2 filhos entre 14 e 17	30.000	50.000	50.000	90.000	70.000	130.000	80.000	160.000
Situações plausíveis 3 e 5 (A,B,C,D)	25.000		45.000,		65.000,		85.000,	

- ⁽¹⁾ Compreende um quarto para o casal e 1 quarto para filho(s) sexo diversos. S.F.H. 25 anos.
⁽²⁾ Escola Pública paga de acordo com a faixa de remuneração (heteronomia e autonomia).
⁽³⁾ 1% por cada elemento da família independente de idade. Serviços gratuitos nível nacional. Recolhimento compulsório.
⁽⁴⁾ Compulsória individual > 18 anos - 5,6,7 e 8% sobre o rendimento familiar total.
⁽⁵⁾ Compra, renovação ou manutenção do bem.
⁽⁶⁾ Possibilidade restrita nas primeiras duas faixas e mais favorável nas superiores.
⁽⁷⁾ Parte-se do pressuposto que esta faixa já possui moradia quitada ou já é vinculado ao SFH em condições favoráveis.
⁽⁸⁾ Faixa optante entre escola pública e particular.
⁽⁹⁾ Parte-se do pressuposto que já possui este bem.
⁽¹⁰⁾ Parte-se do pressuposto de ter moradia quitada.
⁽¹¹⁾ Escola Particular.
⁽¹²⁾ Opção pelo combustível e manutenção do veículo, ou renovação do bem, eliminando o item 13.
⁽¹³⁾ Empregada doméstica (máximo 15 horas semanais).
⁽¹⁴⁾ Neste caso o casal tem baixa probabilidade de enquadrar-se na mesma faixa e optou-se por enquadrar 1 deles na faixa C.
 BASE DE CÁLCULO: Abril de 1990 - Salário mínimo Cr\$ 3.674,00.

QUADRO V

Esquema Conceitual de Integração Sócio-Econômica Eclética Trabalho-Talento-Capital a nível de utopia próxima.

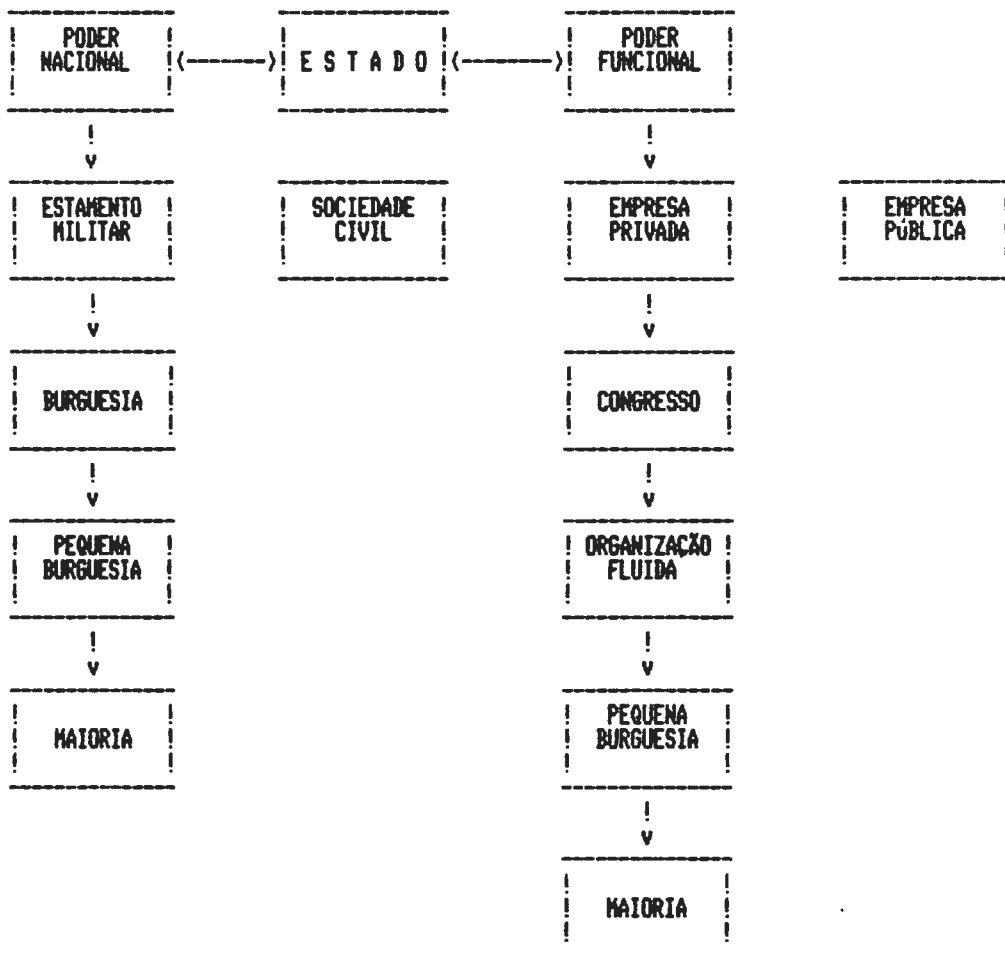
FORMAS ESTRUTURAIS ATUAIS	EMPRESA PRIVADA FECHADA	EMPRESA PRIVADA ABERTA E SEMI ABERTA	E S T A T A L		-
Formas Estruturais ⁽¹⁾ propostas	Empresa Privada Fechada	Empresa Privada Aberta e Semi Aberta	JOINT-VENTURE 30-30-40-Intern/Naç/Público 40-60-Nacional/Público	Empresa Pública	Autogestão ⁽²⁾
Razão Social	Micro Empresa Empresa Individual / Condomínio ou Ltda.	SA - LTDA. - Forte Capitalização	SA (Ações Escriturais)	Gestão Comunitária ⁽³⁾	Empresa corporativa ou cooperativa
Estruturação da Divisão do Trabalho	Trabalho Direto Familiar (ou de sócios) Preferencial Assalariamento Complementar (CLT) ⁽⁴⁾	Assalariamento com Participação Financeira	Assalariamento com participação financeira e cogestão operacional Avaliação conjuntural-estrutural de planejamento global pelo governo central e estadual (eventual) ⁽⁵⁾	Gestão técnico-administrativa combinada (assalariados comunitária). Avaliação Conjuntural - Estrutural de Planejamento dos Governos Estadual e Central	Economia coletiva descentralizada Propriedade corporativa cooperativa e/ou individual associada
Tempo Máximo de Trabalho Diário/Semanal/Anual ⁽⁶⁾ (horas)	3/15/660 ou 5/15/660	6/30/1320	6/30/1320	6/30/1320	6/30/1320
Faixas de Renda Prevalentes do Assalariamento e Participação ⁽⁷⁾	B A menores de 14 - 17 anos	B C A D eventual menores de 14 - 17 anos (3h)	C B A D menores de 14 - 17 anos (3h)	B C A D acresce-se o trabalho social conforme quadro II	B A C D eventual menores de 14 - 17 anos
Norma Econômica Básica	Leis Gerais e Específicas do Mercado Social: Avaliação de Eficácia Sócio-Econômica (nível nacional)				
Finalidade Espacializada	Mercado local descentralizado	Mercado aberto tendente à descentralização e fortalecimento regional	Mercado aberto descentralizado	Infra-Estrutura, Serviços e Pesquisa para o Desenvolvimento Social	Organização, Reorganização e Revitalização Espaciais Novas criações descentralizadas
Opções de Valores	BAIXA MERCANTILIZAÇÃO Autonomia Livre Iniciativa	FAIXA CAPITALISTA Participação do Assalariado por ações escriturais ou no faturamento	CONCORRENCIAL Participação do Assalariado por ações escriturais; no faturamento gestão comum	DESENVOLVIMENTO REGIONAL Auto desenvolvimento sócio-econômico descentralizado, regionalizado	SOCIALIZAÇÃO Autonomia Solidariedade
Subsídios Públicos	-	Eventualmente para Pesquisa	-	Transferência da gestão sem ônus	cinco anos sob avaliação técnico-científica
Setores de Abrangência	Agricultura, Beneficiamento Agrícola, Oficinas e Manutenção de Equipamentos, Construção Civil, Montagens Industriais Simples, Indústria de Pequeno Porte (Confeccões, alimentícios, etc.) Distribuição Varejista, Serviços em Geral	Empresas Agropecuárias e de Silvicultura, Agroindústrias, Indústria em Geral, Construções Cíveis complexas, Montagens industriais, Distribuição Varejista Atacadista e Específica Transporte em Geral	Indústria de Ponta	Infra-estrutura Sócio-Econômica Serviços Públicos Essenciais Educação Técnico-Científica Pesquisa em Geral Tecnologia de Ponta e Alternativa	Agricultura e Agricultura Ecológica, Reflorestamento, Beneficiamento Agrícola Oficinas e Montagens Industriais Construção Civil Infraestrutura Local Alternativas Energéticas
Ecodesenvolvimento	Tecnologia Agrícola Industrial e Locacional suave - Reorganização e organização ecológica descentralizada				

BASES DE APOIO

- ⁽¹⁾ Schumacher, Op. cit., p. 250
⁽²⁾ Idem, p. 244 e 234: A Comunidade Scott Bader, p. 241 a 248
⁽³⁾ Idem, p. 253 - Conselho Social: Novos métodos de socialização p. 248 a 256. Ver também Gorz. Op. cit., p. 128 e A esfera da Necessidade: O Estado p. 126 a 142.
⁽⁴⁾ Idem, p. 234: Cap. Propriedade p. 230 a 238. Incluir Pequenos Produtores Rurais e Autônomos Urbanos.
⁽⁵⁾ Com base no Modelo Fourier (1772-1837) 5/12 Trabalho, 4/12 Capital, 3/12 Tecnologia (Talento)
⁽⁶⁾ Conforme Quadro III, horário padrão em turno único e normas específicas conforme necessidades
⁽⁷⁾ Conforme situação base Quadro II. Ver também Sachs. op. cit., p. 52, Gorz, p. 115 a 125.

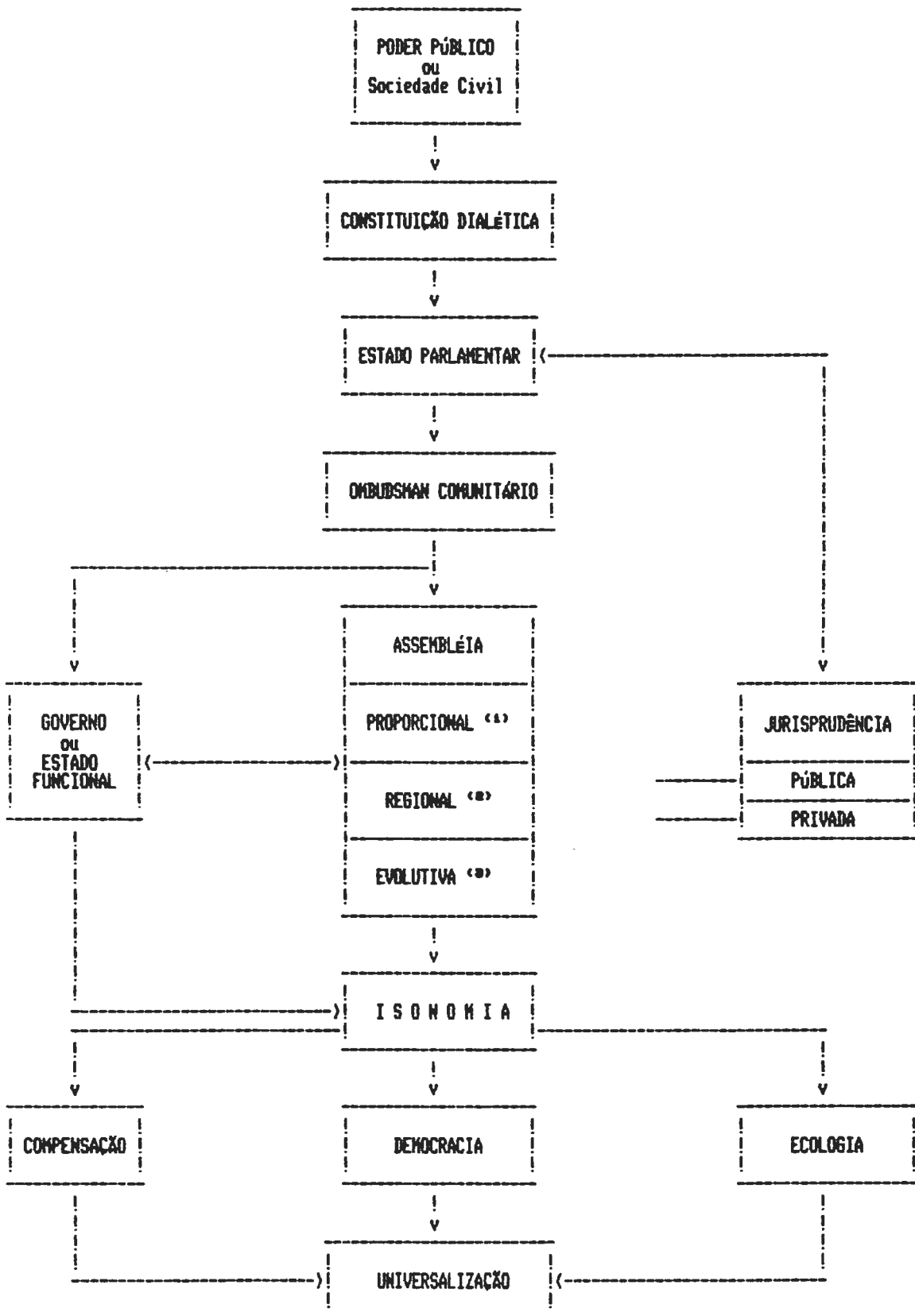
QUADRO VI

Situação Atual da Organização Sócio-política
e Econômica



QUADRO VII

Situação Utópica de Organização Sócio-política e Econômica



(1) A princípio de acordo com as quatro faixas de remuneração propostas ao trabalho heterônomo (Quadro III) em partes iguais (25%).

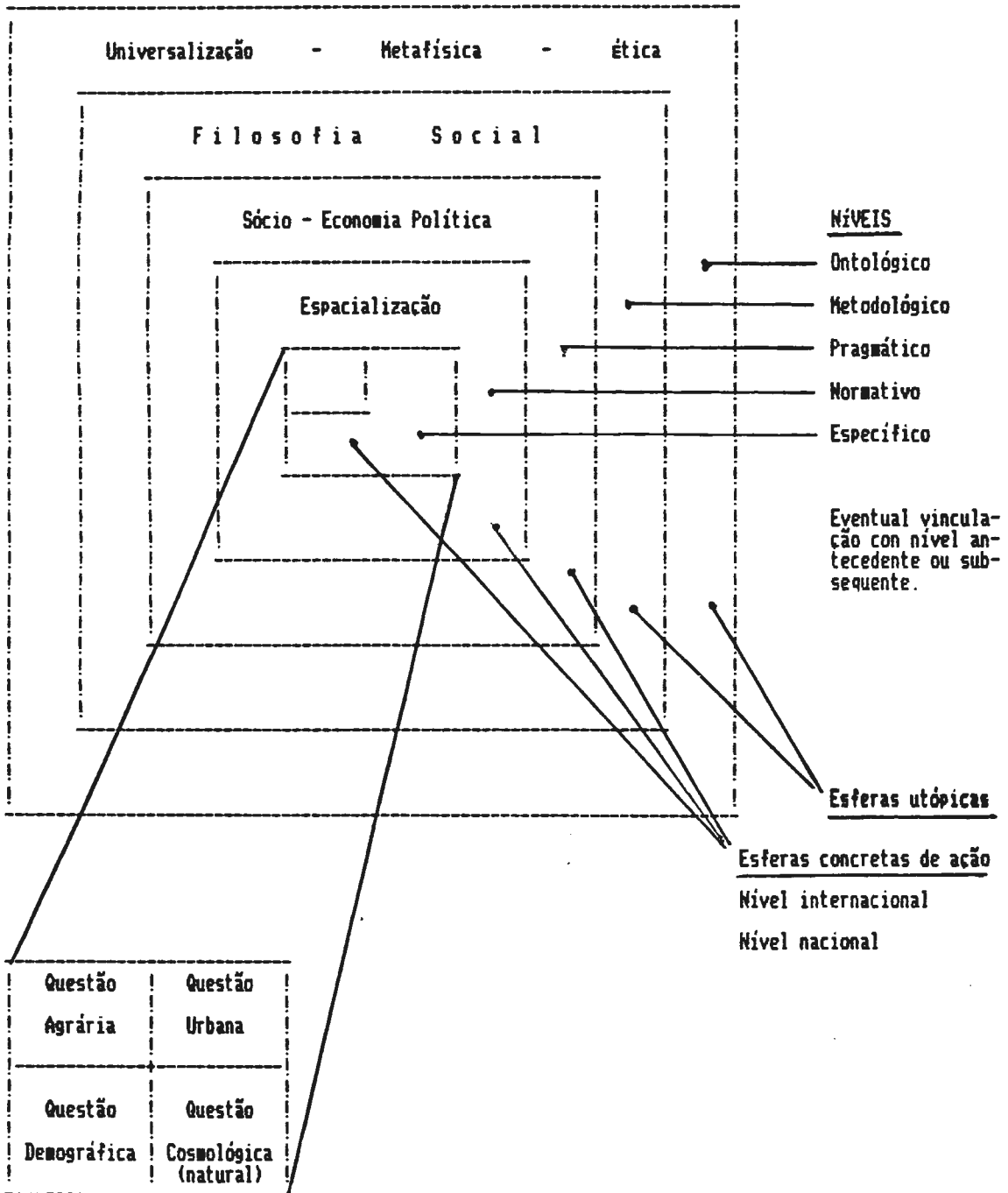
(2) Compreendendo no mínimo 200 sub-regiões espaciais a nível de país e conseqüentemente números menores a nível de Estado e município.

(3) Segundo uma concepção dialética pós-marxista aberta e integral nos aspectos educativo, social, econômico e público.

Estado parlamentar impessoal, extra partidário (e pragmático por excelência) Remuneração idêntica a da atividade heterônoma - período de dois anos não reelegível, salvo o gabinete governamental (Nacional, Estadual e Municipal) sob queda por maioria absoluta (75% do total).

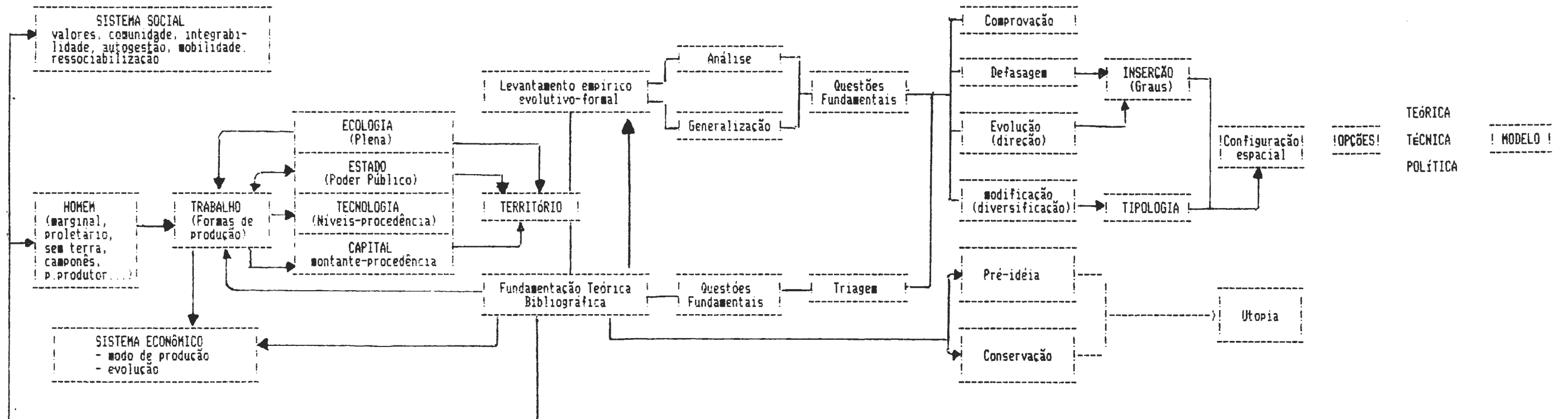
QUADRO VIII

Esferas e limites da Abordagem Interdisciplinar



QUADRO IX

Encaminhamento Teórico Metodológico da Pesquisa



A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

